

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RENATO PEREIRA DA SILVA

**IMPrensa E POLÍtica: O GOVERNO GOULART NAS
PÁGINAS DO *CORREIO DA MANHÃ* (1961-1964)**

Niterói

2015

RENATO PEREIRA DA SILVA

**IMPrensa E POLÍtica: O GOVERNO GOULART NAS
PÁGINAS DO *CORREIO DA MANHÃ* (1961-1964)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Ferreira

Niterói

2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S586 Silva, Renato Pereira da.
Imprensa e política : o governo Goulart nas páginas do Correio da Manhã (1961-1964) / Renato Pereira da Silva. – 2015.
199 f.
Orientador: Jorge Ferreira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.
Bibliografia: f. 193-199.
1. Correio da manhã (jornal). 2. Brasil; política e governo, 1961-1964. 3. Golpe militar de 1964. 4. Goulart, João, 1918-1976. I. Ferreira, Jorge. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 320.981

RENATO PEREIRA DA SILVA

**IMPrensa E POLÍtica: O GOVERNO GOULART NAS
PÁGINAS DO *CORREIO DA MANHÃ* (1961-1964)**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de mestre em História.

Banca examinadora

Prof. Dr. Jorge Ferreira (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Juniele Rabêlo de Almeida
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Américo Oscar Guichard Freire
Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC – FGV

Prof. Dr. Paulo Fontes (Suplente)
Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC – FGV

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo analisar a trajetória do jornal *Correio da Manhã* em relação aos eventos que fizeram parte do governo de João Goulart e seu posicionamento nos primeiros dias da instauração do regime militar. Trata-se de compreender o que levou um diário identificado e notabilizado pelo compromisso com a democracia representativa a apoiar um golpe de Estado para destituir um presidente da República legalmente constituído e, logo depois, tornar-se um dos poucos jornais brasileiros a se opor abertamente aos caminhos seguidos pelo governo militar depois do golpe civil-militar de 1964. Analisar e compreender as metamorfoses, ambiguidades e ambivalências do jornal carioca na conjuntura explosiva do início dos anos 1960 podem possibilitar a repensar os embates políticos durante o período e visualizar as aproximações e divergências entre o *Correio da Manhã* e o governo Goulart. Do mesmo modo, pode ajudar a entender o distanciamento do diário carioca com o novo regime. Analisar os momentos em que o *Correio da Manhã* se voltou contra o governo torna-se, assim, importante para a compreensão histórica dos idos de março e a queda de abril de Goulart da presidência da República.

Palavras-chave: *Correio da Manhã*; governo Goulart (1961-1964); golpe de 1964.

ABSTRACT

The research aims to analyze the paper's trajectory *Correio da Manhã* in relation to the events that were part of the Goulart government and its positioning in the early days of the military regime. It is to understand what took a daily identified and distinguished themselves for their commitment to representative democracy to support a coup to unseat a legally constituted president and, soon after, becoming one of the few Brazilian newspapers to openly oppose the paths followed by the military government after the civil-military coup in 1964. To analyze and understand the metamorphoses, ambiguities and ambivalences of the daily newspaper in the explosive environment of the early 1960s may enable to rethink the political clashes during the period and view the approaches and differences between the *Correio da Manhã* and the Goulart government. Similarly, can help you understand the distance of the Rio daily with the new regime. Analyze the times when the *Correio da Manhã* turned against the government becomes therefore important to the historical understanding of the Ides of March and the fall of April Goulart's presidency.

Keywords: *Correio da Manhã*; Goulart administration (1961-1964); coup in 1964;

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de externar sinceros agradecimentos àqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho.

Primeiramente, agradeço às instituições que viabilizaram a realização da pesquisa. Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de auxílio, o que contribuiu financeiramente para o desenvolvimento do trabalho. Sou grato aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, que sempre me atenderam com gentileza.

Ao professor Jorge Ferreira, que me recebeu como orientando, sempre mostrando-se presente, seja discutindo, fazendo críticas ou sugestões essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Acompanhou-me desde a graduação e com ele aprendi que ser historiador é se debruçar com afinco nos livros, na leitura, na pesquisa, assim como lidar com as fontes, escrever bem e dedicar-se à profissão. Dedicado e sincero, mostrou-se ser o mestre que guia e ensina. Não sei se aprendi todas as lições como ele desejava, mas, sem dúvidas, continuarei me esforçando para que um dia possa ser professor, historiador, enfim, mestre como ele. Ao Jorge, meus sinceros agradecimentos e minha gratidão.

Aos professores Américo Freire, Angélica Müller e Juniele Rabêlo de Almeida por aceitarem o convite para compor a banca examinadora do meu mestrado e por trazerem importantes contribuições acadêmicas.

Aos amigos André, Diego, Flávia, Talyne e Érica que me acompanharam de perto ou de longe nessa jornada, não só pelo companheirismo como na troca de experiências e na superação de desafios.

Um agradecimento especial aos meus pais, José e Creuza, pelo amor, carinho, dedicação e por terem acreditado que o investimento em educação seria a melhor herança deixada a um filho.

Por último, não menos importante, aos meus irmãos, Renata, Rafaela e Ronaldo, que sempre demonstraram confiança em mim e, tenho certeza, que estão orgulhosos do irmão historiador.

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNC – Confederação Nacional de Comércio
CNI – Confederação Nacional da Indústria
FMP – Frente de Mobilização Popular
FIEGA – Federação das Indústrias do Estado da Guanabara
FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
MTR – Movimento Trabalhista Renovador
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PIB – Produto Interno Bruto
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SIP – Sociedade Interamericana de Imprensa
SUPRA – Superintendência de Política Agrária
UDN – União Democrática Nacional
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
UNE – União Nacional do

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1 – <i>Correio da Manhã</i> e a crise da renúncia: ao lado da legalidade.....	20
Capítulo 2 – <i>Correio da Manhã</i> e o governo parlamentarista de Goulart.....	49
Capítulo 3 – <i>Correio da Manhã</i> e o governo presidencialista de Goulart.....	83
Capítulo 4 – <i>Correio da Manhã</i> e o avanço da radicalização política.....	117
Capítulo 5 – <i>Correio da Manhã</i> : da legalidade ao golpe.....	145
Considerações finais.....	189
Fonte.....	193
Bibliografia.....	193

Introdução

Durante a primeira metade dos anos 1960 diversos setores sociais debateram sobre um conjunto de reformas socioeconômicas e políticos-institucionais para a sociedade brasileira, no sentido de proporcionar, sobretudo, maior participação política e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais e urbanos. Foi um período em que as discussões em torno de como as reformas seriam postas em prática resultou em um processo de luta acirrada entre grupos de direita e esquerda,¹ cujo desfecho dificultou a resolução da crise política dentro do quadro institucional, contribuindo para o fracasso de se alcançar o equilíbrio que combinasse mudanças estruturais com a manutenção das regras democráticas.² Esse embate de forças encontrou na conjuntura do governo João Goulart (1961-1964) ambiente de polarização e radicalização política.

A ascensão de Goulart como presidente da República, após a crise da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, significou um divisor de águas no quadro político da época, causando euforia nas esquerdas e sentimento de ameaça aos grupos mais conservadores da sociedade brasileira. Enquanto estes temiam o retorno do que chamavam de “getulismo” e a “infiltração comunista”, os grupos nacionalistas e reformistas acreditavam ter chegado a hora da concretização de suas demandas e das reformas defendidas pelo próprio Goulart: as reformas de base. Este programa continha na sua diretriz as reformas agrária, urbana, bancária, fiscal, administrativa, universitária, extensão de voto aos analfabetos e subalternos das Forças Armadas e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O controle de capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também figuravam no programa reformista de Goulart.

Em meio às discussões internas em torno das mudanças estruturais para o Brasil, o contexto internacional era marcado pela Guerra Fria, cenário de grande polarização

¹ Ao longo deste trabalho adotarei as categorias clássicas de direita, centro e esquerda. Por direita, entenderei como forças políticas contrárias a mudanças e sempre dispostas a manter seus privilégios. As forças políticas de centro serão consideradas como tendências da moderação e da conciliação, pois de acordo com as circunstâncias, podem ser favoráveis às reformas, desde que dentro da lei e da ordem, ou podem apoiar soluções de força para impedir as reformas. Quanto à esquerda, entenderei como forças favoráveis às mudanças em nome da justiça e do progresso sociais. As categorias serão empregadas no plural por entender a diversidade de posições, lideranças e forças, passando das mais moderadas às mais radicais. Cf. BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

² Cf. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética. Foi um momento de grande exaltação, entre os conservadores, não só contra o comunismo como também contra a revolução cubana. Diante desse processo, as imaginações e as utopias exacerbaram internamente as posições ideológicas na sociedade brasileira, permeando todo o governo Goulart.

Diante desse cenário, a imprensa comportou-se como importante agente político. Desse modo, este trabalho propõe analisar a trajetória do jornal *Correio da Manhã* frente ao governo Goulart e a crise política que se seguiu até a sua deposição. Trata-se de compreender as motivações que levaram um diário identificado e notabilizado pelo compromisso com as instituições liberal-democráticas a apoiar um golpe de Estado para destituir um presidente da República e, logo depois, tornar-se um dos poucos jornais brasileiros a se opor abertamente aos caminhos seguidos pelo governo militar imposto em abril de 1964.

Neste sentido, o uso da imprensa será utilizado tanto como objeto quanto fonte do trabalho. Vista com desconfiança e preconceito, a imprensa foi interpretada durante muito tempo como fonte que apenas fornecia imagens parciais, distorcidas e subjetivas para as análises históricas. No entanto, nas últimas décadas, mudanças ocorridas no campo da História a partir da terceira geração dos Annales, assim como a renovação do marxismo sob a liderança dos historiadores ingleses, passando pelas novas abordagens da História Política e as suas metodologias conjugadas com a História do Tempo Presente, fizeram com que a imprensa ocupasse lugar de destaque nas preocupações dos historiadores brasileiros.³

Diante desse quadro, no dizer de Tânia Regina de Luca, jornais e revistas deixaram de ser reservados como “registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”.⁴ A imprensa passou a ser pensada como força ativa da História e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas, fornecedora de imagens parciais, distorcidas e paixões. A reviravolta nos paradigmas no campo da História contribuiu para que entendêssemos a imprensa como linguagem constitutiva social, detentora de uma historicidade e com peculiaridades próprias, capaz de ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando a cada momento suas relações com a sociedade e com o Estado. A imprensa não só

³ Cf. LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

⁴ Idem, p. 112.

emite uma opinião, como atua e delimita espaços, demarcando temas, mobilizando opiniões para constituir as adesões e consensos. A imprensa em diferentes conjunturas assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais e também se constitui como espaço privilegiado de articulação desses projetos.

O trabalho se insere a partir da linha teórica da História Política, tendo como referência René Rémond.⁵ O que se pretende demonstrar é como o referido movimento de renovação da História Política pode fornecer instrumento teórico consistente e útil para a abordagem de objetos e fontes antes condenados pela historiografia. Alvo de muitas críticas no passado e relegada ao ostracismo durante muito tempo, a História Política assumiu nas últimas décadas um ímpeto renovador de tal modo que incorporou e conformou novos conceitos e procedimentos analíticos que contribuíram decisivamente para estimular o uso de novas fontes históricas como a imprensa.

Neste sentido, o político se estende também à imprensa, entendida e interpretada como linguagem e prática construtiva da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretende compartilhar. Com isso, o movimento de revitalização nos estudos da História Política não poderia dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder.

A imprensa poder ser concebida também como importante vetor social responsável pela reprodução, difusão e socialização de determinada cultura política. Desse modo, os jornais podem ser considerados como veículos fundamentais na divulgação e disseminação de projetos políticos, visto que em seus textos são transmitidos representações, símbolos e valores que mobilizam paixões e esperanças, em que muitos setores da sociedade encontram motivações para identificar-se e aderir a um determinado grupo. Nesta dissertação, portanto, a adoção do conceito de cultura política será o mesmo definido por Serge Berstein, ou seja, um conjunto de representações portadoras de imagens, valores, crenças, mitos, símbolos e tradições para ajudar a compreender as múltiplas facetas do político.⁶

A imprensa torna-se, portanto, objeto da História Política quando é considerado instrumento de determinados grupos para levar suas ideias, valores e propostas, buscando o convencimento da sociedade e a intervenção na vida política de um país. No

⁵ RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

⁶ BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

que tange aos estudos políticos sobre os meios de comunicação, Jean-Nöel Jeanneney nos fornece uma observação importante que corrobora para o uso da imprensa como fonte e objeto de pesquisa. Segundo o autor, na vida de um jornal, de uma rádio e de uma televisão se reflete constantemente a vida política de um país.⁷ No caso específico do Brasil, a imprensa, ao longo de sua existência no país, desempenhou papel relevante em momentos políticos decisivos, como na Independência, na Abdicação de D. Pedro I, na Abolição e na própria República.

Contudo, na prática da pesquisa historiográfica, não podemos tomar a imprensa apenas como um mero manancial fértil para o conhecimento do passado, fonte de informação cotidiana e material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos, embora sejam alguns dos qualitativos sobre a utilidade para trabalhos de cunho histórico. Vale ressaltar alguns cuidados e procedimentos, uma vez que a imprensa escrita não informa a história, e tampouco basta ao pesquisador apenas retirar de suas páginas os dados referentes ao período desejado para concluir seu trabalho.⁸ Sua utilização historiográfica exige uma leitura intensiva, que deve ser meticulosa, demorada e exaustiva, pois sobre o jornal devem incidir reflexões metodológicas que possibilitem uma leitura que se possa desvendar cuidadosamente o que é importante dentro de um determinado assunto ou tema.⁹ O historiador não deve tomar o jornal como uma fonte em que apenas se recupera o fato histórico, pois corre o risco de desprezar o interesse de uma crítica interna do conteúdo jornalístico, considerando sua utilização como se fosse uma fonte precisa, no qual a informação é válida por si mesma.¹⁰

Analisar editoriais, reportagens, colunas e manchetes de primeira página do *Correio da Manhã*, por meio de uma leitura mais detida e cuidadosa, servirá como elemento central para problematizar e compreender o movimento do jornal enquanto força ativa na crise política que levou à deposição de Goulart e seu posicionamento frente ao novo regime. A linguagem dos editoriais do diário carioca não só refletirá os debates da época, como oferecerá recursos para a compreensão do radicalismo político daquele período.

⁷ JEANNENEY, Jean-Nöel. "A mídia". In: RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 214-225.

⁸ ESPIG, Márcia Janete. "O uso da fonte jornalista no trabalho historiográfico: o caso do Contestado". *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXIV, n. 2, dezembro/1998. p. 274.

⁹ Cf. ELMIR, Cláudio Pereira. "As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica". *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, n. 13, 1995.

¹⁰ ESPIG, Márcia Janete. Op.cit.

O procedimento mencionado acima nos faz atentar também para o risco que o historiador corre ao pesquisar a imprensa periódica sem levar em conta fatores como: a história do jornal, a linha editorial, o posicionamento político dos dirigentes, donos, ou chefe de redação. A ausência de uma análise desses elementos pode levá-lo à armadilhas, assumindo, em seu trabalho ideologias e posicionamento políticos da sua própria fonte. Para evitar problemas desse tipo, é importante identificar o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, pontos que darão conta de intenções e expectativas, assim como o fornecimento de pistas acerca da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores.¹¹ Afinal, as redações, tal como salões, cafés, livrarias, editoras, associações literárias e academias, podem ser encaradas como espaços que reúnem diferentes linhagens políticas e estéticas, compondo redes de sociabilidade que conferem estrutura ao campo intelectual, permitindo a reflexão a cerca da formação, estruturação e dinâmica deste.¹² Nesse sentido, ao voltar-se para o estudo dos intelectuais, torna-se importante inquirir sobre a maneira de como os articulistas do *Correio da Manhã* avaliavam o governo Goulart e seu projeto reformista.

Desse modo, o jornal *Correio da Manhã* será objeto e fonte privilegiada no desenvolvimento da pesquisa. Além de ter sido um dos maiores jornais da grande imprensa do país naquela época, era formador de opinião, contava com um corpo de colaboradores composto por nomes de relevância do jornalismo e tinha como público leitor-alvo os segmentos médios da sociedade brasileira. A opção por trabalhar com o diário carioca foi devido a sua importância no período delimitado para o estudo, que tem como ponto de partida a crise da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, até os primeiros dias após a deposição de Goulart, em abril de 1964.

Sediado no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* era um jornal prestigiado, já então dono de uma longa tradição no campo jornalístico. O diário carioca se caracterizou ao longo da sua existência por ser um jornal de opinião, oposição e combate a governos e medidas avaliadas como violações à democracia representativa. Estas características assinalavam a chamada “ortografia da casa” do matutino carioca.¹³

¹¹ LUCA, Tania Regina de. Op. cit., p. 140.

¹² Sobre a noção de rede de sociabilidade, cf. SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, Réne (org.). Op. cit., pp. 231-269.

¹³ ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, p. 67. Sobre a expressão matutino, esta se refere a jornais que tinham um número maior de páginas, além de serem considerados profundos e minuciosos no tratamento das informações e doutrinários em seus comentários editoriais. Os jornais matutinos se diferenciavam dos

A orientação editorial e a linha política do *Correio da Manhã* eram denominadas de inspiração liberal, ou seja, crença nos pressupostos das liberdades individuais, aquelas que manifestam as liberdades civis e a liberdade política – ainda que não necessariamente sejam estendidas a todos os cidadãos – cuja expressão máxima dos cidadãos se dá via Parlamento. O jornal carioca repudiava com veemência atos e gestos extremistas das forças políticas à direita e à esquerda. Compreende-se, desse modo, o compromisso do matutino carioca com a preservação da legalidade e a defesa da conjugação democracia e reforma social.

Jornais da magnitude do *Correio da Manhã* foram importantes atores sociais no campo político entre 1945 e 1964. A entrevista de José Américo concedida ao jornalista Carlos Lacerda, publicada no *Correio da Manhã*, criticando o governo federal, então presidido por Getúlio Vargas, em 1945, deu grande projeção ao jornal carioca. Essa entrevista rompeu com a censura até então vigente no país em função do regime ditatorial do Estado Novo, alcançando grande repercussão. O *Correio da Manhã*, neste sentido, ganhou grande notoriedade por ter participado do processo de redemocratização. O protagonismo do diário carioca nesse fato se explica por dois motivos: primeiro, o *Correio da Manhã* já se despontava como um dos principais veículos de imprensa; segundo, o Rio de Janeiro ainda era a capital da República, deixando de ser sede do governo federal em 1960, com a transferência para Brasília. Os anos 1960 delinearão a projeção nacional do diário carioca.

A imprensa brasileira, contudo, nesse momento de maior ressonância estava sediada no Rio de Janeiro, onde imperavam o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, sendo seguidos pelo *O Globo*, que começava a ganhar importância nos anos 1960.¹⁴ No entanto, segundo Marialva Barbosa, com base no Anuário Brasileiro de Imprensa (1950-1958), desde o início dos anos 1950, o *Correio da Manhã* figurava como um dos jornais com maior poder de difusão no campo da imprensa brasileira, com a tiragem média de 56 mil exemplares.¹⁵ Desse modo, na conjuntura dos anos 1960, o matutino carioca era detentor de uma linha editorial política de largo espaço e acentuado prestígio, sobretudo entre a classe média. A opinião do jornal era muito respeitada,

vespertinos, que por sua vez opinavam pouco e informavam de forma bastante genérica. Cf. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007, p. 57.

¹⁴ Cf. PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012, p. 10.

¹⁵ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 155.

principalmente por suas tomadas de posições no cenário político, como no movimento que derrubou Getúlio Vargas em 1945, quando se configurou como uma das principais vozes da imprensa naquele evento.

Outro elemento importante e que merece atenção é que apesar da perda da sede de capital da República para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro continuava sendo o espelho da nação, núcleo de modernidade e cultural, além de ser uma importante arena política, cuja ressonância no cenário político tinha projeção nacional.¹⁶ Essa importância se explica, de modo geral, em função de a cidade carioca possuir uma área de mais elevada concentração demográfica do país; ocupar o segundo lugar econômico no *ranking* dos estados federados, vindo atrás apenas de São Paulo, refletindo a renda per capita mais alta do país, com quase o triplo da média nacional.¹⁷

A cidade além de ser um tradicional produtor e divulgador de padrões de gosto, hábitos e moda, possuía ainda uma sólida estrutura de bens culturais, representados por teatros, cinemas, museus e bibliotecas. Para complementar a área cultural, a cidade era o maior centro turístico do país nos anos 1960 e possuía uma rede de instituições educacionais compostas por universidades, centros e institutos de pesquisa. Com relação ao campo econômico, era o principal centro financeiro nacional, abrigando a mais importante bolsa de valores do país. A cidade também abrangia ainda instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Banco do Brasil, entre outras.¹⁸

Diante dessa realidade, a transferência da capital da República não implicou, pelo menos naquele período, uma perda de legitimidade econômica, cultural e principalmente política, visto que a cidade do Rio de Janeiro continuava a ser o mais importante palanque eleitoral do país. Mesmo como ex-capital, as agitações políticas e sociais ocorridas ali repercutiam no país inteiro. O Rio de Janeiro continuava sendo, assim, o centro nervoso político-cultural do país, repercutindo tendências ideológicas pela sociedade brasileira.

Apesar das semelhanças, contudo, o jornal *Correio da Manhã* tinha uma linha editorial própria, peculiar, bastante definida. Defendia a legalidade, as reformas de base e repudiava o extremismo dos grupos da direita e esquerda, além de insistir no diálogo

¹⁶ Com a transferência da capital para Brasília, em 1960, na gestão do governo de Juscelino Kubitschek, a cidade do Rio de Janeiro passou a ser o estado da Guanabara. Sobre o assunto, ver FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

¹⁷ MOTTA, Marly Silva. "Guanabara, o estado-capital". In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 82.

¹⁸ Idem, p. 86.

entre governo, empresários e sindicalistas. Demonstrando apego à legalidade e otimismo na manutenção da democracia, o jornal foi um daqueles que defendeu a posse de Goulart.¹⁹ Durante a conjuntura do governo Goulart, defendeu também a antecipação do plebiscito que trouxe de volta o presidencialismo em janeiro de 1963. Foi uma das poucas vozes da imprensa que não aproveitou o episódio da revolta dos sargentos em Brasília, em setembro de 1963, para estimular a radicalização do quadro político e responsabilizar Goulart pelo feito. Mas o discurso do jornal frente ao governo foi mudando à medida que o presidente se aproximava das esquerdas radicais em fins daquele ano e início de 1964.

O *Correio da Manhã* passou a fazer severas críticas ao presidente, especialmente a partir do comício da Central, no dia 13 de março de 1964. Contudo, a Revolta dos Marinheiros, em 26 de março, e a presença de Goulart ao Automóvel Clube, na Guanabara, em virtude da comemoração do 40º aniversário da fundação da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, são considerados como eventos que foram a gota d'água para que o diário desencadeasse ataques cada vez mais contundentes, culminando com os famosos editoriais de primeira página: “Basta!” e “Fora!”. Publicados nos dias 31 de março e 1º de abril, respectivamente, esses editoriais repercutiram como sinais favoráveis para a adesão de parcelas significativas da sociedade das Forças Armadas ao golpe que depôs João Goulart.

Todavia, os primeiros sinais de insatisfação do jornal com o poder militar surgiram no dia 3 de abril, através do editorial intitulado “Terrorismo, não!”. As arbitrariedades cometidas contra estudantes, operários e correligionários do governo, logo após o golpe, fizeram com que o corpo de jornalistas que compunham a redação do *Correio da Manhã* passasse não só a denunciar, como a condenar a violência e os excessos do novo regime, sobretudo com relação à prática de tortura e repressão política.

Desse modo, para compreender a trajetória do *Correio da Manhã* em relação ao governo Goulart e diante os eventos destacados acima, esta dissertação está estruturada em cinco capítulos.

¹⁹ Na crise da renúncia de Jânio Quadros, outros jornais apoiaram a posse do vice-presidente João Goulart. Entre eles, estavam o *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*, *A Noite*, *O Jornal*, *Última Hora*, *Correio Brasiliense* e *Zero Hora*. Os jornais *O Globo* e *Estado de S. Paulo* se posicionaram contra a posse de Goulart. Cf. ABREU, Alzira Alves de. “1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

No primeiro capítulo, trato de como o jornal carioca se posicionou e avaliou a renúncia do presidente Jânio Quadros e os seus desdobramentos no cenário político brasileiro, enfatizando o papel de ator político do *Correio da Manhã* como guardião do regime democrático.

No segundo capítulo, trato da relação do *Correio da Manhã* com o governo de João Goulart sob o regime parlamentarista. Pretende-se demonstrar que o *Correio da Manhã* assumiu no campo da imprensa, entre outros jornais, o discurso moderado diante questões controversas para a época ao repudiar as ações extremadas no cenário político.

No terceiro capítulo, será analisada a relação do *Correio da Manhã* com os projetos do governo Goulart durante o regime presidencialista, como o Plano Trienal e o projeto de reforma agrária. Neste capítulo, pretende-se enfatizar que o *Correio da Manhã* apoiava o Plano Trienal e a reforma agrária e ao mesmo tempo repudiava a intransigência e os impasses criados pelos diversos atores políticos à direita e à esquerda.

No quarto capítulo, trato da relação do *Correio da Manhã* em face ao processo crescente de polarização e radicalização política durante o segundo semestre de 1963. O objetivo nesse capítulo será demonstrar o apoio do jornal às reformas de base, porém dentro da legalidade e do respeito à Constituição, repudiando o processo de radicalização de grupos de esquerda e direita, destacando a participação de políticos como Leonel Brizola e Carlos Lacerda, importantes lideranças do PTB e da UDN, respectivamente.

No quinto capítulo, analiso o posicionamento do *Correio da Manhã* em relação ao governo Goulart nos seus momentos finais, sobretudo a partir do comício da Central do Brasil, no dia 13 de março, e a repercussão do diário sobre os desdobramentos desse evento, assim como a revolta dos marinheiros e a participação do presidente na reunião de sargentos no Automóvel Clube. Pretende-se demonstrar as motivações que levaram o jornal a apoiar a destituição do presidente Goulart, que contribuiu para o coro dos golpistas civis e militares, e compreender as razões pelas quais os jornalistas, autores dos editoriais “Basta!” e “Fora!”, voltaram-se com contundência contra o governo militar.

Não há a pretensão, neste trabalho, de reconstituir a história do Brasil na conjuntura do início dos anos 1960, em que prevaleceu uma crescente polarização e radicalização política que acabariam culminando com a deposição do presidente João Goulart e com a própria experiência democrática baseada na Carta Constitucional de

1946, pela imprensa. O objetivo central é conhecer o papel político do *Correio da Manhã* durante o governo Goulart e na crise política que desembocou com o golpe civil-militar de 1964. Seria ingênuo atribuir um protagonismo decisivo a jornais e jornalistas. No entanto, durante a experiência democrática (1945-1964) houve momentos em que a imprensa deixou suas marcas em diversos acontecimentos.

No entanto, o êxito deste trabalho depende de um *juste* nas lentes através das quais os fatos são observados. No dizer de Oscar Pilagallo, caso a imprensa seja vista de longe, parecerá igual em termos de interesses, com a mesma visão de mundo e com a mesma ideologia.²⁰ Contudo, um olhar mais próximo e cuidadoso, pode evidenciar diferenças significativas dentro de uma redação, seja entre articulistas progressistas e conservadores, seja entre a direção e o corpo de profissionais que compõem um jornal. Enfim, pode nos permitir a identificação de nuances entre os veículos de imprensa. Analisar os momentos em que o *Correio da Manhã* se voltou contra o governo torna-se, assim, imprescindível para a construção histórica dos idos de março e a queda de abril de Goulart da presidência da República.

²⁰ PILAGALLO, Oscar. Op. cit., p. 11.

Capítulo 1 – *Correio da Manhã* e a crise da renúncia: ao lado da legalidade

Um jornal de posição política

A trajetória do *Correio da Manhã* esteve praticamente interligada com a história republicana do Brasil. Fundado por Edmundo Bittencourt, o jornal circulou de junho de 1901 a junho de 1974, constituindo-se ao longo de seus 73 anos de existência como um dos principais órgãos da imprensa brasileira.²¹ O *Correio da Manhã* caracterizou-se desde o início como um jornal de oposição e de opinião, que exigia mudanças no campo político, econômico e social. A sua primeira redação funcionou na rua Moreira César, 117, Centro da cidade do Rio de Janeiro, quando foi transferida para a rua do Ouvidor, 162, e posteriormente para o Largo da Carioca, 13. Sua redação definitiva foi a Avenida Gomes Freire, 471, localizada também no centro da cidade. O matutino carioca nasceu num período em que a imprensa artesanal dava lugar a uma incipiente imprensa industrial, assim como outras mudanças ocorriam na sociedade e na economia brasileira: urbanização, industrialização, emergência de uma burguesia nacional e a formação de uma classe operária.

Durante a Primeira República (1889-1930), posicionou-se contra as oligarquias e contra medidas autoritárias como a lei aprovada pelo Congresso Nacional em 1904, em que o diretor-geral da Saúde Pública, o cientista Osvaldo Cruz, pretendendo acabar com a epidemia da varíola, obrigava a população à vacinação no governo de Rodrigues Alves. O diário carioca não foi contra a vacinação, mas a forma como as autoridades desejavam impô-la contrariou a direção do *Correio da Manhã*.

Ainda sob o regime da Primeira República, o periódico esteve ao lado do movimento tenentista de Copacabana e contra o presidente Artur Bernardes, que governou o país com o estado de sítio. A oposição em relação ao governo de Artur Bernardes rendeu ao *Correio da Manhã* seu fechamento por oito meses e a prisão de Edmundo Bittencourt e seu filho, Paulo Bittencourt.

²¹ Sobre a história do *Correio da Manhã*, cf. ANDRADE, Jeferson de. Op. cit. Ver também PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã – compromisso com a verdade*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001. (Caderno de Comunicação: Série Memória).

Foi sob a direção de Paulo Bittencourt, no entanto, que o *Correio da Manhã* teve atuação marcante na história do Brasil. Em março de 1929, Paulo Bittencourt tornou-se o novo diretor e proprietário do jornal, substituindo seu pai. A partir deste momento, como assegura Ana Paula Goulart Ribeiro, o periódico passou a se orientar para um público de maior poder aquisitivo como a alta burguesia e classe média, e do ponto de vista editorial, ficou mais moderado e perdeu a fama de virulento órgão da oposição.²² Data desse momento também a formação de uma das melhores equipes de redatores, além de possuir, para os padrões da época, uma excelente qualidade gráfica.²³

Com efeito, foi na década de 1940, durante o processo de democratização com a queda do Estado Novo (1937-1945), que o diário carioca notabilizou-se na história política do Brasil e reafirmou sua imagem como órgão liberal e combativo quanto à defesa da ordem democrática. Jornais da magnitude do *Correio da Manhã* foram importantes atores sociais no campo político entre 1945 e 1964. A entrevista de José Américo concedida ao então jornalista Carlos Lacerda, publicada no *Correio da Manhã*, criticando o governo federal, então presidido por Getúlio Vargas, em 1945, deu grande projeção ao jornal carioca. Essa entrevista rompeu com a censura até então vigente no país por ter alcançado grande repercussão. O *Correio da Manhã*, neste sentido, ganhou grande notoriedade por ter participado do processo de democratização. O episódio foi lembrado posteriormente em todas as suas edições comemorativas e em entrevistas realizadas com profissionais da imprensa.

A orientação editorial e a linha política do *Correio da Manhã* eram de inspiração liberal. Neste sentido, o diário defendia a concepção de democracia segundo às diretrizes da democracia liberal-representativa em que parte do pressuposto das liberdades individuais, aquelas que manifestam as liberdades civis, de expressão, de imprensa e política, embora esta não seja estendida a todos os cidadãos. Apesar de não se vincular a nenhum partido político, a partir do fim do Estado Novo e, conseqüentemente, com o surgimento de fortes agremiações partidárias de expressão nacional em 1945, o jornal aproximou-se da União Democrática Nacional (UDN). O diário carioca considerava o partido udenista como aquele que mais encarnava o “espírito liberal” ao defender as bandeiras de oposição ao estado de arbítrio e ausência de liberdade política. No entanto, é importante ressaltar que o caráter antigetulista

²² RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Op. cit., p. 65.

²³ Idem.

constituiu-se como elemento importante para aproximar o *Correio da Manhã* e o partido udenista.

Não casualmente, nas primeiras eleições para presidente da República ocorridas durante a vigência da experiência democrática, o jornal apoiou as candidaturas do brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN em 1945 e 1950, tanto contra o candidato do Partido Social Democrático (PSD), Eurico Gaspar Dutra, como contra Getúlio Vargas, candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi favorável, no entanto, à candidatura de Juscelino Kubitschek nas eleições de 1955, candidato pelo PSD, mas rompeu com ele quando eleito anunciou a intenção de mudar a capital para Brasília. Nas eleições presidenciais de 1960, o *Correio da Manhã* aproximou-se novamente da UDN, embora o partido não tivesse candidato próprio. Jânio Quadros disputou aquelas eleições e era do Partido Democrata Cristão (PDC), mas recebeu apoio da UDN.

Todavia, na medida em que setores da UDN, principalmente a ala lacerdista, despontavam certa orientação antidemocrática, como na conjuntura da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, o jornal carioca afastava-se do partido e passava a denunciar atos e gestos cometidos por políticos udenistas, como Carlos Lacerda, considerados perigosos à manutenção da legalidade. Na conjuntura nacional dos anos 1960, período marcado pelo engajamento político e que expressava desejos e ações em torno de uma sociedade mais justa e mais igualitária, a imprensa brasileira desempenhou papel político importante nas discussões envolvendo políticas públicas, sobretudo na gestão presidencial de João Goulart.

A conjuntura dos anos 1960

Nos primeiros anos da década de 1960, o Brasil viveu momentos de efervescência política marcante. O desejo por mudanças permeava o campo político, social e cultural da sociedade brasileira naquele período. Foram anos de bastante intensidade na vida política, marcados pelo protagonismo dos movimentos sociais.

Todavia, era período de Guerra Fria, contexto histórico marcado pela polarização ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética. As duas superpotências não mediam esforços para empenhar todos os recursos no sentido de evidenciar as contradições existentes em escala mundial em torno de seus interesses. Nesse contexto, as imagens do ideário “ocidental e cristão” se sentiam ameaçadas com a

projeção das ideias comunistas.²⁴ No Brasil, grupos anticomunistas de viés liberal buscaram estabelecer a contraposição *democracia versus comunismo*, denunciando os supostos riscos que a democracia estaria correndo com a chamada “guerra revolucionária”.²⁵ Na avaliação de Rodrigo Motta, não só a noção de democracia que esses grupos pretendiam proteger carecia de conteúdo definido, como não se tratava de afirmar a participação popular, ou seja, agarravam-se ao termo para defender a ideia de que a ordem estava sob a “ameaça revolucionária”. Os grupos e instituições seguidores da visão de mundo ocidental preocupavam-se cada vez mais com o eminente “perigo comunista”, que se afigurava com maior grau desde a revolução cubana, em 1959, e, principalmente, com sua respectiva opção por um governo socialista, em 1961.

Não só a revolução cubana acenava como alternativa para novos tempos, como outros movimentos de cunho revolucionários semelhantes. A revolução argelina, em 1962, o processo de independência da África negra e do mundo árabe e muçulmano, a luta revolucionária do Vietnã, retomada nos anos 1960, entre outros, configuraram-se como esperança aos movimentos de cunho nacionalista que despontavam na América Latina, em especial no Brasil.²⁶ Os referidos movimentos constituíram-se como processos históricos que incendiavam as imaginações e as utopias, juntamente com a fermentação ideológica. Pareciam reforçar e estimular a ideia de revolução que ganhava sentidos e tonalidades fortes no início dos anos 1960. Entretanto, a ressonância e o impacto do movimento revolucionário cubano teve um duplo significado na sociedade brasileira: permeou o imaginário de todas as esquerdas e grupos nacionalistas e causou medo entre os grupos conservadores.

Diante desse contexto internacional, abriu-se uma conjuntura de grandes lutas sociais, até então, inéditas na história republicana brasileira. Era a hora de reconhecer e praticar os direitos de cidadania com voz, voto, opinião e decisão. Entre 1961 e 1964, os movimentos sociais passaram por significativo crescimento e ampliação da participação popular no processo político que exigiu um conjunto de demandas sociais e pressões reivindicatórias no meio urbano e rural. Nessa conjuntura, diversos setores da sociedade brasileira dividiram-se em torno de como as mudanças estruturais para o país seriam postos em prática. Foi um momento em que a luta entre grupos de orientação política

²⁴ Sobre esse tema, cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

²⁵ Idem, p. 40.

²⁶ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar Editor, 2005, p. 17.

oposta dificultou a resolução do conflito dentro do quadro institucional que combinasse reformas com a manutenção das regras democráticas.²⁷

Com efeito, nos anos 1960, a ideia de democracia configurou-se entre os principais agentes políticos de forma distinta e esteve polarizada entre o modelo liberal de democracia ou democracia representativa e democracia popular. A democracia liberal baseava-se nas liberdades individuais, civis, de imprensa e econômicas. Enquanto isso, grupos políticos de esquerda, críticos à concepção democrática liberal-representativa, valorizavam a chamada democracia popular, projeto revolucionário de reformas econômicas e sociais, pregando discurso nacionalista e anti-imperialista e a ruptura institucional caso fosse preciso. No entanto, a visão instrumental era algo recorrente tanto para setores mais radicalizados da esquerda e da direita. Esse embate de forças tornou-se mais constante durante o governo João Goulart, contribuindo para ampliar o clima de radicalização política.

Nesse cenário, cabem algumas perguntas: Como o jornal *Correio da Manhã* comportou-se na conjuntura do início dos anos 1960? E qual foi o papel político do diário carioca durante o governo João Goulart? Analisar a trajetória do *Correio da Manhã* poderá sinalizar e ajudar a compreender sua atuação nos idos de março de 1964. Entretanto, o marco simbólico desse processo histórico para iniciar a discussão foi a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961.

A renúncia de Jânio Quadros

Jânio Quadros fora eleito em outubro de 1960 pelo PDC com um discurso que enfatizava uma cruzada pelo saneamento moral, econômico e administrativo.²⁸ Jânio despertava um duplo sentimento em vários setores da sociedade brasileira: entusiasmo e esperança. O ex-governador do estado de São Paulo teve o apoio da UDN, sobretudo de Carlos Lacerda, principal liderança udenista na Guanabara e um dos maiores incentivadores da sua candidatura. A vitória de Jânio nas urnas representou simbolicamente para a UDN a elevação do partido ao posto mais alto do poder.

Contudo, em um episódio ainda pouco esclarecido, Jânio Quadros se viu envolvido em suspeitas de golpe de Estado que estava em andamento, denunciada por

²⁷ Cf. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit.

²⁸ LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: editora brasiliense, 1986, p. 27.

Carlos Lacerda. No dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros apresentava sua renúncia à Presidência para surpresa da sociedade. Em uma carta-renúncia, justificava seu ato, embora não houvesse explicações claras, senão a menção de sofrer pressão de “forças terríveis”.²⁹ No momento da renúncia, o vice-presidente, João Goulart, encontrava-se na China, em viagem diplomática e comercial.

A notícia da renúncia deixou atônita e perplexa a sociedade brasileira. Afinal, Jânio Quadros havia sido eleito presidente da República de forma esmagadora com 48% dos votos.³⁰ Além de ter obtido a maior votação que um candidato ao Executivo já recebera, Jânio vencera oponentes de grande peso político, derrotando o marechal Henrique Teixeira Lott, candidato apoiado pelos dois maiores partidos políticos, o PSD e o PTB, batidos pela primeira vez desde 1945. Com a promessa de moralizar a política e combater a corrupção, Jânio mobilizou multidões em vários pontos do país.

A informação da renúncia de Jânio e de que o novo presidente do Brasil era João Goulart soou de forma tão imprevista quanto impactante. Os principais jornais do país estampavam em suas páginas manchetes e artigos sobre o assunto. O *Correio da Manhã*, uma das principais vozes da grande imprensa brasileira, não perdeu tempo e, no dia 26 de agosto, demonstrou aos seus leitores a sua posição. Num editorial de primeira página, intitulado “Nesta hora desolada...”, o diário carioca se referiu à renúncia da seguinte forma:

“Nossa primeira condenação veemente tem de atingir o sr. Jânio Quadros que ontem renunciou, sem especificar suficientemente seus motivos de sua grave resolução. Há um ano, quando o mesmo sr. Jânio Quadros, por pretextos mais do que por motivos, renunciou à sua então candidatura, publicamos um editorial intitulado “*O cabo de vassoura*”, condenando a atitude inexplicada. Deveríamos hoje transcrever o editorial, apenas agravando os termos. Pois agora não há circunstância nenhuma. Na mensagem demagógica com que o ex-presidente da República se despediu, manifestamente destinada a convulsionar o país, só há vagas alusões a forças reacionárias que teriam imposto a renúncia do mesmo sr. Jânio Quadros que há poucos meses declarou só sair morto ou deposto.”³¹

O jornal deu provas de sua insatisfação com a decisão de Jânio Quadros em renunciar sem dar explicações consistentes à sociedade. O diário condenou a atitude do presidente demissionário, não só porque o apoiou nas eleições de 1960, mas também

²⁹ O discurso da renúncia se encontra na íntegra em VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, pp. 311-312.

³⁰ LABAKI, Amir. Op. cit., p. 28.

³¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1961. 1º caderno, p.1.

pelo fato que a mesma decisão foi tomada quando ainda era candidato à presidência da República. Na ocasião, o problema central eram as divergências que envolviam a escolha do candidato a vice-presidente na coligação PDC-UDN capaz de penetrar em áreas em que a chapa encabeçada pelo marechal Lott-João Goulart fosse forte, como na região nordeste.³² O *Correio da Manhã*, no entanto, no episódio da renúncia não poupou Jânio Quadros e o questionou quanto às tais forças reacionárias que teriam impedido sua continuação no poder como presidente da República.

Em outro trecho do mesmo editorial, o diário carioca foi ainda mais enfático quando destacou que:

“O fugitivo não denunciou seus perseguidores. Só há hipóteses e especulações. É, alias, fácil especular e fazer hipóteses. (...) Apenas nos cabe reconhecer na sequência dos acontecimentos a mesma receita que criou em 1954 e em 1955 duas datas históricas, sempre sob pretexto, de curar os males do país. Mas como foi a cura?”³³

O trecho é revelador, não só por cobrar de Jânio Quadros os nomes dos seus “perseguidores”, além de chamá-lo de fugitivo, mas, sobretudo, de relacionar esse acontecimento com outros emblemáticos como nos anos de 1954 e 1955 que acabaram se transformando em crises políticas que colocaram em xeque a manutenção da legalidade. A crise política que motivou o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, desencadeou em vários setores populares o sentimento de revolta, frustrando os planos dos golpistas civis e militares naquela ocasião. Já em 1955, ainda sob os efeitos do suicídio de Vargas, os mesmos golpistas tentaram obstruir as eleições presidenciais naquele ano, sendo impedidos pelo Exército sob a liderança do general Henrique Teixeira Lott.³⁴ Ao se referir às crises mencionadas, pode-se até deduzir que o *Correio da Manhã* parecia sinalizar o que estava por acontecer, visto que o pretexto utilizado nas referidas “datas históricas” para curar os males do país foi o rompimento institucional. No entanto, é importante enfatizar que o grau de imprevisibilidade no desenrolar dos acontecimentos predominou na sociedade.

³² VICTOR, Mário. Op. cit., pp. 54-56.

³³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1961. 1º caderno, p. 6.

³⁴ Cf. FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 305-326.

Com efeito, em meio à informação de que Jânio não era mais presidente do país, não demorou muito para a praça pública ser tomada por manifestações pedindo o seu retorno. No estado da Guanabara, os ferroviários da Leopoldina deflagraram greve geral em apoio ao ex-presidente.³⁵ Por outro lado, havia movimentos que defendiam a posse do vice-presidente, João Goulart. Houve em todos os recantos do país a exigência do cumprimento da legalidade. No entanto, o Congresso Nacional avaliou e aceitou a renúncia de Jânio. A partir daí, desencadeou-se grave crise política institucional envolvendo a posse do vice-presidente. João Goulart, de acordo com a Constituição de 1946, seria o substituto legal, porém despertava desconfianças e ameaças para alguns setores conservadores da sociedade.

A ascensão de Goulart significaria para os grupos conservadores o retorno do “getulismo” e o fortalecimento dos comunistas, visto que o vice-presidente era conhecido por cultivar ligações com as esquerdas. Esse temor levou os ministros militares de Jânio a se posicionarem contra a posse de Goulart. O veto dos ministros militares Odílio Denys (Guerra), Sílvio Heck (Marinha) e Grun Möss (Aeronáutica) criou impasse político e ambiente propício à guerra civil. No entanto, essa decisão fez com que diversos setores da sociedade se mobilizassem em torno da legalidade e da manutenção da Constituição de 1946. Em todas as partes do país, vozes de líderes sindicais, estudantis e liberais se pronunciaram contra os grupos golpistas. Os trabalhadores, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), vários líderes políticos de expressão, intelectuais, entre outras entidades, pronunciaram-se pela defesa da legalidade.

O tema da garantia dos princípios democráticos dominou as discussões em todos os âmbitos da sociedade brasileira, sobretudo no campo da imprensa. Segundo Alzira Alves de Abreu, os jornais de maior circulação no país, sobretudo do eixo Rio-São Paulo, prestigiados e tomadores de decisão e formadores de opinião, de modo geral, apoiaram a posse do vice-presidente.³⁶ Entre eles, destacou-se o matutino carioca *Correio da Manhã*, na defesa da democracia representativa instaurada com a Constituição de 1946.

³⁵ VICTOR, Mário. Op. cit., 321.

³⁶ ABREU, Alzira Alves de. “1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Op. cit., p. 111.

O *Correio da Manhã* não era afinado com as políticas trabalhistas de João Goulart. No entanto, mostrou-se firme na defesa da legalidade em relação aos patrocinadores do golpe: os ministros militares e o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Enquanto jornais como o paulista *Estado de S. Paulo* e os cariocas *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* manifestaram-se contra a posse de Goulart, o *Correio da Manhã* e o restante da imprensa não abriu mão da democracia e do respeito à legalidade.³⁷ Com um editorial de primeira página intitulado “Em defesa da legalidade”, o diário defendeu sua posição da seguinte forma:

“Conforme a letra da Constituição, o sr. Mazzilli assumiu interinamente a Presidência da República, aguardando-se a chegada do primeiro substituto legal para este ser empossado. É o sr. João Goulart. Mas há quem entenda que a triste farsa de sexta-feira ainda não terminou. Há quem queira um segundo ato. Temos sempre manifestado as necessárias reservas quanto à personalidade do novo presidente da República. Mas o fato é que ele agora o presidente da República. É um fato que o sr. João Goulart foi eleito; e com maioria muito mais maciça do que alguns dos seus adversários. É um fato que o art. 79 da Constituição Federal o designa substituto do já ex-presidente da República; êsse fato não pode ser modificado pela mais parnasiana cultura jurídica. É um fato que a legalidade é mais importante que o sr. João Goulart e mais importante que todos os seus adversários. É um fato que o sr. João Goulart tem que ser empossado, logo que chegar, para evitar que o Brasil fique avultado e rebaixado à condição de terreno moralmente baldio (...). A posse do sr. João Goulart, isto é a legalidade. (...)”³⁸

Em seu editorial, o *Correio da Manhã* foi contundente no cumprimento da legalidade e deixou evidente que o respeito à Carta Magna de 1946 estava acima das opções políticas e pessoais. Quando destacou que possuía reservas “à personalidade do novo presidente da República”, o jornal carioca esclareceu aos seus leitores que mesmo não sendo janguista e não ser nada simpático ao modo como Goulart fazia política, sua posse representava a concretização da legalidade e um passo importante para evitar que o Brasil se tornasse terreno fértil aos golpistas. No entanto, ao mencionar no editorial o trecho “Há quem queira um segundo ato”, o diário deixou claro sua insatisfação contra

³⁷ No estado de São Paulo, a renúncia de Jânio Quadros dividiu parte da imprensa paulista. Enquanto o *Estado de S. Paulo* repudiava a posse de João Goulart, a *Folha de S. Paulo* optou por respeitar a legalidade naquele momento. Cf. PILAGALLO, Oscar. Op. cit., p. 146. No estado da Guanabara, os jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* foram contra a posse do vice-presidente, mas o *Jornal do Brasil* defendeu a manutenção da democracia representativa, bem como o *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *A Noite*, *O Jornal*, *Última Hora*, além do *Correio da Manhã*. Ver ABREU, Alzira Alves de. “1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Op. cit., pp. 111-113.

³⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1961. 1º caderno, p. 1.

aqueles que desejavam macular a manutenção da democracia, em última instância, o rompimento institucional. O editorial acima, pelo menos na parte destacada, parecia ter endereço: os ministros militares e Carlos Lacerda.

A campanha da legalidade na pauta

A reação contra a investida golpista dos ministros militares, no entanto, não ficou restrita apenas nas páginas dos jornais. Em meio à tempestuosa decisão da cúpula militar, surgiram movimentos de apoio à posse de João Goulart e de resistência ao rompimento institucional em diversas partes do país. Dentre eles, destacou-se um dos mais atuantes, cuja liderança coube ao então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.³⁹ Ao saber da renúncia e do veto militar à posse do vice-presidente, Brizola declarou oposição às ações golpistas. Iniciou-se um movimento conhecido como Rede da Legalidade. A decisão de Brizola foi trazer Goulart à capital do Rio Grande do Sul e defender seu mandato presidencial sem medir esforços. No entanto, para suspender o golpe em andamento, era preciso mobilizar não só o Rio Grande do Sul, mas todas as partes do país.

De Porto Alegre, Brizola percebeu que para resistir ao golpe, tendo em vista que visto que jornais, rádios e televisões estavam sendo censurados, além de prisões arbitrárias em muitos estados da federação, necessitava de apoio militar e político. Acima de tudo, precisava se comunicar com a população, pois romper a censura dos meios de comunicação era fundamental para furar o cerco imposto pelos golpistas e ganhar aliados à posse de Goulart. No entanto, em manobra rápida, as rádios gaúchas Capital, Farroupiha e Difusora já tinham sido tomadas pelas tropas do III Exército por divulgar manifestos de Brizola. Os esforços do governador na luta pela legalidade pareciam se definharem. Entretanto, ordenou que os homens da Guarda Civil invadissem a Rádio Guaíba e levassem seus equipamentos aos porões do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho.⁴⁰ Através da Rádio Guaíba, Brizola passou a defender a posse de Goulart, mobilizando a população do estado do Rio Grande do Sul.

Sem apoio militar, Brizola compreendeu que o uso da Rádio Guaíba seria de grande importância para furar o bloqueio da censura e denunciar a tentativa de golpe de Estado que estava em curso. Nesse sentido, a Rádio foi interligada a outras 150 rádios

³⁹ LABAKI, Amir. Op. cit., p. 78-79.

⁴⁰ Idem.

pelo Rio Grande do Sul e chegou a outros estados do país. Sob a liderança de Brizola, formou-se a Cadeia Radiofônica da Legalidade para romper o bloqueio a censura imposta pelos ministros militares a defesa da legalidade. A influência da resistência vinda do sul do país com a Rede da Legalidade foi decisiva na tomada de posição da população a favor da posse de Goulart. O governador do Rio Grande do Sul tornou-se a primeira liderança civil brasileira a enfrentar – a derrotar – tentativa de golpe militar.

Em meio à tensão que dominava os ânimos do cenário político, Brizola recebeu um importante apoio. Discordando das ordens dos ministros militares que poderiam transformar a capital gaúcha em palco de guerra, o comandante do III Exército, o general Machado Lopes, aderiu à causa da legalidade. Nesse sentido, a resistência civil somou-se à militar. A união do general com o governador revelou que nas Forças Armadas havia cisões. O compromisso com a legalidade era uma questão assumida por muitos oficiais das três Forças. Em vários pontos do território nacional, a legalidade não só foi assumida incondicionalmente por vários oficiais em comando de tropa, como muitos outros abandonaram seus postos em diferentes estados do país para se apresentar ao general Machado Lopes, considerado na ocasião como o legítimo chefe das Forças Armadas do Brasil.⁴¹ O agravante nesse processo foi que a crise ganhou contornos dramáticos e ainda mais propícios a detonação de uma guerra civil.

Enquanto a Rede da Legalidade, liderada por Brizola, difundia as pretensões golpistas e fomentava manifestações, greves e paralisações em defesa do regime constitucional, os ministros militares lançaram um manifesto público sobre as razões pelas quais discordavam da investidura de Goulart.⁴² A atitude da cúpula militar incendiou ainda mais o ambiente político que estava permeado de ameaças e contra-ameaças. A turbulência política só aumentava a incerteza para o desfecho da crise político-militar institucional.

À medida que se concretizava o veto à posse de Goulart como presidente da República, os partidos políticos negociavam uma saída para a crise com a tramitação da emenda constitucional número 4 para propor a implantação do regime parlamentarista, sistema de governo em que o chefe do Executivo estaria submetido ao primeiro-

⁴¹ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 37-38.

⁴² O manifesto dos ministros militares pode ser visto na íntegra em VICTOR, Mário. Op. cit., pp. 347-348.

ministro, posto máximo na nova ordem.⁴³ Além da emenda, discutiu-se também no Congresso Nacional o pedido de *impeachment* de Goulart. Era uma tentativa da cúpula militar de intimidar o Congresso para impedir de qualquer maneira a chegada do vice-presidente ao posto mais alto do Executivo.

Acompanhando os impasses entre o Congresso e os ministros militares, *Correio da Manhã* posicionava-se de forma ferrenha ao lado da legalidade. Em editorial intitulado “Informação aos chefes militares”, o jornal carioca não só esclarecia aos seus leitores em que lado estava, como comunicava sobre o que se discutia no Congresso e as pretensões dos ministros militares. De acordo com o matutino:

“O Congresso está deliberando. Essa discussão, dentro do Congresso, é neste momento a única realidade constitucional. Qualquer outra realidade é ou seria golpe: força física, força bruta. Está em deliberação uma fórmula, já aceita aliás pelo sr. João Goulart, que pretende introduzir o regime parlamentarista. O Congresso terá de examinar se essa fórmula serve aos interesses do país e se é compatível com a preservação de instituições democráticas, não tutelada por ninguém. (...) Também está em deliberação a mensagem que pede o *impeachment* do sr. Goulart, transmitida ao Congresso pelo sr. Ranieri Mazzilli em nome dos ou de chefes militares. Esses chefes militares são, no momento, a realidade física do país. São eles que agiram. São eles que continuam agindo. Mas não há ação militar sem prévio serviço de informações. Prestaremos aos chefes militares o serviço de informá-los. (...) A aceitação dessa lamentável mensagem seria a aprovação de um novo golpe.”⁴⁴

A solução parlamentarista era o caminho encontrado que as lideranças dos partidos políticos encontraram para negociar com os militares uma saída pacífica e negociada para a crise. Ainda no exterior, Goulart tomou conhecimento da extrema gravidade da crise política que se desenrolava em face à renúncia de Jânio e sua posse. João Goulart foi informado da alternativa para assegurar sua posse e aconselhado por nomes importantes do PSD, como Juscelino Kubistchek e Tancredo Neves, que garantiram total apoio do partido, desde que a moderação política fosse seguida. Assim, mesmo contrariado, por ter seus poderes limitados, Goulart aceitou a solução parlamentarista para que o golpe de Estado militar em curso não pudesse abrir caminho para uma guerra civil.

Todavia, a resistência dos militares ao nome de Goulart era grande. Os instrumentos para impedi-lo de se tornar presidente da República, como a proposta de

⁴³ LABAKI, Amir. Op. cit., pp. 102-103.

⁴⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1961, p. 1.

impeachment dos ministros militares, revelavam esse caráter de repúdio a imagem de Goulart. No entanto, *Correio da Manhã* foi combativo à mensagem dos militares transmitida ao Congresso e os responsabilizou pelas violações cometidas contra a Constituição e contra aqueles que a defendem.

Com efeito, a proposta de *impeachment* foi recusada pelos parlamentares. Mesmo a UDN naquela ocasião votou contra. Apenas Carlos Lacerda defendeu as posições golpistas dos ministros militares. O Congresso Nacional, embora intimidado pela cúpula militar, exprimia a vontade popular contra o golpe que se insurgia a partir dos ministros militares Odílio Denys, Sílvio Heck e Grun Möss, e do próprio Lacerda.

Em nota oficial, como resposta à decisão dos parlamentares, os ministros militares lançaram, no dia 30 de agosto, manifesto de repúdio a Goulart, destacando que:

“no cargo de Vice-Presidente, sabido é que usou sempre de influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China Comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares. (...) Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao Chefe do Governo, o sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.”⁴⁵

Para os ministros militares, Goulart patrocinaria o caos, a desordem, o comunismo, enfim, ele era uma ameaça às instituições democráticas e ao povo cristão brasileiro. Entretanto, para o *Correio da Manhã* o manifesto era sinônimo de golpe de Estado. Em editorial de primeira página intitulado “Ditadura”, o jornal carioca interpretava da seguinte forma as ações dos militares:

“Lemos o manifesto dos ministros militares, coagindo o Congresso. É o golpe abolindo o regime republicano no Brasil. É a ditadura militar. Agora, a responsabilidade por tudo que acontecer ao Brasil, é de: Odílio Denys, Sílvio Heck, Grun Moss.”⁴⁶

⁴⁵ VICTOR, Mário. Op. cit.

⁴⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1961, p. 1.

A cúpula militar era desafiada pela Campanha da Legalidade e desmoralizada pela imprensa. Enquanto os ministros militares não estavam dispostos a ceder espaços para manobras constitucionais que favorecessem a posse do vice-presidente, o jornal *Correio da Manhã*, por sua vez, não recuava. As denúncias contra os abusos cometidos eram a tônica do discurso do diário que responsabilizava diretamente os ministros militares por deixar o país à beira de uma guerra civil. Para o jornal carioca não era Goulart que provocava o caos e sim os ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica. Diante da intransigência dos ministros militares em aceitar a posse de Goulart e da intimidação feita àqueles que defendiam a legalidade, *Correio da Manhã* passou a cobrar a manutenção da Constituição com mais vigor do Congresso Nacional. Na concepção dos editorialistas do jornal,

“só a definição do Congresso pode e deve ser a última palavra para encerrar a crise que a intempestiva ação dos ministros militares criou. Mas para tanto é preciso que o Congresso se defina. (...) O Congresso não pode nem deve aceitar coações nem admitir tudo para evitar novos golpes. A hora da omissão já passou. Agora, o Congresso tem de agir.(...) Mas se o Congresso preferir a posse, pura e simples, do sr. João Goulart, sem emenda alguma, então os ministros militares também terão de acatar a vontade da Nação soberana. (...) O Congresso é hoje a única realidade legal do país.”⁴⁷

Com o avanço das forças legalistas através da Campanha da Legalidade, liderada por Brizola, ou pelas denúncias na imprensa, no dia 31 de agosto, Goulart desembarcou em Montevideú, capital do Uruguai, para selar o pacto da emenda do parlamentarismo. Desse modo, no dia 1º de setembro de 1961, o Congresso aprovou a emenda parlamentar. Diante dessa nova realidade, para *Correio da Manhã*, havia chegado a hora da definição: a posse de João Goulart deveria ser concretizada.

Entretanto, um dos desdobramentos da crise que sinalizava para contornos ainda mais dramáticos era a divisão das Forças Armadas. Nesse aspecto, *Correio da Manhã* advertiu o ministro da Guerra, manifestando-se da seguinte forma:

“A crise política está encerrada. (...) Queiram ou não, o sr. João Goulart é o presidente da República. Todo o país o reconhece, com ou sem parlamentarismo. (...) Todos cumpriram com seu dever, menos alguns chefes militares. Pois no momento em que a crise política se encerra, abre-se a crise militar. Só a militar. Porque a crise político-militar cessou com a chegada do presidente e com a

⁴⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de setembro de 1961, p. 1.

resistência do Congresso e do povo. (...) Saibam esses chefes militares, rebelados contra o presidente, a Constituição e o Congresso, que não têm o direito de arruinar o país e matar brasileiros. A guerra civil não será entre civis, estes unidos pela legalidade, mas entre militares. (...) Compreenda o mal. Denys, nesta última hora, o que é seu dever: entregar as armas que levantou em rebelião contra o Brasil.”⁴⁸

A mobilização em torno da legalidade no meio militar não só dividiu a instituição como enfraqueceu a tomada de decisão dos ministros militares. De um lado, centenas de oficiais aderiram à legalidade, tendo o III Exército como pilar de sustentação da causa, mas, por outro, houve aqueles que acataram as ordens do ministro da Guerra, Odílio Denys, como foi o caso dos comandantes do I, II e IV Exércitos, embora não tivessem unanimidade dos seus oficiais. No entanto, o jornal *Correio da Manhã* considerou que o maior responsável pela divisão das Forças Armadas foi o marechal Odílio Denys por fomentar a instabilidade nos quartéis.

Com efeito, os ministros militares estavam cientes do seu isolamento em relação à ampla coalizão que se formou dentro e fora do Congresso para preservar a legalidade, incluindo tanto os grupos de esquerda quanto os conservadores. Perceberam que a solução negociada seria uma derrota política, mas honrosa para os militares. No entanto, a solução parlamentarista não agradou a Goulart, apesar de ter aceitado para evitar uma guerra civil. Os grupos de esquerdas e os nacionalistas que defenderam a posse do vice-presidente ficaram frustrados com a decisão de Goulart, principalmente Leonel Brizola. O governador do Rio Grande do Sul e principal liderança de resistência ao golpe militar não aceitava a mudança do regime presidencialista para o parlamentarismo. Na avaliação de Argelina Figueiredo, Goulart aceitara a fórmula parlamentarista para evitar a guerra civil e mais sofrimento ao povo brasileiro, bem como medida para unificar as Forças Armadas e reconstituir a legalidade.⁴⁹ Contudo, Figueiredo analisa que a introdução do parlamentarismo evitou a guerra, mas restringiu os poderes do novo presidente numa tentativa dos grupos parlamentares conservadores controlarem o ritmo das reformas propostas por Goulart.⁵⁰

Naquela conjuntura, no entanto, *Correio da Manhã* considerou que a realidade constitucional era João Goulart como novo presidente da República sob o regime parlamentarista. O jornal carioca era contra mudanças nas regras do jogo democrático,

⁴⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1961, p. 1.

⁴⁹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit., p. 51.

⁵⁰ Idem.

mas diante daquelas circunstâncias, em que o risco de uma guerra civil foi quase iminente, o sistema parlamentarista era o caminho mais viável para a manutenção da democracia. *Correio da Manhã*, assim como a maior parte da imprensa brasileira, apoiou a solução parlamentarista e recusou qualquer alternativa para o desfecho da crise que não tivesse respaldo legal. A tentativa de golpe em 1961 não encontrou sustentação política e social de diversos setores da sociedade brasileira, tampouco das páginas do *Correio da Manhã*.

Na trincheira contra Carlos Lacerda

Durante a crise que envolveu a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, nenhum outro político foi tão combatido pelo *Correio da Manhã* como o governador do estado da Guanabara. Carlos Lacerda, jornalista e político, ficou conhecido na história política brasileira pelo seu talento de orador na tribuna do Congresso Nacional, mas também por suas atitudes golpistas e antidemocráticas. Ao longo do regime democrático consagrado pela Constituição de 1946, Lacerda envolveu-se nas principais crises políticas do país. Participou ativamente da campanha que resultou no suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954, do mesmo modo que esteve na trama para suspender as eleições e a posse de Juscelino Kubistchek, em 1955. Na crise de agosto e setembro de 1961, Carlos Lacerda foi o principal líder político.

Lacerda foi o primeiro governador da Guanabara após a transferência da capital federal para Brasília, além de ser reconhecido como liderança da UDN da Guanabara. Na avaliação de Maria Victoria de Mesquita Benevides, a UDN carioca era a mais engajada na militância e na polarização em torno do antigeutlismo e pela oposição sistemática ao PTB, inimigo histórico e partido forte no Rio de Janeiro.⁵¹ Assim, após os primeiros sinais de resistência ao golpe e à posse de Goulart, herdeiro político de Vargas e principal liderança nacional do PTB, Lacerda endossou a violência enveredada pelos ministros militares. Prisões arbitrárias, censura e apreensão de jornais foram as principais medidas coercitivas e inconstitucionais na Guanabara. Como governador, Lacerda ordenou a censura com a finalidade de intimidar o crescente movimento de opinião pública contrário ao golpe de Estado desencadeado pelos ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica. Edições dos jornais *Correio da Manhã*, *Última Hora* e *O*

⁵¹ BENEVIDES, Maria Victoria de. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 226.

Globo, que protestaram com veemência, foram alvo de apreensão por parte da Divisão de Polícia Política e Social e pela polícia do Exército. No entanto, as constantes violações provocaram fortes reações do *Correio da Manhã* em relação ao então governador. Um dos mais respeitados jornalistas, além de ensaísta e crítico literário, Otto Maria Carpeaux foi um dos editorialistas do *Correio da Manhã* a definir Lacerda como político que não respeitava as leis. Em editorial intitulado “Rei sem lei”, Carpeaux, denunciou as ações comandadas pelo governador da Guanabara contra a imprensa. Segundo Carpeaux,

“no Brasil não existe censura da imprensa, nem prévia nem outra. No Brasil só pode haver censura, de maneira estritamente delimitada pelas leis, quando houver estado de sítio. (...) Não admitimos esse crime. (...) Importa quem alegou, para tanto, uma ordem militar que não existia e nem existe. Importa quem mentiu para justificar a violência. Esse responsável no mais alto grau é o sr. Carlos Lacerda, precariamente eleito governador do Estado da Guanabara e nomeado ditador desta desgraçada cidade. Sua responsabilidade, sua culpa está confirmada: por não ter punido, até hoje, seus esbirros nem demitido seu censor. Foi ele, governador, que violou a lei, embora, ao empossar-se, tivesse jurado defendê-la. É o crime do perjúrio. Lembramos a esse pequeno rei sem lei que está fora da lei quem se coloca fora da lei. Não tem mais a proteção da lei.”⁵²

Diante dos primeiros atos contra os meios de comunicação, *Correio da Manhã* partiu para a ofensiva com objetivo de assegurar a legalidade e ser porta-voz da imprensa contra os atos inconstitucionais de Lacerda na Guanabara. Não foi casual que Carpeaux no seu texto ao relacionar Lacerda ao “pequeno rei sem lei” buscou demonstrar o caráter antidemocrático do governador. Em outras palavras, Carpeaux chamou a atenção da população da Guanabara para o lado da mesquinhez e do desprezo do governador pela legalidade ao proibir a circulação da edição do *Correio da Manhã*, assim como a de outros jornais, numa tentativa de censurar e intimidar a imprensa junto ao movimento de resistência que se formou contra o golpe de Estado militar com o respaldo de civis, como Carlos Lacerda.

À medida que a crise não arrefecia, as medidas coercitivas na Guanabara continuavam cerceando a liberdade de imprensa e de manifestação daqueles grupos e setores da sociedade favoráveis à posse de Goulart. O matutino carioca, por sua vez, manteve-se como um baluarte da legalidade, denunciando em suas páginas as manobras

⁵² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1961, p. 6.

utilizadas por Lacerda para censurar revistas e jornais. A resistência à censura imposta aos jornais da Guanabara não ficou restrita apenas em palavras. Um movimento amplo na defesa da Constituição e da liberdade de imprensa foi desencadeado pelo Sindicato de Proprietários de Jornais e Revistas, com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Em reunião, jornalistas e membros do sindicato pediram a expulsão de Lacerda da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), da qual exercia o cargo de diretor, por incompatibilidade com a profissão.⁵³ O clima entre jornalistas, donos de jornais na Guanabara e o governador estava tão tenso, que o então diretor redator-chefe do *Correio da Manhã*, Luís Alberto Bahia, regressou às pressas da Europa, onde passava férias, para juntar forças com outros redatores no sentido de combater a censura. Diante da pressão, Lacerda recuou e fez um pronunciamento, dias depois, para suspender a censura. No entanto, *Correio da Manhã* não suspendeu suas críticas ao governador por suas atitudes de instabilizar o cenário político.

Ainda sob o recaldo da censura, *Correio da Manhã* cobrou punições a Lacerda pelos crimes cometidos até então. Segundo o jornal, medidas severas deveriam ser aplicadas ao governador da Guanabara. Desse modo, o discurso do *Correio da Manhã* defendido era o seguinte:

“Agora as responsabilidades. O responsável número um é aquele em cujo nome os esbirros se apresentaram. Esse responsável número um é Carlos Lacerda, o homem do jornal que “diz o que pensa” e não suporta que outros digam o que pensam. (...) Nosso protesto tem finalidade prática. A lei e o Direito foram violados. Para tanto, é preciso distinguir entre as duas violações da lei que ocorreram. Pois o crime cometido foi, ao mesmo tempo crime comum e crime político. O crime comum foi o roubo, várias vezes repetido, da tiragem deste jornal. Teremos de ser, conforme sentença da Justiça, indenizados. Mas quem terá de pagar essa indenização, não deve ser o Estado da Guanabara. (...) As indenizações terão de ser pagas por Carlos Lacerda e pelos oficiais culpados: da venda de suas propriedades e do confisco dos seus vencimentos. O crime político está claramente definido. A punição tem de ser clara. Carlos Lacerda, quando destituído do mandato de cujo exercício se mostrou indigno, terá de perder, conforme sentença da Justiça, os direitos políticos e civis. A Sociedade Interamericana de Imprensa, em cujas reuniões esse renegado gritou tantas vezes, invocando a liberdade, terá de expulsá-lo. Agora tem de ser eliminado, para sempre, da vida pública.”⁵⁴

⁵³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1961, p. 1.

⁵⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1961, p. 6.

De fato, Lacerda ordenou a apreensão da tiragem não apenas do *Correio da Manhã*, mas de outros jornais no estado da Guanabara, prova da violação à Constituição. O caráter antidemocrático do governador foi denunciado constantemente durante os dias em que o impasse político predominou. Nesse sentido, *Correio da Manhã* cobrava a destituição de Lacerda do governo da Guanabara, mas amparada na lei. O matutino carioca, desse modo, embora vítima da censura imposta pelo Lacerda, não abandonou sua linha legalista. As medidas inconstitucionais praticadas deveriam ser contidas pela lei, pelo direito, enfim, pelos princípios orientados pela Constituição.

Com efeito, Lacerda continuou com seus violentos ataques a Goulart para impedir sua posse. Em meio à votação da emenda parlamentarista, o papel político de Lacerda não contribuiu em nada para encontrar alternativas para o fim da crise. Enquanto os ânimos no cenário político estavam cada vez mais exaltados, à beira de estourar uma guerra civil, *Correio da Manhã* voltava-se com mais vigor contra o papel do governador da Guanabara na crise. Segundo o matutino carioca:

“Carlos Lacerda acaba de incendiar o país, ameaçando-o de guerra civil, amordaçando a imprensa livre que se lhe opõe. E agora telegrafou à Sociedade Interamericana de Imprensa, acusando de atividades subversivas a imprensa e querendo justificar suas violências pela obrigação, de governar, de manter a ordem: a ordem que ele próprio perturbou, levando o país à beira do abismo. (...) Sempre desconfiamos que Carlos Lacerda é um caso de dissociação da personalidade. O diagnóstico explicaria os sucessos do polemista e as sucessivas derrotas do político. Também explicaria a hipocrisia das suas profissões de fé e a malignidade dos seus atos.”⁵⁵

Correio da Manhã ao destacar que Lacerda possuía “dissociação de personalidade” estava enfatizando suas tentativas golpistas de alcançar o poder durante o período democrático, inaugurado com a Constituição de 1946. Carlos Lacerda, embora defendesse na sua retórica as palavras liberdade e democracia, sempre esteve pronto para levar às últimas consequências sua luta para alcançar o poder, mesmo que o custo fosse a ruptura institucional. Na liderança da ala radical da UDN carioca, Lacerda foi se distanciando cada vez mais dos setores mais liberais do partido e desencadeando uma violenta campanha anticomunista. Assim, *Correio da Manhã* apontava suas desconfianças ao governador da Guanabara, considerado como o principal político a inflamar o quadro político na crise de 1961.

⁵⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de setembro de 1961, p. 6.

Para ratificar sua desconfiança quanto ao governador, *Correio da Manhã* recorreu ao passado para lembrar aos seus leitores e, acima de tudo, à sociedade brasileira que “O papel de Lacerda”⁵⁶

“Desde 1945 encontra-se esse conspirador na raiz de todas as desgraças do país. Sempre deflagra crises. Desta vez pretende deflagrar a última das crises, a que acabaria com o Brasil. Mas antes acabará com ele.”⁵⁷

Ao recorrer ao passado recente do Brasil, o jornal enfatizou a participação de Carlos Lacerda sem sucesso nas tentativas de golpe na conjuntura do suicídio de Vargas, em 1954, e na posse de Kubitschek, em 1955. O diário carioca tentou relacionar a figura política de Lacerda a de um conspirador de plantão, sempre atento a deflagrar ataques à manutenção da democracia representativa. No dia da posse de João Goulart, *Correio da Manhã*, em editorial intitulado “Direitos da Guanabara”, mandou um recado para Lacerda:

“A introdução do regime parlamentarista e a formação do primeiro gabinete também abrem novas perspectivas para o Estado da Guanabara. Durante estes últimos dias, os acontecimentos no plano nacional quase fizeram esquecer que o Estado da Guanabara existe. O próprio governador foi, aliás, o primeiro que o esqueceu, abandonando totalmente a administração para dedicar-se ao seu *hobby* preferido de dar golpes, derrubar governos, conspirar com militares e descobrir comunismo em toda parte menos no seu peito. (...) Os problemas são enormes e de todos conhecidos. (...) Esse governador já não chega a assinar um decreto ou uma portaria. Só pensa em comunismo. (...) O que Jânio Quadros prometeu e não cumpriu, tem de ser cumprido pelo novo governo. Sabe-se aliás, que Carlos Lacerda, enfraquecido ao ponto de se encontrar em coma político, não terá a força necessária para solicitar nada ao governo federal.”⁵⁸

A obsessão de Carlos Lacerda de impedir a posse de João Goulart foi combatida pelo *Correio da Manhã* desde que a renúncia de Jânio Quadros foi confirmada pelo Congresso Nacional. No entanto, apesar de enfraquecido pela frustrada tentativa do golpe de Estado dos ministros militares, Lacerda transformou-se no principal político udenista a corporificar uma frente de combate a Goulart. Pouco mais de um mês da posse de Goulart, Lacerda em viagem à cidade de Nova Iorque, para se retratar à Sociedade Interamericana de Imprensa sobre suas ações durante a crise de agosto,

⁵⁶ Título do editorial do *Correio da Manhã*, em 2 de setembro de 1961, p. 6.

⁵⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1961, p. 6.

⁵⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1961, p. 6.

aproveitou a oportunidade para fazer declarações de uma suposta “infiltração comunista” patrocinada por Leonel Brizola. O objetivo era criar um quadro desfavorável para o novo governo em relação aos Estados Unidos, já que o Brasil encontrava-se em difícil situação econômica e necessitava de ajuda financeira em termos de empréstimos e prazos para pagar dívidas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesse sentido, declarações como a do governador da Guanabara só piorava o cenário que já era preocupante.

Contudo, *Correio da Manhã* repudiou com veemência a atitude de Lacerda a ponto de relacioná-lo como traidor da Nação e ressaltou o papel de resistência de Brizola ao impedir a tentativa de golpe. Com editorial intitulado “Brasil traído”, o matutino carioca analisou da seguinte forma a viagem de Lacerda e seus desdobramentos:

“Em Nova York, Carlos Lacerda fez declarações maximamente escandalosas, cometendo o crime de traição ao Brasil. No Rio de Janeiro, um órgão que se diz das classes conservadoras, apóia as mentiras e calúnias de Lacerda, inventando totalmente uma conspiração comunista do governador Brizola no Rio Grande do Sul. (...) Não esqueçamos nunca: foi a resistência do governador Brizola que impediu a vitória do golpe dos Cordeiros de Farias e dos Lacerdas. Não perdoam isso. Aqui no Rio, é tão fraco, tão ausente o comunismo que as mais exaltadas gritarias de Lacerda não pegaram. Agora tentam denunciar o Rio Grande do Sul, onde o comunismo é mais fraco que em qualquer dos grandes Estados: os gaúchos nunca elegeram um simpatizante deputado federal e não nenhum comunista ou criptocomunista em sua Assembléia. Mas os especuladores têm a desfaçatez de denunciar como comunista o governo Brizola, (...) É o cúmulo.”⁵⁹

Correio da Manhã não contentou-se apenas em tecer críticas quanto ao papel ameaçador que Lacerda exerceu para criar um quadro de instabilidade à democracia e ao novo governo. Destacou também que alguns veículos da imprensa escrita davam espaços em suas páginas às palavras eloquentes do governador da Guanabara, mas de teor devastador naquela conjuntura. O órgão do qual o matutino carioca se refere é o jornal *O Globo*, cujo proprietário, Roberto Marinho, encontrava-se também em Nova Iorque, na SIP.⁶⁰ Ainda no episódio sobre a solicitação do pedido de expulsão de Lacerda da diretoria da SIP, Roberto Marinho talvez tenha sido o único entre jornalistas e donos de jornais a se posicionar contra a medida, defendendo a permanência do governador da Guanabara. Embora tivesse seu jornal censurado, para Roberto Marinho,

⁵⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1961, p. 6.

⁶⁰ VICTOR, Mario. Op. cit., p. 383.

seu inimigo não era Lacerda, pois este agiu, mesmo com excessos, para manter a ordem e a autoridade.⁶¹ Naquela conjuntura, para determinados grupos conservadores, as palavras ordem e autoridade implicavam no combate ao comunismo. Desse modo, nas páginas do seu jornal, Roberto Marinho procurou defender Lacerda por entender que ele combatia uma conspiração comunista arquitetada pelo governador Leonel Brizola.

É importante enfatizar, contudo, que a mesma linha defendida pelo *O Globo* estendia-se também para outro jornal da imprensa carioca. Trata-se do jornal *Tribuna da Imprensa* que exprimia as tendências lacerdistas e o único a não ser censurado durante o desenrolar da crise que envolveu a posse de Goulart. Líder da ala radical da UDN ao nível nacional, Lacerda era dono do vespertino *Tribuna da Imprensa*, mas as dificuldades financeiras fizeram com fosse vendido logo após a crise de agosto de 1961. No entanto, mesmo com a nova direção, Lacerda continuou a influir na linha política do jornal, mantendo o jornal *Tribuna da Imprensa* em linha de oposição sistemática ao governo de João Goulart.⁶²

A preocupação do *Correio da Manhã* em relação às declarações do governador da Guanabara no momento em que o país encontrava a normalidade para seguir um caminho que o tirasse da crise econômica é reveladora. Para o matutino carioca, Lacerda ao invés de lutar pela união nacional, contribuía para a divisão da sociedade e, conseqüentemente, tornava ainda mais instável o cenário político, sobretudo a partir de discursos anticomunistas. Carlos Lacerda manteve o ímpeto de ataques violentos contra o governo Goulart em graus cada vez mais crescente de radicalização, especialmente nas denúncias de “infiltração comunista”, como a descrita pelo *Correio da Manhã*. Nesse sentido, o diário carioca alertava os seus leitores para as calúnias do governador, expressando que:

“Querem denunciar o comunismo em toda parte, desmoralizar a resistência democrática do povo e arruinar o conceito externo do Brasil, para que ninguém mais confie dinheiro a este país e para que o dólar chegue a 400. É por isso que denunciam complôs fantasiosos: para a Bolsa. Especuladores infames e políticos desesperados em aliança: eis os motivos das mentiras nova-iorquinas de Lacerda e das mentiras cariocas contra o governador Brizola. (...) O lugar desse traidor da pátria é na prisão.”⁶³

⁶¹ CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Niterói: Editora da UFF: Editora NitPres, 2010, p. 155.

⁶² Cf. LEAL, Carlos Eduardo. “Tribuna da Imprensa”. In: ABREU, Alzira A. et. al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. 2ª ed. RJ: Editora FGV, 2010.

⁶³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1961, p. 6.

No trecho acima ficou evidente os estragos que a retórica lacerdista poderia causar ao Brasil no exterior. Na avaliação do jornal, o governador da Guanabara era um oponente da legalidade que deveria ser neutralizado, pois suas intempestivas declarações só contribuíam para fomentar a instabilidade do quadro político e econômico. Enquanto Lacerda aproveitava-se do jornal *Tribuna da Imprensa* para difundir críticas violentas contra Goulart, acusando-o de estimular a “infiltração comunista”, *Correio da Manhã* utilizava suas páginas para repudiar e condenar as ações extremistas do governador da Guanabara.

A posse de Jango

Enquanto no Brasil crescia o movimento em defesa da legalidade e das instituições, reunindo diversos setores da sociedade, João Goulart rumava do Uruguai para assumir a presidência da República. Após dias de crise, havia uma atmosfera de tensão, mas de muita esperança, pois era o momento de reunir forças para combater outro desafio: a crise econômica. Os custos da crise de agosto acentuaram as dificuldades financeiras do Brasil, que desde fins dos anos 1950 dava sinais do enfraquecimento da economia. O ritmo de crescimento diminuía, a inflação disparava e o custo de vida aumentava. Era necessária a união de todos os setores da sociedade brasileira para recuperar as finanças do país. Nesse sentido, *Correio da Manhã* manifestou-se da seguinte forma:

“Um por um estão sendo vencidos os obstáculos que impedem a volta à normalidade. Foi um esforço coletivo. A afirmação unânime para preservação e continuidade do regime democrático custou um preço pesado. Vamos ter que pagar caro pelo reconhecimento do nosso voto de fé no regime democrático. (...) Preservamos o regime democrático. Foi o primeiro passo. Mas é preciso, agora, que preservemos a estrutura econômica do país para a continuidade do regime democrático. É o segundo passo inadiável. A eles devem-se suceder imediata e inapelavelmente as reformas estruturais básicas do sistema agrário, tributário e social que façam da democracia uma realidade e não apenas uma palavra para o uso dos oradores de sobremesa e dos autores de ordens do dia.”⁶⁴

Passado os dias mais turbulentos, o momento era de se voltar para resistir à crise econômica. A luta em torno da resistência democrática deveria ser canalizada para

⁶⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1961, p. 6.

preservar a estrutura econômica para dar continuidade ao regime democrático. Os problemas econômicos não eram novos, pelo contrário, vinham do período de Juscelino Kubistchek. No entanto, foram agravados enquanto durou a sedição dos ministros militares, responsáveis, por exemplo, pela emissão de 58 bilhões de cruzeiros em apenas duas semanas.⁶⁵ Esta despesa não estava programada, porém foi o custo do movimento militar para tentar impedir a posse de Goulart. Em outras palavras, custou caro aos cofres públicos a tentativa de ruptura da ordem constitucional. Para agravar ainda mais o cenário, em setembro de 1961, as contas públicas permaneciam descontroladas e sem possibilidade de se pagar as parcelas da dívida externa.

O quadro econômico-financeiro que Goulart herdara de outros governos revelava-se como uma difícil tarefa para ser resolvida. Nesse sentido, *Correio da Manhã* defendia em seus editoriais a união suprapartidária, solução capaz de fazer com que o primeiro-ministro, do primeiro governo parlamentarista, pudesse encontrar caminhos para combater as crises, especialmente a econômica. Para o jornal carioca, contudo, a manutenção da democracia não poderia dispensar um conjunto de reformas estruturais básicas como a reforma agrária, a tributária e a social que pudessem fazer da democracia uma realidade. Assim, em editorial de primeira página com título “Um governo forte”, o matutino carioca expressava que:

“Será formado o primeiro governo parlamentarista da República. Será preciso formar uma maioria estável. Só assim, o novo governo será bastante forte para impor sua vontade e fazer valer a soberania do povo, representada pelo Parlamento. A solução desse problema depende dos partidos políticos. Terão de deixar de lado o jogo dos esquemas e das intrigas fúteis em torno de pessoas, grupos e grupinhos.”⁶⁶

Em meio à formação do primeiro gabinete da República parlamentarista, no entanto, havia uma expectativa da sociedade brasileira. A imprensa escrita, como agente social, também não escondia em suas páginas a expectativa do nome escolhido para assumir o posto de primeiro-ministro. Nesse sentido, *Correio da Manhã* cobrava rapidez na escolha do primeiro-ministro, mas, acima de tudo, responsabilidade na formação em que ele deveria ter para compor maioria no Congresso e não correr o risco

⁶⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 149.

⁶⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1961, p.1.

de não conseguir votos suficientes para aprovar reformas necessárias. Essa tarefa, na concepção do diário carioca, garantiria estabilidade para o novo governo. Desse modo, enquanto a posse de Goulart estava prestes a se efetivar, *Correio da Manhã*, em editorial de primeira página intitulado “O primeiro gabinete”, manifestava o seguinte:

“Nestas horas está-se formando, em Brasília, o primeiro gabinete da República parlamentarista. (...) O primeiro-ministro, no regime parlamentarista, antes de escolher seus colegas – e já não auxiliares – tem outra tarefa, de importância superior: a de formar, no seio da Câmara, uma maioria. A primeira tarefa é, portanto, a formação de maioria, capaz de garantir a estabilidade do novo governo. Dentro dessa maioria se escolhem, então, os ministros. Que maioria seria? De união nacional, dos três maiores partidos? Ou do PSD e do PTB? Ou do PSD e da UDN? Tudo é possível. Só um governo formado por UDN e PTB é improvável, por motivos numéricos e outros. Conforme todas as probabilidades, o primeiro-ministro sairá do PSD. Mas possui o PSD homem capaz de arcar com essa responsabilidade? Perguntando assim, não duvidamos da inteligência nem da competência nem da habilidade política de vários e talvez de muitos pessedistas. O partido possui candidatos perfeitamente idôneos para o cargo. Mas as circunstâncias do momento requerem qualidades muito especiais.”⁶⁷

Após as tensões e ameaças de ruptura institucional, no dia 7 de setembro, data da Independência do Brasil, João Goulart tomou posse e assumiu a presidência da República. No entanto, tornou-se presidente tendo que administrar um país dividido e com uma grave crise econômica para contornar. Sua estratégia inicial foi desarmar os “espíritos armados”, ou seja, desarmar os seus opositores conservadores, buscando ampliar sua base política com o apoio do centro, principalmente com o PSD, mas sem abrir mão de suas relações com as esquerdas.⁶⁸ O editorial do jornal carioca já indicava parte da estratégia de Goulart na tentativa de se aproximar dos pessedistas para tentar repetir a aliança entre PTB e PSD como em governos anteriores, principalmente na gestão presidencial de Juscelino.

Dessa forma, a tarefa era articular um nome de consenso para assumir o cargo de primeiro-ministro. Cinco nomes estavam cotados: San Tiago Dantas, do PTB; Juraci Magalhães, da UDN; Amaral Peixoto, Moura Andrade e Tancredo Neves, do PSD.⁶⁹ Entretanto, o nome escolhido foi o do deputado mineiro Tancredo Neves, político de prestígio e com bom trâmite tanto no seu partido quanto no PTB, principalmente na ala

⁶⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1961, p. 1.

⁶⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 56.

⁶⁹ MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: o Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011, p. 308.

moderada petebista. Na avaliação de Argelina Figueiredo, a escolha pelo nome de Tancredo representou a tentativa de formar um gabinete de unidade nacional que buscou formar uma coalizão moderada, ou seja, aquela composta de partidos e políticos capazes de negociar e criar condições para possibilitar a implementação de algumas reformas, mas sem ameaças ao processo democrático.⁷⁰ Naquela conjuntura, assumir posições moderadas era se aproximar das forças políticas de centro, inclinando-se favoravelmente às reformas, desde que dentro da lei e da ordem democrática instituída com a Constituição de 1946. Segundo Figueiredo, Tancredo Neves, como primeiro-ministro, desempenharia o papel de fiador da integridade do sistema parlamentarista.⁷¹ O deputado mineiro não encontrou respaldo apenas entre a maior parte dos partidários do PTB e do PSD, mas da própria imprensa, como no caso do *Correio da Manhã*. Para demonstrar concordância com a escolha do nome de Tancredo para primeiro-ministro, o jornal carioca manifestou-se da seguinte maneira:

“Ontem, o Congresso correspondeu plenamente a essa exigência do povo. Confirmou o primeiro-ministro Tancredo Neves em seu cargo com a maioria esmagadora de 259 contra 22 votos, o que significa praticamente a união nacional em torno do novo governo. Entre os equívocos que ainda subsistem com respeito ao regime parlamentarista, nota-se a preocupação exagerada com os nomes que comporão o governo. Mas, sendo escolhido um primeiro-ministro que mereceu a confiança do Congresso – e o sr. Tancredo Neves merece a confiança do país – a composição do governo é questão secundária. Porque decorre da composição da maioria que o primeiro-ministro designado conseguiu formar. A formação da maioria parlamentar é a tarefa número um. A estabilidade do governo está garantida. É o primeiro fator do restabelecimento da segurança.”⁷²

De acordo com o editorial, o nome de Tancredo Neves para assumir o cargo de primeiro-ministro agradou ao jornal carioca. O político mineiro reunia as qualidades para garantir confiança, segurança e estabilidade ao novo governo, tendo em vista que sua escolha ocorreu de forma esmagadora no Congresso, o que significava para o matutino a união nacional em torno do presidente João Goulart. No entanto, alertava o jornal por meio do seu editorial:

⁷⁰ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit. p. 63.

⁷¹ Idem.

⁷² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1961, p. 6.

“Agora, convém evitar tudo que possa perturbá-la. O discurso do presidente João Goulart foi de moderação louvável. Só discordamos totalmente da exigência de um plebiscito, que significaria novo terremoto político. Os brasileiros não suportariam tanto. (...) Afinal de contas, também se precisa de segurança de vida. Ela continua ameaçada, no plano nacional (...) A pacificação do setor militar será um dos primeiros misteres do novo governo.”⁷³

Ao aceitar a solução parlamentarista, mesmo contrariado, para João Goulart o plano era evitar o derramamento de sangue com uma guerra civil. Assim que assumisse a presidência, no entanto, tentaria minar o parlamentarismo até reconquistar os poderes presidenciais. Nesse sentido, no seu discurso de posse, Goulart já deixou a entender que lutaria para restabelecer o sistema presidencialista, e um dos caminhos institucionais para alcançá-lo seria propor um plebiscito o mais breve possível para que a população votasse pela manutenção do sistema parlamentarista ou pelo retorno do antigo sistema. Nesse sentido, *Correio da Manhã*, embora tivesse elogiado Goulart com seu discurso de “conciliação nacional”, o advertia quanto à proposta de plebiscito já que a crise político-militar ainda não havia se dissipado completamente. Na concepção do jornal, não era o momento de propor tal medida. Horas antes da posse de Goulart, as tropas do I Exército, deslocadas para o sul do país com o objetivo de desarticular o movimento de resistência liderado pelo governador Leonel Brizola, permaneciam em posições, aguardando o recuo dos contingentes do III Exército, comandados pelo general Machado Lopes.⁷⁴ Para o matutino carioca, Goulart deveria lutar para reunir forças para pacificar o país, principalmente o meio militar que se encontrava dividido.

A tônica do discurso de união nacional permeou os editoriais do *Correio da Manhã* desde à posse de Goulart até o início das atividades do novo governo, refletindo a defesa do jornal pelo parlamentarismo, mas ressaltando sua preocupação com a instabilidade política que ainda pairava no cenário nacional. No domingo, véspera do primeiro dia do governo Goulart sob o regime parlamentarista, em editorial com título em letras garrafais “NORMALIDADE”, diante dessas circunstâncias, o jornal carioca analisava:

“Amanhã, segunda-feira, o Brasil se voltará para a normalidade do trabalho. Já está na hora. As atividades golpistas de uma pequena minoria custaram ao país vários bilhões de papel-moeda, vários graus de prestígio internacional e muitas horas de trabalho. (...) O perigo foi aproveitado pelos golpistas, na tentativa de

⁷³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1961, p. 6.

⁷⁴ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit. p. 51.

estabelecer o regime autoritário deles. Encontrou-se em última hora, o remédio: na emenda parlamentarista. Não é do gosto de todos; e compreendemos. Mas o parlamentarismo é, nesta hora, melhor do que qualquer tentativa, por mais justificada que pareça, de aboli-lo. É verdade que, sob coação, foram desrespeitadas as regras do jogo. Mas agora, a resistência contra o parlamentarismo seria o novo jogo de azar, seria o mesmo azar e a certeza de perder tudo.”⁷⁵

O jornal ressaltava mais uma vez quão dispendiosa fora a tentativa de ruptura institucional dos ministros militares e como a solução parlamentarista era a melhor alternativa, embora não agradasse a todos os políticos. A mudança das regras do jogo democrático ocorreu diante circunstâncias de extrema gravidade à manutenção da ordem democrática. Para o *Correio da Manhã*, o parlamentarismo era uma realidade e, portanto, todos, sem exceção, deveriam canalizar suas forças na concretização do novo sistema. No entanto, além de um primeiro-ministro que aglutinasse maioria no Parlamento em torno do seu nome, a segurança e a estabilidade só seriam asseguradas com a manutenção de algumas políticas do ex-presidente Jânio Quadros, como a política externa independente. Na avaliação do jornal:

“A política exterior e sua continuidade são de importância fundamental. Mudança brusca, desmoralizaria o país, com incomensuráveis prejuízos de ordem moral, financeira e econômica. Bem avisado esteve, portanto, o sr. Thiago San Dantas, ministro das Relações Exteriores, solicitando ontem ao gabinete a continuação da política exterior até agora seguida. Prestou com isso o ministro, também, notável serviço à pacificação interna do país. (...) Só se insurge contra essa política o grupinho que continua mantendo no Estado da Guanabara o subversivo esquema de segurança. Esse esquema e seus aproveitadores têm de ficar desarmados e desaparecer.”⁷⁶

O jornal *Correio da Manhã* vislumbrava que a manutenção da política externa do presidente anterior pudesse abrir caminhos para atividades comerciais com outros países, inclusive socialistas, para depender menos dos Estados Unidos e também como alternativa para aliviar a crise econômica do Brasil. Assim, o matutino carioca reforçou não só apoio ao sistema parlamentarista, como se comportou de forma entusiasmada com a posse de Goulart e com a formação do primeiro gabinete parlamentarista da história Republicana do Brasil. Depois dos dias inflamados da crise de agosto, o momento era propício para desarmar os “espíritos”, convencer os grupos conservadores

⁷⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1961, p. 6.

⁷⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1961, p. 6.

que desconfiavam do novo presidente e neutralizar os aproveitadores, como Carlos Lacerda, que se opunham a Goulart. Concretizar a ordem democrática era preservar as finanças do país, principalmente através de reformas. Para o *Correio da Manhã*, no entanto, as reformas não tinham apenas o caráter de recuperar a economia, mas de serem a mola propulsora de garantia da própria democracia.

Todavia, a posse de Goulart não significou, pelo menos substancialmente, o arrefecimento do clima de radicalização, tanto dos seus aliados quanto dos seus opositores. O processo crescente de polarização e a radicalização entre as esquerdas e as direitas dificultaram o diálogo e o desenvolvimento de políticas governamentais capazes de solucionar problemas sociais históricos de forma negociada e sem conflito, tanto dentro quanto fora do Congresso, no decorrer da gestão de Goulart sob o regime parlamentarista. A imprensa não só acompanhou os impasses como se posicionou e influiu na tomada de ação dos atores políticos envolvidos. O matutino *Correio da Manhã*, entre outros, não fugiu à regra e manteve-se na sua linha de fiel guardião das instituições, ora aproximando-se do governo Goulart, ora afastando-se.

Capítulo 2 – *Correio da Manhã* e o governo parlamentarista de Goulart

Desafios do governo parlamentarista

A posse de João Goulart, no dia 7 de setembro, representou a vitória da bandeira da legalidade e da manutenção da Constituição de 1946, sendo recebida com muito entusiasmo pela população. Entretanto, Goulart assumiu o poder diante de uma grave crise militar, tendo que administrar um país endividado interna e externamente, além de uma delicada crise política e impossibilitado de implementar seus projetos reformistas. O sistema parlamentarista, solução encontrada para impedir o golpe militar, isolou os grupos civis e militares que não aceitavam sua posse, porém restringiu os poderes de Goulart. Em outras palavras, o sistema parlamentarista evitou o golpe de Estado, mas frustrou os grupos nacionalistas e de esquerdas que lutavam pelas reformas. Esses grupos acreditavam ter chegado o momento da concretização de suas demandas históricas, e do próprio presidente: as reformas de base. Este programa reunia importantes reformas como a agrária, urbana, bancária, fiscal, administrativa, universitária, além da extensão do voto para os analfabetos e praças das Forças Armadas. A legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) também figurava no programa reformista.

Em contrapartida, Goulart teve que enfrentar não só as desconfianças dos grupos que tentaram impedir sua investidura como presidente, como os grupos conservadores e militares legalistas que lutaram para tornar realidade sua posse. Os desafios encontrados pelo novo presidente eram imensos, porém Goulart não esmoreceu e tratou desde o início de sua gestão traçar estratégias em torno de uma ampla coalizão para governar e executar as reformas de base. A composição do seu primeiro gabinete, conhecido como “gabinete de conciliação nacional”, tendo Tancredo Neves como primeiro-ministro, foi uma grande prova para viabilizar esses objetivos.⁷⁷ Para sinalizar o apoio que recebeu dos grandes partidos do Congresso, com destaque para o PSD, a distribuição dos ministérios obedeceu ao número das bancadas partidárias. O esforço do presidente era compor com diversos partidos políticos uma coalizão para ter condições de governabilidade, especialmente com os pessedistas. Na avaliação de Lucia Hippolito, o PSD era um partido de centro, fundado no espírito da moderação e conciliação política,

⁷⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit. p. 54.

buscando sempre o ponto de equilíbrio entre posturas conservadoras, exigidas pelos grupos, e modernizantes, preconizadas pelos membros mais jovens e renovadores.⁷⁸ Segundo Hippolito, o partido foi o fiador do equilíbrio do sistema político, evitando confrontos que levassem a impasses ou o colapso do regime inaugurado em 1946.⁷⁹ Nesse sentido, não é de se estranhar a estratégia de Goulart de reforçar os vínculos do seu partido, o PTB, com o seu aliado histórico, o PSD, para ganhar a adesão de outros partidos, especialmente os menores, mas importantes, como o PDC e o Partido Social Popular (PSP), muito fortes no estado de São Paulo. Com essa base política, seria possível neutralizar o grande partido de oposição ao seu governo, a UDN.⁸⁰

Em meios aos arranjos políticos nesses momentos iniciais do governo sob o regime parlamentarista, o jornal *Correio da Manhã*, embora entusiasmado e confiante na formação do gabinete, começou a esboçar cobranças sobre o primeiro-ministro pela execução de um programa que reunisse questões essenciais naquele momento: a salarial e as reformas. Em editorial sob título “Governo de centro”, o matutino carioca manifestava que:

“O governo de Tancredo Neves tem de agir. O primeiro passo para tanto será a apresentação do seu programa. E nesse programa, dois problemas exigem atenção especial e ação imediata: a questão salarial e certas reformas básicas. O governo Jânio Quadros estava empenhado na solução desses problemas. Não conseguiu dar passos decisivos, por causa do imobilismo dos partidos e do esvaziamento do Congresso. Agora, o Congresso é governo. Está com responsabilidade inteira para solucionar aqueles problemas, para iniciar aquelas reformas. (...) Agora se trata de provar, de demonstrar pela ação prática, que o parlamentarismo serve melhor para renovar o país e para remover os obstáculos do imobilismo social e das estruturas obsoletas em que se baseia. (...) O fortalecimento do regime depende, portanto, de uma demonstração do ativismo do governo.”⁸¹

A preocupação com a manutenção do parlamentarismo fora constante nos editoriais do *Correio da Manhã*. No entanto, defendia a ideia que para seu fortalecimento o governo deveria agir, movimentar-se para implementar as reformas. Quando destaca a questão dos salários, o jornal deseja chamar a atenção para o fato da desvalorização face ao aumento do custo de vida. Os salários não estavam

⁷⁸ HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 56.

⁷⁹ Idem, p. 57.

⁸⁰ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 59.

⁸¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1961, p. 6.

acompanhado o aumento dos preços de alimentos, por exemplo. O descontentamento, principalmente dos trabalhadores, poderia desencadear uma agitação de proporções imprevisíveis, capaz de fomentar inquietações sociais prejudiciais para o governo. É importante enfatizar que grupos nacionalistas e de esquerdas, insatisfeitos com a decisão de Goulart assumir a presidência sob o sistema parlamentarista e não sob o presidencialismo, começavam a defender o plebiscito para o retorno do antigo sistema. Para neutralizar essas esquerdas, o matutino carioca cobrava do primeiro-ministro ação no intuito de executar as reformas e coibir os extremistas à esquerda e à direita. Para o *Correio da Manhã*, “a solução da questão salarial e a realização das grandes reformas serão as pedras de toque. Serão os meios mais seguros para o país não ficar deslocado do centro e novamente exposto às tentativas golpistas dos extremistas.”⁸² Na concepção do jornal, seguindo sua linha de moderação e compromisso com a legalidade, o caminho para as reformas era o centro, ou seja, reformas negociadas no Congresso para impedir a consolidação de um movimento social em larga escala a favor de reformas mais radicais e evitar ações golpistas vindas, sobretudo, dos grupos ligados a Carlos Lacerda.

Com efeito, o ímpeto de cobrança do jornal se acentuou à medida em que não havia ações concretas. Na avaliação do corpo editorial do *Correio da Manhã*, a demora do primeiro-ministro e do governo em tomar medidas rápidas pode se transformar em um grande risco para a manutenção do regime parlamentarista e para a própria democracia, deixando margens à reação golpista. Em editorial intitulado “Procura-se um milagre”, o diário carioca analisava:

“Temos há dias um governo, devidamente nomeado e devidamente aprovado pelo Congresso. Mas ainda não se sabe o programa desse governo, suas linhas de ação. (...) Em suma, o novo regime ainda não funciona. O novo governo ainda não funciona. (...) A resistência do Congresso, do Rio Grande do Sul, de grande parte do Exército e da imprensa livre fez recuar os ministros militares e os golpistas da Guanabara. A crise, que já parecia degenerar em guerra civil, cedeu sem dar um único tiro. Foi quase um milagre.(...) Queremos ver outro milagre e gritamos ao governo em Brasília: “Levanta-te e anda!”⁸³

A pressão do jornal sobre o governo, especialmente em relação ao primeiro-ministro, Tancredo Neves, evidenciava seu apoio incondicional às reformas de base. O *Correio da Manhã* não compreendia o imobilismo do Congresso frente ao adiamento da

⁸² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1961, p. 6.

⁸³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1961, p. 6.

solução dos grandes problemas do país. Na avaliação do diário, não havia obstáculos constitucionais que impediam a concretização das reformas, visto que o primeiro-ministro foi aprovado pela maioria dos políticos no Congresso. O adiamento das reformas poderia estimular a inquietação social e a oposição violenta, sobretudo da UDN lacerdista, levando o país novamente para o campo da instabilidade política. Nesse sentido, o jornal chegou até mesmo a concordar em certos aspectos com o governador Leonel Brizola, concebido pelo próprio *Correio da Manhã* como um ator político que incendiava a cena política com seus discursos em favor de uma campanha plebiscitária para o retorno do presidencialismo e na questão da execução das reformas. Assim, em editorial sugestivo cujo título era “As reformas e o perigo”, a posição do diário carioca era a seguinte:

“É veemente, mais razoável no fundo, o discurso do governador Leonel Brizola, que hoje publicamos. Tivemos e temos motivos para discordar da sua orientação, muitas vezes demagógicas. Especialmente durante os últimos dias, foi indispensável opor-se à agitação plebiscitária que o governador gaúcho parecia querer desencadear. Registramos, porém, agora, uma mudança, pelo menos parcial, que não pode deixar de fortalecer o novo regime, livrando-o de um perigo atual. O governador do Rio Grande do Sul já não se quer agarrar a fórmulas jurídicas, em parte obsoletas e em parte inviáveis. Sem renunciar ao seu direito de achar injusto o estabelecimento do regime parlamentarista durante o período presidencial iniciado sob outros auspícios, o sr. Brizola acha que outras questões, são no momento atual, mais importantes. São as reformas de base. (...) As reivindicações do governador Brizola podem ser, em parte, inexatas na forma. Mas estão certas quanto ao fundo. (...) É a pedra de toque do novo regime. Se o governo falhar, abrirá brecha para novas investidas subversivas. E não é segredo para ninguém onde está o inimigo.”⁸⁴

Diferentemente de Brizola, o matutino *Correio da Manhã* defendia a implementação imediata das reformas como meio de assegurar o regime parlamentarista e a própria ordem democrática. O governador Leonel Brizola apoiava e cobrava do governo as tais reformas, mas não aceitava o parlamentarismo, tampouco a estratégia de Goulart de fazer acordos e negociações políticas, principalmente com o PSD, opção entendida como desnecessária e equivocada. No entanto, o que mais chamava a atenção era o fato de que Brizola cobrava mudanças de Goulart enquanto o jornal carioca fazia as mesmas cobranças, mas não sobre o presidente, de forma tão intensa, e sim do primeiro-ministro. Isso não significa que o *Correio da Manhã* não reconhecesse o novo

⁸⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1961, p. 6.

presidente, mas na sua avaliação, a responsabilidade de governo cabia mais a Tancredo Neves do que a João Goulart, já que o regime era o parlamentarista. Tal evidência ficou patente, quando em editorial, o jornal manifestava:

“O primeiro-ministro ainda não parece ter compreendido que, depois de ter recebido maciço voto de confiança, não precisa por enquanto da Câmara para governar. Seu gabinete, sendo a comissão executiva da Casa soberana, está com as mãos livres para agir: sobretudo, para confeccionar e executar as chamadas reformas básicas. Já não há separação dos poderes. Investido pelo Congresso, o gabinete é poder legislativo e poder executivo ao mesmo tempo. Pode, sem demora, executar seu programa. (...) Não temos governo. Mas quem governa? (...) E nesse vácuo infiltra-se a vontade do presidente da República, assumindo atribuições que a emenda nº 4 da Constituição já não lhe faculta. Reassume poderes de presidente presidencialista, conversando diretamente com os ministros e impondo nomeações de sua escolha. O regime parlamentarista está sendo desvirtuado antes de ter entrado em funcionamento.”⁸⁵

O trecho acima nos remete às observações de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes quanto à clareza das responsabilidades do presidente da República e do primeiro-ministro, o que criava na prática muitas dificuldades e impasses para o funcionamento do governo.⁸⁶ A falta de clareza na legislação limitava as ações do presidente Goulart e frustrava o jornal no sentido de que as dúvidas no parlamentarismo instaurado no Brasil, de certa forma, impediam a execução das reformas de base no ritmo que o *Correio da Manhã* desejava. Em meio às dúvidas e falta de clareza quanto às atribuições no novo sistema, na avaliação do diário carioca, a reação golpista encabeçada por Carlos Lacerda esperava a melhor oportunidade para agir.

Todavia, diante da grave crise econômica herdada pelos governos anteriores, o primeiro gabinete chefiado por Tancredo Neves teve ação rápida e inclinou-se num programa nacionalista, embora limitado. Em outubro de 1961, o gabinete aceitou a proposta do ministro de Minas e Energia que consistia no cancelamento de todas as concessões de exploração das jazidas de ferro, em Minas Gerais, feitas ao grupo norte-americano Hanna Company.⁸⁷ Além disso, o governo deu continuidade à política externa independente, iniciada na gestão do governo Jânio. A propósito, essa foi umas das reivindicações do *Correio da Manhã* ao novo governo. Na avaliação do matutino carioca, “A independência da nossa política exterior significa, portanto, defesa do

⁸⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1961, p. 6.

⁸⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 53.

⁸⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit., p. 150.

princípio da autodeterminação dos povos (...) Significa anticolonialismo (...) É uma independência que não significa isolamento, mas solidariedade.”⁸⁸ A manutenção da política externa significava, acima de tudo, abriria caminhos para acordos comerciais com outros países, seja para exportar produtos brasileiros, seja para importar bens de capital, como créditos para incentivar novos investimentos e combater a crise econômica que assolava o Brasil no início dos anos 1960. Era também um meio de reduzir a dependência comercial em relação aos Estados Unidos. No entanto, a aproximação com países socialistas, principalmente com a União Soviética, visando ampliar os mercados para exportação, reacenderia o discurso anticomunista.

A política externa do governo Goulart

O reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética

A manutenção da orientação diplomática que já vinha em curso pelo Itamaraty na curta gestão de Jânio Quadros, cuja pauta era a aproximação com países não alinhados e socialistas para diminuir a dependência econômica do Brasil frente aos Estados Unidos, mobilizou os grupos conservadores e anticomunistas para dirigir oposição severa contra o governo. A continuidade da política externa independente foi a oportunidade desses grupos tentarem instabilizar o cenário político.

A política externa independente se constituiu como uma estratégia de negociar uma nova forma de inserção internacional do país; a busca de novos mercados e daí a importância de manter relações com a América Latina e o mundo afro-asiático.⁸⁹ A manutenção da política externa, embora muito polêmica em face ao clima internacional da época – posterior à revolução em Cuba –, possuía objetivos concretos e econômicos: ampliar os mercados de importação dos produtos brasileiros. Nesse sentido, o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética foi uma das primeiras ações da manutenção da política internacional, visto que o comércio com o país soviético oferecia atrativos favoráveis para o Brasil, uma vez que enfrentava uma grave crise no campo econômico.⁹⁰ Composto a pasta ministerial das Relações Exteriores, San Tiago Dantas tratou de restabelecer a aproximação do Brasil com a União

⁸⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1961, p. 6.

⁸⁹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). Op. cit., pp. 210-212.

⁹⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit., p. 154.

Soviética, interrompida desde 1947, na vigência do governo Eurico Gaspar Dutra. Para o ministro das Relações Exteriores, o reatamento com os soviéticos atenderia única e exclusivamente a interesses comerciais. Na concepção de San Tiago Dantas, portanto, a diretriz da política externa se pautaria apenas pela:

“consideração exclusiva do interesse do Brasil, visto como um país que aspira ao desenvolvimento e à emancipação econômica e à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária.”⁹¹

O reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética obedecia, sobretudo, as oportunidades econômicas que o país oferecia, assim como o bloco socialista, cujo índice de crescimento do comércio era um dos mais elevados para a época.⁹² San Tiago Dantas defendia e justificava o restabelecimento das relações diplomáticas como forma do Brasil ampliar seu comércio e conquistar mercados consumidores em potencial.⁹³

Entretanto, os grupos conservadores interpretaram a ação do governo como uma séria ameaça às tradições dos cristãos no Brasil e uma oportunidade de infiltração comunista. Na avaliação de Rodrigo Patto Motta, a opinião anticomunista não aceitava qualquer argumento que justificasse uma abertura de tal porte na direção dos soviéticos, considerados como inimigos mortais.⁹⁴ Para os grupos conservadores, esse processo significava que os símbolos da bandeira soviética – a foice e o martelo – tremulariam sob os céus do Brasil.

Com efeito, as manifestações contrárias ao reatamento dominaram as páginas de alguns jornais da grande imprensa, como *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*.⁹⁵ Para fomentar ainda mais as denúncias de ligação de Goulart com o comunismo, jornais como *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* exploraram que o restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, no mês de novembro de 1961, às vésperas do aniversário da Revolta Comunista de 1935, quando os militares promoviam

⁹¹ Idem.

⁹² Idem.

⁹³ VICTOR, Mário. Op. cit., p. 420.

⁹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p. 235.

⁹⁵ VICTOR, Mário. Op. cit.

solenidades para lembrar esse acontecimento.⁹⁶ A posição desses jornais e o protesto da hierarquia católica contribuíram para insuflar a reação conservadora sobre o governo.

Enquanto setores da grande imprensa expressavam seu posicionamento conservador, jornais como o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* seguiam orientação diferente, sendo favoráveis à aproximação diplomática com os países comunistas, em especial com a União Soviética.⁹⁷ No que diz respeito ao *Correio da Manhã*, sua posição refletia os mesmos argumentos defendidos por San Tiago Dantas: a reaproximação do Brasil com a União Soviética era um caminho viável para a expansão comercial e forma de destacar o país para o mundo. O reatamento era visto pelo diário da seguinte maneira:

“Politicamente, o reatamento estava, há muito, imposto pela situação de tantos outros países em relação à Rússia. Até hoje, nada menos que 72 países soberanos mantêm relações diplomáticas com a União Soviética, inclusive todas as potências aliadas ocidentais (...) De um total de 2.900.000.000 de habitantes da terra, 2.200.000.000 residem em países que estão em relações normais com a Rússia. O Brasil não podia ficar, por mais tempo, enquadrado no resto, entre nações sem maioria política. Não é menos estrito o imperativo econômico. Há pouco, referimo-nos às possíveis limitações dos nossos mercados exteriores pela formação e ampliação do Mercado Comum Europeu. Não podemos assistir passivamente a essa evolução. Ao contrário, estudos realizados no Itamarati revelam que a economia brasileira, em franco progresso, precisa dentro dos próximos anos aumentar em mais de 3,5 bilhões nossas exportações; sem falar na necessária compensação dos mercados que poderíamos perder, total ou parcial. É absolutamente necessário ampliar, e muito, as áreas do nosso comércio exterior. Qualquer política limitadora teria como consequência inevitável o sufocamento do nosso progresso econômico, com consequências sociais que, em face do nosso rápido crescimento demográfico, poderiam ser caracterizadas como eleitos de uma política de suicídio.”⁹⁸

É revelador o posicionamento do *Correio da Manhã* frente a uma questão tão delicada como a aproximação do Brasil com a então União Soviética, em pleno contexto de Guerra Fria. O diário carioca seguiu a orientação liberal na qual o que estava em jogo não era apenas a soberania política, mas também a econômica. No entanto, ao defender a abertura da economia nacional a investimentos de empresas e capitais estrangeiros, princípios econômicos básicos do projeto liberal nos anos 1960, o jornal *Correio da*

⁹⁶ ABREU, Alzira Alves de. “1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Op. cit., p. 114.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1961, p. 6.

Manhã repelia outro elemento comum naquele modelo que diz respeito ao alinhamento incondicional com os Estados Unidos. De acordo com o trecho acima, grande parte dos países do globo seguia uma orientação de reaproximação com os soviéticos com interesses econômicos. O Brasil não poderia ficar atrás nesse processo, visto que a Europa, através do Tratado de Roma, em 1957, constituía a formação do Mercado Comum Europeu, cujos objetivos eram de alargar as trocas comerciais e da produção dos países membros e ser um passo para unificar a Europa. Desse modo, estabelecer relações comerciais com a União Soviética ofereceriam atrativos bastante favoráveis.⁹⁹ Entretanto, haveria argumentos contra a reaproximação? Na avaliação do diário carioca até poderia, mas manifestava-se da seguinte maneira a respeito:

“Referem-se ao perigo de uma infiltração ideológica comunista, através das representações diplomáticas russas em nosso país, dotadas de grande número de funcionários e de atividades nem sempre desejáveis. Reconhecendo essa possibilidade, o ministro San Tiago Dantas concluiu, concomitantemente, um Convênio Paralelo com os representantes russos: esse instrumento regulamenta os direitos de chancelaria; limita o número de funcionários nas representações diplomáticas e consulares; e dá a cada uma das partes contratantes o direito de pedir e de obter, em qualquer momento e dentro de 24 horas, a expulsão de um funcionário indesejável.”¹⁰⁰

Na avaliação do matutino carioca, a “infiltração comunista”, temor dos conservadores e setores anticomunistas da sociedade brasileira, seria obstruída por mecanismos diplomáticos criados pelo ministério das Relações Exteriores. Neste sentido, não haveria a mínima chance do governo brasileiro se aproximar dos soviéticos pela ideologia. Para o *Correio da Manhã*, o governo e o ministro San Tiago Dantas “Demonstram cabalmente que o reatamento das relações diplomáticas com a Rússia não tem nenhuma significação ideológica. É um ato ideologicamente indiferente, relativo apenas ao exercício da incontestada soberania do Brasil.”¹⁰¹

Nesse debate em torno da orientação a ser dada sobre a política externa brasileira, *Correio da Manhã* se posicionou no sentido de apoiar a decisão diplomática envolvendo o reatamento das relações entre Brasil e a União Soviética. O diário, no entanto, combatia aqueles que exploravam essa ação governamental para conturbar o

⁹⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit.

¹⁰⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1961, p. 6.

¹⁰¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1961, p. 6.

cenário político e incendiar os ânimos da sociedade brasileira. O jornal *Correio da Manhã* expressava da seguinte forma o seu posicionamento diante daquele episódio:

“Verificamos que nas últimas 48 horas não houve terremoto no Brasil nem maremoto nem outras catástrofes elementares nem revolução nem greve geral. (...) Mas se quiséssemos acreditar em certas vozes, faladas ou impressas, que se dizem defensoras da ordem estabelecida, já estariam estabelecidos no país a desordem extrema, o caos e o soviete. Já estaríamos vivendo as últimas horas apocalípticas antes do fim do mundo. Porque foi assinado um documento sobre as relações diplomáticas com a Rússia. (...) A exploração é múltipla. (...) resolveu-se explorar as datas. Mas não se estabeleceu logo, entre eles, unanimidade quanto à data que melhor se presta para ser explorada. Desse modo, alguns ainda gritavam contra a coincidência do reatamento do dia de Ação de Graças, enquanto outros, mais avançados, já estavam roucos, reclamando contra a coincidência aproximada do reatamento com o dia da comemoração dos mortos de 1935. Já se vê que qualquer data serve. Aos oportunistas serve qualquer oportunidade. Se o Brasil quisesse adiar o reatamento por causa das datas, seria possível encontrar coincidências inoportunas durante o ano todo, e para quê? Para esbulhar a vontade do povo.”¹⁰²

O diário carioca, contudo, comportou-se como força política moderada no campo da imprensa escrita, posicionando-se como porta-voz da opinião de centro, repudiando toda e qualquer iniciativa que fomentasse posições radicalizadas.¹⁰³ O jornal não poupou críticas aos grupos que buscaram desestabilizar o governo e a própria manutenção do regime democrático, visto que não interpretou como provocação do governo colocar em prática a política externa inaugurada pelo seu antecessor, o ex-presidente Jânio Quadros. Notadamente, mesmo sem mencionar nomes, o jornal dirigiu suas críticas, principalmente, ao governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, que viu a ação do governo como uma traição aos mortos da “Intentona Comunista”.¹⁰⁴

A questão cubana

As relações diplomáticas do Brasil durante a gestão presidencial de Goulart foram objetos de constantes discursos anticomunistas, motivados, sobretudo, pela

¹⁰² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1961, p. 6.

¹⁰³ O *Jornal do Brasil* é outro veículo da imprensa escrita que segue a mesma orientação do *Correio da Manhã* na questão da política externa do governo João Goulart envolvendo o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética. Cf. CARVALHO, Aloysio Castelo de. Op. cit., p. 79.

¹⁰⁴ VICTOR, Mário. Op. cit., p. 426.

continuidade da política externa independente.¹⁰⁵ Entretanto, no desenrolar desse processo, um dos seus desdobramentos que mais atraiu as atenções no início do ano de 1962, logo após a crise provocada pelo reatamento com a União Soviética, e que ganhou muita relevância foi o posicionamento do Itamaraty frente a Cuba. Os Estados Unidos mobilizaram os países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) numa tentativa de isolar diplomaticamente o país caribenho. O objetivo dos norte-americanos era expulsar Cuba da OEA e estabelecer um bloqueio econômico, já que o governo cubano, no auge das rivalidades entre Estados Unidos e União Soviética, decidiu declarar-se marxista. No entanto, a diplomacia brasileira frustrou as pretensões dos norte-americanos ao não aceitar a expulsão de Cuba da OEA, tampouco qualquer intervenção armada. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, San Tiago Dantas, condenou a solicitação do secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, de pedir aos países que adotassem medidas de isolar o regime socialista de Cuba da OEA. Na avaliação de Rodrigo Patto Motta, as posições diplomáticas do governo Goulart indignaram os grupos anticomunistas, que desejavam apoio incondicional do Brasil na ofensiva dos Estados Unidos de erradicar o comunismo no continente.¹⁰⁶ Ao não aderir ao pedido dos Estados Unidos, o governo Goulart despertou ainda mais o ímpeto antagonista dos grupos conservadores, anticomunistas, de parte do clero e de jornais como novamente *O Globo*, *Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa*, que exigiam a adoção de medidas contra o governo cubano.¹⁰⁷

O jornal *Correio da Manhã*, diante desse incidente diplomático, demonstrou posição diferente. Num primeiro momento, o matutino carioca colocou-se contrário às pretensões norte-americanas e defendeu o ministro das Relações Exteriores do Brasil e a política diplomática do país da seguinte forma:

“Conhecemos o problema que hoje dificulta tanto a integração da América Latina. É o problema de Cuba. E o ministro San Tiago Dantas, com sua habitual franqueza corajosa, falou mesmo no problema cubano. Analisou os *prós* e os *contras*, com imparcialidade. Para chegar à conclusão seguinte: só por meios pacíficos pode ser dado ao problema cubano uma solução historicamente válida e politicamente eficaz. É por isso que o Brasil se opõe a toda e qualquer espécie de intervenção em Cuba, seja pelas armas, seja por meio de sanções. Não admite o Brasil, a esse respeito, nem ações individuais nem ação coletiva. No interesse

¹⁰⁵ MOTTA, Rodrigo Patto, Op. cit., p. 236.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ VICTOR, Mário. Op. cit., p. 432.

de sua autoconservação, nenhum país latino-americano poderia ou deveria tomar atitude diferente da brasileira.”¹⁰⁸

A avaliação do diário carioca foi ao encontro das decisões do Itamaraty, rechaçando toda e qualquer pressão de Washington. Contudo, os líderes cubanos mudaram a orientação da revolução de caráter nacionalista para socialista.¹⁰⁹ Com essa nova orientação, *Correio da Manhã* não tardou em repudiar o governo cubano, não propriamente por reatar relações diplomáticas com a União Soviética, até porque o Brasil fez o mesmo por questões comerciais, mas por Fidel Castro declarar que o regime de Cuba havia transmutado para o marxismo-leninismo. Para o matutino carioca, que seguia uma linha liberal-democrática, a nova diretriz política do regime cubano era sinônimo de ditadura. Desse modo, *Correio da Manhã*, por meio de um editorial intitulado “Condenação e isolamento”, tratava agora a questão cubana da seguinte forma:

“O ditador cubano tirou a máscara, que nos últimos tempos já era bastante transparente. Com sua habitual mistura de audácia e cinismo escolheu o pior momento estratégico – o último momento que lhe restava para salvar as aparências e sua precária situação perante a opinião pública americana – para queimar as pontes que ainda o ligavam ao passado democrático. Já não é possível definir o movimento encabeçado por Fidel Castro como justa revolta popular contra a ditadura Batista nem como revolução agrária nem como ação de defesa contra a espoliação colonialista nem sequer como socialismo de país subdesenvolvido. O homem já não fala em marxismo. Diz-se, inequivocamente, marxista-leninista. É sinônimo, altissonante e pseudocientífico, de comunismo como regime. Essa declaração é decisiva: Cuba está desligada do sistema americano e da coletividade americana. (...) O Brasil, assim como todos os países americanos, tem de reagir. E o Brasil em primeira linha, porque nossa atitude conciliatória foi explorada pelo ditador cubano. Sua declaração de agora é um desafio inamistoso ao Brasil. Acreditamos interpretar a unanimidade da opinião pública brasileira, condenando com veemência a ditadura comunista em Cuba. Essa condenação não pode limitar-se a palavras. Tem de manifestar-se em atos. Resta deliberar quais seriam e serão esses atos, dentro da invariável independência da nossa soberana política exterior.”¹¹⁰

O matutino carioca condenava a nova orientação política do regime cubano e exigia tomada de posição firme do governo brasileiro em relação ao governo de Cuba.

¹⁰⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1961, p. 6.

¹⁰⁹ Sobre o processo revolucionário cubano, cf. GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

¹¹⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 1961, p. 6.

Podemos interpretar a posição do matutino carioca, quando exigia que o governo Goulart tomasse medidas para isolar Cuba do convívio dos demais países do continente, por considerar que Fidel Castro, após se declarar marxista-leninista, tornava-se gradativamente perigosa ameaça à manutenção dos regimes democráticos, não só do Brasil, como das demais nações da América. Contudo, o diário carioca considerava que:

“Das possíveis reações ao desafio cubano é, porém, preciso excluir, de antemão, uma: a intervenção armada em Cuba. A intervenção armada em determinado país americano seria péssimo e perigosíssimo precedente, ameaçando a soberania de todos os países americanos, inclusive dos demais determinados a resistir ao comunismo. Inaceitável também é a intervenção armada porque existem várias e muito diversas definições do que é comunismo. Assistimos à difusão da tendência de denunciar governos ou partidos absolutamente infensos ao comunismo como sendo criptocomunistas ou quase comunistas. O comunismo é um grande perigo. O comunismo também é um grande pretexto. Não justifica a intervenção armada: nem a unilateral nem a coletiva nem a dissimulada como movimento espontâneo. Não expulsaremos a tirania para introduzir o arbítrio. (...) Tendo-se desligado do sistema americano, Cuba já não tem o direito de beneficiar-se de certas liberdades de comércio nas Américas. Pode, sim, continuar comerciando com outros países americanos, assim como estes, inclusive os Estados Unidos, comerciam com a Polônia ou a Tchecoslováquia. Mas essas relações não incluem armas. Cuba tem de ficar isolada e estritamente vigiada. E qualquer tentativa de expansão ideológica teria como consequência de tornar impossível a manutenção de relações diplomáticas. Resumimos. O Brasil, assim como farão os outros países americanos, condena a ditadura comunista em Cuba. E, com exceção da intervenção armada, direta ou dissimulada, aprovará todos os meios para isolar a ilha desgraçada.”¹¹¹

Embora repudiasse com veemência a adoção do regime marxista-leninista por parte de Fidel Castro, o jornal *Correio da Manhã* continuou mantendo postura de preservar o país caribenho de qualquer intervenção armada, como vinha fazendo anteriormente. Neste sentido, o argumento do matutino carioca se aproximou da diretriz diplomática do governo brasileiro, colocando-se na defesa dos princípios da autodeterminação, não intervenção e soberania dos povos.¹¹² Na avaliação do jornal carioca, havia grande ameaça do comunismo pairando sobre o continente. No entanto, alertava que a ideologia podia ser utilizada como pretexto para justificar possíveis violações e abrir precedentes perigosos à introdução do arbítrio como meio legal de combater os comunistas. Para *Correio da Manhã*, havia soluções eficazes, dentro de uma ordem legal e condizente com a soberania dos países, para neutralizar Cuba e a

¹¹¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 1961, p. 6.

¹¹² VICTOR, Mário. Op. cit.

possível expansão ideológica. Enfim, podemos interpretar que o diário carioca, apesar de demonstrar repúdio ao comunismo em alguns pontos do editorial, não endossava o coro anticomunista que vinha sendo difundido por outros jornais da grande imprensa, ao denunciar a “influência comunista” nas ações do governo, especialmente no Itamaraty.¹¹³

Com efeito, o momento mais tenso envolvendo a questão cubana ocorreu no início de 1962, quando se realizou uma das conferências de Punta del Este. O ministro San Tiago Dantas foi contrário a expulsão de Cuba da OEA, provocando ao mesmo tempo manifestações anticomunistas e oposição dos Estados Unidos. A posição do *Correio da Manhã*, às vésperas da conferência realizada em fevereiro, manteve-se a mesma: cobrava do governo uma atitude firme em relação a Cuba; defendia sua expulsão da OEA; mas descartava a intervenção armada como instrumento para isolar o país caribenho do resto do continente. Para o matutino carioca, “O caminho”, título do seu editorial, para o caso cubano seria o seguinte:

“Defendemos aqui, sempre, o princípio da não intervenção. Não por amor à Cuba do fidelismo, como aliás vimos afirmando desde os princípios do mês de dezembro. Não havia porque pensar em não intervenção, quando tínhamos às nossas portas o perigo de uma intervenção vinda de fora, que nos poderia levar ao caos interno. As Américas têm de manter os princípios jurídicos, tão bem consubstanciados em recente trabalho feito especialmente pela Secretaria da própria OEA. Quanto a Cuba, porém, o que nos cabe agora repisar e repelir é que o governo do sr. Fidel Castro não merece mais o nosso convívio. Tem de ser excluído do seio da OEA, por ter repellido e repudiado todos os princípios, bases e fundamentos assentados de comum acordo.”¹¹⁴

As posições diplomáticas do governo Goulart em relação a Cuba não só aguçaram o fervor dos grupos anticomunistas, dos conservadores e de setores do clero, como provocaram divisão na redação do jornal *Correio da Manhã*. Afinal, as redações, tal como salões, cafés, livrarias, editoras, associações literárias e academias, podem ser encaradas como espaços que reúnem diferentes linhagens políticas e estéticas, compondo redes que conferem estrutura ao campo intelectual, permitindo a reflexão a cerca da formação, estruturação e dinâmica deste. Por esse viés, é relevante um aspecto levantado pelo historiador Jean-François Sirinelli quando observou que uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo

¹¹³ MOTTA, Rodrigo Patto, Op. cit., p. 237.

¹¹⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1962, p. 6.

em que é um viveiro e espaço de sociabilidade.¹¹⁵ A observação de Sirinelli pode ser extensiva aos jornais, pois assim como as revistas, eles não são obras solitárias, mas empreendimentos que aglutinam um conjunto de indivíduos, o que os tornam projetos coletivos, agregando pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita.

Diante desse imbróglio diplomático, o redator-chefe do matutino carioca, da crise da renúncia de Quadros até os primeiros dias do mês de janeiro de 1962, Luís Alberto Bahia, um dos nomes de maior relevância da grande imprensa daquele período, defendia a posição do Itamaraty em não expulsar Cuba da OEA, tampouco fazer intervenções armadas.¹¹⁶ Luís Alberto Bahia, nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 14 de fevereiro de 1923, realizou seus primeiros estudos no Colégio Militar do Rio de Janeiro, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal.¹¹⁷ Atuou como arquivista do Ministério das Relações Exteriores de 1941 a 1945, quando neste último ano iniciou sua carreira de jornalista como repórter político do *Correio da Manhã*, a convite de seu proprietário, Paulo Bittencourt. Entre os anos de 1950 e 1953, foi diretor no Brasil da *British News Service*, agência oficial de notícias britânicas, passando a ser editor internacional do *Correio da Manhã*, do qual tornou-se secretário de redação em 1957, redator-chefe em 1959 e diretor em 1960.

Vale ressaltar que o redator-chefe era um dos cargos de maior importância dentro de um jornal, sendo muitas vezes considerado como um comandante. Esse profissional não só instruía e estimulava a redação, como muitas vezes pautava, determinava e influía o que seria o objeto final da linha editorial.¹¹⁸ A posição de Luís Alberto Bahia era favorável à linha que estava sendo colocada em prática pelo ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas. Desse modo, o seu apoio à política externa de Dantas culminou com sua saída do *Correio da Manhã*.

Contudo, grande parte da pressão sobre Bahia não partia apenas do dono do jornal carioca, Paulo Bittencourt, mas, sobretudo, das agências norte-americanas. Desde os anos 1950, a imprensa, como um todo, estava passando por processo de profundas transformações (modernização gráfica, editorial, linguística e empresarial) ao incorporar

¹¹⁵ Sobre essa noção, ver SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, Réne (org.). Op. cit.

¹¹⁶ ANDRADE, Jefferson de. Op. cit., p. 107.

¹¹⁷ Informações sobre a biografia de Luís Alberto Bahia disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em 8 de novembro de 2014.

¹¹⁸ Idem.

novas técnicas, abandonando gradativamente o estilo francês para incorporar o norte-americano.¹¹⁹ Esse processo pode ser considerado também como reflexo da própria modernização que o país passava ao longo da década de 1950. Desse modo, os jornais começaram a ficar dependentes cada vez mais das agências de publicidade, aparecendo em suas páginas anúncios de bancos e de indústrias. Essa mudança começou a determinar a relação do jornal e da sua opinião com o perfil de renda do seu público-alvo.¹²⁰ Os tempos em que o jornal tinha sua independência pautada no classificado e no anúncio independente estavam ficando para trás. Vítimas desse processo, os chefes de redação, como Luís Alberto Bahia, foram perdendo a autonomia que possuíam anteriormente.

É importante sublinhar também que a saída de Luís Alberto Bahia do *Correio da Manhã* esteve associada aos conflitos e divergências internas entre ele e Niomar Muniz Sodré, esposa de Paulo Bittencourt. Com viagens constantes de Paulo Bittencourt ao exterior, quem o representava no jornal na sua ausência era o diretor e redator-chefe, no caso Luís Alberto Bahia. No entanto, de acordo com depoimentos, era Niomar Muniz Sodré quem dava palpites nos bastidores, embora não tivesse nenhuma gerência na redação do jornal.¹²¹ Ainda de acordo com Luís Alberto Bahia, o fato de apoiar a política externa conduzida por San Tiago Dantas, além de ser muito ligado ao Ministro das Relações Exteriores a ponto de considerá-lo como amigo e demonstrar admiração por ele, contrariou Niomar Muniz Sodré.¹²² Segundo o jornalista, havia uma briga familiar envolvendo Niomar Muniz Sodré e San Tiago Dantas que ele desconhecia.¹²³ Mesmo com a demissão de Luís Alberto Bahia do *Correio da Manhã*, a ligação entre ele e San Tiago Dantas não só continuou como ficou ainda mais estreita. Em 1962, o jornalista tornou-se assessor político de San Tiago Dantas, que deixou a pasta ministerial das Relações Exteriores e assumiu a da Fazenda.

¹¹⁹ Sobre as mudanças na imprensa, sobretudo na imprensa carioca, cf. RIBEIRO, Ana Paula G. *Jornalismo, literatura e política: a modernização carioca nos anos 1950. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 31, 2003, pp. 147-160. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/345.pdf>>. Acessado em 20/09/2008; e BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 4ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1990.

¹²⁰ ANDRADE, Jefferson. Op. cit.

¹²¹ Entrevista de Fuad Atala ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo pertencente ao Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/Arquivo%20para%20download_27.pdf. Acessado em 22 de dezembro de 2014.

¹²² ANDRADE, Jeferson. Op. cit., p. 106.

¹²³ Idem.

Todavia, as divergências entre a esposa de Paulo Bittencourt e Luís Alberto Bahia eram antigas e remontavam ao episódio em que Niomar questionou um editorial do *Correio da Manhã* que tecia duras críticas às despesas envolvendo a construção de Brasília. Na ocasião, Niomar Muniz Sodré encontrava-se em um jantar no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro com o então presidente da República, Juscelino Kubitschek. Ela enviou a Luís Alberto Bahia um discurso para ser publicado no corpo do jornal para minimizar os efeitos daquele editorial, mas não foi prontamente atendida. A partir desse episódio, abriu-se uma crise entre os dois, tendo inclusive a intervenção de Paulo Bittencourt para acalmar os ânimos. Naquele momento, Paulo Bittencourt interveio a favor de Luís Alberto Bahia, porém, anos mais tarde, diante dos desdobramentos da revolução cubana e do posicionamento firme de sua esposa contra a manutenção de Cuba na OEA, não conseguiu manter o mesmo apoio e demitiu o seu redator-chefe com intuito de apaziguar o clima na redação do *Correio da Manhã*.

De fato, com a saída de Luís Alberto Bahia do posto de redator-chefe do *Correio da Manhã*, o matutino carioca posicionou-se a favor da expulsão de Cuba da OEA. No entanto, continuou repudiando a intervenção armada. Diante de todo o processo de modernização que o *Correio da Manhã* estava passando, e de acordo com seu perfil, podemos interpretar que o diário carioca estava preocupado que os choques entre a diplomacia brasileira e o governo dos Estados Unidos pudessem ser prejudiciais aos interesses econômicos do Brasil e do próprio do jornal.

A viagem de Goulart a Washington

Todavia, a política externa do governo Goulart tinha outros desafios. Em outro patamar do cenário internacional, havia a necessidade de negociar a dívida externa e obter novos empréstimos junto ao governo e bancos norte-americanos. Desse modo, o Itamaraty organizou viagem oficial aos Estados Unidos, em abril de 1962. A comitiva oficial contaria, além do presidente João Goulart, com o ministro da Fazenda, o banqueiro Walter Salles, e do ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas. A viagem oficial foi recebida com esperança e entusiasmo por diversos setores da sociedade, inclusive a imprensa, tendo em vista a dificuldade financeira na qual o Brasil se encontrava. Nesse sentido, *Correio da Manhã* estampava em suas páginas manchetes de teor otimista sobre o encontro dos presidentes João Goulart e John Kennedy, então

presidente dos Estados Unidos. Na ocasião, o matutino carioca manifestava-se da seguinte maneira:

“Encontraram-se os dois presidentes: o dos Estados Unidos da América e o dos Estados Unidos do Brasil. Reafirmaram em palavras, recordando fatos, os laços de amizade que unem os povos que representam. (...) Acreditamos que os dois presidentes estão sinceramente convencidos de que as palavras não unem povos nem indivíduos – mas, de acordo com as lições da própria história, é a ação comum que solidifica as verdadeiras e sólidas amizades. A impressão é a de que o encontro Kennedy-Goulart será um autêntico aperto de mão entre os dois grandes povos das Américas, na medida em que mantiverem a franqueza e a cordialidade. O povo brasileiro está consciente de que é necessário ao povo americano, ao mesmo tempo em que reconhece indispensável a seu presente e futuro a cooperação amiga dos Estados Unidos. Esperamos do presidente Kennedy o reconhecimento e a confirmação dessa premissa da amizade.”¹²⁴

Contudo, o encontro entre os dois presidentes possuía assuntos com pautas de discussões bastante difíceis. Na agenda havia a posição brasileira quanto à questão de Cuba, em que Goulart repudiou os regimes marxistas, mas insistia na defesa da não intervenção militar à ilha e o não alinhamento automático aos Estados Unidos, assumindo uma posição independente. Outro ponto abordado foi a nacionalização de duas empresas norte-americanas. Nesse aspecto, o presidente brasileiro tentou tranquilizar o governo norte-americano, embora fosse um ponto sensível à política econômica dos Estados Unidos, sobre o processo de nacionalização das empresas Hanna Company e a desapropriação dos bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da International Telephone & Telegraph, pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.¹²⁵ A conversa entre os dois chefes de Estado caminhou para uma solução negociada com a garantia da “justa compensação” em que o capital das indenizações das empresas norte-americanas nacionalizadas seria aplicado em outros ramos da indústria brasileira.¹²⁶

Apesar dos assuntos espinhosos em função do contexto da guerra fria, Goulart foi convidado para discursar em instituições de grande representatividade nos Estados Unidos – motivo de prestígio ao presidente brasileiro. Além da conversa com Kennedy, na Casa Branca, Jango falou à convite na Organização das Nações Unidas (ONU) e no Congresso dos Estados Unidos. Nesta instituição, Goulart explicou as causas da inflação

¹²⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1962, p. 6.

¹²⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit., p. 156.

¹²⁶ *Idem*, p. 157.

e também da necessidade da reforma agrária e do problema das encampações de empresas estrangeiras no Brasil.¹²⁷ No entanto, em meio a convites e discursos, técnicos brasileiros e norte-americanos conversavam sobre os problemas econômicos e financeiros que afligiam o Brasil. Os norte-americanos insistiram para a adoção do receituário indicado pelo FMI, mas os brasileiros argumentaram que não aceitariam em função do programa ser ortodoxo e sua aplicação poderia trazer consequências recessivas.

Enquanto isso, no Brasil, o jornal *Correio da Manhã* noticiava a boa receptividade das autoridades norte-americanas em relação a João Goulart. De fato, o presidente brasileiro causou boa impressão ao governo Kennedy, tendo em vista a crise política ocorrida no Brasil meses antes, em que Goulart fora constantemente acusado de conveniência com o comunismo, motivo pelo qual servia de argumento aos ministros militares para impedir sua posse depois da renúncia de Jânio Quadros. Lideranças civis, como Carlos Lacerda, não desperdiçavam oportunidades de relacionar a figura de Goulart à imagem comunista, principalmente quando o palco do discurso era em solo norte-americano. Nesse sentido, a avaliação do *Correio da Manhã* era a seguinte:

“O presidente João Goulart foi bem recebido nos Estados Unidos. Conforme as primeiras notícias, ainda incompletas, a recepção superou mesmo aquilo que se costuma chamar de *honras de estilo*. Foi uma acolhida cordial, senão calorosa. (...) Apesar de tudo isso, não se pode negar que também houve algo como um sucesso pessoal do presidente João Goulart. Basta lembrar o fato de que ele foi vivamente aplaudido por essa corporação pouco entusiasmada por países estrangeiros e menos ainda por líderes trabalhistas, que é o Congresso dos Estados Unidos. (...) Registraram-se manifestações ponderadas e sensatas. O presidente da República é hoje um elemento de equilíbrio. Nesse sentido, tem razão os que o receberam tão bem nos Estados Unidos.”¹²⁸

Os resultados políticos da viagem de Goulart aos Estados Unidos superaram as expectativas até mesmo dos seus opositores. O retorno do presidente ao Brasil foi cercado de aplausos e de muito prestígio. Seu encontro com Kennedy e a maneira amigável como foi recepcionado, inclusive pelo Congresso daquele país, reduziram as apreensões dos grupos conservadores que alimentavam desconfianças sobre o seu governo e suas intenções. O entusiasmo com a visita oficial pode ser percebido pelo editorial do *Correio da Manhã* intitulado “O regresso”. De acordo com o jornal:

¹²⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 99.

¹²⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1962, p. 6.

“O sr. João Goulart, ao desembarcar em Brasília, de regresso dos Estados Unidos, declarou haver cumprido o seu dever. E o povo brasileiro o recebeu com satisfação, pois ele tinha o dever de apresentar o Brasil à Nação norte-americana não apenas como país soberano e amigo, mas como uma Nação estabilizada numa democracia amadurecida e à altura de sua liderança continental. O presidente do Brasil não foi solicitar um crédito de confiança, mas reafirmar ao povo norte-americano e seus dirigentes que temos direito a essa confiança. (...) A atitude que lá se esperava do sr. João Goulart não seria a convencional afirmação de soberania – atributo que não precisa ser aprovado por ser evidente. Oportunamente, o presidente mesclou os pruridos de auto-afirmação com excelente dose de testemunhos democráticos, o que, em boa hora, provocou salutar alteração no ponto de vista dominante sobre sua pessoa nos Estados Unidos. Conseguiu, assim, evitar a classificação de homem de esquerda – equívoco imperante em certos círculos – e foi prazerosamente aceito na conceituação de homem de centro. Tal modificação não apenas fez justiça à atuação recente do nosso primeiro mandatário, como ainda facilitou, em parte, o processamento de diversas negociações.”¹²⁹

Com efeito, o prestígio político não veio acompanhado de recursos externos necessários para aliviar a situação econômica brasileira. Os resultados práticos e concretos em termos econômico-financeiros não fizeram o Brasil avançar. A crise econômica permanecia, estimulando a escalada da inflação e, conseqüentemente, afetando os salários e o custo de vida da população brasileira. Os problemas enfrentados por Goulart eram graves e diversos. A manutenção da política externa independente criava incômodos ao governo norte-americano; a situação econômica do país continuava em patamares preocupantes e, para piorar o cenário, os dois partidos, PTB e PSD, cuja aliança poderia dar bases políticas de apoio para aprovar algumas das reformas que defendia, afastavam-se um do outro. Em meios aos desafios, a experiência parlamentarista deu sinais de enfraquecimento. A mudança de regime não era mais sustentada apenas por Goulart e pelos grupos de esquerda, mas por políticos de expressão como Juscelino Kubistchek, Magalhães Pinto, Juraci Magalhães e Carlos Lacerda, o principal opositor do presidente da República. A campanha pelo retorno do presidencialismo foi uma frente de batalha que o jornal *Correio da Manhã* teve que se deparar no decorrer do ano de 1962. Para o jornal carioca, a mudança de regime, naquela ocasião, não era a melhor ferramenta institucional para executar as reformas.

¹²⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1962, p. 6.

A crise do parlamentarismo e a campanha pelo plebiscito

Apesar dos desafios e das limitações, os primeiros meses do governo Goulart, conduzido pelo primeiro-ministro Tancredo Neves, não foram um fracasso. A própria viagem do presidente aos Estados Unidos demonstrou que Goulart era um líder de confiança, embora os resultados financeiros tenham sido poucos. Contudo, a pressão de setores da esquerda aprofundava-se sendo acompanhadas de suas demandas por reformas imediatas. O descontentamento e as críticas desses grupos com Goulart por insistir na coligação política entre PTB e PSD, estratégia política interpretada por eles como “conciliação”, transformou a euforia inicial da posse em frustração e oposição ao presidente. Em contrapartida, alguns grupos conservadores caminhavam também para a radicalização, na maioria das vezes mobilizados pela propaganda anticomunista.

Embora houvesse relativo sucesso do governo, a principal pauta da agenda não avançava. As reformas de base, em função dos impasses criados entre os parlamentares, não saíam do papel. As limitações impostas pelo sistema parlamentarista deixavam Goulart de mãos atadas no sentido de implementar um programa abrangente de reformas políticas e sociais. Na avaliação do *Correio da Manhã*, o Congresso era em parte responsável pelo mau desempenho no encaminhamento das reformas de base. Em editorial de título “A renúncia do parlamento”, o jornal manifestava-se da seguinte forma:

“Tão misteriosa quanto à renúncia do sr. Jânio Quadros é a renúncia do Parlamento brasileiro. Estarão os nossos dirigentes políticos com fastio do governo? Ou repletos demais, com indigestão? Entre os congressistas, há figuras sóbrias, competentes e de reconhecida idoneidade. Devem estar consumidos pelo pessimismo. A realidade nacional, entretanto, não justifica essa atitude. (...) O Parlamento não pode continuar, gozando de proveitos e imunidades, a trair o povo, renunciando aos seus deveres.”¹³⁰

O texto reflete, contudo, o fato de que poucos políticos trabalharam pela manutenção do sistema parlamentarista. A defesa do novo regime limitou-se a poucos parlamentares da UDN e do PSD. Em outras palavras, o comprometimento dos partidos ficou bastante debilitado tendo em vista que alguns dos seus membros estavam mais preocupados com o pleito eleitoral de outubro de 1962. Movidos por cálculos eleitorais,

¹³⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1962, p. 1.

as principais lideranças políticas começaram a trabalhar pelo retorno do presidencialismo. O sistema parlamentarista aglutinou mais descontentes do que defensores, embora houvesse parlamentaristas entre os políticos brasileiros. Os presidenciáveis às eleições de 1965, como Juscelino Kubistchek, do PSD, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, da UDN, desejavam o fim do regime. O próprio presidente, embora tivesse aceitado ser presidente sob o parlamentarismo, nunca o defendeu, sendo o seu principal opositor por não conseguir realizar mudanças através de um conjunto de reformas sociais no ritmo e com a amplitude que desejava.

Em meio à falta de sustentação do sistema parlamentarista por parte de muitos políticos brasileiros, ainda no primeiro semestre de 1962, a questão do plebiscito entrou na agenda política, principalmente entre os grupos de esquerda, frustrados pelos limites estabelecidos ao chefe do Executivo com a emenda parlamentarista. No entanto, para o jornal *Correio da Manhã* uma possível mudança de sistema poderia instabilizar o cenário político fomentando o grau de radicalização à direita e à esquerda. Desde a posse de Goulart, o jornal defendia e insistia na manutenção do parlamentarismo. Em alguns momentos no início daquele ano, o diário carioca interpretou que um dos motivos do fracasso do regime de gabinete era o enraizamento da tradição do presidencialismo na história republicana brasileira o que poderia explicar a falta de consenso em torno do parlamentarismo. No entanto, não negava que a adoção do sistema parlamentarista fora uma solução negociada para se evitar uma guerra civil, em meio à crise de 1961, e, portanto, um dos motivos pelos quais não encontrou enraizamento na sociedade, tampouco entre os políticos. As circunstâncias, de acordo com o jornal, não foram apropriadas, como se manifestou abaixo:

“Essa falta total de raízes também tem outros motivos. E não é só a pouca estatura de certos dignitários parlamentaristas. Ainda desempenha seu papel à maneira de que o regime foi introduzido: em poucos mas tempestuosos dias: depois de discussões apressadas: em circunstâncias que pareciam acima da vontade dos congressistas.”¹³¹

Com efeito, os dias do regime parlamentarista pareciam estar com os dias contados. Pressionado pelas esquerdas e por setores do seu próprio partido, Goulart queria aprovar as reformas. Nesse contexto, o presidente manifestou suas críticas ao parlamentarismo num dia simbólico para quem era o herdeiro político de Vargas. Nas

¹³¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1962, p. 6.

comemorações do 1º de maio de 1962, Goulart proferiu um discurso que abriu caminhos para o fim do parlamentarismo, sustentando a sua inviabilidade de conduzir as reformas necessárias para o país. Contudo, a avaliação do *Correio da Manhã* era a seguinte:

“Sob a expectativa da imprensa, dos círculos políticos e do povo, falou o sr. João Goulart. O seu discurso teve duas partes. Na primeira, foi claro e autêntico; na segunda, apenas esperto. Refletiu-se no estilo o caráter híbrido do regime. (...) Estamos com obrigação de discordar largamente do discurso presidencial, apesar de estarmos a favor das reformas de base. Essa ressalva nos foi, porém, curiosamente facilitada pelo orador na primeira parte do seu discurso. Não haja, portanto, dúvida: reconhecemos que as reformas de base, especialmente a agrária e a tributária, são indispensáveis e inadiáveis. (...) É necessário fazer as reformas sociais. Quanto à reforma institucional, perguntamos: quando se faz uma Constituição? Ou uma reforma constitucional, que equivale a nova Constituição? (...) Reconhecemos francamente a insuficiência do nosso parlamentarismo híbrido e a oportunidade de voltar, em parte pelo menos, ao regime presidencialista, com o qual o presidente João Goulart já parece, porém, menos inconformado do que há poucos meses atrás. Mas não concordamos com a sugestão de dar poderes constituintes à futura Câmara.”¹³²

Embora concordasse com o presidente em determinados aspectos como a falta de ação do parlamento em relação à execução das reformas, fomentando a intranquilidade entre as camadas médias, os trabalhadores urbanos e rurais por causa do alto custo de vida, o matutino carioca discordou de Goulart quanto à proposta dos parlamentares eleitos em outubro de 1962 terem poderes para alterar a Constituição, transformando-se em uma Assembleia Nacional Constituinte. De acordo com a linha liberal e democrática da qual o *Correio da Manhã* seguia, era inadmissível modificação na Carta Constitucional no sentido dar poderes que pudessem alterar o equilíbrio dos Três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. A maneira como se dirige ao regime parlamentarista como regime híbrido diz respeito à falta de clareza quanto às competências entre o presidente e o primeiro-ministro. O jornal reconhece a ineficiência do Congresso, mas rejeita qualquer alteração na Constituição. Na concepção legalista do diário carioca, apesar de necessárias, as reformas não poderiam estar acima da lei.

Diante o discurso de Goulart, o Gabinete liderado por Tancredo Neves ficou sem condições de se manter no poder. Na avaliação do *Correio da Manhã*, o Gabinete deveria ser substituído por não ter conseguido implementar as reformas. Em editorial

¹³² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1962, p. 6.

intitulado “Desgoverno no fim”, o jornal manifestou-se quanto ao Gabinete de Tancredo Neves da seguinte maneira:

“Não há razão para pânico. A democracia brasileira não vai acabar. Apenas, os atuais ministros vão sair. Os interesses políticos e econômicos que eles representam deixarão de ser tão bem atendidos como vinham sendo à sombra da união nacional. (...) Tudo se resume, portanto, no fato de que a festa está no fim e as luzes se apagam. (...) A nação é que não pode esperar mais – vendo ainda a subida altista de todos os gêneros alimentícios, esse asfixiante aumento diário do custo de vida. A nação sabe que não há governo e o país continuará desgovernado, se o atual gabinete não for imediatamente substituído.”¹³³

Diante das dificuldades de ordem econômica como a escalada da espiral inflacionária e da elevação do custo de vida dos brasileiros, o Gabinete conduzido por Tancredo Neves se desfez no dia 26 de junho. Com a sua saída, abriu um processo de sucessão do Gabinete, em que o nome de San Tiago Dantas fora cogitado. Dantas surgiu como sucessor natural devido ao seu papel como ministro das Relações Exteriores, sustentando a política externa independente, o que lhe rendeu apoio dos grupos nacionalistas e de esquerda. As organizações sindicais não demoraram a manifestar aprovação à nomeação de Dantas para assumir o Gabinete, inclusive fazendo ameaças de deflagração de greve geral, caso o seu nome não fosse aceito. No entanto, na avaliação do jornal *Correio da Manhã* o nome de San Tiago Dantas não era uma boa escolha em função da adesão de setores mais radicalizados das esquerdas pressionando o Congresso para nomeá-lo. Para o jornal carioca, pesava também contra Dantas o fato de que como ministro das Relações Exteriores não conseguiu resultados concretos na política externa, como tornar eficiente o comércio exterior eficiente do Brasil, contribuindo para o colapso das exportações dos produtos brasileiros. Desse modo, o matutino justificava sua negativa pela indicação do nome de Dantas da seguinte forma:

“San Tiago Dantas pode iludir os ingênuos da direita, provocando-os para tornar alvo de ataques reacionários. Pode ludibriar os socialistas de boa fé que ainda não perceberam que a extinção do colonialismo, o estreitamento das relações com todos os povos e a coexistência pacífica são conquistas definitivas e irreversíveis que estão comprometidas com as ambições do chanceler. Pode agradar aos agitadores que procuram explorar as atuais dificuldades do povo. Tudo isso é possível. Não se inspire, porém, o sr. João Goulart nesse clima de irresponsabilidade e nessas grosseiras artimanhas. Não se atreva a entregar a

¹³³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1962, p. 6.

sorte do país nas mãos daquele mistificador. (...) Transferir San Tiago Dantas para a chefia do gabinete seria trazer para o plano interno essa mistificação que hoje prejudica a nossa economia e atinge a nossa dignidade no plano internacional. Não se iluda o sr. João Goulart sobre as consequências dessa deliberação. Não tripudie sobre o senso de responsabilidade e de decisão do povo brasileiro.”¹³⁴

Todavia, em meio às manifestações de apoio dos trabalhadores ou de negação, especialmente pelo *Correio da Manhã*, ao nome San Tiago Dantas para assumir o Gabinete, os políticos do PSD entraram no debate e insistiram na ideia de que o futuro primeiro-ministro pertencesse às suas fileiras. A argumentação dos pessedistas em que o partido teria condições de reunir maioria parlamentar necessária para formar um governo compromissado na execução de uma política enérgica e decisiva para a solução dos problemas com que se deparava o país. De fato, o nome de um membro do PSD era mais oportuno para Goulart seguir sua estratégia de coligação entre petebistas e pessedistas no sentido da implementação das reformas por meio de acordos e de forma negociada no parlamento, neutralizando a radicalização das direitas anticomunistas e de parte das esquerdas, inclusive dentro do PTB. Contudo, é importante salientar que San Tiago Dantas era de longe um dos nomes do PTB com posições mais moderadas, além de sempre demonstrar compromisso em busca das reformas. Mas seu comprometimento com o sistema parlamentarista ameaçava as pretensões de Goulart em recuperar seus plenos poderes presidenciais. Assim, o presidente trabalhou nos bastidores para que Dantas desistisse da ideia de ser primeiro-ministro.

Enquanto o impasse sobre quem deveria assumir o Gabinete dominava os círculos políticos, o jornal *Correio da Manhã* cobrava constantemente em seus editoriais um nome capaz de aglutinar ao seu redor maioria parlamentar para solucionar os problemas nacionais e iniciar as reformas de base. Na avaliação do diário carioca:

“É prerrogativa, é direito do presidente da República escolher o primeiro-ministro. Mas é seu dever escolher quem possa realmente ser o primeiro-ministro. Um nome não basta. Deve ser um nome que possa legitimamente reunir a seu redor uma coesa maioria parlamentar. É isso que se espera de um presidente da República. (...) Do nome do novo primeiro-ministro tem de decorrer a composição partidária do Gabinete. Da composição partidária tem de decorrer o programa de governo. Como programa, não esperamos mais uma

¹³⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1962, p. 6.

mensagem grandiloquente ou mais uma análise pseudocientífica da situação do país ou mais uma série de promessas vagas.”¹³⁵

Contudo, a indecisão quanto à escolha do novo primeiro-ministro criou um ambiente instável e a agitação social se difundiu rapidamente nas entidades sindicais. Nesse sentido, o jornal posicionava-se com mais contundência, pois acreditava que havia agitadores em toda parte aproveitando a ocasião para criar um clima de instabilidade e influir nas próximas eleições. Desse modo, *Correio da Manhã* cobrava de Goulart a composição do Gabinete o mais rápido possível e que:

“O nome indicado e aprovado não deve ser, apenas, a resultante de interesses pessoais ou políticos. Nem deve obedecer às injunções de grupos econômicos. Seu significado deve ser a atitude certa em face daqueles problemas e de sua solução. Em suma: o presidente da República terá de indicar um nome que encarne as esperanças da nação, e o ideal seria que, já na sua indicação, fosse um nome que antecipasse para o país melhores dias.”¹³⁶

O impasse quanto ao futuro do Gabinete, contudo, fora resolvido pela nomeação do senador Auro de Moura Andrade, político da ala conservadora do PSD. O novo primeiro-ministro indicado por Goulart não agradou o movimento sindical que reagiu com ameaças de greve geral. O clima de inquietação social fez com o *Correio da Manhã* defendesse em seus editoriais, na futura gestão de Auro de Moura Andrade como primeiro-ministro, como solução da crise a necessidade de antecipar o plebiscito que decidiria o retorno do regime presidencialista. Na avaliação do matutino carioca:

“A crise política, que sacode menos o país do que o sr. João Goulart e o Congresso, não é insolúvel. A situação não é desesperada. A saída poderá ser encontrada logo, eliminando-se os planos ocultos do presidente da República e eliminando-se a resistência dos parlamentares a solução da verdadeira crise: pois esta não é política. É uma crise social, da qual se serve o sr. João Goulart, querendo desmoralizar o Legislativo, mesmo ao preço de desmoralizar sua própria autoridade pela instigação a greve. (...) O parlamentarismo, que seria uma forma ideal de governo, demonstrou sua impraticabilidade no Brasil, pelo menos neste momento. Daí a nossa opinião firme e imutável: que o povo, que em setembro do ano passado não foi consultado, seja consultado agora sobre a questão do regime. A porta pela qual o povo entrará, é a consulta ao Tribunal Superior Eleitoral. A resposta é: Plebiscito. Mas plebiscito quando? (...) O único

¹³⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1962, p. 6.

¹³⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1962, p. 6.

caminho viável é este: Plebiscito em 7 de outubro.(...) É a solução da verdadeira crise.”¹³⁷

O movimento sindical reivindicava um Gabinete reformista e nacionalista e não um conservador. Como ato de resistência ao nome de Auro de Moura Andrade e pressão pelo nome de San Tiago Dantas, os sindicalistas deflagraram uma greve geral. O cenário tornou-se preocupante e os descontentamentos não eram poucos entre as classes médias, assoladas pela inflação e pelo desabastecimento de gêneros alimentícios, por exemplo, no mercado. A combinação de greves e escassez de alimentos provocou o desgaste do regime parlamentarista e do próprio Goulart diante a opinião pública. A indefinição fomentava o quadro de crise política e econômica no país. No entanto, apesar da instabilidade política no decorrer dos meses de junho e julho, o governo tomou iniciativas e fundou a Eletrobrás e aprovou o 13º salário mínimo para os trabalhadores da iniciativa privada, resultados de estudos e demandas antigas.

Para preservar a estabilidade do regime democrático e a execução das reformas, embora não concordasse com a antecipação do plebiscito anteriormente, naquelas circunstâncias, a solução da crise, na avaliação do *Correio da Manhã*, era antecipar o plebiscito o quanto antes. A data ideal seria nas eleições de outubro de 1962. A falta de decisão do Congresso durante o regime parlamentarista quanto ao andamento das reformas, aliado à inquietação social com o desencadeamento de vários movimentos grevistas, contribuiu decisivamente para a mudança de opinião do jornal.

Com efeito, após mais o impasse na sucessão do Gabinete, o problema foi resolvido com a indicação de Francisco de Paula Brochado da Rocha, ex-secretário do Interior e Justiça do governo de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. A escolha por Brochado da Rocha foi acolhida e aprovada com ampla maioria de votos, no Congresso Nacional. Era um político de confiança das esquerdas radicais, mas com posições políticas moderadas.¹³⁸ Entretanto, Brochado da Rocha era comprometido com a política de Goulart e, principalmente, de Brizola, assumindo esforços para a antecipação do plebiscito, que defenderia ou não a emenda parlamentarista.

No segundo semestre de 1962, o regime parlamentarista parecia agonizar. O Gabinete de Brochado da Rocha entrou em rota de colisão com o Congresso Nacional quando solicitou delegação de poderes aos parlamentares para que o governo legisse

¹³⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1962, p. 6.

¹³⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 110.

sobre questões polêmicas para a época como o monopólio da importação de petróleo e seus derivados; o comércio de minérios e materiais nucleares; controle de moedas e do crédito; o Estatuto do Trabalhador Rural; a desapropriação de terras por interesse social; e a criação de um órgão estatal para viabilizar a reforma agrária.¹³⁹ Entretanto, o Congresso rejeitou o pedido e, conseqüentemente, a campanha pelo plebiscito tornou-se mais ofensiva por parte das esquerdas.

No desenrolar desse processo, as esquerdas e o movimento sindical contaram com novos aliados: os militares. Até então em posição neutra, os militares no mês de agosto entraram em cena reivindicando publicamente a defesa pela antecipação do plebiscito. O ministro da Guerra, Nelson de Melo, defendia a realização do plebiscito antes das eleições de outubro. Os ministros da Marinha e da Aeronáutica seguiram o ministro da Guerra. Diante da posição dos militares na cena política, o jornal *Correio da Manhã* não ficou na retaguarda e encaminhou sua ofensiva para ganhar a opinião pública no sentido de repudiar a atitude dos chefes militares, principalmente em relação ao ministro da Guerra. Na avaliação do jornal:

“Sentimos-nos no dever de precisar nossa posição em face das declarações impertinentes do general Nelson de Melo. Pois na nota do ministro da Guerra se lêem coisas que também já figuraram em editoriais nossos. De modo que nos cabe explicar nosso apoio a uma reação condigna do Congresso. Tudo aquilo sobre o plebiscito também já dissemos, embora a conveniência de realizar sem tumulto as eleições de 7 de outubro nos inspire agora o conselho de marcar a consulta ao povo para o começo do ano próximo. Tivemos o direito de dizer tudo isso. Mas não nos parece que o ministro da Guerra, membro de um Gabinete de responsabilidade coletiva, tenha o mesmo direito de dirigir-se individualmente à nação. (...) É por isso que a nota mal inspirada do ministro da Guerra fez impressão de ameaça, parecida com a nota que em setembro do ano passado os três ministros militares dirigiam ao Congresso. Foi inadmissível então e é inadmissível hoje.”¹⁴⁰

A nota do ministro da Guerra quanto à defesa da antecipação do plebiscito reacendia o fantasma da crise de agosto de 1961. Com a volta dos militares à cena política, o diário carioca, embora defendesse em seus editoriais meses antes a antecipação do plebiscito para o pleito eleitoral de outubro, mudava de ideia e manifestava que fosse realizado no início de 1963. O *Correio da Manhã* não admitia em hipótese alguma qualquer forma de pressão do presidente da República ou do primeiro-

¹³⁹ Idem, p. 111.

¹⁴⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1962, p. 6.

ministro, tampouco dos militares sobre as decisões que cabiam ao Congresso Nacional, considerado como bastião da legalidade. O jornal avaliava que:

“Essa reconsideração também se pode basear na compreensão de que nenhum ministro nem o primeiro-ministro nem o próprio presidente da República tem o direito de se dirigir à nação por cima de sua representação, o Parlamento. Pois esse apelo direto já não tem nada que ver com plebiscito. Faz parte de um outro regime – da democracia plebiscitária – que ninguém deseja introduzir no Brasil, porque costuma ser prelúdio de ditadura.”¹⁴¹

A polêmica envolvendo a questão do plebiscito se resumia basicamente no fato de quando a Emenda Constitucional n° 4, que implantou o parlamentarismo, havia um dispositivo legal, que a critério do Congresso Nacional, uma consulta poderia convocar a população a se manifestar sobre a sua continuidade ou o retorno ao presidencialismo. No caso do plebiscito for convocado, a consulta deveria ocorrer nove meses antes do término do mandato de João Goulart. Nesse sentido, Goulart buscou lutar pela antecipação do plebiscito para ter condições com o retorno do presidencialismo para implementar seu projeto de governo reformista. No entanto, o jornal *Correio da Manhã* defendia o plebiscito, mas não sob coação. Na avaliação do diário carioca:

“Quem pode escolher é o povo. É por isso que o Congresso incluiu a eventualidade do plebiscito no Ato Adicional. Só falta fixar a data da consulta ao Soberano que é a Nação. Fixar a data do plebiscito, sim. Fixá-la como ato de soberania do Congresso, e não como tímida concessão a militares, nem como pseudo reabilitação de um presidente da República que foi escolhido por um terço do eleitorado e que não inspira confiança a dois terços do povo. Não tem aqueles militares o direito nem a competência para dar lições ao Congresso. Não tem o presidente da República em exercício ou os presidentes presidencialistas em potencial o direito de exigir a ampliação indevida dos seus poderes. O presidente João Goulart e os ministros militares não têm de pedir nem de requerer nem de exigir nada. Seu único dever é o de manter e defender o regime ao qual juraram fidelidade.”¹⁴²

Entretanto, o mês de setembro de 1962 assistiu a escalada do processo de radicalização à esquerda e à direita. Leonel Brizola, principal liderança das esquerdas, defendeu o fechamento do Congresso Nacional; as direitas, encabeçadas pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda, denunciavam as tentativas de golpe. A crise

¹⁴¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1962, p. 6.

¹⁴² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1962, p. 6.

ganhou contornos agravantes quando o Gabinete de Brochado da Rocha submeteu voto de confiança o seu pedido de poderes para implementar as reformas e estabelecer uma data para o plebiscito para 7 de outubro. No entanto, o Congresso vetou. A partir daí, as pressões sobre o Congresso aumentaram. Na imprensa, a crise política era manchete dos principais jornais do país, especialmente no estado da Guanabara. O jornal *Correio da Manhã*, diante aqueles dias tumultuados, avaliava o seguinte:

“A paciência do povo brasileiro tem limites. Não é possível que os abusos se sucedam em ritmo crescente. O povo vem suportando os maiores desatinos administrativos; e, em consequência, as mais terríveis dificuldades de vida. Suportou recentemente os desvarios do sr. Brizola, pregando a desordem. Suportou as declarações do sr. Brochado sobre a ilegitimidade do governo e as suas ameaças de se tornar ainda mais ilegítimo com uma intervenção arbitrária e escandalosa na Guanabara. Suporta, agora, um pronunciamento assinado por nove pelegos, ameaçando o país com mais uma greve geral caso não sejam atendidas, no prazo de cinco dias, as exigências mais estapafúrdias no plano econômico, administrativo e institucional. (...) O sr. João Goulart tem, neste momento, talvez a última oportunidade de se mostrar digno do cargo a que foi alçado. E mostrar ao povo brasileiro e às demais nações que o destino deste país não está entregue a estes grupos extremistas e primários que se atrevam a afrontar a nação com os seus desafios e provocações.”¹⁴³

No editorial acima de título “Última oportunidade”, o jornal carioca, seguindo sua linha liberal-democrática, demonstrava e alertava o presidente Goulart às “provocações”, inclusive de intervenção militar, de Brizola e Brochado da Rocha em relação ao Congresso, com o aval das lideranças sindicais que, por sua vez, ameaçavam deflagrar mais uma greve geral caso a data do plebiscito não fosse a mesma das eleições: 7 de outubro. Na concepção do jornal, essa onda de polarização e radicalização poderiam comprometer a própria manutenção da ordem democrática e abrir caminhos para um regime ditatorial. O matutino carioca denunciava as tentativas antidemocráticas das esquerdas radicalizadas, principalmente de Brizola. Para *Correio da Manhã*, esse perigo só seria possível caso o presidente João Goulart fosse omissivo. Na avaliação do diário carioca:

“É evidente que o destino do país só poderá cair nas mãos dos agitadores e pelegos, se para isto contribuírem a omissão do presidente da República e a confusão dos congressistas. Por este motivo, os olhos da nação se voltam dos

¹⁴³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1962, p. 1.

desmandos dos extremistas para a atuação do chefe de Estado e dos deputados.”¹⁴⁴

Todavia, a atmosfera de agitação política não arrefeceu, pelo contrário, a situação ficou ainda mais grave pela participação ativa dos militares na questão do plebiscito. O comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, general Jair Dantas Ribeiro, tornou público um documento no qual dizia não ter condições de garantir a lei e a ordem, caso o povo se insurgisse contra a recusa do Congresso Nacional de antecipar o plebiscito para antes, ou no máximo, simultaneamente, com as eleições de outubro. Segundo o general: “O povo é soberano do regime democrático. Negar-lhe o direito de pronunciar-se sobre o sistema de governo que lhe foi imposto é abominar o regime ou querer destruí-lo”.¹⁴⁵ No entanto, o que o general Jair Dantas Ribeiro dizia era o seguinte: se o povo se revoltar contra o Congresso Nacional para fechá-lo, ele nada poderia fazer para defender o Poder Legislativo. A carta dirigida ao presidente da República, com cópia para o primeiro-ministro e para o ministro da Guerra, general Nelson de Melo, surtiu como uma bomba no quadro político. Os ministros da Marinha e da Aeronáutica posicionaram-se a favor do general Jair Dantas e da antecipação ao plebiscito e contra o Congresso. No entanto, *Correio da Manhã* reagiu rápido. Em editorial de primeira página intitulado “Liberdade”, o jornal carioca manifestou-se da seguinte forma:

“O comandante do III Exército confessou-se incapaz de cumprir sua missão de defender a ordem pública. Demita-se. É este o seu dever. Não é admissível que se atreva a jogar sobre o Congresso a responsabilidade da sua inaptidão de comando. Engana-se o general Jair Dantas quando afirma que o povo está exigindo o plebiscito de 7 de outubro. O povo exige é o que generais saibam honrar a farda e as insígnias que receberam da nação para assegurar a manutenção dos preceitos constitucionais. (...) O Congresso deve convocar imediatamente o ministro da Guerra e exige providências urgentes para a recuperação da disciplina militar. (...) Nenhum sistema de governo e nenhuma reforma de base valem o preço da liberdade e da democracia.”¹⁴⁶

O trecho acima é revelador por dois aspectos. O primeiro diz respeito ao combate e à resistência do papel dos militares no cenário político, principalmente coagindo e pressionando o Congresso Nacional para aprovar a antecipação do

¹⁴⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1962, p. 6.

¹⁴⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit., p. 169.

¹⁴⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1962, p. 6.

plebiscito. O segundo é pelo fato de que para o jornal a democracia era inegociável. Nesse sentido, o jornal não abriu mão da manutenção do regime democrático, repudiando com contundência a pressão dos militares sobre o Poder Legislativo.

Contudo, a situação era grave e na avaliação do *Correio da Manhã* o país estava à beira de um golpe militar. A carta do comandante do III Exército era uma ameaça de golpe militar a favor do retorno do presidencialismo, interpretada pelos grupos conservadores e de extrema direita como um golpe favorável a João Goulart. No entanto, embora o ministro da Guerra apoiasse a antecipação do plebiscito, não concordou com o ato do general Jair Dantas interpretado como uma ameaça à disciplina e à hierarquia militar. Nesse sentido, *Correio da Manhã* manifestou apoio à decisão do ministro da Guerra de condenar a atitude do seu subordinado. Segundo o jornal:

“Essa atitude do general Nelson de Melo merece elogio devido. Também merecia encontrar ampla ressonância no Exército. E já a encontrou. De todos os lados nos chegam notícias sobre altas patentes àquela atitude. É um espetáculo que nos conforta e que inspira otimismo certo quanto ao desfecho da crise, novamente e levemente aberta. O pretexto dessa crise – repetimos: o pretexto – é a data e só a data do plebiscito. Sobre a conveniência da consulta ao povo não há, propriamente, divergências. Só se trata de fixá-la em data oportuna, evitando-se qualquer perigo de tumultuar as eleições e o país. É esse o sentido de nossa oposição – que não é, felizmente, só nossa – contra a precipitação da data do plebiscito.”¹⁴⁷

O jornal carioca demonstrava seu descontentamento com as constantes pressões e ameaças das lideranças políticas de esquerda, como Leonel Brizola, do movimento sindical e do meio militar sobre o Congresso para votar a antecipação do plebiscito. O jornal não era contra o plebiscito, mas contra a data exigida pelos militares. Desse modo, *Correio da Manhã* elogiou a postura do ministro da Guerra, general Nelson de Melo, ao repudiar a nota do general Jair Dantas que poderia desencadear um processo de insubordinação entre os militares e reação do movimento sindical.

Em meio à pressão militar e sindical, uma solução foi articulada entre Goulart e o Congresso. Foi votada a Lei Complementar que estabelecia a realização do plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1963. O desfecho da crise não pode se resumir apenas pela pressão das esquerdas, do movimento sindical e de setores das Forças Armadas, mas também pelos interesses de partidos políticos e importantes lideranças, como Juscelino

¹⁴⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1962, p. 6.

Kubistchek e até mesmo Carlos Lacerda, que almejavam a presidência da República nas eleições de 1965 e não aceitavam limites, tampouco papel secundário no sistema parlamentarista. Entretanto, *Correio da Manhã* ressaltou o papel do Congresso Nacional contra as ameaças e pressões dos últimos meses, mas enfatizou cobranças aos parlamentares e, principalmente, a Goulart na execução das reformas de base. O jornal avaliou que:

“O Congresso improvisou uma solução para a crise. Foi digno ao sacrificar as suas prerrogativas em benefício da tranquilidade pública e da manutenção da ordem democrática. Resistiu às pressões sindicais e militares que exigiam o plebiscito já e já – a 7 de outubro. (...) A partir deste momento, o sr. João Goulart aparece à nação sem o o biombo do Gabinete. Nenhum equívoco é mais possível. Os seus movimentos não mais suportam interpretações dúbias. (...) não admitiremos que o sr. João Goulart se esqueça das reformas de base. Somos os primeiros a exigir que elas se transformem de promessas e incitamentos demagógicos, em medidas práticas, imediatas e objetivas. As nossas exigências se voltam também para o Congresso. É preciso que se restaure a oposição democrática, viril e construtiva que ainda não se restabeleceu completamente do desfibramento gerado pela união nacional. Quando os deputados regressarem da luta eleitoral, impõem-se um esforço concentrado não apenas de alguns dias, mas durante o período que for necessário para definir, com nitidez, os rumos da democracia e do futuro do país. O Brasil tem investido bilhões de cruzeiros nessa seqüência vergonhosa de crises, esperamos que esta seja a última. É o que a nação exige do Congresso e, principalmente, do presidente da República.”¹⁴⁸

No dia 6 de janeiro de 1963, a população brasileira fora às urnas para decidir pela manutenção do parlamentarismo ou pelo retorno do presidencialismo. Com uma vitória esmagadora, os eleitores decidiram pelo presidencialismo. O resultado do plebiscito foi a restauração dos plenos poderes presidenciais de João Goulart. Na avaliação do *Correio da Manhã*, o sentido da população brasileira votar contra o parlamentarismo foi

“uma festa da democracia, mas não um festival oferecido ao sr. João Goulart . (...) O sentido do plebiscito foi um *não* em geral e a tudo que está por aqui. O povo votou *contra*. E esse contra envolve a pessoa e a política do presidente da República. Mas o maior aproveitador dessa situação (...) foi o próprio sr. João Goulart: aproveitando a desunião nacional para governar como e se fosse presidente em regime presidencialista, mas devolvendo a responsabilidade sobre o Congresso e os partidos políticos, como se o regime parlamentarista estivesse funcionando. (...) O povo brasileiro votou com dignidade. E o sr. João Goulart

¹⁴⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1962, p. 6.

não chegará a aproveitar muito seus novos poderes, se não imprimir a mesma dignidade aos seus futuros atos como presidente da República. Dignidade na política interna e dignidade na política externa.”¹⁴⁹

Para o jornal carioca, o retorno do presidencialismo correspondeu à vitória da democracia e da maturidade política do povo brasileiro. O verdadeiro sentido do NÃO estava associado à situação preocupante em que se encontrava o país, sobretudo no campo econômico-financeiro. Na avaliação do *Correio da Manhã*, o presidente foi um dos principais responsáveis pelo desmantelamento do parlamentarismo, fracassando em constituir a união nacional para enfrentar os problemas econômicos e sociais do país. Com os poderes presidenciais restituídos, contudo, Goulart seria responsável por imprimir dignidade na política interna no sentido de institucionalizar as reformas de base. Já com relação à dignidade da política externa, seria convencer os Estados Unidos que o Brasil era capaz de refrear a escalada inflacionária e angariar acordos para negociar a dívida externa e contrair novos investimentos, além de convencer que não havia lugar para escaramuças ideológicas.

¹⁴⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1963, p. 6.

Capítulo 3 – *Correio da Manhã* e o governo presidencialista de Goulart

Os desafios com o retorno do presidencialismo

Após o restabelecimento do regime presidencialista com o plebiscito, abriu-se um novo horizonte para o presidente João Goulart governar o país em novas bases de acordo com suas próprias determinações. O quadro político, aparentemente, mostrou-se favorável a Goulart, visto que o resultado do plebiscito foi majoritariamente a favor pelo retorno do presidencialismo. Outro indicador positivo foi o resultado das eleições parlamentares realizadas em outubro de 1962, quando a bancada conservadora sofreu um duro revés no Congresso Nacional, tendo o PTB como um dos partidos mais beneficiados quando quase dobrou o número de seus deputados na Câmara de 66 para 104. O PTB tornou-se o segundo partido na Câmara dos Deputados.

Os respectivos resultados deixaram os grupos nacionalistas e as esquerdas otimistas quanto à implementação das reformas de base. Entretanto, na avaliação do *Correio da Manhã*, a renovação da Câmara Federal, parte do Senado e mais um conjunto de governos estaduais eleitos, evidenciava a força dos conservadores e não da oposição. De acordo com o periódico:

“O trecho mais característico das eleições de 7 de outubro – justaposto ao predomínio das forças de centro, menos em um ou dos casos – é a vitória das oposições. Em primeiro lugar, vem a pesada derrota do governo federal. Dominado pelo PTB, teve de assistir à eleição de um Senado em que o PTB não desempenhará mais papel sensível e à eleição de uma Câmara da qual mais uma vez a grande maioria não é do PTB.”¹⁵⁰

Com efeito, o jornal carioca interpretou o resultado do pleito eleitoral de forma menos entusiasmada do que as esquerdas e os nacionalistas. De fato, o PTB foi beneficiado ao quase dobrar sua representação na Câmara, porém os conservadores continuaram com ampla maioria.¹⁵¹ Em outras palavras, embora os petebistas e outros partidos menores de cunho reformista registrassem avanços relevantes, não conseguiram reunir maioria parlamentar. A maioria seria dada pelo PSD. Além disso, nas eleições

¹⁵⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1962, p. 6.

¹⁵¹ Para maiores informações sobre o aumento de parlamentares do PTB eleitos no pleito de outubro de 1962, cf. D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995.

para governadores, dois importantes estados da federação de relevância no cenário nacional ficaram nas mãos dos conservadores, como foi o caso de São Paulo, com Ademar de Barros, do PSP, e Rio Grande do Sul, com Ildo Meneghetti, do PSD. Minas Gerais, com Magalhães Pinto, da UDN, e Carlos Lacerda, da UDN, na Guanabara, já estavam no governo, nos respectivos estados, desde que Goulart tomou posse. As esquerdas obtiveram vitórias como Badger da Silveira, do PTB, no Rio de Janeiro, e Miguel Arraes, do PSB, em Pernambuco, e Seixas Dória no Sergipe. No entanto, a tradução política das eleições de outubro de 1962 foi que as reformas, de acordo com a composição conservadora no Congresso, não seriam aprovadas facilmente sem boa margem de negociação política.

Diante desse processo, o *Correio da Manhã* defendia a ideia de que “precisamos de uma maioria capaz de superar toda e qualquer crise futura, sem transigir, mas também sem obstruir o que for de interesse da nação.”¹⁵² O diário carioca, embora endurecesse o tom quanto à administração do presidente Goulart, principalmente a partir do segundo semestre de 1962, em função da campanha pelo plebiscito, interpretada como um ato de estímulo à reação do movimento sindical para pressionar o Congresso Nacional para aprovar a antecipação da data, mantinha a coerência de sua linha legalista, ou seja, acreditava numa composição parlamentar capaz de implementar as reformas respeitando os princípios da ordem democrática.

Todavia, em meio ao desenrolar da crise política do primeiro semestre de 1962, passando pelas eleições de outubro do mesmo ano até o resultado do plebiscito, o quadro econômico brasileiro era bastante preocupante. No apagar das luzes de 1962, o ritmo do crescimento da economia arrefecia com números nada animadores – 6,6% comparados aos 8,6% no ano anterior –, além da escalada acelerada da inflação com índices superiores a 50%, comparada aos 35% de 1961 e aos 25% de 1960.¹⁵³ A inflação, diga-se de passagem, era o vilão mais evidente dos desdobramentos da crise econômica no cotidiano dos brasileiros quando deteriorava os salários dos trabalhadores, pressionava a alta dos alimentos e impulsionava o custo de vida. Enfim, entre agosto de 1961 a janeiro de 1963, a República brasileira atravessou um período de indefinição política com sérias consequências no terreno econômico.

¹⁵² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1962, p. 6.

¹⁵³ ABREU, Marcelo de Paiva. “O processo econômico”. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Olhando para dentro, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, Fundación Mapfre, 2013, p. 223.

Diante desse cenário, o jornal *Correio da Manhã* demonstrou preocupação com as políticas econômicas capazes de conduzir o país ao caminho do crescimento e do desenvolvimento. Na conjuntura da gestão presidencial de João Goulart, o periódico não poupou adjetivos para criticar o fraco desempenho do governo no campo econômico. Na virada de 1962 para 1963, as matérias veiculadas pelo periódico enfatizavam a elevação dos preços de alguns alimentos na Guanabara. Segundo o jornal:

“Acompanhando a extraordinária onda de exploração que ocorre no comércio regular de gêneros alimentícios, a alta de preços que foi a nota no comércio regular de gêneros alimentícios, realizada ontem na Rua Dona Zulmira. Os ovos subiram 40 cruzeiros em dúzia e o tomate 60 em quilo. Como fato auspicioso para o consumidor, destacou-se o reaparecimento do feijão preto, alimento básico de grande parte da população.”¹⁵⁴

Os artigos veiculados pelo *Correio da Manhã* sobre a alta dos preços e o desabastecimento de mercadorias podem sinalizar não apenas a irritação da população como também meio de pressionar o governo a se posicionar e tomar medidas para frear os índices negativos da economia. Neste sentido, o matutino carioca cobrava do governo medidas para estabilizar a inflação e fazer o país entrar nos trilhos do crescimento, além de equilibrar as contas públicas e angariar investimentos estrangeiros.

O Plano Trienal

Contudo, tendo que administrar um país endividado, com desequilíbrio das contas internacionais, déficit no balanço de pagamentos e com a inflação em um ritmo acelerado, o governo Goulart apresentou no final de dezembro de 1962 sua estratégia para estabilizar a economia. O programa governamental chamou-se Plano Trienal, que foi elaborado pela equipe econômica constituída por San Tiago Dantas, na pasta da Fazenda, e por Celso Furtado, economista com experiência na Cepal e na Sudene, como ministro extraordinário do Planejamento e seu principal formulador.¹⁵⁵ O Plano Trienal tinha objetivos avançados: manter as taxas de crescimento alcançadas desde 1943 (cerca de 7% ao ano); conter de forma gradual a inflação, reduzindo-a para patamares em torno de 25% em 1963 e para 10% em 1965; além de realizar as reformas de base,

¹⁵⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1962, p. 5.

¹⁵⁵ ABREU, Marcelo de Paiva. “O processo econômico”. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). Op. cit.

essencialmente a agrária.¹⁵⁶ Suas metas eram claras e audaciosas, pois constituía-se como um programa anti-inflacionário e uma forma de conquistar a confiança do governo e dos bancos dos Estados Unidos para assegurar o refinanciamento da dívida externa e a permissão de ajuda financeira.¹⁵⁷

O jornal carioca, em meio ao gravíssimo problema financeiro, não ficou indiferente à estratégia do governo e tratou de se pronunciar, demonstrando seu posicionamento quanto ao Plano Trienal. O periódico cobrava responsabilidade do governo para enfrentar os desafios de ordem econômica, pois o “resultado se evidenciava no incremento da inflação, na crise de abastecimento, na perplexidade das classes produtoras e na agitação dos trabalhadores.”¹⁵⁸ Desse modo, segundo o matutino:

“A revelação obrigou os planejadores a um encontro apressado, que se realizou no Ministério da Fazenda. A reunião se revestiu de certo caráter pitoresco. Mas, redundou em um benefício: entregou-se todo o esforço de planificação a um comando único. O sr. Celso Furtado assumiu essa responsabilidade e completou o Plano Trienal, que o governo acaba de aprovar. As diretrizes fundamentais desse Plano já estão sendo conhecidas. (...) O aspecto mais importante do Plano reside, porém, no esforço para um levantamento rigoroso do orçamento público em cada exercício financeiro, como única possibilidade concreta de controle do processo inflacionário. (...) O compromisso que as autoridades assumiram – ao assumir esse Plano – é de restabelecer a ordem nas finanças públicas e, conseqüentemente, na vida econômica do país. (...) Não temos razões para ser otimistas com respeito ao senso de responsabilidade do presidente da República. A leviandade com que transformou o movimento do plebiscito, que representava uma exigência para a consolidação democrática do país, em um mero pretexto para a mobilização suspeita de recursos financeiros e para uma campanha de rasteira demagógica, dá-nos preocupação sobre o futuro do Plano Trienal. Aguardamos os atos do governo.”¹⁵⁹

O tom crítico e severo quanto a Goulart expressava o descontentamento do matutino carioca com a maneira com que o presidente se envolveu na campanha do plebiscito. Na avaliação do *Correio da Manhã*, embora o Plano Trienal tivesse como diretriz fundamental conter o processo inflacionário, não era o momento de comemorar ou ser otimista, pois a postura de Goulart até então revelava preocupação acerca do

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit., p. 92.

¹⁵⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1962, p. 6.

¹⁵⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1962, p. 6.

encaminhamento do programa governamental para combater a crise econômica. No entanto, por outro lado, o *Correio da Manhã* analisava que através do Plano Trienal era

“possível tranquilizar socialmente o país: estimulando, sem cessar, a iniciativa privada e, por outro lado, garantir maior participação das classes trabalhadoras na renda nacional, isto é, libertar da perturbação pela luta de classes a evolução econômica do Brasil. Esse plano não é um acúmulo de declarações verbais. É baseado em fatos verificáveis e redigido em números. O problema só é este: executá-lo.”¹⁶⁰

O jornal carioca mostrou-se crítico às atitudes de João Goulart, mas demonstrou apoio ao Plano Trienal, como programa de governo capaz de contornar a crise econômico-financeira que acabava contribuindo para insuflar a agitação social e ameaçar, assim, a ordem democrática. Entretanto, ao refletir certo entusiasmo e esperança sobre o Plano Trienal, em meio às incertezas que rodeavam o ano de 1963, o *Correio da Manhã* expressava aos seus leitores a opinião que:

“Como alguns pensam, certamente sem maior exame, o plano não é antidemocrático nem é contra a livre empresa. É essencialmente democrático e visa, em última análise, fortalecer o regime em que vivemos. Todos os instrumentos de ação previstos são democráticos. As reformas de base requeridas são democráticas. (...) O plano está bem feito e tão claro que só não salvará a democracia se o presidente da República não souber escolher os homens para executá-lo. Aí a responsabilidade será sua, exclusivamente sua.”¹⁶¹

O posicionamento do *Correio da Manhã* em relação ao Plano Trienal revelou-se favorável, porém o periódico não poupava Jango de críticas. O jornal atribuía ao presidente da República a sua ineficácia no campo econômico, noticiando em seus artigos e editoriais os efeitos da crise financeira no cotidiano das pessoas, relacionando-a à dissolução da ordem e do bem-estar da sociedade, concebidas como atribuições, de acordo com o *Correio da Manhã*, fundamentais do governo. Embora avaliasse o plano como eficaz e essencial à manutenção da legalidade constitucional, o matutino carioca não deixava de atribuir a Jango a responsabilidade pela sua execução. De certo modo, a responsabilidade cabia ao chefe do Executivo, mas a conjuntura econômico-financeira existente era desfavorável ao governo, caracterizado como de total descontrole. O país chegou em fins de 1962 com déficit na balança de pagamentos na ordem de 360 milhões

¹⁶⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1962, p. 1.

¹⁶¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1963, p. 2.

de dólares, quando no ano anterior não havia passado de 14 milhões.¹⁶² O cenário piorava ainda mais com a perda do controle da emissão de moeda que chegou ao patamar de quase 509 bilhões de cruzeiros em 1962, enquanto em 1961 foi de quase 314 bilhões.¹⁶³

Todavia, em meio às incertezas que rodeavam o quadro econômico brasileiro para 1963, visto a perda do governo no controle dos gastos públicos e da política monetária, o *Correio da Manhã* encarregou-se de difundir que dias melhores para o ano novo poderiam ser uma realidade desde que o Plano Trienal fosse executado. Neste sentido, segundo o periódico:

“Estamos em 1963, apesar de tudo e por mais paradoxal que pareça, com esperanças. Não permitiremos que sejam decepcionadas. Pois não são, convencionalmente, votos de boas entradas. São baseadas em fatos. Constituem a própria razão de ser da nação do futuro imediato. Há motivos dos mais convincentes para esperar dias melhores. O mais forte desses motivos é este: que o Brasil atravessou incólume o ano de 1962. (...) Sofremos, durante o ano todo, os efeitos da desorganização administrativa, que constitui a causa fundamental da inflação. (...) A realidade também já começa a impor-se ao caos administrativo, econômico e financeiro. O Plano Trienal não é obra do governo: não há motivo para o sr. João Goulart e seus ministros se envaidecerem com as possibilidades que encerra, nem há motivos para as oposições políticas e econômicas o combaterem cegamente, como se ele fosse utopia, esboçada por estatizadores. O Plano Trienal só apresenta aquilo que a nação já fez e só indica os recursos que a nação coloca à disposição dos governantes. Não passa de um esquema de opções e prioridades para controlar as emissões, isto é, a inflação, e para impor uma ordem ao desenvolvimento caótico do país. (...) a nação não tolerará mais, depois de 6 de janeiro, essas esterilidades. Estabelecida a responsabilidade pela execução do Plano Trienal, a nação cobrará ao governo o compromisso de realizar as possibilidades que o trabalho do povo criou. É assim que entraremos em 1963. Até agora, em 1962, parecia que a situação era desesperadora, mas não séria. Neste dia 1 de janeiro de 1963, sabemos que a situação é séria, mas não desesperadora.”¹⁶⁴

Apesar da crise econômica, observa-se que o jornal não mediu esforços em suas páginas para defender o programa governamental de estabilização do quadro econômico brasileiro. No entanto, a carga de cobrança para executar o Plano Trienal fora a tônica da retórica do matutino carioca nos primeiros dias de 1963. Seguindo essa lógica, em

¹⁶² FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit., pp. 143-144.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1963, p. 6.

editorial intitulado “Definição e expectativa”, o periódico manifestou-se da seguinte forma quanto à primeira mensagem presidencial daquele ano sobre os desafios do plano:

“Enfim, o sr. João Goulart definiu-se. Em sua mensagem de Ano Novo, pronunciada no Itamarati, o presidente da República conseguiu, depois de tantas e tão demoradas hesitações, encontrar palavras claras a respeito do futuro econômico-financeiro da nação. Baseando-se nos dados do Plano Trienal, o presidente da República admitiu que contribuem para a inflação e a conseqüente alta dos preços: em primeiro lugar a União, pela descontrolada emissão do papel-moeda; depois, a política altista das classes produtoras; e, em grau menor, das reivindicações salariais. (...) Além da mobilização dos recursos internos, o sr. João Goulart fala em estímulo e segurança das inversões de capital estrangeiro no país. E a política externa, enfim, deixará de ostentar o apelido de independência para refletir, no futuro, a vontade democrática e de desenvolvimento do povo brasileiro. Não há motivo nenhum para deixar de aprovar essa parte, especialmente, da mensagem do presidente da República. (...) Reconhecemos que o sr. João Goulart manifestou – até que enfim – as definições que tantas vezes lhe foram exigidas.”¹⁶⁵

Após a vitória do presidencialismo nas urnas, no dia 6 de janeiro de 1963, o governo tratou de colocar em andamento sua estratégia: executar o Plano Trienal. O *Correio da Manhã* avaliou da seguinte forma a ação de Goulart:

“O sr. João Goulart endossou o Plano Trienal, que é seu programa de governo, antes do plebiscito. O resultado do plebiscito ofereceu-lhe a oportunidade para entrar imediatamente na fase de execução do Plano. Só falta nomear o Ministério: um Ministério bom, que mereça a confiança da nação e constitua garantia da execução fiel do Plano. O presidente da República pode apresentar esse seu Ministério sem correr o risco de deflagrar nova crise. Pois o resultado do Plebiscito fortaleceu-o de tal maneira que o Congresso, compreendendo bem a situação, concentrará seus esforços para outro objetivo. (...) Assim estariam delimitadas a esfera de ação: o presidente da República, governando e executando o Plano Trienal; o Congresso, elaborando a reforma constitucional e fiscalizando a ação do governo. São atribuições deste e daquele. É o caminho da dignidade.”¹⁶⁶

O periódico iniciava, assim, uma nova cobrança que não se restringia apenas à execução do plano, mas a composição do ministério, que deveria ser encabeçado por forças políticas que não levassem a uma nova crise. Apesar das dificuldades que o cercavam, Goulart empossou seu novo ministério com nomes que buscavam o propósito

¹⁶⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1963, p. 6.

¹⁶⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1963, p. 6.

de buscar apoio político entre os grupos de centro e esquerda capazes de evitar a radicalização, cujo desdobramento poderia acarretar uma crise de proporções preocupantes para aquela conjuntura, como alertara o *Correio da Manhã*. Desse modo, Goulart escolheu os seguintes nomes para compor as pastas ministeriais: o trabalhista Almino Afonso para o Trabalho; os socialistas Hermes Lima para Relações Exteriores e João Mangabeira para a Justiça; o advogado Evandro Lins e Silva no Gabinete Civil; o engenheiro Eliézer Batista para o ministério das Minas e Energia e o empresário José Ermírio de Moraes para a Agricultura.¹⁶⁷ Os já referidos San Tiago Dantas, no ministério da Fazenda, e Celso Furtado, no ministério extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico (Planejamento), ambos da equipe econômica, completavam os nomes escolhidos pelo presidente.

Todavia, a tentativa do governo através do Plano Trienal de conciliar propostas desenvolvimentistas com rigor antiinflacionário, tornou-se uma proposta inviável naquela conjuntura. O presidente se deparou com pressões à esquerda e à direita. Os aspectos impopulares das medidas como a limitação de aumento dos salários, restrição de crédito, controle de preços e cortes nas despesas do governo, afetavam diretamente os interesses tanto os trabalhadores quanto o empresariado. O sucesso do programa estabilizador elaborado por Celso Furtado dependia da capacidade do governo formar uma coalizão multiclassista, com base em acordos e concessões entre as partes.¹⁶⁸ O plano constituiu-se numa tentativa de promover um pacto governamental entre trabalhadores e empresários. No entanto, essa tentativa foi sendo minada, sobretudo, pelo movimento sindical e pelas entidades patronais.

Os empresários, contudo, dividiram-se quanto ao plano de estabilização econômica. O governo encontrou respaldo entre os grupos industriais importantes do país como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). Entretanto, a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) demonstrou oposição com argumentos relacionados ao liberalismo que defendia o não intervencionismo estatal.¹⁶⁹ Enquanto isso, o setor comercial não apoiou o plano conforme se manifestou a Confederação Nacional do Comércio (CNC).

¹⁶⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit.

¹⁶⁸ FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). Op. cit., p. 364.

¹⁶⁹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit., p. 102.

Já as esquerdas foram críticos contundentes do Plano Trienal, como o PCB, por exemplo, que o acusava de ser recessivo e de jogar nas costas do povo o ônus da resolução da crise, mantendo assegurados os interesses e privilégios do capital estrangeiro, dos latifundiários e da burguesia.¹⁷⁰ Os apelos oposicionistas do PCB encontraram ressonância também no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que se mostrou contrariado pelas propostas apresentadas não contemplarem as políticas básicas do movimento sindical. No entanto, o principal líder de oposição foi Leonel Brizola, político do próprio partido do presidente. Na avaliação de Maria Celina D'Araujo, a liderança de Goulart começou a perder espaço para os radicais, sobretudo para Brizola, principal concorrente dentro do PTB.¹⁷¹ A ala radical do PTB, liderada pelo Brizola, defendia a ação direta, mobilizando sindicatos, operários, estudantes, camponeses, militares de baixa patente, entre outros grupos, para pressionar o governo e o Congresso na execução das reformas de base.

Em meio ao bombardeio de críticas ao Plano Trienal, o jornal *Correio da Manhã*, demonstrando apoio ao projeto do governo, fazia importantes observações aos grupos que se opunham. Em editorial sugestivo, intitulado “Amigos e inimigos do Plano”, o jornal manifestava-se da seguinte forma:

“Apesar de tantas decepções, meio esperadas, sabemos que o Brasil é capaz de sair incólume desta crise. Para tanto, só é preciso agir de maneira coerente e racional. “Agir de maneira coerente e racional” é sinônimo de um Plano. E é por isso que continuamos confiando no Plano Trienal, à condição de ele seja executado. Nem todos estão de acordo e alguns estão demasiadamente de acordo. Aqueles porque vislumbram em toda e qualquer planificação os germes da destruição totalitária da iniciativa livre; estes por manterem justamente a esperança da planificação levar a esse desfecho. Há os amigos e inimigos do Plano. A desconfiança de amplos círculos das classes produtoras não é, em tese, infundada. O próprio termo “Plano” é de origem socialista. (...) O termo mudou de acepção. Entrou nos manuais ortodoxos de economia política. Para aceitar a ideia sem tentar contra a liberdade da economia, é necessário distinguir nitidamente plano coercitivo e plano indicativo. O plano coercitivo obriga os diferentes setores da atividade econômica a submeter-se à planificação global de todas as atividades por autoridade estatal superior. É fatalmente totalitário. É a peça principal da administração comunista. O plano indicativo limita-se a indicar os fins da atividade econômica global do país durante determinado período, indicando os recursos necessários para esses fins serem atingidos e indicando a necessidade de não desviá-los, em forma de investimentos ou créditos para outros fins em prejuízo dos primeiros. O plano indicativo desempenha para a

¹⁷⁰ SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 157.

¹⁷¹ D'ARAÚJO, Maria Celina. Op. cit., p. 145.

economia nacional, o mesmo papel das previsões do industrial ou comerciante pela suas atividades no semestre vindouro, no ano vindouro. Ali como aqui, o sucesso não depende tanto daquilo que está escrito no plano ou nas previsões, mas da sua execução.”¹⁷²

É revelador como o jornal demonstrou que o Plano Trienal não guardava elementos de relação com planos de viés coercitivos como, por exemplo, os Planos Quinquenais do governo soviético. A observação do *Correio da Manhã*, em pleno contexto de Guerra Fria, principalmente no início dos anos 1960 que a tensão entre Estados Unidos e União Soviética estava no ápice, nos remete ao posicionamento intransigente de algumas entidades patronais que interpretavam e insistiam que projeto era de tendência estatizante. Nesse sentido, o matutino carioca buscou relacionar o Plano Trienal como não coercitivo aos “inimigos” do projeto do governo. Entretanto, os aliados do governo não foram poupados das observações. Na avaliação do *Correio da Manhã*:

“Mais ou menos no mesmo caso encontram-se os aliados do sr. Brizola, certos líderes sindicais, e alguns outros parlamentares que se autonearam demagogicamente representantes exclusivos do funcionalismo da União. Estes são ou posam como adeptos de planificação por motivos ideológicos. Mas suas reivindicações excessivas destruiriam o único plano racional e exequível que foi até agora elaborado no Brasil.”¹⁷³

O jornal carioca se mostrou contrariado tanto com as pressões do empresariado quanto do movimento sindical e das esquerdas para que o governo abandonasse o plano. No entanto, é importante ressaltar que o Plano Trienal teve o apoio dos empresários da indústria, sobretudo de São Paulo. Na avaliação de Rodrigo Patto Sá Motta, nos primeiros meses de 1963, havia uma grande expectativa de que o governo pudesse diminuir as tensões, pois conservadores e moderados esperavam que Goulart enfrentasse as questões mais sérias naquele momento: a crise política, derivada principalmente da radicalização das esquerdas e direitas, identificada com a crescente alta da inflação.¹⁷⁴ Entretanto, para desfrutar de apoio, Goulart deveria afastar a esquerda radical do círculo de poder. Neste sentido, o presidente tinha nomeado San

¹⁷² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1963, p. 6.

¹⁷³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1963, p. 6.

¹⁷⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p. 252.

Tiago Dantas como ministro da Fazenda para ser a principal autoridade na área econômica.

Contudo, a escolha de San Tiago Dantas para assumir a pasta ministerial da Fazenda provocou reações na imprensa, especialmente no jornal *Correio da Manhã*. San Tiago Dantas passou a ser criticado principalmente, na avaliação do matutino carioca, pela falta de eficiência na condução da política externa. Seu trabalho, segundo a lógica do jornal, não resultara em ações concretas capazes de fazer com que o comércio do país voltado para o exterior tornasse dinâmico. Como ministro da Fazenda, San Tiago Dantas e Celso Furtado, ministro extraordinário, do Planejamento, tomaram uma série de medidas para estabilizar a moeda com o objetivo de negociar novos empréstimos e o reescalonamento da dívida brasileira.¹⁷⁵ De acordo com o Plano Trienal, os subsídios às importações de trigo e petróleo foram extintos, seguindo às diretrizes do FMI e das autoridades de Washington. San Tiago Dantas e Celso Furtado aplicavam essas medidas para equilibrar as contas públicas e criar atmosfera favorável para negociar com os bancos dos Estados Unidos. No entanto, uma declaração de San Tiago Dantas foi combatida duramente pelo jornal carioca. O *Correio da Manhã* manifestou-se do seguinte modo:

“É inadmissível: tem de ser denunciado, mesmo em expressões violentas para despertar a nação. Pois a declaração do ministro da Fazenda sobre o *fim da inflação* foi demais. Teve o sr. San Tiago Dantas a desfaçatez de proclamar que a inflação já estaria encerrada; e que começaria a fase da estabilização... É difícil descrever a mágoa com que essa afirmação inexata, para não dizer tola, está sendo recebida pelo povo, que sofre diariamente as consequências da inflação: da inflação que não acabou e não acaba. Que é que o ministro pretende estabilizar? A desgraça? (...) É a política da negação dos fatos. É a política da mistificação deliberada. Do engano malicioso. É atestado de incompetência. A incompetência é mesmo a única explicação possível de certos mistérios em torno dessa política financeira. Mistérios que o sr. San Tiago Dantas não explica porque não sabe explicá-los. (...) O Ministério do Planejamento já sumiu. Do sr. Celso Furtado já não se fala mais. Rasgou-se o Plano Trienal como um farrapo de papel. Mas, naquele afã de mistificação, o sr. San Tiago Dantas ainda pretende salvar as aparências, citando o Plano Trienal como se ainda existisse e, ainda por cima, fingindo que o executa. (...) Assim começa a estabilização da desgraça. Com profunda mágoa vemos a política financeira e econômica do país nessas mãos. A declaração do sr. San Tiago Dantas sobre o *fim da inflação* foi uma declaração de falência do ministro.”¹⁷⁶

¹⁷⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit., p. 206.

¹⁷⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 9 de março de 1963, p. 6.

A forte crítica do jornal contra o ministro da Fazenda estava relacionada com o fato de que o índice inflacionário atingia altos patamares afugentando investidores estrangeiros. O cenário de instabilidade política e econômica do Brasil refletiu-se em relações tensas com os Estados Unidos, cada vez mais pessimistas quanto à situação brasileira, principalmente com o processo de indenização às empresas norte-americanas, como a Amforp (American and Foreign Power Company), nacionalizada por Leonel Brizola quando governador do Rio Grande do Sul.¹⁷⁷ O sentimento nacionalista crescente no Brasil pressionava a favor da encampação de empresas estrangeiras, em especial, de setores como comunicações e energia. Nesse imbróglio, San Tiago Dantas negociou a indenização dos proprietários daquela empresa, como forma de facilitar a obtenção de créditos para o Brasil. No entanto, a compra não foi concretizada pelo governo brasileiro quando Brizola denunciou o acordo como lesivos aos interesses nacionais. A suspensão da negociação gerou um recuo do governo norte-americano.

Em meio aos desentendimentos entre os dois países, a imprensa norte-americana noticiava o pior dos cenários para o Brasil, alimentando as desconfianças sobre a pessoa de Goulart e suas intenções como presidente. Nesse sentido, o *Correio da Manhã* tratou de enfatizar junto aos seus leitores e à população brasileira sobre esse cenário sombrio desenhado pela imprensa dos Estados Unidos. Na avaliação do jornal carioca:

“As dúvidas e indefinições, que caracterizaram a ação do governo brasileiro no plano interno, tiveram resposta que lhes correspondia no plano internacional. A ajuda econômica e financeira dos Estados Unidos ao Brasil será medida, enquadrada em prazos curtos, subordinada, ao comportamento de nosso governo no futuro. (...) O sr. San Tiago Dantas, em sua carta, informa ao sr. David Bell que o governo brasileiro houve por bem adotar diversas medidas para o restabelecimento da estabilidade monetária. Aumentou os tributos, eliminou os subsídios do petróleo e do trigo, aumentou as tarifas da Estrada de Ferro Central do Brasil, limitou o crédito ao setor privado, reforçará o controle da SUMOC sobre os bens particulares, aumentará o imposto sobre consumo de energia, concederá aos funcionários públicos e militares de apenas 40%, apelará aos sindicatos profissionais para que evitem campanha de aumentos de salários de seus associados, baixou os preços de automóveis e vestuário. Além disso vai fazer a reforma agrária, há de completar o Plano Trienal e aumentará, novamente, os tributos. Com todos esses atos e compromissos o sr. San Tiago Dantas se julgou merecedor da confiança dos núcleos de financiamento internacional.”¹⁷⁸

¹⁷⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit.

¹⁷⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 de março de 1963, p. 6.

San Tiago Dantas foi uma das figuras mais bombardeadas pelas esquerdas e pelo *Correio da Manhã* no campo da política econômica. As medidas recessivas abriram caminho para oposição radical do movimento sindical e das esquerdas. Dantas respondia as críticas ao Plano Trienal aos grupos que desejavam as reformas de base mesmo colocando em risco a legalidade como “esquerdas negativas”. Para o ministro da Fazenda, as “esquerdas positivas” eram aqueles grupos que defendiam as reformas dentro da legalidade, respeitando a ordem democrática.

A radicalização social e política sinalizavam sintomas preocupantes para a governabilidade de Goulart. O *Correio da Manhã*, por sua vez, mantinha um tom severo contra o governo, em especial ao presidente, à medida que a economia dava sinais de declínio, como a queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 5,3% em 1962 para 1,5%, em 1963.¹⁷⁹ Em editorial intitulado “Os preços do desgoverno”, o diário carioca responsabilizava Goulart por não enfrentar com seriedade os gravíssimos problemas financeiros que o país enfrentava. Segundo o editorial:

“Se este artigo pretende refletir fielmente a situação da nossa vida e o movimento dos preços, deveria ser escrito sem gramática e sem sintaxe, sem nexos lógicos das frases, composto só de gritos, interjeições, como que escrito em delírio. Porque o movimento dos preços, nestas últimas semanas e dias, é um delírio. (...) Aumentam semanal e quase diariamente o arroz, o feijão, a carne, as batatas, o peixe, a cerveja, a água mineral, os doces, o queijo, o leite. Aumentam inexoravelmente os preços da roupa, dos sapatos. Aumentam as passagens dos transportes urbanos. Aumentam o remédio. (...) Verificamos a falência total da administração financeira federal. Disse, há dias, o presidente da República que o Plano Trienal está sendo realizado. Mas parece ter esquecido que esse plano inclui medidas antiinflacionárias: que, evidentemente, não estão sendo tomadas. (...) O imobilismo econômico-financeiro desse governo caracteriza-se pela mesma ambiguidade que também nas questões políticas e militares o faz vacilar, diariamente, entre tendências de esquerda e tendências de direita, sem acertar jamais o centro. É um governo condenado.”¹⁸⁰

Embora o presidente fosse o principal alvo do periódico pelo “desgoverno”, o seu ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, não escapava das críticas quanto à crise no quadro econômico, sobretudo quando em viagem a Washington, em março de 1963, não conseguiu resultados práticos. Neste sentido, a avaliação do *Correio da Manhã* em relação a Jango e a Dantas era que

¹⁷⁹ FAUSTO, Boris. “A vida política”. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). Op. cit., p. 131.

¹⁸⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1963, p. 6.

“a situação criada pelas omissões e pela incompetência do governo ser resumida numa frase ou antes numa expressão lacônica e no entanto muito significativa: inflação sem desenvolvimento. (...) Confiamos na capacidade do sr. San Tiago Dantas de inventar explicações sutis, citando autoridades de financistas assim como estava acostumado a citar nos seus arrojados de advogado opiniões de jurisconsultos. Mas o processo contra a inflação ele já perdeu. Como se reconhece a inflação? Nas consequências. Entre outras, no aumento do custo de vida. (...) Como reagir? Houve certa vez – assim começam os contos de fadas – um Plano Trienal: prometeu-se o desenvolvimento sem inflação. Hoje, está acontecendo o contrário, como segundo um plano de desagregação que não está fatalmente ligado a um prazo de três anos. (...) O desespero do povo iludido e mistificado inspira tentações irresistíveis aos exploradores profissionais da desordem social. (...) Precisamos, realmente de autoridade. Mas a verdadeira autoridade não se impõe pela violência e, sim, pela confiança. Essa confiança, o governo federal perdeu-se pelas suas ambiguidades e mistificações. Agora será difícil restabelecer a autoridade.”¹⁸¹

Entretanto, é preciso enfatizar que o cenário desenhado pelo *Correio da Manhã* não destacava que os esforços do governo em frear a inflação e os gastos públicos, considerados como elementos fomentadores da crise econômico-financeira. Ainda em janeiro de 1963, o governo, por meio do Plano Trienal, aumentou as tarifas públicas, anunciou o fim dos subsídios cambiais ao trigo e ao petróleo e estabeleceu cortes nos gastos públicos.¹⁸² Desse modo, no mês de abril daquele ano a inflação foi reduzida temporariamente em 0,5%.¹⁸³

No entanto, criticado por empresários, esquerdas e sindicalistas, Goulart abandonou o Plano Trienal. A desistência do presidente ficou mais explícita quando autorizou aumento salarial do funcionalismo público em 70%, e não 40% como havia sido acordado com o FMI. Diante deste fato, o jornal carioca, em tom de indignação, considerou o presidente um irresponsável não só pelo aumento, mas porque privilegiaria apenas o meio militar, deixando de fora o setor civil. Na concepção do *Correio da Manhã*, seguindo sua tendência política liberal, a aproximação do presidente com os militares, via aumento dos seus soldos, seria um risco para a ordem constitucional brasileira. Segundo o periódico:

¹⁸¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1963, p. 6.

¹⁸² ABREU, Marcelo de Paiva. “Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964”. In: *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 207.

¹⁸³ ABREU, Marcelo de Paiva. “O processo econômico”. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). Op. cit., p. 224.

“O presidente da República está disposto a reconhecer as necessidades do funcionalismo federal, as mesmas necessidades que não reconhece seu ministro da Fazenda. O sr. João Goulart daria 70% em vez de 40%, de aumento: mas só aos militares. Os civis podem viver com menos, sendo que não têm armas. A primeira reação de qualquer um, a essa notícia, só pode ser de indignação violenta, com uma boa dose de pessimismo: pois só na América Latina é possível essa preferência pelos funcionários armados que, beneficiando-os materialmente, degrada-os a uma tropa de pretorianos de que se tem medo. Mas esse “retrato da América Latina” está enfeitado de algumas particularidades bem nacionais. É, na verdade, um “Retrato do Brasil” pintado pelo sr. João Goulart. Ou antes: é um auto-retrato. Pois é a revelação completa de seu estilo de fazer política e de exercer o governo.”¹⁸⁴

Sendo assim, em meio às críticas e resistência dos sindicatos e do meio empresarial, no final de abril, Goulart deu sinais de ter desistido de seus esforços de combinar as reformas de base com a estabilização econômica. As medidas restritivas do Plano Trienal incomodavam o próprio presidente. Já em maio de 1963, Goulart, sobre fortes pressões dos empresários, do movimento sindical e das esquerdas, tomou a decisão de abandonar o Plano Trienal. O plano de estabilização econômica elaborado por Celso Furtado e San Tiago Dantas chegara ao fim depois de quatro meses de vida. Em reação ao fracasso do Plano Trienal, o jornal *Correio da Manhã* não poupou o governo. Na avaliação do jornal:

“Temos governo – e governo forte, presidencialista – desde o dia 6 de janeiro. Mas esse governo está desgovernado. A que se limita a atividade do sr. João Goulart? A manter o equilíbrio precário de forças em que seu poder se assenta. A tentativas vacilantes e contraditórias de conciliar interesses antagônicos – interesses ideológicos, econômicos, políticos de diversos grupos e facções que o presidente atrai e rejeita alternadamente. Mas ficam sem solução os problemas nacionais, os da nação inteira, os problemas concretos voltam ou surgem diariamente e que, por falta de soluções adequadas e objetivas, se tornam cada dia mais prementes. Basta ver o que aconteceu com o planejamento. Que é ou foi o planejamento anunciado? Um conjunto de medidas administrativas e de política econômica e social, destinadas a controlar o processo de desenvolvimento da nação. (...) Temos, desde o dia 6 de janeiro, o presidencialismo. Mas ainda nos falta presidente.”¹⁸⁵

¹⁸⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1963, p. 6.

¹⁸⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1963, p. 6.

O tom de cobrança e, principalmente, de crítica do jornal *Correio da Manhã* refletia a oportunidade que o país teve para se recuperar da crise econômico-financeira que deteriorava em escala cada vez mais crescente os salários e estimulava a alta do custo de vida e da inflação. A falta de confiança do matutino carioca se estendia também aos grupos de empresários que acreditaram no combate à inflação e na recuperação da economia brasileira. A política de equilíbrio defendida por Goulart, ou seja, a manutenção da estratégia de negociação entre o presidente e os grupos conservadores para assegurar as reformas negociadas no Congresso começava a se complicar antes do término do primeiro semestre de 1963. O fracasso do Plano Trienal contribuíra muito para alimentar as desconfianças dos conservadores sobre o presidente. Por outro lado, as esquerdas não aceitavam qualquer pacto com os pessedistas, vistos como reacionários, e defendiam abertamente transformações sociais rápidas e radicais. Em meio a esse processo, a crise econômica e social fomentava o aumento das pressões populares nas cidades e nos campos.

Todavia, é preciso salientar que embora o *Correio da Manhã* continuasse repudiando toda e qualquer ação radical, privilegiando, desse modo, a manutenção da legalidade constitucional, quase sempre sua retórica foi de caracterizar Goulart como governo incompetente na condução da administração pública. Mesmo apoiando o programa governamental de estabilização econômica, o Plano Trienal, não foram raras às vezes que o periódico associou a imagem de Goulart a um presidente omissos. Os desdobramentos dos efeitos da crise econômica foram explorados constantemente em suas páginas no intuito de vincular a responsabilidade do presidente a não execução do Plano Trienal e à aceleração do ritmo da inflação.

A cobertura jornalística do periódico carioca sobre o Plano Trienal e a instabilidade econômica, portanto, fora construída de forma a intervir politicamente na maneira como o governo deveria conduzir a crise econômico-financeira de modo a controlá-la. Ao mesmo tempo em que buscava intermediar os impasses quanto à execução do plano econômico governamental através de seus artigos, ao defendê-lo, o *Correio da Manhã* criticava o governo, em especial o presidente João Goulart, por não tomar decisões coerentes com o plano que ele próprio anunciara para combater a crise que solapava a economia brasileira. Cobrava de Goulart, acima de tudo, um posicionamento mais ao centro do espectro político, de modo a assegurar a confiança dos grupos políticos mais moderados para rechaçar toda e qualquer ameaça à manutenção da ordem democrática.

A reforma agrária na pauta do *Correio da Manhã*

A conjuntura em que João Goulart assumiu o poder caracterizou-se por avanços na organização e mobilização de trabalhadores urbanos, camponeses e trabalhadores rurais. Embora esse quadro fosse uma realidade na gestão de Juscelino Kubistchek, ganhou maior significado no governo Goulart, quando tornou-se agudo o embate social entre os movimentos populares e setores conservadores e de direita no modo como as reformas estruturais seriam implementadas. Nesse processo, uma das principais reformas a polarizar o debate político foi a reforma agrária, demanda social sustentada e defendida por diferentes agremiações partidárias e com bom trânsito em diversos setores da sociedade brasileira.

No campo da imprensa, o jornal *Correio da Manhã* foi um dos periódicos a dar destaque em suas páginas sobre um dos temas mais sensíveis da conjuntura do início dos anos 1960. Ainda na gestão de Kubistchek, o diário carioca se esforçou para evidenciar a questão agrária, quando enviou Antônio Callado, um dos mais renomados jornalistas da época, para apurar a movimentação dos camponeses, em Pernambuco.¹⁸⁶ Callado, entre 1954 e 1959, trabalhou no *Correio da Manhã* como redator-chefe, sendo substituído por Luís Alberto Bahia.¹⁸⁷ Com uma série de reportagens e matérias assinadas pelo jornalista, o matutino carioca passou a repudiar as velhas oligarquias, assim como destacar as atividades das Ligas Camponesas como símbolo de protesto no meio rural. As reportagens de Callado associaram o drama do Engenho de Galileia, ponto irradiador dos conflitos no estado pernambucano entre trabalhadores rurais e proprietários, com os desafios da região nordeste, bem como o sofrimento dos trabalhadores do campo de todos os rincões nordestinos. A partir de então, foi impossível desconhecer a existência do movimento das Ligas Camponesas e de seu líder, Francisco Julião, dada a importância do jornal no cenário nacional, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, principal arena política do país.

De fato, a situação agrária no nordeste brasileiro era a mais delicada do país. Entre as décadas de 1950 e 1960, o latifúndio e o sistema de dominação passaram a ser denunciadas por políticos, pela Igreja e pela imprensa em um momento em que o mundo rural brasileiro viveu transformações significativas, como a intensa e

¹⁸⁶ AGUIAR, Cláudio. *Francisco Julião: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 255.

¹⁸⁷ ANDRADE, Jeferson. Op. cit., p. 102.

generalizada expulsão dos trabalhadores rurais de terras onde viviam, principalmente no interior das grandes propriedades. Êxodo rural, processo de favelização nas grandes cidades e lutas contra expulsões arbitrárias foram a tônica dos reflexos da questão agrária. Embora o tema rural tenha ocorrido por questões diversas, dependendo da região, o nordeste brasileiro se despontou como um verdadeiro barril de pólvora.

Em estados como Pernambuco, o declínio dos antigos engenhos e sua incorporação ao sistema de usina, assim como a expansão gerada por um aumento da demanda de açúcar no pós-guerra, constituíram-se como fatores que provocaram um avanço sobre os lotes de terras dos trabalhadores rurais e suas famílias para atender as áreas de plantio de cana-de-açúcar com finalidades industriais. É diante deste processo que as Ligas Camponesas surgem no nordeste se insurgindo contra os proprietários rurais, criticando publicamente a situação em que vivia a grande parte dos trabalhadores rurais nordestinos.¹⁸⁸ Em Pernambuco, coube ao advogado Francisco Julião a grande liderança das ligas.

Como reflexo desse processo, em meio à crise da renúncia de Jânio Quadros, o matutino carioca publicou um editorial intitulado “As cidades e as serras”, refletindo não só a crise agrária, que adquiria contornos dramáticos, mas a difusão das ideias comunistas no mundo rural. De acordo com editorial:

“A paixão é o pior dos conselheiros: consegue ofuscar os olhos mais inteligentes, sobretudo quando os apaixonados sabem acrescentar à fúria do despeito uma preocupação séria. Essa preocupação séria é no Brasil de hoje o perigo comunista. O comunismo é hoje muito forte no mundo inteiro. Tem suas células e seus emissários em toda a parte. (...) O perigo existe: e é sério. Para combatê-lo com segurança, é preciso saber onde, em que lugar, está o inimigo. Localizá-lo. (...) Se há perigo comunista no Brasil, certamente seu lugar mais característico não deve ser procurado nas cidades. (...) Não é pelo proletariado industrial que o comunismo venceu na Rússia e China e é forte na Itália do Sul e na Espanha, mas pelas populações rurais desses países, antigamente ou ainda semifeudais. No Brasil, o lugar do perigo é o mesmo. Está no interior do país, onde a miopia – para não dizer: a cegueira – pretende manter condições de vida anteriores ao século XVIII. Os latifundiários que combatem o comunismo, na verdade não são anticomunistas, mas são os grandes aliados do movimento subversivo.”¹⁸⁹

¹⁸⁸ MONTENEGRO, Antonio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. Op. cit., p. 261.

¹⁸⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1961, p.6.

O tom do editorial revela a preocupação do jornal com o avanço do comunismo em direção ao interior do país, sobretudo nas áreas rurais. O periódico até comparou a realidade do interior brasileiro com a de países onde as ideias comunistas tiveram êxito como na Rússia, através da revolução bolchevique de outubro de 1917, e na China, por meio da revolução chinesa, em 1949. Entretanto, para o matutino carioca, as condições de exploração do trabalhador rural e os desmandos dos grandes proprietários eram os principais responsáveis pelo atraso do mundo rural brasileiro e pela crise agrária, tendo os “latifundiários” como os principais aliados da difusão do comunismo. Embora o *Correio da Manhã* não fosse nada simpático aos ideais comunistas, revelando em alguns trechos do texto um tom anticomunista, não tinha como intenção fomentar a radicalização política, mas chamar a atenção dos seus leitores sobre a precariedade de vida dos trabalhadores rurais. No editorial, o jornal chegou a justificar as reivindicações das Ligas Camponesas, quando mencionou práticas de exploração. Segundo o periódico:

“É perfeitamente possível suprimir as ligas camponesas. Mas não é possível ignorar o que elas reivindicam: a proteção dos posseiros contra a expulsão arbitrária. (...) se costuma expulsar os posseiros, depois deles terem aberto as matas e fundado as culturas. É o mesmo hábito de apropriar-se, sem pagamento, dos frutos do trabalho alheio que no Nordeste se chama *cambão*, eufemismo – ou brasileiro – para não dizer: trabalho servil, não remunerado.”¹⁹⁰

Um dos focos da ação das Ligas foi a luta contra o *cambão*, prática denunciada pelo *Correio da Manhã*. O *cambão* era o trabalho não remunerado que, durante um determinado número de dias, o trabalhador rural prestava ao seu patrão.¹⁹¹ Essa prática era comum há muitos anos, mas passou a ser vista como um sério problema na medida em que os proprietários passaram a cobrar mais dias, intensificando a exploração sobre os trabalhadores, assim como a generalização das expulsões. Na avaliação de Mario Grynszpan e Marcus Dezemone, o aumento do *cambão* era uma das formas de pressão sobre os camponeses para forçar sua saída das grandes propriedades.¹⁹² Contudo, é

¹⁹⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1961, p.6.

¹⁹¹ GRYSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. “As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 219-220.

¹⁹² Idem.

importante salientar que havia outras práticas de relações de exploração no campo, como o foro, o “pulo de vara” e o sistema barracão.¹⁹³

Diante de um conjunto de práticas de exploração, a figura dos posseiros, um dos mais atingidos, chamou a atenção do jornal carioca. Em editorial intitulado “O problema dos posseiros”, o diário manifestou-se da seguinte forma:

“Convém *despolitizar* o problema dos posseiros, uma das questões cruciais da reforma agrária. Mas também já está na hora de se deixar de falar abstratamente sobre aquela reforma de base. Preferimos debater o caso concreto dos posseiros (...) Em certos casos, os posseiros se fixam em terras aparentemente abandonadas, abrindo-as e desenvolvendo-as. Mais tarde aparece o proprietário, munido dos respectivos títulos, reivindicando o que é seu. Em outros casos o proprietário tolera os posseiros durante certo tempo. Também há o caso em que o proprietário deseja alterar o modo de exploração das terras, por exemplo, passar da agricultura para a pecuária: então, não pode deixar os posseiros nos futuros pastos. Mas em todos esses casos, a consequência é a mesma: o posseiro perde, junto com o trabalho, a habitação e a oportunidade de encontrar outro trabalho no mesmo lugar. Deve entrar, com sua família, no triste exército dos nômades que erram pelo interior do Brasil, à procura de outro trabalho e com a expectativa de outra expulsão.”¹⁹⁴

A reforma agrária era compreendida como necessária ao país. O jornal carioca demonstrava preocupação com a situação dos posseiros, considerada com uma das questões cruciais da reforma agrária. O periódico interpretava que o problema agrário brasileiro não carecia de politização, mas de debates que levassem à implementação da reforma agrária. A observação do *Correio da Manhã* estava relacionada diretamente com a movimentação das Ligas Camponesas no meio rural ao defender as teses da “reforma agrária radical”, na qual Francisco Julião associava a realidade rural do interior pernambucano com a cubana pré-revolucionária, cujo discurso proferido girava em torno da “reforma agrária na lei ou na marra”.¹⁹⁵ Embora o matutino reconhecesse as reivindicações levantadas pelas Ligas Camponesas, o que mais incomodava era o fato do movimento ser encarado como um agente revolucionário.

Entretanto, em meio à mobilização dos trabalhadores rurais e camponeses, o presidente João Goulart, embora tenha iniciado seu governo com poderes limitados, mas

¹⁹³ MONTENEGRO, Antonio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. Op. cit., p. 260.

¹⁹⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1962, p.6.

¹⁹⁵ FERREIRA, Jorge. Op. cit., p. 353.

com apoio de diversos setores da sociedade, buscou compor, desde o início da sua gestão, alianças com o PSD como meio de garantir a maioria parlamentar no Congresso Nacional. Preocupado em dar ênfase às reformas de base, especialmente à reforma agrária, Goulart tratou de reunir bases políticas para convocar todas as entidades preocupadas com a questão da terra, como os sindicatos e federações rurais, entidades religiosas e as Ligas Camponesas. Dessa mobilização surgiu a sugestão da realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, na cidade de Belo Horizonte.

Com a presença de João Goulart, Tancredo Neves, então primeiro-ministro, e Magalhães Pinto, governador do estado de Minas Gerais e político da UDN, partido de postura política mais à direita, o evento tornou-se simbólico não apenas como um marco para a afirmação do campesinato e da percepção pública de seus problemas e de suas reivindicações, mas da descoberta do campo e da questão agrária.¹⁹⁶ Diante dessa realidade, mais de 1.600 delegados, escolhidos entre os membros dos movimentos rurais de todo o Brasil, foram convocados para discutir os problemas agrários e oferecer ao governo federal as soluções para a reforma agrária.¹⁹⁷

Contudo, como assinala Mario Grynszpan, para além da luta pela reforma agrária, o congresso de Belo Horizonte expressou não apenas a ação governamental, mas também a disputa entre as forças políticas na busca pela consolidação do controle sobre o campesinato, sendo apresentados como legítimos representantes e porta-vozes autorizados.¹⁹⁸ No encontro, os principais grupos que mediram forças foram a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e as Ligas Camponesas. A ULTAB, criada em meados dos anos 1950, tinha influência do PCB, enquanto as Ligas Camponesas surgiram no mesmo período, em Pernambuco, tendo à frente o advogado Francisco Julião. Vale ressaltar que em 1961 havia concorrência entre as Ligas Camponesas e o PCB no meio rural. Além disso, os comunistas adotavam naquele momento posições mais moderadas, de acordo com a nova política vigente desde 1958, o que afastava o radicalismo de Francisco Julião.¹⁹⁹ Enquanto isso, os dirigentes das Ligas identificavam-se com posturas radicais, com a visão de que havia condições para

¹⁹⁶ GRYSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. “As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). Op. cit., pp. 213-216.

¹⁹⁷ AGUIAR, Cláudio. Op. cit., p. 373. Ver também, GRYSZPAN, Mario. “O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. cit., p. 63.

¹⁹⁸ GRYSZPAN, Mario. “O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Op. cit., p. 64.

¹⁹⁹ SEGATTO, José Antonio. Op. cit.

se buscar mudanças mais profundas na estrutura social brasileira, especialmente através das lutas camponesas.²⁰⁰ As Ligas tornaram-se destino de dissidentes do PCB mais próximos à linha da Revolução Cubana ou mesmo da linha maoista.

A retórica radical das Ligas Camponesas assustou os políticos conservadores, a Igreja Católica e até mesmo a cúpula do PCB. Com parte da imprensa, a postura do movimento não foi diferente. A imagem política de Julião passou a ser associada como um dos principais responsáveis por incendiar os ânimos no campo, com ocupações de terras, greves e manifestações camponesas nas grandes cidades. O jornal *Correio da Manhã* legitimava o tema agrário, porém avaliava com preocupação a movimentação das Ligas Camponesas e de Francisco Julião.

Em meio às retóricas, publicações e eventos em torno da questão agrária, a situação no campo era cada vez mais delicada no nordeste, principalmente na Paraíba, onde os conflitos sociais agravaram-se. A região de Sapé, considerada como o maior núcleo das ligas no estado paraibano, os trabalhadores rurais reivindicavam reforma agrária imediata, acompanhada de assistência técnica e proteção contra os capangas dos proprietários que cometiam arbitrariedades constantes.²⁰¹ Prova do agravamento no meio rural naquele estado revelou-se com o assassinato de João Pedro Teixeira, em abril de 1962. João Pedro, um camponês expulso das terras que ocupava e fundador da primeira liga camponesa na Paraíba, foi emboscado e morto a mando de fazendeiros incomodados pela sua atuação na liga de Sapé, que prestava ajuda e assistência às reivindicações dos trabalhadores rurais das usinas na região.²⁰² A morte de João Pedro repercutiu em todo o país e sua história foi documentada no filme “*Cabra marcado para morrer*”, do cineasta Eduardo Coutinho.

A sindicalização do trabalhador rural

Preocupado com a questão agrária, com o avanço da radicalização no campo e com o projeto de reforma agrária nos moldes propostos pelas Ligas Camponesas, João Goulart conseguiu, em março de 1963, uma importante vitória. A aprovação do Estatuto

²⁰⁰ GRZYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. “As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). Op. cit., p. 224.

²⁰¹ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. “A questão agrária: crise de poder e reformas de base”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981. (tomo 3: Brasil republicano), p. 201.

²⁰² AGUIAR, Cláudio. Op. cit., p. 402.

do Trabalhador Rural, de autoria do deputado Fernando Ferrari, do partido político Movimento Trabalhista Renovador (MTR), pelo Congresso Nacional estendia aos trabalhadores do campo os mesmos direitos que os trabalhadores urbanos usufruíam desde os anos de 1930.²⁰³ O Estatuto do Trabalhador Rural era um código que concedia aos trabalhadores rurais direitos semelhantes ao que a legislação trabalhista conferia aos trabalhadores urbanos como a obrigatoriedade do registro em carteira profissional, salário mínimo, repouso semanal, férias remuneradas, entre outros. O estatuto foi aprovado e tornou concreta a legislação trabalhista no meio rural já incorporada há décadas no meio urbano. Essa medida governamental foi uma vitória das esquerdas que, desde muito tempo, reivindicava a extensão da legislação social ao campo.

O jornal *Correio da Manhã*, que até então vinha denunciado as péssimas condições dos trabalhadores rurais em seus artigos, publicou editorial saudando o que considerou “reparação moral”. Intitulado como “Lei Ferrari”, o editorial expressou aos seus leitores sobre o Estatuto do Trabalhador Rural o seguinte:

“O presidente da República sancionou, com alguns vetos parciais, a Lei do Estatuto do Trabalhador Rural. É ele que – atribuição constitucional – a sancionou. Mas não pode impedir que seja, e será, chamada de Lei Ferrari. Satisfeito está em primeira linha, e com toda a razão, o autor do diploma legal. Chamou histórico o dia em que a lei entra em vigor, e já pode ter certeza de que seu nome também entrou na história do Brasil. Satisfeitos estão, com ele, todos os outros. Todos aceitam essa lei, inclusive a Confederação Rural Brasileira, da qual se esperava certa resistência contra a sindicalização dos trabalhadores rurais. (...) A Lei Ferrari dá a essa massa de milhões de brasileiros direitos certos e dignidade humana. Garante-lhes assistência médica e social. Introduce nos campos um regime jurídico, comparável ao que vigora nas cidades, orgulho da nossa famosa cultura jurídica de cujos benefícios ficavam, até agora, escandalosamente excluídos os milhões do Interior rural. (...) Como função econômica da Lei Ferrari convém lembrar a melhoria do padrão de vida nos campos e, em conseqüência, a expansão do mercado interno, certamente uma das maiores aspirações da economia nacional. (...) Os sindicatos rurais substituirão com imensa vantagem as ligas camponesas, mal organizadas, lideradas por demagogos, violentas, subversivas.”²⁰⁴

O periódico destacou pontos importantes sobre o estatuto que não só garantia o direito à sindicalização do trabalhador rural e direitos sociais como poderia se transformar em instrumento legal para diminuir a ação das Ligas Camponesas, consideradas pelo diário como movimento violento, subversivo e mal organizado.

²⁰³ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 161.

²⁰⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 6 de março de 1963, p. 6.

Embora reconhecesse a legitimidade das demandas no meio rural, o *Correio da Manhã* não simpatizava com as Ligas por defender um modelo de reforma agrária que ameaçava a manutenção da legalidade. O jornal sinalizou também a predisposição de várias entidades, inclusive no meio rural, favoráveis à mudanças na estrutura agrária, tendo como ponta pé inicial a extensão das leis trabalhistas ao homem do campo.

No entanto, não podemos deixar de mencionar o entusiasmo do *Correio da Manhã* pelo deputado Fernando Ferrari, um político identificado com a política nacionalista e reformista, defensor de um programa de reforma agrária ampla e profunda. Ferrari pertenceu aos quadros do PTB e foi um dos principais políticos petebistas a instigar a definição do programa ideológico em vez do personalismo que tanto caracterizara o partido.²⁰⁵ Considerado símbolo de questionamento do personalismo dentro do PTB, Ferrari afastou-se do partido principalmente pela competição que travara com Goulart pela liderança entre os petebistas.²⁰⁶ Na XI Convenção do PTB, realizada em 1º de maio de 1959, Ferrari fracassou na investida de conter o personalismo janguista, processo que culminou com sua expulsão em 1961, quando articulou o MTR, junto com outros petebistas que não apoiavam Goulart.²⁰⁷ Neste sentido, compreende-se a postura do diário carioca em relação a Ferrari, nem tanto pela causa reformista, mas, sobretudo, pela batalha contra o personalismo de Goulart, alvo de severas críticas do *Correio da Manhã* e identificado como característica marcante da herança do estilo político de Vargas.

Em meio ao estilo político do presidente da República combatido pelo *Correio da Manhã*, e diante à sindicalização do trabalhador rural e ao código trabalhista destinado ao homem do campo, o jornal carioca publicou um editorial sugestivo, no dia 1º de Maio, data simbólica para os trabalhadores. Intitulado como “Festa nacional”, o editorial expressava aos seus leitores que:

A comemoração do Dia do Trabalho, hoje, não se realiza sob o signo de perfeita ou mesmo imperfeita paz social. A inflação contribuiu, ao contrário, para agravar as tensões. E os diversos partidos, grupos e blocos políticos têm feito tudo para explorar esses antagonismos, criando um perigoso clima pré-revolucionário e pré-contra-revolucionário. (...) Os verdadeiros focos de subversão não existem nas grandes cidades e nas zonas industrializadas, mas nos campos do interior. Pois as reivindicações de legislação social só foram atendidas em benefícios dos operários urbanos. Mas para os trabalhadores rurais

²⁰⁵ D'ARAUJO, Maria Celina. Op. cit., p. 103.

²⁰⁶ Idem, p. 128.

²⁰⁷ Idem.

ainda não existe Festa de Trabalho. (...) O início da sindicalização rural e o Estatuto do Trabalhador Rural – a Lei Fernando Ferrari – foram os primeiros passos para conseguir-se nos campos a mesma pacificação social que já demonstrou sua viabilidade na indústria, nas cidades. (...) A sindicalização dos trabalhadores rurais está iniciada. A Lei Fernando Ferrari significa a intervenção em favor da igualdade de trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais. Enfim, a disposição dos empregadores rurais para fazer concessões impostas pela necessidade de criar um mercado interno e providenciar meios de alimentação para a população crescente, essa disposição revelar-se-á nas discussões sobre a reforma agrária.”²⁰⁸

O trecho evidencia a delicada situação econômica e social diante o fracasso do Plano Trienal, além do processo crescente de radicalização e polarização entre os grupos políticos de direita e esquerda, fomentada ainda mais pela crescente agitação pela reforma agrária. A falta de proteção social e acesso à terra ao camponês permitia o surgimento de um clima instável no meio rural, em última análise, na avaliação do matutino carioca, a constituição de “focos de subversão”, ou seja, utilizando o jargão da época, seria a penetração dos agentes revolucionários com seu ideário comunista em direção ao campo. Na concepção do *Correio da Manhã*, fome e miséria poderiam ser utilizadas como ferramentas, por exemplo, pelas Ligas Camponesas para estimular a desordem social, servindo de pretexto para os proprietários rurais continuarem a praticar os abusos denunciados pelo próprio jornal. A problemática levantada devia-se ao fato de que somente os trabalhadores urbanos tinham seus direitos trabalhistas atendidos, especialmente ao processo de sindicalização. Embora os sindicatos rurais estivessem previstos pela Consolidação das Leis Trabalhistas de 1946, eles não se materializaram no efetivo cumprimento da determinação legal.²⁰⁹

Os trabalhadores urbanos tinham uma longa história de atividades e de presença política, mas os trabalhadores rurais, em fins dos anos 1950, possuíam poucos sindicatos reconhecidos em todo o Brasil. Havia uma série de entraves que dificultavam a prática e a difusão dos sindicatos e seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. Embora a legislação facultasse a organização em sindicatos àqueles considerados empregados rurais, isto é, aqueles que trabalhavam nas terras de alguém em troca de remuneração, outras categorias ficavam de fora, como os foreiros, arrendatários,

²⁰⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1963, p. 6.

²⁰⁹ MONTENEGRO, Antonio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. Op. cit., p. 267.

parceiros, posseiros e mesmo os pequenos proprietários.²¹⁰ Era justamente essa categoria que engrossava as Ligas Camponesas.

Por outro lado, o diário carioca possuía uma visão que se consolidava na época de que a resolução da questão agrária era fundamental para avançar rumo ao desenvolvimento. Nesse período, predominava a visão dualista de um Brasil arcaico e feudal para alguns, localizado no campo e identificado com o latifúndio; e outro moderno, capitalista, nas cidades. Neste sentido, compreendemos a atuação do diário nessa discussão envolvendo a questão agrária. A implementação de leis trabalhistas no campo, passando, inicialmente, pela sindicalização seria um passo importante para resolver um problema de raízes históricas, assim como um caminho para esvaziar ações revolucionárias.

Paralelamente ao Estatuto do Trabalhador Rural, o governo criou a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), em outubro de 1962, principal instrumento de intervenção estatal na questão agrária.²¹¹ A instituição teria como função o planejamento, a promoção e a execução da reforma agrária, assim como medidas de teor complementares que visavam a assistência técnica, financeira, educacional e sanitária.²¹² No entanto, a SUPRA exerceu muita influência na sindicalização rural, auxiliando a criação de sindicatos e fornecendo ajuda jurídica para atender as reivindicações dos camponeses. A SUPRA tornou-se um instrumento governamental não só para competir como diminuir a influência das Ligas no meio rural. Na avaliação de Mario Grynszpan, a criação da SUPRA era um meio do governo incentivar a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos e ser um canal de intervenção direta nas lutas do campo.²¹³

Todavia, o equacionamento da questão agrária ainda estava longe de ser concluída. Embora as iniciativas do governo Goulart com a criação da SUPRA e a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Estatuto do Trabalhador Rural tenham se configurado como bases institucionais na luta pela reforma agrária, o projeto governamental defendido por Goulart buscou efetivar ainda mais as conquistas alcançadas. No entanto, considerada como uma das reformas mais polêmicas, a reforma agrária transformou-se em um imbróglio no decorrer do primeiro semestre de 1963.

²¹⁰ GRYNSZPAN, Mario. “O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Op. cit., p. 65.

²¹¹ Idem, p. 68.

²¹² Idem.

²¹³ Idem, p. 72.

Numa conjuntura de crescente radicalização, a reforma agrária, uma demanda social, acabou transformando-se em questão política. Um dos principais obstáculos para se efetivar a reforma girou em torno do princípio constitucional do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal que exigia indenização prévia, em dinheiro, em casos de terras desapropriadas.

A reforma agrária no Congresso Nacional

A reforma agrária havia se firmado como tema da ordem do dia na agenda política da sociedade brasileira. No início dos anos 1960, havia uma inclinação de várias forças sociais a apoiar à questão agrária brasileira. A própria UDN pronunciava-se favorável a reforma agrária como meio de integrar o nordeste à economia nacional e combater a inflação, um dos grandes males no quadro econômico nacional.²¹⁴ Mesmo Carlos Lacerda, um dos líderes udenistas de oposição mais agressiva no meio parlamentar contra o governo, interpretava que a solução para conter o surgimento e o crescimento das favelas no estado da Guanabara passava necessariamente pela reforma agrária.²¹⁵ A Igreja Católica também se uniu ao movimento pela reforma, sobretudo através da Conferência dos Bispos realizada no nordeste, na metade dos anos 1950, em Campina Grande, Paraíba, inaugurando sua ofensiva oficial. Emergia uma nova mentalidade no cenário político quanto à integração das camadas rurais no processo econômico e social. Na imprensa, o tema da reforma agrária ocupou as seções de maior destaque dos jornais, desde os grandes aos pequenos, tornando-se um dos principais eixos do debate e das disputas políticas de âmbito nacional, gerando proposições e tomada de posição.

No entanto, encontrar consenso entre os atores políticos quanto ao modo como a reforma agrária seria executada foi o que gerou atritos, divergências e impasses. O ponto de grande celeuma entre políticos conservadores, progressistas e das esquerdas foi a Mensagem de Goulart encaminhada ao Congresso Nacional, em março de 1963, para propor um projeto de reforma agrária em que houvesse a mudança do parágrafo 16 referente ao artigo 141 que dizia: “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante

²¹⁴ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. “A questão agrária: crise de poder e reformas de base”. In: FAUSTO, Boris (org.). Op. cit., p. 192.

²¹⁵ Idem.

prévia e justa indenização em dinheiro.”²¹⁶ Ainda em 1961, meses depois de assumir a presidência da República sob o regime parlamentarista, Goulart anunciou a impossibilidade de uma reforma agrária efetiva sem mudar esse princípio constitucional no sentido de atender às reivindicações dos camponeses e as diretrizes defendidas pelas esquerdas. O governo não tinha dois terços de parlamentares no Congresso Nacional para alterar a Constituição, revogando o artigo 141. Assim, procurou uma maneira de, respeitando o artigo, evitar as indenizações. O projeto governamental estabelecia indenização em títulos da dívida pública, resgatáveis em 20 anos, com reajustes de 10% ao ano. Com a inflação avançando para 90% ao ano, as indenizações seriam irrisórias.

Diante impasses e programas, o jornal *Correio da Manhã* continuou defendendo em suas páginas a urgência da execução da reforma agrária como forma de combater a estrutura agrária arcaica e obsoleta, considerada pelo periódico como um sério entrave à exploração racional da terra, incentivando formas antissociais que impedia a combinação de distribuição de renda e desenvolvimento da agricultura nacional. Em tom de cobrança, o diário expressava que:

“Tarde, embora não tarde demais, felizmente, o projeto de reforma agrária entra na fase de debate no Legislativo. Agora, é preciso fazer uma reforma razoável, que mereça esse nome de reforma, e fazê-la, sem precipitação, com a urgência necessária. Urgente é, todo mundo está de acordo. Os motivos são vários e vários entre eles podem ser colocados no primeiro lugar. Não desconhecemos a importância dos motivos de ordem social. Sempre defendemos, nesta página, a reforma agrária como o meio mais seguro para conseguir a paz social nos campos, hoje perturbada por fenômenos pré-revolucionários; sempre consideramos como um dos meios para essa pacificação, melhor que as repressões policiais, a transformação de milhões de párias em proprietários. No entanto, a reforma agrária parece-nos ainda mais urgente em função do rápido crescimento demográfico do povo brasileiro: é necessário garantir a alimentação dessas massas; e o único meio para tanto é a substituição parcial e gradual da monocultura latifundiária, que produz para a exportação, pela intensiva agricultura de subsistência.”²¹⁷

De certo modo, o matutino compartilhou as teses defendidas por Celso Furtado, responsável pelo Plano Trienal, que definia a importância estratégica da agricultura no processo de desenvolvimento nacional, atribuindo o atraso do setor agrícola à sua baixa

²¹⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 164.

²¹⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1963, p. 6.

produtividade e à pobreza de sua população.²¹⁸ Entretanto, naquela altura, embora o *Correio da Manhã* difundisse críticas duras ao governo, muito em função de não conter a crise econômica, o diário defendia a alteração do artigo 141 como meio de referendar o projeto de Goulart. Desse modo, o jornal carioca reconhece que:

“Se continuasse em vigor o § 16 do artigo 141 da Constituição, que prescreve no uso da desapropriação por interesse social a indenização em dinheiro, então todo o dinheiro do mundo inteiro não chegaria para fazer a reforma agrária no Brasil. Só pode ser feita, emendando o artigo, permitindo a indenização em títulos da dívida pública. Mas essa emenda de ser redigida de tal maneira que não abra o caminho para outras emendas constitucionais, menos desejáveis, no uso das inelegibilidades; deve ser redigida de maneira que garanta indenização real; e que não constitua o sinal para ataque generalizado à propriedade. (...) Enfim, resta demonstrar que não pretende, absolutamente, iniciar ataque generalizado contra o conceito de propriedade, que é a base do nosso regime político e econômico. (...) A reforma agrária não pretende acabar e não acabará com a propriedade, mas só com um monopólio de propriedade, para criar uma nação de proprietários: o que é contrário do comunismo.”²¹⁹

O jornal *Correio da Manhã* apoiava a reforma agrária. Aprovava, também, a mudança constitucional com a supressão do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição. O periódico fazia ressalvas para que esse artifício não pudesse servir de pretexto para possíveis atentados ao direito de propriedade, ressaltando ser “a base do nosso regime político e econômico.” No entanto, enfatizava que a reforma agrária, da qual defendia, não tinha o propósito de ameaçar os grandes proprietários, mas criar condições para ampliar o número de proprietários. Mas não apoiava o projeto das esquerdas, representadas no Congresso Nacional pelo PTB, que propunham reforma em terras produtivas e improdutivas sem nenhuma indenização ao dono.

O problema, portanto, não era a reforma agrária. Era como efetivá-la. Com efeito, as discussões entre as lideranças do PSD e do PTB sobre a Mensagem presidencial não lograram sucesso. Inicialmente, os pessedistas não concordaram com a mudança do artigo 141 da Constituição e com a proposta de correção monetária de 10%. Era pouco. No entanto, os pessedistas estavam dispostos a negociar, desde que o índice chegasse a 30%. Embora houvesse políticos, como Armando Falcão, que lideravam dentro do PSD uma oposição agressiva contra o governo, a ponto de chamar João

²¹⁸ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. “A questão agrária: crise de poder e reformas de base”. In: FAUSTO, Boris (org.). Op. cit., pp. 206-207.

²¹⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1963, p. 6.

Goulart de comunista.²²⁰ Para aprovar a reforma constitucional, Goulart sabia da importância do PSD, pois a votação exigia dos terços dos parlamentares do Congresso, número que o seu partido, o PTB, não possuía. No entanto, em meio às hostilidades políticas, havia margens para negociações, como demonstrou o próprio PSD, quando no início de abril de 1963 fixou limites quanto à negociação da reforma agrária, insistindo que somente o latifúndio improdutivo poderia ser objeto de desapropriação, mas cedendo no tocante à indenização.²²¹

Contudo, as negociações caminhavam para impasses, principalmente com a apresentação de uma emenda constitucional ao Congresso pelo deputado petebista Bocaiúva Cunha, líder do partido na Câmara. A emenda não só previa a alteração da forma de indenização nos casos de desapropriação por interesse social, revendo o parágrafo 16 do artigo 141. Ou seja, a reforma em terras produtivas e improdutivas sem indenização alguma.²²² Mais ainda, o PTB decidiu que a reforma não seria apenas agrária, mas urbana também. Algo intolerável para o PSD. Para completar o quadro de tensão, Leonel Brizola pressionava o Congresso com um levante popular, caso a reforma não seja votada, suscitando uma pregação antirreformista do deputado pessedista fora do Congresso.

O *Correio da Manhã*, por outro lado, continuava defendendo em suas páginas o entendimento entre os grupos políticos e o governo sobre a execução da reforma agrária, sobretudo das lideranças dos principais partidos: PSD, PTB e UDN. O jornal destacava que a desapropriação por interesse social era permitida pela Constituição, instrumento legal utilizado por governos estaduais e municipais. No entendimento do matutino, as divergências quanto à emenda constitucional e a necessidade de modificar a Constituição não poderiam servir de pretexto para justificar outras emendas, argumento utilizado pelos adversários do governo. Para o *Correio da Manhã*, os projetos do PSD e da UDN incluíam instrumentos legais para evitar a desvalorização dos títulos da dívida pública, formas de impedir injustiças. No entanto, segundo o jornal, “alguns rejeitam essa cláusula, insistindo na indenização em dinheiro e rejeitando toda e qualquer emenda do artigo 141, parágrafo 16 da Constituição.”²²³

²²⁰ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. “A questão agrária: crise de poder e reformas de base”. In: FAUSTO, Boris (org.). Op. cit., p. 211.

²²¹ HIPOLITO, Lucia. Op. cit., p. 275.

²²² Idem.

²²³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1963, p. 6.

Todavia, o jogo político se polarizou ainda mais com a posição assumida pela UDN quanto ao governo Goulart e às reformas, essencialmente a reforma agrária, a partir da convenção nacional de Curitiba, realizada em fins de abril de 1963. A nova palavra de ordem do partido era que a Constituição era intocável, refletindo a vitória da ala lacerdista e a derrota das posições da ala “Bossa Nova”, facção udenista mais moderada, que aceitava a reforma com emenda constitucional e um entendimento com o PTB.²²⁴ Diante deste fato, o *Correio da Manhã* posicionou-se da seguinte forma:

“A Convenção Nacional da UDN em Curitiba terminou com uma brilhante vitória pessoal do sr. Carlos Lacerda. Contra todas as expectativas, uma forte maioria dos convencionais pronunciou-se contra as soluções reformistas inspiradas pela cúpula do partido e a favor das teses mais conservadoras do governador da Guanabara. (...) Em todo caso, as bases do partido pronunciaram-se mais uma vez por soluções conservadoras, talvez por medo de perder parte poderosa e influente do eleitorado rural. Mas por isso mesmo a vitória do sr. Carlos Lacerda é mais de ordem pessoal – confiando o partido mais no magnetismo da sua liderança – do que de ordem política. Pois o país esperava outras soluções. Sobre a necessidade de realizar a reforma agrária já não deveria haver dúvidas. O obstáculo da reforma é §16 do artigo 141 da Constituição, que prescreve no caso de desapropriação por interesse social a indenização em dinheiro. Pois as transações da reforma agrária serão gigantescas, de tal modo que nenhum dinheiro do mundo chegaria para realizá-las. Pretende-se emendar aquele parágrafo, permitindo-se a indenização em títulos da dívida pública, protegidos contra a desvalorização inflacionária do cruzeiro. Mas contra essa emenda rebelou-se o sr. Carlos Lacerda (...). E a UDN resolveu segui-lo nesse caminho.”²²⁵

Percebe-se pelo tom do texto que a politização em torno da questão agrária atingiu o partido udenista e evidenciou divergências entre os conservadores, liderados por Carlos Lacerda, e o grupo denominado como “Bossa Nova”, vinculado mais às ações progressistas. No entanto, a tensão política acompanhada pela crescente radicalização fez com que a emenda constitucional fosse entendida pelo grupo lacerdista como caminho para o governo incentivar a comunização no Brasil.²²⁶ Não à toa, boa parte do partido seguiu a orientação de Lacerda, dificultando ainda mais a resolução da questão agrária em consonância com os interesses de um programa reformista. Na interpretação do jornal *Correio da Manhã*, a partir da Convenção de Curitiba, o

²²⁴ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. cit., p. 191.

²²⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1963, p. 6.

²²⁶ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. cit., p. 193.

principal obstáculo para avançar na efetivação de uma reforma agrária tinha um nome: Carlos Lacerda.

Em maio de 1963, a Comissão Parlamentar, composta por deputados do PSD, UDN, PSP, PTB e PDC, rejeitou a proposta do governo por sete votos a quatro. A decisão da comissão reforçou o processo de fragmentação e radicalização fora do Congresso Nacional. De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos, pode-se compreender que o sistema partidário brasileiro estava sendo corroído gradativamente por um processo simultâneo que combinava fragmentação e radicalização.²²⁷ Desse modo, a agitação política fez com que o Legislativo ficasse imobilizado e incapaz de oferecer saídas constitucionais para os impasses criados em torno da reforma agrária. A derrota do projeto governamental foi interpretada pelo *Correio da Manhã* como uma oportunidade perdida para alterar a estrutura agrária brasileira. Segundo o periódico:

A Comissão Especial da Câmara rejeitou por 7 contra 4 votos, o parecer do relator, do PDC, sobre o projeto da reforma agrária. Querem sepultá-la. (...) A questão agrária é o problema fundamental do país. Este Brasil não pode crescer e prosperar, enquanto 30 milhões de seus habitantes viverem às margens do regime capitalista em vigor: enquanto vegetam na miséria típica dos acampamentos feudais. (...) Essa demagogia dos dois lados só prospera por falta de verdadeira liderança da nação: pelo clima de indefinição, ambiguidade e mistificação em que se apraz o governo. Mas o país exige definição, clareza, atitudes.²²⁸

O jornal carioca não poupou críticas aos grupos políticos envolvidos no impasse, em especial aos udenistas, pessedistas e petebistas, tampouco ao presidente Goulart. No entanto, mesmo com a recusa do projeto de reforma agrária do governo, a cobertura do periódico foi moderar o debate sobre a questão. O mais importante para o *Correio da Manhã* era a execução da reforma agrária, desde que dentro dos marcos legais. Prova desse posicionamento revelou-se com o editorial intitulado “Solução para a reforma”. Segundo o artigo:

“A reforma agrária vem sendo examinada no Congresso. Não nas comissões, nem no plenário, mas apenas no âmbito dos ajustes e conchavos partidários. Neste momento, não se estudam os aspectos jurídicos, econômicos e sociais do problema. O assunto em pauta é apenas este: se o projeto da UDN deverá ser

²²⁷ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986, p. 58.

²²⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1963, p. 6.

apreciado antes do projeto da aliança PSD-PTB, ou vice-versa. (...) Parece-nos que o caminho para a solução estaria no reconhecimento dos seguintes aspectos: a emenda constitucional apresentada reflete a marca da moderação pessedista, atenuando o radicalismo do PTB. Constitui uma ponte entre o conservadorismo dos representantes do partido majoritário e as reivindicações da esquerda. Estão de acordo com sua linha figuras de tendências bem diversas, como os srs. Carvalho Pinto e Sérgio Magalhães. Por outro lado, nos próprios termos do projeto Milton Campos, há referência a uma emenda constitucional necessária para que a execução da reforma agrária não venha a estancar na barra dos tribunais. Nessas condições seria razoável que a UDN emprestasse a sua colaboração para que o plenário viesse a apreciar, com urgência, a emenda PSD-PTB. Em troca, estes dois partidos assumiriam o compromisso, não apenas de dar número, mas de dar apoio ao projeto Milton Campos, aprovando-o como lei especial da reforma agrária, nas bases da emenda constitucional. Essa solução talvez não seja a mais conveniente em termos de política de partido. Mas certamente atende aos interesses da nação.”²²⁹

Na concepção do matutino carioca, o diálogo entre os partidos era o caminho mais viável para contornar os dilemas e impasses para executar a reforma agrária, mesmo sendo moderada. Nesse sentido, a aposta seria levar em conta o projeto Milton Campos, uma das lideranças da UDN, que fora apresentado em dezembro de 1962, mas que, diante das circunstâncias, reapareceu nos debates. O projeto de reforma agrária de Campos entrou em pauta na bancada udenista em maio de 1963, cuja diretriz “previa a desapropriação por interesse social de bens rurais inexplorados e sem benfeitorias por mais de dez anos.”²³⁰ Além disso, o proprietário seria indenizado em dinheiro, de acordo com a Constituição, no valor declarado na tributação, o que significava na prática uma desvalorização da propriedade no mercado.²³¹ No entanto, a solução sugerida pelo *Correio da Manhã* não encontrou respaldo político do PTB e do PSD.

O governo, mesmo após a rejeição da emenda constitucional pela comissão da Câmara, continuou insistindo na união do PTB-PSD para realizar a reforma agrária, mas seus esforços foram em vão diante do clima de radicalização política. Mesmo sendo uma demanda social com amplo apoio de diversos segmentos da sociedade brasileira, a incapacidade dos partidos de chegarem a acordos políticos inviabilizou, mesmo que moderada, uma reforma agrária capaz de iniciar alterações na estrutura agrária e reparar desigualdades econômicas e sociais.

²²⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1963, p. 6.

²³⁰ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 167.

²³¹ Idem.

O ano de 1963 nasceu sob o signo da esperança, mas caminhava para o segundo semestre para um cenário cada vez mais delicado do ponto de vista político, econômico e social. Os fracassos do Plano Trienal e da não aprovação do projeto de reforma agrária contribuíram para acentuar as dissensões entre os grupos políticos, tanto à direita quanto à esquerda, estimulando incertezas no horizonte. É nessa gangorra que Goulart tentou se equilibrar para não perder o rumo do seu governo.

Quanto ao *Correio da Manhã*, seu papel político frente ao governo no regime presidencialista, durante o primeiro semestre, fora de apoiar a execução do Plano Trienal e o projeto de reforma agrária. O periódico difundiu firmemente a ideia da necessidade de alterar as estruturas no campo econômico e social existentes como maneira de alavancar o desenvolvimento do país e reduzir as desigualdades. Desse modo, caracterizou-se como um agente político capaz de ser instrumento de intervenção na vida política, econômica e social. No entanto, mesmo favorável às estratégias governamentais, não deixou de criticar o presidente por considerá-lo oscilante, quando não omissivo, na vontade de colocar em prática as reformas estruturais de que tanto o Brasil necessitava.

Capítulo 4 – *Correio da Manhã* e o avanço da radicalização política

As greves de setembro

Os primeiros meses de 1963 foram marcados pela expectativa de que Jango, com autoridade e poderes restaurados com o retorno do presidencialismo, pudesse governar de forma a diminuir as tensões sociais. Conservadores, liberais e o conjunto da sociedade brasileira aguardavam com certo otimismo que o governo enfrentasse os problemas considerados mais sérios, a começar pela crise econômica, relacionada com a espiral inflacionária, e pela estrutura arcaica do mundo rural, que poderia ser alterada com a reforma agrária.

Contudo, a confiança depositada no governo foi sendo diluída gradativamente na medida em que seus esforços para combater os problemas econômicos e sociais se entrelaçavam em impasses políticos. A estratégia política desenvolvida por Goulart de aliar o PSD e o PTB a aprovar as reformas de maneira pactuada no Congresso Nacional mostrou-se inviável ainda no primeiro semestre de 1963. As partes não conseguiram chegar a acordos e compromissos, dominando a intransigência e a incapacidade de diálogo. O fracasso do Plano Trienal jogou por terra as esperanças de estabilização econômica, cujo desdobramento esteve associado com a eclosão de ondas grevistas a partir de meados daquele ano. Ao mesmo tempo, os impasses envolvendo a proposta de reforma agrária defendida pelo governo, adiando a solução do problema no meio rural, contribuíam para a intensificação dos conflitos no campo.

Desse modo, as perspectivas para o segundo semestre de 1963 revelaram-se problemáticas para a governabilidade do presidente João Goulart. No entanto, buscando o equilíbrio, a moderação e a crença na manutenção da democracia liberal, o jornal *Correio da Manhã*, através de seus editoriais e matérias, cobrava do governo ações para pacificar os ânimos, cada vez mais exaltados entre os grupos políticos, porém repudiando com veemência aqueles que se aproveitavam do momento delicado para difundir discursos e ideias que intranquilizavam o cenário político brasileiro. Na avaliação do periódico, a crise econômica configurava-se como principal responsável pela conjuntura difícil em que o país atravessava. Segundo o diário carioca:

“A inflação continua. Os preços estão subindo. Os conflitos salariais tornam-se rotina. A crise cambial vira ameaçadora. Os problemas gravíssimos do comércio exterior e do balanço de pagamentos ainda estão sem solução. Até na questão da compra das companhias concessionárias revela-se novamente a indecisão. Essas dificuldades são muito mais importantes que as crises políticas, os boatos e os golpes imaginários. São as causas reais das preocupações das classes produtoras. (...) Em todas as áreas desejamos e apoiamos a tranquilidade e a serenidade de ânimos. Só ao sereníssimo ministro da Fazenda desejamos um pouco mais de agitação na busca de soluções para os graves problemas que o país enfrenta.”²³²

Nota-se que o periódico privilegia a crise econômico-financeira como principal mal que afligia o país. No plano externo, a posição do Brasil era difícil já que as negociações em torno do refinanciamento da dívida externa eram prejudicadas pelas pressões sobre o balanço de pagamentos. Neste sentido, as relações com os Estados Unidos só tendiam a piorar, principalmente quando o presidente Kennedy acusava o governo brasileiro de não cumprir as metas de estabilização monetária, o que incluía a compra das companhias concessionárias. Enquanto isso, no plano interno, prevalecia o descontrole da emissão do papel-moeda e o elevado custo de vida.

O desenrolar do péssimo desempenho da economia brasileira, na avaliação do diário carioca, constituía-se como as verdadeiras causas da intranquilidade social e política. O quadro econômico-financeiro desfavorável contribuía para a elevação da inflação que, por sua vez, estimulava a alta dos preços e corroía os salários. Desse modo, a deterioração dos salários no ano de 1963 impulsionava os trabalhadores a lutarem por aumentos, acolhendo muitas vezes de forma positiva a retórica radical das lideranças radicais. Com isso, o jornal cobrava mais empenho e menos serenidade do ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, empossado na ampla reforma ministerial realizada pelo presidente Goulart, em junho de 1963, para encontrar caminhos para solucionar a crise econômica que assolava o país de norte a sul.

Com efeito, as ondas grevistas tornaram-se mais frequentes nas páginas dos principais jornais do país, especialmente nas do *Correio da Manhã*, a partir de abril e maio, mas com pico nos meses de agosto e setembro de 1963. Neste período, várias entidades sindicais, com destaque para o CGT, resolveram paralisar os trabalhadores ao mesmo tempo. O CGT fora fundado em 1962, e mesmo em pouco tempo de existência adquiriu grande notoriedade entre os trabalhadores, tornando-se poderoso instrumento de pressão política, como nos casos das convocações das greves gerais, motivadas, em

²³² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1963, p. 12.

sua grande maioria, por demandas políticas. O ano de 1963 notabilizou-se, portanto, por um crescimento substancial das atividades sindicais, que envolveu a participação dos trabalhadores como ferroviários, portuários, marítimos, bancários, entre outros. Embora repudiasse greves com fins políticos, o jornal *Correio da Manhã* interpretava esse instrumento de luta e reivindicação dos trabalhadores como legítimo e parte dos regimes democráticos, desde que regulamentado por vias legais. Neste sentido, de acordo com o matutino carioca:

“O acontecimento mais grave da semana finda foi a greve em Santos. Mas grave só o fato de que no Brasil de 1963 uma greve ainda degenera em acontecimento grave. (...) Mas ainda são atuais e poderiam ter sido publicadas ontem fotografias nas revistas ilustradas de 1910, mostrando os cavalarianos investindo contra a massa ameaçadora dos grevistas. Moderno só é o sensacionalismo em torno do assunto, predizendo a toda a hora o colapso das instituições, o golpe, o fim do mundo. Tudo isso é anacrônico. O mundo evoluiu. (...) Greve é acontecimento de rotina nos países democráticos. Agora mesmo, nesta semana, o presidente e o Congresso dos Estados Unidos intervieram numa greve; mas não chamaram a Polícia nem noticiou o fim da Constituição norte-americana. (...) Desejamos, enfim, duas grandes greves: que fiquem parado o sensacionalismo e a violência.”²³³

A avaliação do diário carioca acerca das greves é emblemática justamente no mês em que o país testemunhara uma escalada do movimento grevista, seguida de confrontos entre os trabalhadores e os militares muito em função da mudança de atitude dos últimos quanto às pressões exercidas pelos sindicatos. Alguns generais, como Peri Bevilacqua, comandante do II Exército, já manifestavam a intenção de considerar ilegais as greves, sobretudo aquelas com motivações políticas, defendendo, inclusive, a possibilidade do uso da força para deflagrar a mobilização operária, o que gerava, por conseguinte, atritos com os sindicatos, especialmente com o CGT.²³⁴ O mesmo Peri Bevilacqua tinha apoiado Leonel Brizola na Campanha da Legalidade. A posição das Forças Armadas mudou em relação ao movimento sindical devido às sucessivas greves em setembro. A greve de Santos destacada pelo *Correio da Manhã* foi um dos exemplos da nova posição dos militares naquela conjuntura, quando o Fórum Sindical de Debates, órgão ligado ao CGT, convocou uma greve geral em solidariedade a uma paralisação de um hospital da cidade.²³⁵ A greve foi reprimida pelo governo de São Paulo, o que fez o

²³³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1963, p. 18.

²³⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit., p. 242.

²³⁵ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit., p. 131

CGT reagir com uma ameaça de greve geral de âmbito nacional. O impasse foi solucionado com a intervenção militar ordenada pelo ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, o resultou no fim da greve.²³⁶ O episódio, marcou, assim, o rompimento das Forças Armadas com a atitude adotada durante o regime parlamentarista, que em geral, foram condescendentes com a pressão dos sindicatos sobre o Congresso Nacional em relação à campanha pelo plebiscito em setembro de 1962.²³⁷

Entretanto, por um lado, o matutino carioca avaliava a greve como ato de maturidade e consciência política dos trabalhadores, tendo em vista que as ondas grevistas ocorriam, principalmente, em face do alto custo de vida. Por outro, chama a atenção o fato de o artigo aludir a realidade daquele contexto com os anos 1910, período caracterizado na história do Brasil pela repressão aos movimentos sociais, especialmente às mobilizações operárias. Nesse sentido, o jornal tentou demonstrar que as greves não poderiam ser encaradas como ameaças para a sociedade, tampouco para as instituições como ocorrera anteriormente, muito menos empregar meios violentos para reprimi-las. Desse modo, não é de se estranhar a ênfase que o periódico fez ao descrever que as greves eram rotina em países democráticos, como nos Estados Unidos, e que nem por isso constituíam-se como atentados à manutenção da legalidade.

A atitude do *Correio da Manhã* quanto às greves é importante para compreendermos o seu papel político naquele contexto já permeado pela crescente radicalização. A participação política das lideranças sindicais aterrorizava a sensibilidade conservadora, considerando perigosa a transformação dos trabalhadores em atores políticos de prestígio. Os grupos opositores do governo e as vozes anticomunistas aproveitavam o cenário para alimentar a ideia de que Goulart transformaria o país em uma República sindicalista. Exploravam os vínculos entre Jango e os sindicatos construídos em anos anteriores, sobretudo quando foi ministro do Trabalho do governo de Vargas entre junho de 1953 e fevereiro de 1954.²³⁸ Desde então, os laços de Goulart com as lideranças sindicais foram se estreitando, tornando-se fundamental em momentos importantes como na campanha pela legalidade que viabilizou a sua posse em setembro de 1961. Portanto, a profusão de discursos alarmistas associando a imagem do presidente como líder na tentativa de implantar uma República sindicalista era repudiada nos editoriais do *Correio da Manhã*, assim como

²³⁶ Idem.

²³⁷ Idem.

²³⁸ Cf. GOMES, Angela de Castro. “Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). Op. cit., pp. 31-55.

pelos seus articulistas. O diário carioca cobrava de Goulart o centro e o equilíbrio no jogo político e atuava como elemento moderador no campo da imprensa brasileira. Evitava, assim, incendiar a atmosfera já contaminada pela polarização e radicalização.

Com efeito, as denúncias baseadas no argumento anticomunista de que Jango aliara-se aos comunistas com o intuito de implantar um regime autoritário no país também alardeavam a sociedade brasileira naquela conjuntura. Mais uma vez, os artigos do *Correio da Manhã* buscavam evidenciar o contrário, ou seja, repelir ideias maniqueístas que só tinham o propósito de desgastar a imagem do presidente e abrir brechas para a instabilidade política. Neste sentido, com editorial intitulado “Fantasmas e as luzes”, o periódico afirmava que:

“É relativamente fácil espalhar boatos, semear incertezas, intranquilizar o país. É muito mais difícil dissipar os equívocos, fazer esquecer as insinuações maliciosas, restabelecer a confiança. (...) Preferimos o dever, embora mais árduo, de esclarecer a opinião pública artificialmente perturbada por boatos alarmantes irresponsáveis. (...) Golpe de Estado? São vestígios dos temores já desmentidos pela calma com que o mês de agosto passou. (...) Perigo comunista? Sempre sustentamos a tese de que a única base possível desse perigo é o caos econômico e administrativo. Os agentes da subversão nada podem contra a estrutura democrática do país, já tão firmemente enraizada que meras manobras não conseguiram miná-la. Mas aquele caos, infelizmente, não é mero fantasma para assustar o cidadão. É perigo real, visível a olho nu.”²³⁹

Percebemos os esforços do matutino carioca de espantar os supostos “fantasmas” de golpe de Estado ou de um processo de bolchevização em andamento, discursos tão propalados pelos grupos anticomunistas. De acordo com o *Correio da Manhã*, seguindo sua retórica em artigos anteriores, insistia que a permanência da crise econômica configurava-se como fio condutor das crises política e social. O jornal difundia a crença na manutenção da ordem democrática, ressaltando o enraizamento do sentimento legalista da sociedade quando se opôs às manobras de ruptura institucional percebidas nas crises de 1954, 1955 e 1961. Enfim, o amadurecimento da consciência democrática entre os brasileiros era avaliado pelo diário carioca como uma luz no fim do túnel naquele momento. Entretanto, ainda longe de terminar, o mês de setembro de 1963 ainda evidenciava “fantasmas” que o *Correio da Manhã* deveria combater em suas páginas.

²³⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1963, p. 14.

Ordem do dia: “sargento também é povo”

O clima de politização durante o mês de setembro não ficou restrito apenas aos sindicatos, estendeu-se também à caserna. Nesse ambiente cada vez mais polarizado e radicalizado, as Forças Armadas refletiram a ebulição da sociedade, evidência de que os militares não ficaram imunes à conjuntura do início dos anos 1960. A crescente mobilização dos setores subalternos traduzia o processo que consistia na luta pela conquista de um espaço menos excludente por parte de amplas parcelas da sociedade, nas quais se incluíam os praças.²⁴⁰ Nesse sentido, o movimento dos sargentos surgia como possibilidade de intervenção direta de melhores condições dentro e fora dos quartéis. É importante assinalar que os sargentos das Forças Armadas traziam de longa data a experiência de associações e clubes que na conjuntura reformista do governo Goulart transformaram-se em espaços de intenso debate político.

Com efeito, é importante destacar que o *Correio da Manhã* não interpretava de forma positiva a inserção das Forças Armadas na vida política e econômica do país. Para o jornal carioca, o papel dos militares restringia-se à defesa da manutenção da Constituição, mas sem intromissão na esfera política. Desde a crise de 1961, o periódico tornou-se mais vigilante quanto às movimentações dos militares no cenário político.

Todavia, o clima de radicalização política em escala crescente no país encontrou ressonância nos quartéis e incentivou a tomada de ação dos graduados, em especial dos sargentos, para reivindicarem sua participação no jogo político no intuito de democratizar o tratamento no interior das instituições militares. Nesse sentido, os sargentos possuíam uma pauta de demandas referentes às questões corporativas como estabilidade na carreira militar, promoção e humanização dos rígidos regulamentos, especialmente o disciplinar.²⁴¹ Mas esses militares também abraçavam o compromisso pelas transformações sociais mais profundas que estavam conectadas com as demandas da sociedade, em específico com as necessidades e interesses das camadas mais populares e dos trabalhadores como as reformas de base e a reforma agrária.²⁴² O caminho para buscar tais reivindicações passava pela elegibilidade dos sargentos como meio de lutar pelos problemas no meio militar e na sociedade como um todo.

²⁴⁰ De acordo com o quadro de postos e graduações das Forças Armadas, os praças eram sargentos, cabos, soldados e marinheiros. Ver PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos de Brasília (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

²⁴¹ PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Op. cit., p. 89.

²⁴² Idem.

Para tanto, a Constituição de 1946 vetava o mandato parlamentar dos graduados das Forças Armadas, porém dava margens a diferentes interpretações. O assunto não demorou a estampar as páginas dos principais jornais do país. O *Correio da Manhã*, um dos mais prestigiados periódicos na análise do comportamento político naquele contexto, não ficou atrás e reservou espaços para discutir e opinar sobre a questão da elegibilidade dos sargentos. Para expressar aos seus leitores sobre esse imbróglio, o jornalista do diário carioca, Anderson Magalhães, noticiou da seguinte forma esse problema:

“Tive a oportunidade de chamar a atenção da Justiça Eleitoral, antes de terminado o prazo de registro dos candidatos ao pleito de outubro último, para a situação dos sargentos, em vários Estados, que pretendiam concorrer às eleições para deputados. Alguns Tribunais Regionais Eleitorais, notadamente o de São Paulo, que é um dos mais vigilantes, não permitiram a inscrição dos sargentos ao pleito, por serem inelegíveis. Outros, porém, agiram de maneira diversa e disso resultou a eleição dos referidos militares para a representação popular, daí decorrendo o que se tem visto. (...) O fato concreto é que, se há sargentos deputados, culpe-se o Tribunal Regional Eleitoral que os registrou como candidatos, quando a Constituição Federal, no seu art. 138 declara-os inelegíveis, clara e insofismavelmente, conforme disposto no parágrafo único do artigo. (...) Os sargentos não têm nenhuma culpa do ocorrido.”²⁴³

Anderson Magalhães era um profissional já de larga experiência no jornalismo. Nascido em Ipu, estado do Ceará, no dia 9 de junho de 1896, chegou ao Rio de Janeiro com 18 anos, iniciando sua carreira de jornalista com uma apresentação sobre Rui Barbosa a Edmundo Bittencourt, então diretor do *Correio da Manhã* nos idos de 1914. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, porém nunca chegou a exercer a profissão.²⁴⁴ No entanto, como assinalou Daiana Maciel Areas, a grande paixão de Anderson Magalhães era a redação do *Correio da Manhã*, onde trabalhou por 49 anos, escrevendo sua coluna diariamente.²⁴⁵ Magalhães assinava seus textos com o pseudônimo de *All Right* e produziu crônicas

²⁴³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1963, p. 2.

²⁴⁴ Cf. Portal de História do Ceará. Disponível em:

<http://www.ceara.pro.br/cearenses/listapornomedetalhe.php?pid=32686>. Acessado em 8 de novembro de 2014.

²⁴⁵ AREAS, Daiana Maciel. *O governo JK nas páginas do Correio da Manhã (1956-1961)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013, p. 107.

sobre diversos temas, passando pelo desenvolvimento nacional até à campanha contrária de processo de transferência da capital federal para Brasília.²⁴⁶

Com efeito, quanto ao tema da elegibilidade dos sargentos, o texto de Anderson Magalhães se referiu aos casos envolvendo as candidaturas de graduados em vários estados da federação, principalmente da Guanabara, em São Paulo e Rio Grande do Sul, a maioria inscrita na legenda do PTB. Nas eleições de 1962, alguns sargentos obtiveram sucesso pelo PTB, como os sargentos do Exército Antônio Garcia Filho, eleito deputado federal na Guanabara; Aimoré Zoch Cavalheiro, deputado estadual pelo Rio Grande do Sul; e Edgar Nogueira Borges, vereador pela cidade de São Paulo. Dos três sargentos eleitos, apenas Garcia Filho conseguiu tomar posse no dia 1º de fevereiro de 1963, sendo que os demais foram considerados impedidos por decisão dos tribunais eleitorais de seus estados.²⁴⁷

O veto à posse dos demais sargentos nos tribunais eleitorais dos seus estados resultou em protestos dos militares graduados que, por sua vez, provocou a reação da alta oficialidade à politização dos subalternos considerada como ameaça à quebra de hierarquia. Desse modo, compreende-se a intervenção de Magalhães quanto à confusão causada pelos tribunais eleitorais regionais, permitindo a inscrição de alguns sargentos enquanto outros não. O jornalista enfatizou com clareza que a Constituição de 1946 possuía um dispositivo que impedia a elegibilidade dos graduados, isentando de culpa os sargentos e responsabilizando o Tribunal Regional Eleitoral pelo imbróglio. Como o *Correio da Manhã* já vinha destacando em seus editoriais o fim do acirramento dos ânimos exaltados no cenário político, a questão da elegibilidade dos sargentos colocava em evidência mais uma crise com contornos preocupantes para os comandantes das Forças Armadas, já que a grande maioria dos oficiais era contra a participação dos subalternos na arena política, assim como as agitações sindicais e populares, consideradas pela alta oficialidade como elementos de fomento da politização dos seus comandados.

A discussão prosseguiu, mas os sargentos resolveram esperar pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à questão, especialmente sobre a posse de Aimoré Cavalheiro, que havia recorrido sobre a sua elegibilidade e do grupo. No

²⁴⁶ Idem. Sobre o posicionamento da imprensa carioca acerca do processo de transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, cf. CIAMBARELLA, Alessandra. “A tradição abre as portas à modernidade: o Rio de Janeiro e a transferência da Capital Federal (1956-1960)”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011, pp. 136-153.

²⁴⁷ PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Op. cit., pp. 63-64.

entanto, a decisão do STF foi de confirmar o seu impedimento e declarar definitivamente inelegíveis todos os graduados. O resultado foi a eclosão de um levante militar cuja composição contou com a participação de cabos, sargentos e suboficiais da Aeronáutica e fuzileiros navais sob liderança do sargento Prestes de Paula. O motim ocorreu em Brasília, na madrugada do dia 12 de setembro, surpreendendo as lideranças militares e civis mais conservadoras. Os amotinados prenderam o presidente da Câmara dos Deputados e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Victor Nunes Leal e ocuparam pontos estratégicos da capital do país.

A rebelião dos subalternos deu argumentos à extrema-direita que o *Correio da Manhã* tanto combatera anteriormente, como a preparação do governo de implantar uma República sindicalista ou o início do processo de comunização, já que os sargentos contavam com a forte simpatia da Frente de Mobilização Popular (FMP),²⁴⁸ movimento que surgiu no início de 1963 sob a liderança de Leonel Brizola e que reunia as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. Além da FMP, os sargentos contaram com o apoio do CGT, do PCB, da UNE, de Francisco Julião e outras organizações e personalidades da esquerda.

O motim foi debelado rapidamente pelas tropas do Exército. Na manhã do dia 13 de setembro o editorial do *Correio da Manhã* avaliava da seguinte forma a grave crise militar:

“A revolta acha-se já debelada com eficiência. As autoridades militares tomaram prontamente, com decisões, as necessárias medidas de repressão. A força só é utilizada na medida necessária para restabelecer a ordem. A rebelião terá sido um episódio. (...) O que aconteceu, é grave. Mas a totalidade do país recebeu as notícias sem entregar-se à comoção, ao desespero, às paixões desenfreadas. A democracia brasileira revela sua capacidade de resistência. Grave, repetimos, é a situação política e social do país. Mas firme, repetimos, está a estrutura jurídica e administrativa. A ordem, respectivamente o restabelecimento da ordem está garantido. Os rebelados terão de ser punidos com rigor, mas dentro dos termos da Lei, estritamente, sem paixão e sem vingança.”²⁴⁹

²⁴⁸ Na Frente de Mobilização Popular (FMP) estavam representados os estudantes, com a União Nacional dos Estudantes (UNE); os trabalhadores urbanos sob o comando do CGT; facções das Ligas Camponesas; segmentos da extrema esquerda do PCB, a Ação Popular, o Partido Operário Revolucionário (Trotskista), o POR-T, a Frente Parlamentar Nacionalista, os subalternos das Forças Armadas, o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), deputados de esquerda do PSP e do PSB, o Grupo Compacto do PTB, os nacional-revolucionários que no PTB seguiam a liderança de Leonel Brizola, o grupo político de Miguel Arraes, entre outros. Cf. FERREIRA, Jorge. “Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular”. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). Op. cit.

²⁴⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1963, p. 12.

Percebemos que o artigo evidencia a confiança do periódico na manutenção da democracia, graças ao amadurecimento da consciência legalista presente na sociedade. A atuação dos chefes militares é ressaltada pelo desfecho que não trouxe, a princípio, transtornos maiores para a continuação da ordem democrática. No entanto, é importante assinalar a preocupação do jornal com a punição a ser dada aos militares participantes da revolta, sinalizando a coerência do *Correio da Manhã* com sua linha legalista. De acordo o matutino, os militares deveriam ser punidos dentro dos marcos legais, conforme manda a Constituição, sem deixar margens para possíveis vinganças aos militares rebelados. Nota-se a ênfase quando o artigo aponta a palavra “lei” com a letra “l” em forma maiúscula, justamente para demarcar que a crise militar deveria ser resolvida respeitando os princípios legalistas.

Para o *Correio da Manhã*, o episódio militar foi grave, porém, a desordem não se encontrava na caserna, mas no campo econômico-financeiro do país que contribuía para a instabilidade social, política e militar. Embora o motim dos sargentos em Brasília se configurasse como um evento perigoso para as instituições militares e, conseqüentemente, para o conjunto da sociedade, o evento era interpretado pelo diário carioca como “desprezível” comparado com a “desordem financeira e econômica” presente no país. Na avaliação do *Correio da Manhã*:

“É esta tranquilidade econômica, esse desenvolvimento imperturbável que não verificamos, infelizmente, no Brasil. São essas convulsões e as perturbações que ameaçam a ordem do país. Em comparação com esse perigo, o econômico e o financeiro, o episódio de Brasília é desprezível e sem significação. (...) Assim como as autoridades militares agiram para reprimir a desordem provocada pelos indisciplinados, assim as autoridades monetárias têm de debelar a desordem financeira e econômica.”²⁵⁰

O fracasso da rebelião dos sargentos, no entanto, deixou a alta oficialidade e os setores políticos moderados ou conservadores muito preocupados em relação ao governo Goulart. Os acontecimentos de Brasília contribuíram para a extrema-direita alardear a subversão em curso, inspirada pelos comunistas e motivada pelo presidente. Mesmo Goulart, no decorrer do movimento dos sargentos, tendo apoiado seus ministros militares ao declarar que o governo não toleraria insubordinações, sendo inflexível na manutenção da hierarquia e da disciplina, a guerra psicológica foi muito explorada por

²⁵⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1963, p. 12.

esse grupo político, deixando o presidente em situação delicada. A rebelião de Brasília mostrou-se prejudicial ao governo Goulart. As forças conservadoras avaliaram, com certa razão, o seguinte: se 600 sargentos e fuzileiros mal organizados tomaram a capital da República e prenderam os presidentes de dois Poderes, o que não poderia fazer a ala janguista do Exército, com generais, coronéis e capitães com comando de tropas?

Na avaliação de Parucker, as direitas contribuíram para desestabilizar o governo, mas o centro da arena política, embora surpresa com o episódio, buscou moderar suas análises, sempre frisando o aspecto disciplinar, mas sem deixar de assinalar a justeza das reivindicações.²⁵¹ As observações de Parucker podem, de certa forma, estender-se ao jornal *Correio da Manhã*, quando ficou claro o tom de moderação quanto à revolta dos sargentos. Enquanto parte da imprensa já fazia diagnósticos de que Goulart afastava-se das forças políticas de centro e se aproximava das esquerdas, especialmente da ala mais radical, principalmente por revelar apoio às reivindicações dos sargentos, o *Correio da Manhã* continuou denunciando aqueles que se aproveitavam da crise militar para espalhar boatos que só instigavam a radicalização.

O matutino carioca continuava firme na posição de produzir análises moderadas e de confiança na manutenção das instituições liberal-democráticas. Diante de um cenário cada vez mais polarizado, o periódico defendia em seus editoriais que não poderia haver nem agitação, tampouco retrocesso, pois a revolta dos sargentos não poderiam fornecer pretextos para cercear as liberdades individuais e políticas, muito menos reprimir a mobilização dos trabalhadores, com intervenções nos sindicatos e proibições das greves, ideia bem difundida entre os setores mais conservadores civis e militares. Neste sentido, o periódico interpretava que:

“Uma rebelião de sargentos não pode servir de pretexto para encenar manobras de restrição aos direitos políticos. O episódio de indisciplina de alguns militares não justifica qualquer perturbação do funcionamento livre das instituições parlamentares. É inadmissível o pretexto de usar um levante limitado e fracassado dentro de poucas horas para estrangular as atividades sindicais. (...) Repetimos, com energia serena: ninguém tem o direito de abusar de um ato isolado de indisciplina militar para atingir os direitos da livre associação dos trabalhadores. Ninguém tem o direito de invocar a irresponsabilidade de alguns sediciosos para cercear o direito dos trabalhadores de pleitear, por meios legais, as indispensáveis melhorias salariais e das condições de vida. (...) Também há, evidentemente, os exploradores do outro lado: agitadores profissionais ou agentes da radicalização política, fazendo esforço para criar perturbação nas

²⁵¹ PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Op. cit., p. 221.

cúpulas sindicais e para desvirtuar o movimento trabalhista. (...) o governo deve manter o diálogo com os trabalhadores para não deixá-los à mercê da agitação radicalizadora. (...) O diálogo franco e objetivo entre as classes e das classes com o governo é uma imposição da hora.”²⁵²

O jornal combatia todos os grupos que pudessem oferecer ameaças à manutenção da legalidade. Suas análises repudiavam de forma incisiva aqueles que se aproveitavam do levante dos sargentos para acusar o movimento sindical como instigador da crise militar. O diário carioca repelia as ameaças de restringir a iniciativa dos trabalhadores reivindicarem melhores salários e condições de vida por meio das greves. Entretanto, deixava claro que os trabalhadores deveriam atuar dentro da legalidade não às margens da lei para alcançar seus objetivos. Desse modo, o periódico condenava as ações das esquerdas, os comunistas em particular, pelo quadro de “perturbação nas cúpulas sindicais” e por “desvirtuar” os trabalhadores. É importante ressaltar que os discursos e as práticas do PCB, assim como boa parte das esquerdas, tenderam a se radicalizar frente a chamada “política de conciliação” do governo Goulart.²⁵³ Neste sentido, o partido passou a secundarizar as instituições e a desprezar a legalidade democrática vigente, sendo cada vez mais contaminado pela palavra de ordem das esquerdas radicalizadas: “na lei ou na marra”. A referência aos comunistas por parte do *Correio da Manhã* está relacionada com o aumento da mobilização dos trabalhadores, no sentido de atribuir aqueles a responsabilidade de fomentar a radicalização do movimento operário como meio de pressionar a implementação das reformas de base às margens da legalidade institucional. O caminho a ser seguido, de acordo com o diário carioca, era o diálogo do governo com os trabalhadores para contornar a radicalização e neutralizar os chamados “agitadores profissionais”.

Todavia, o diário carioca continuava defendendo em suas análises que a democracia brasileira estava enraizada em meio ao episódio militar, mas que sua manutenção dependia muito da execução das reformas estruturais, preconizadas no programa reformista do governo Goulart. Na avaliação do *Correio da Manhã*, o melhor remédio para evitar novas agitações e pregações revolucionárias seria a implementação das reformas para debelar a pior das crises: a econômica. Em editorial intitulado “Reformas ou revolução”, o periódico entendia que:

²⁵² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1963, p. 12.

²⁵³ SEGATTO, José Antonio. Op. cit., p. 170.

“O fracasso da rebelião dos sargentos proporcionou ao país uma lição confortadora: a democracia é forte no Brasil e ninguém pode contra ela. Mais grave é, porém, outra lição do acontecido: as reformas de estrutura econômica, social e política já não podem ser adiadas. Se continuar o atual estado de coisas, com suas distorções e desequilíbrios, nunca faltariam os pretextos para novas agitações criminosas como as do sargento Prestes. (...) A ordem deve ser mantida a todo custo. Mas a supressão da pregação revolucionária pela força física não é solução definitiva. A solução correta e eficiente só pode ser a seguinte: garantir a ordem pela eliminação de todo e qualquer pretexto que pareça justificar ou justifique a instigação à desordem. Essa eliminação só pode ser feita pelas reformas estruturais.”²⁵⁴

O *Correio da Manhã* compreendia que diante da aguda crise econômico-financeira, caracterizada pela espiral inflacionária, estagnação, dívida externa, queda do poder aquisitivo do trabalhador, alta dos preços, desabastecimento e elevação do custo de vida, criava condições para agitações sociais e alimentavam boatos de golpes e contra golpes. O jornal não omitia o fato de que soluções constitucionais para resolver a questão da elegibilidade dos praças deveriam ser estudadas para evitar o contágio dos quartéis do grau de crescente politização, pois o papel dos militares era garantir a segurança nacional e não ficarem expostos pela contaminação da agitação política em curso no país naquele contexto. No entanto, na concepção do matutino carioca, o quadro de desorganização econômica consistia como elemento norteador pela desorganização política, cujo primeiro sintoma fora esboçado pelo levante dos sargentos. Essa foi a tônica nas análises do *Correio da Manhã* antes, durante e depois da revolta dos sargentos.

A sensação ao observamos os editoriais e matérias do *Correio da Manhã* no longo mês de setembro de 1963 é que a temática econômica se constituiu como principal elemento responsável pelas crises de ordem social e militar verificadas naquele período. A onda grevista que se propagou de norte a sul ao longo do segundo semestre, sobretudo em setembro, e a revolta dos sargentos em Brasília, foram processos estimulados pela crise financeira. Na avaliação do diário carioca, a pressão inflacionária fomentava o surgimento das crises social, política e militar. A saída, segundo o jornal, passava necessariamente pela resolução da crise financeira e econômica. No entanto, a execução das reformas de base colocariam fim aos distúrbios e desequilíbrios provocados pela crise econômica. A implementação das reformas fariam cessar a histeria e os boatos alarmistas que intranquilizavam o campo político.

²⁵⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1963, p. 20.

Contudo, o passar do mês de setembro não fez com que as greves cessassem, tampouco que os boatos tranquilizassem a arena política. O mês de outubro mal entrara no calendário e o país assistira a mais uma crise provocada agora não por um boato, mas por uma entrevista que teve repercussões negativas para a governabilidade do presidente Goulart.

A entrevista, o estado de sítio e o isolamento do presidente

Com a proximidade do fim de setembro, as perspectivas não eram nada animadoras já que os índices elevados da inflação pressionavam a alta dos preços e empurravam o custo de vida para níveis quase insuportáveis para a população, especialmente os trabalhadores. Os desdobramentos da crise econômica fomentavam a escalada das greves, pois as reivindicações salariais aumentavam em proporção ao crescimento da taxa do custo de vida. Diante desta realidade, a pressão e o tom de cobrança sobre o governo o deixava em situação cada vez mais delicada.

Parte da grande imprensa, desde a revolta dos sargentos, reagiu, de modo geral, com preocupação, considerando o episódio militar como evidência da radicalização política em curso. O *Correio da Manhã*, por sua vez, avaliou de forma otimista o desenrolar da crise militar. No entanto, mesmo combatendo os radicalismos à direita ou à esquerda e poupando o presidente de críticas severas sobre aquele evento, o matutino carioca começou adotar um tom de cobrança sobre o governo mais constante nos seus editoriais com o findar do mês de setembro. Cobrava, acima de tudo, definição do governo diante do clima instável no campo social, político e, principalmente, financeiro em que o país se encontrava. Em editorial intitulado “Última alternativa”, o periódico expressava da seguinte maneira a sua opinião sobre o governo:

“Foi a indefinição do governo que criou a atual crise de autoridade, com suas consequentes desordens, inspiradas pelos agitadores direitistas e esquerdistas. Deixando de definir-se com clareza, inequivocamente, o governo proporcionou aos seus adversários dos dois lados oportunidades para definições exageradas. (...) Impedir essa polarização perigosa é o dever próprio da suprema autoridade do país. (...) exige-se que a autoridade indique ao país uma orientação, decididamente, com firmeza. Essa orientação não existe, no momento. E essa falta de orientação refere-se, igualmente, nas sucessivas crises políticas e político-militares e na permanente crise econômico-financeira. (...) Só pode, contra a crise financeira, um programa corajoso, que talvez já exista mas que

precisa ser firmemente anunciado e com decisão executado. É o que esperamos, é o que queremos esperar, com o último resto de nosso otimismo.”²⁵⁵

Notadamente, o tom de cobrança do periódico revestia-se de preocupação com grau crescente de radicalização política em curso. A definição exigida em relação ao governo girava em torno de buscar o centro político, interpretado pelo *Correio da Manhã* como caminho da moderação, da implantação das reformas dentro da lei, enfim, do respeito pela Constituição. Afastar-se do centro da arena política seria na avaliação do jornal aproximar-se dos grupos radicalizados das direitas e esquerdas, que só contribuiria para fomentar a guerra psicológica contra o governo e contra a própria manutenção da legalidade. O diário carioca comportou-se, portanto, como porta-voz do espectro político do centro.

A indefinição do governo, segundo a interpretação do matutino, tanto na adoção de planos no campo econômico quanto na orientação política, instigaria as “sucessivas crises políticas e político-militares” e a permanente crise econômica. No entanto, embora o teor do texto fosse de cobrança, o jornal carioca continuava otimista diante aquele cenário instável.

Contudo, passados alguns dias, outro incidente agitou os bastidores da política nacional, o que gerou uma nova e grave crise. Tratou-se da entrevista de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, concedida ao jornalista Julian Hart, correspondente do *Los Angeles Times* no Brasil. Na ocasião, Lacerda fez duras críticas ao presidente da República, chegando a compará-lo com um caudilho, versão comunista de um totalitário à moda sul-americana.²⁵⁶ O país foi apresentado pelo governador como “qualquer republiqueta sub colonial, mendigando esmolas, (...) um povo desfibrado, incapaz de orientar-se sem tutelas estrangeiras, entregue a um bando de saqueadores comunistas.”²⁵⁷ Não conformado em atacar Goulart, Lacerda provocou os militares, insinuando que o presidente poderia cair antes do fim do ano, dependendo da decisão dos militares de ser “melhor tutelá-lo, patrociná-lo, pô-lo sob controle até o fim do seu mandato ou alijá-lo imediatamente.”²⁵⁸

²⁵⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1963, p. 6.

²⁵⁶ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit., p. 134.

²⁵⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1963, p. 1.

²⁵⁸ VICTOR, Mario. Op. cit., p. 456.

A divulgação da entrevista causou grande impacto na sociedade, especialmente na imprensa. O *Correio da Manhã* não tardou em publicar em suas páginas a seguinte avaliação da entrevista e do seu desenrolar:

“O governador do Estado da Guanabara concedeu ao correspondente de um jornal norte-americano uma entrevista, aqui divulgada pelas agências noticiosas, no qual pintou o país nas cores mais negras, ou antes, nas cores mais vermelhas, aconselhando aos norte-americanos que não concedessem ajuda a um país assim governado, enquanto houver esse governo. O sr. Carlos Lacerda nega, no todo ou em parte, essa entrevista. É difícil, porque constam outras declarações suas, em anos passados e também no estrangeiro, inspiradas pelo mesmo raciocínio. Em todo caso, o desmentido chegou tarde. Pois a divulgação da entrevista provocou imediatamente uma nota violenta, assinada pelos três ministros militares, denunciando as declarações do governador da Guanabara como supremo ato de conspiração subversiva e explicado-as pela formação comunista do seu passado. A gravidade desse pronunciamento é tanto maior quando todos veem os momentos difíceis que o País atravessa, abalado por sucessivas crises políticas e sociais, já para não falarmos nas dificuldades financeiras.”²⁵⁹

O jornal trouxe à baila dos acontecimentos o caráter desestabilizador que caracterizou a atuação política de Carlos Lacerda naquele contexto, recordando episódios semelhantes como os ocorridos na crise de 1961, quando insinuou que os comunistas estavam tomando o poder no Brasil, referência ao então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, principal artífice da Campanha pela Legalidade. Naquela ocasião, Lacerda fora comparado pelo diário carioca ao senador norte-americano Joseph McCarthy, notabilizado pela campanha anticomunista nos Estados Unidos em fins dos anos 1940 e início da década de 1950, defendendo constantemente a ideia de “infiltração comunista” e acusando de comunistas políticos, artistas e pessoas comuns de serem simpatizantes do comunismo. No entanto, a repercussão da entrevista gerou muito descontentamento entre os ministros militares que trataram logo de reagir de forma enérgica o ataque verbal de Lacerda.

Em nota conjunta, os ministros militares, general Jair Dantas Ribeiro, almirante Sílvio Mota e o brigadeiro Anísio Botelho, em repúdio à entrevista, solicitaram a Goulart para decretar medidas à altura dos ataques sistemáticos não só de Lacerda, mas também do governador de São Paulo, Ademar de Barros, que já algum tempo fazia severos insultos ao governo. A decisão de punir severamente o governador da Guanabara via decretação do estado de sítio, deixou vários setores da sociedade em

²⁵⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1963, p. 6.

estado de alerta. O jornal carioca a respeito da questão criticou bastante a decisão dos ministros militares, mas que fora acolhida pelo presidente. Na avaliação do *Correio da Manhã*:

“Resta perguntar por que justamente os três ministros militares responderam ao governador da Guanabara e, indiretamente, ao governador Ademar de Barros, por suas belicosas declarações de Guaratinguetá. Teria sido para intimidá-lo, por serem os expoentes da força física? Não cremos. Seria uma espécie de política militarista, alheia ao caráter brasileiro e à nossa tradição. Queremos, antes, crer que foi a consequência de uma omissão momentânea de outros titulares. (...) Uma omissão dessas cria a impressão desagradável e inexata de o governo federal não se sentir bastante seguro no exercício de sua autoridade. O incidente oferece, portanto, oportunidade pela suprema direção política do país. A intervenção do presidente da República na greve dos bancários demonstrou a possibilidade de agir assim com eficiência.”²⁶⁰

A solicitação do pedido do estado de sítio suscitou temores no conjunto dos partidos políticos de que fosse o primeiro passo para a implantação de uma ditadura. Na interpretação do *Correio da Manhã*, não cabia aos ministros militares se pronunciarem para punir Lacerda, principalmente com medidas de emergência que colocasse em xeque a manutenção da ordem democrática. Nesse sentido, o jornal cobrava do governo intervenção ao invés de omissão para encarar com autoridade na defesa da legalidade contra uma possível política militarista, pois possuía instrumentos legais para combater aqueles que buscavam intranquilizar o cenário social e político, como fizera Carlos Lacerda. Demonstrou confiança no governo para contornar esse incidente como fizera com a greve dos bancários.

Com efeito, o pedido do estado de sítio não foi apenas reprovado pela imprensa, em especial pelo *Correio da Manhã*. A oposição à medida repercutiu entre grupos políticos de direita e esquerda. Enquanto os militares consideravam o estado de sítio como instrumento para conter a agitação social e restaurar a ordem e disciplina no seio das Forças Armadas, para os conservadores e anticomunistas representaria os primeiros passos à implantação da ditadura de viés comunista. Já os grupos de esquerda, como o CGT, expressavam desconfiança quanto às intenções de Goulart, pois entenderam que as medidas de exceção poderiam ser utilizadas contra os sindicatos e os movimentos sociais.

²⁶⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1963, p. 6.

O posicionamento do *Correio da Manhã* era o reflexo das reações contrárias que a sociedade como um todo expressava quanto à declaração do estado de exceção. Para o jornal carioca, não havia justificativas de uma medida de emergência reprimir provocações irresponsáveis. Segundo o periódico:

“Ante essa ameaça de desordem geral, pede-se o estado de sítio, para montar um dispositivo militar. A verdade, porém, é que somente um dispositivo de segurança econômica financeira permitirá a reorganização completa da vida brasileira. (...) A solução é esta: reestruturar a ordem econômica e social do país, através das reformas, e deter o paroxismo inflacionário e cambial. Para isso, não precisamos cercear as liberdades. Precisamos cercear a irresponsabilidade.”²⁶¹

Percebe-se que o matutino carioca considerou desnecessária a medida de exceção para rechaçar as declarações de Lacerda. O jornal defende uma medida de emergência, mas não para o governador da Guanabara, e sim para a desordem econômica e financeira permanente no país. Enfim, a tônica de todos os males do Brasil naquele contexto, segundo o periódico, chamava-se crise econômica. Para debelá-la, o caminho era a execução das reformas.

Em meio a forte oposição que o governo enfrentava, Goulart aceitou o pedido e o encaminhou ao Congresso Nacional. Entretanto, a reação do *Correio da Manhã* foi contundente e bastante crítica com relação a postura do governo. Em editorial de primeira página intitulado “Carta marcada”, o diário carioca expressou da seguinte forma a ação governamental:

“O País está contra a carta-branca que o Governo reclama sob a capa de um estado de sítio, não justificado e injustificável. (...) Diz o Art. 206 da Carta Magna que o Congresso só poderá decretar o estado de sítio em caso “de comoção intestina grave ou de fatos que evidenciem estar a mesma a irromper” ou quando em face de “guerra externa”. Não há guerra externa, não há comoção intestina grave. (...) O perigo estará nas greves? Mas graves muito vastas têm existido sem necessidade de recurso ao estado de sítio. (...) Onde está, pois, o perigo? Virá da entrevista irresponsável do governo da Guanabara e do palavratório do governador de São Paulo? Mas que governo é este que se abala com entrevistas? (...) Estará, finalmente, a ameaça no desassossego revelado na tropa, ou em certos setores dela? Mas, para isso, há a autoridade militar e existem o RISG, o RDE e o Código Penal Militar. O País não quer a supressão das liberdades. O que deseja e reclama é que o Governo apresente uma face visível, que defina sua política até agora indecifrável, que seja o centro do Poder e não o desagregador do Poder. A carta-branca que ora se pede ao Congresso é

²⁶¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1963, p. 6.

uma carta marcada com que se procura abrir o caminho para a tutela sobre a Nação.”²⁶²

De certo, a solicitação do pedido do estado de sítio pelo presidente reascendeu o “fantasma” do golpe de 1937, quando Vargas decretou o Estado Novo para resolver os sucessivos impasses políticos e econômicos. Naquela altura dos acontecimentos, qualquer atitude ou gesto, sobretudo vindo do governo, era o suficiente para fomentar o clima de desconfiança que já pairava sobre Goulart. Os críticos liberais e conservadores alimentaram a ideia de que o presidente buscava fortalecer sua liderança entre os setores populares no intuito de criar bases de apoio para um eventual regime autoritário. Embora crítico em relação a atitude do governo, o *Correio da Manhã* não se utilizou desses argumentos, pois se alimentasse esses “fantasmas”, poderia estimular ainda mais o grau de polarização e radicalização política. No entanto, é importante assinalar que o jornal encaminhou o debate, intervindo no rumo dos acontecimentos e influenciando a tomada de decisão de outros atores políticos ou instituições a se posicionarem contra a adoção de uma medida de exceção solicitada pelo governo.

Percebendo que os partidos políticos, incluindo o PTB, não apoiariam seu pedido de estado de sítio, Goulart recuou, retirando o projeto. Ele saiu muito enfraquecido politicamente daquela crise. Praticamente ficou isolado. Repudiado pelas esquerdas e sofrendo com a conspiração das direitas que estava em curso, cada vez mais atuantes no processo de convencimento de setores civis e militares, como os oficiais legalistas e nacionalistas, a credibilidade de Goulart tornava-se delicada a cada dia que se passava.

Para agravar a situação, a imprensa, de modo geral, foi alterando suas posições, principalmente a partir do levante militar de Brasília.²⁶³ Ainda em outubro de 1963, logo após o presidente ter solicitado o estado de sítio, foi criada a *Rede da Democracia* por Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon, ambos os donos, respectivamente, dos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Jornal* no sentido de se articularem para unificar discursos e críticas ao governo.²⁶⁴ Em São Paulo, no mesmo mês, nasceu o jornal *Notícias Populares*, periódico idealizado pelo jornalista romeno conhecido pelo nome de Jean Mellé e patrocinado por Herbert Levy, um dos mais

²⁶² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1963, p. 1.

²⁶³ ABREU, Alzira Alves de. “1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Op. cit. p. 117.

²⁶⁴ CARVALHO, Aloysio Castelo de. Op. cit.

proeminentes membros do empresariado paulista e presidente nacional da UDN, principal partido de oposição ao presidente Goulart.²⁶⁵

Com relação ao *Correio da Manhã*, a tomada de inflexão sobre o governo pairou com o episódio do pedido do estado de sítio. Entretanto, é importante observar o trecho do editorial abaixo produzido pelos articulistas do jornal carioca logo após a recusa da medida de exceção pelo Congresso Nacional:

“O Governo enviou à Câmara dos Deputados, que a aprovou por unanimidade, mensagem solicitando a retirada do projeto de lei para instituir no País o estado de sítio. (...) A crise em face do pedido do estado de sítio foi um breve parêntese numa crise maior, mais profunda, de alcance econômico, financeiro e social. Encerrando-o, não demos um passo à frente, senão ficamos na estaca zero, à espera de que o Governo usando sem abusar dos imensos poderes que lhes confere o regime presidencialista, elabore um plano, um programa, ao menos um esquema para resolver os problemas da inflação, do endividamento externo, do desenvolvimento econômico. Que o elabore e o ponha em prática. É isso que a Nação espera. E se assim agir não lhe faltarão o aplauso e a solidariedade do povo. Se agir assim, as forças políticas e econômicas não lhe regatearão ajuda. E os conspiradores se afogarão nas próprias águas revoltas em que navegam.”²⁶⁶

Apesar da campanha e das contundentes críticas do jornal contra a decisão governamental de solicitar o pedido do estado de sítio, ação considerada como um atentado à legalidade constitucional, o *Correio da Manhã* não mergulhou nas “águas revoltas” da radicalização ao entoar discursos severos contra o governo. O periódico não abriu mão da cobrança, mas continuou a dar votos de confiança desde que não cometesse abusos dos poderes constitucionais e coloque o quanto antes um plano em execução para repelir a grave crise econômica que insiste em atormentar os brasileiros e instigar outras de variadas naturezas.

Reformas sim, radicalismo não

O segundo semestre de 1963 aproximava-se do fim marcado por graves crises de natureza militar e política com repercussões negativas para o governo Goulart. Aliada ao levante militar em Brasília e ao pedido do estado de sítio, o país mergulhava no

²⁶⁵ Cf. CESTARI, Larissa Rael. *A conquista do povo: Notícias Populares e a oposição ao governo João Goulart*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais. FGV, 2013.

²⁶⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1963, p. 6.

processo de ondas grevistas, reflexo da elevação acelerada da inflação. Os conflitos sociais não se restringiam apenas às cidades, mas se estendiam aos campos também com invasões de terras. O cenário estava cada vez mais polarizado e radicalizado. Diante dessa conjuntura, Goulart não contava com muitas condições de governabilidade, sendo hostilizado pelas forças políticas da direita e isolado pelas esquerdas por insistir em manter a estratégia considerada por esses grupos como política de “conciliação” com a direita, leia PSD.

Contudo, no campo da imprensa, o jornal *Correio da Manhã* comportava-se como porta-voz da moderação. Embora tenha combatido com vigor o pedido do estado de sítio do presidente, o periódico rechaçou atitudes e discursos de teor radical, defendeu o diálogo entre os todos agentes políticos, mas não se esqueceu de cobrar do governo medidas de exceção para solucionar a mais grave das crises: econômico-financeira. A avaliação do diário carioca após a crise política que envolveu a entrevista de Carlos Lacerda e a solicitação da medida de exceção era a seguinte:

“A crise política passou. Fracassada a tentativa de impor ao país o regime de exceção do estado de sítio, voltamos à situação normal. Mas seria necessário colocar esse adjetivo *normal* entre aspas. Pois na verdade, a situação real não poderia ser mais anormal do que já é. (...) Continuando a crise financeira, a crise econômica e a crise social, não poderá deixar de voltar a crise política. Na verdade, já voltou, embora de modo menos ostensivo: as conspirações da direita e da esquerda também continuam. (...) Preferiríamos, agora, um programa mais modesto: um programa de prioridades para os problemas mais urgentes e sua solução a curto prazo; e, além disso, a abertura de caminho para um entendimento com o Congresso, para salvar o que se possa salvar das reformas de base. (...) No fundo, só isto importa. Não importa se os executores seriam ministros novos ou os velhos, estes ou outros. Importa que o governo comece, enfim, a trabalhar.”²⁶⁷

Em meio a um ambiente de crescente radicalização em que alguns grupos de oposição ao governo de matriz ideológica de direita já conspiravam abertamente, embora seus argumentos ainda não encontrassem ressonância, o jornal carioca insistia na defesa das reformas de base como forma de contornar a crise financeira e social para evitar novas crises políticas. Cobrava do governo para executar medidas para solucionar os problemas vitais do país.

²⁶⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1963, p. 6.

Todavia, o cenário político já estava tomado por um processo de condensação de várias correntes e entidades de oposição ao governo que se formou antes e, sobretudo, durante a gestão presidencial de Goulart, cuja composição contava com grupos empresariais, fazendeiros, setores expressivos dos segmentos médios e populares, entre outros. Neste conjunto heterogêneo, formou-se uma mobilização anticomunista que contribuiu para estimular o ambiente de radicalização e polarização ideológica, preparando terreno para desgastar gradativamente o governo e instabilizar a arena política.²⁶⁸

A mobilização anticomunista envolveu desde os meios parlamentares até as donas de casa dos segmentos médios da sociedade brasileira. Dentre eles, merece destacar o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), grupo criado em fins dos anos 1950 com a participação de empresários, militares, deputados, governos estaduais e de grande parte da classe média.²⁶⁹ O IBAD, no entanto, conseguiu notoriedade durante a presidência de Goulart, especialmente, durante a campanha eleitoral de 1962 quando financiou candidatos, associações e organizações ideologicamente compatíveis. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) nasceu já durante o governo Goulart, em novembro de 1961, e teve papel estratégico de mobilizar o maior conjunto de setores econômicos para desagregar as bases de apoio nas quais o governo se ancorava.²⁷⁰ No entanto, na avaliação de René Dreifuss, o IPES e o IBAD ficaram conhecidos no sentido de coordenar suas ações para mobilizar as forças políticas de centro-direita contra o governo reformista de Goulart e a esquerda trabalhista, tornando-se instrumento de ação política, ideológica e militar.²⁷¹ O IPES, por exemplo, transitou em importantes veículos de comunicação como os *Diários Associados* (rede de jornais, rádio e televisão de Assis Chateaubriand); *Folha de São Paulo* (grupo de Octávio Frias); *Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde* (do grupo Mesquita); *O Globo* (de Roberto Marinho); *Tribuna da Imprensa*; e *Notícias Populares*.²⁷²

Entre as mobilizações das classes médias, destacaram-se as entidades femininas, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), formada basicamente por mulheres dos segmentos médios, cuja bandeira tinha o lema da defesa da família, da religião e da propriedade, mobilizadas nas “marchas da Família com Deus pela

²⁶⁸ MOTTA, Rodrigo. Op. cit.

²⁶⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 102.

²⁷⁰ Idem, pp. 179-180.

²⁷¹ Idem, p. 164.

²⁷² Idem, p. 233.

Liberdade”.²⁷³ Embora o ataque da Camde ao presidente tenha se efetuado com mais virulência às vésperas do golpe, a entidade feminina configurou-se como importante ponta de lança para desgastar a gestão de Goulart no plano simbólico. Em seus discursos anticomunistas, elas se apresentavam pela defesa da família, da religião e da pátria, instituições ameaçadas pela “infiltração comunista” no governo e no país como um todo.²⁷⁴

Desse modo, enquanto havia grupos da extrema direita e anticomunistas produzindo discursos que provocavam a instabilidade no cenário político, instigando e criando ambiente propício para a radicalização política, o jornal *Correio da Manhã* defendia a tese de que os problemas do país repousavam na crise econômica e financeira e que a solução era a execução das reformas de base, remédio para tranquilizar a inquietação social, política e militar. Com efeito, a campanha articulada pelo IPES e pelo IBAD, reunindo empresários, grupos políticos e militares de direita, para conspirar contra o governo tornava-se cada vez mais ofensiva. Em fins de 1963, Carlos Lacerda e Ademar de Barros eram considerados os baluartes de uma reação violenta contra Goulart, inclusive fazendo declarações no intuito de fazer campanha para o impeachment do presidente. Com relação a esses acontecimentos, o *Correio da Manhã* chegou a considerá-los como “inimigos do Brasil”,²⁷⁵ pois suas atitudes só incendiavam os ânimos e causavam a intranquilidade na sociedade. A respeito da conjuntura e dos dois políticos, o jornal avaliou da seguinte maneira:

“Há um ano insistimos na dupla tarefa que o Brasil enfrenta: fazer as reformas de base e solucionar a crise econômico-financeira atual. Fazer a reforma estrutural do país e solucionar a crise conjuntural do país. Nada disso foi possível realizar. As reformas de base encontram a resistência tenaz daqueles que se dizem conservadores, mas apenas são reacionários. Também conseguiram sabotar a solução da crise conjuntural pelo Plano Trienal, que foi desvirtuado e, enfim, abandonado. Pedimos, com insistência, a coordenação de todos os esforços. Em vez de coordenação dos esforços, houve a desintegração das forças. (...) Dois grupos de inimigos enfrenta o país neste momento. De um lado, a grave crise. Do outro lado, os agitadores que caluniam o país no estrangeiro, com entrevistas antipatrióticas, e agitadores, que pretendem fazer a guerra ao governo com ameaças pueris. (...) Dizíamos certa vez, em um dos nossos

²⁷³ Cf. CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Sobre o tema, ver também: PRESOT, Aline. “Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 71-96.

²⁷⁴ CORDEIRO, Janaina Martins. Op. cit., p. 106.

²⁷⁵ Título do editorial do *Correio da Manhã* no dia 27 de outubro de 1963.

editoriais aqui publicados, que o nordeste vive sob o regime de duas ameaças permanentes: a falta de chuvas e a decorrente inquietação social. (...) Mas os srs. Carlos Lacerda e Ademar de Barros resolveram inventá-la e explorá-la demagogicamente. Com eles tornou-se impossível o diálogo. Mas esse diálogo é necessário entre todos os responsáveis – governo, classes produtoras, sindicatos, o povo. Diálogo que é perfeitamente capaz de esclarecer a situação. Ela não é irremediável.”²⁷⁶

Nota-se que o tom em relação a Carlos Lacerda e Ademar de Barros é severo, levando a crer que o jornal havia sido contaminado pelo clima de radicalização. No entanto, embora os chame de agitadores, demagogos e inimigos do país, que só contribuem para fazer guerra psicológica e acentuar a insegurança e inquietação social, o *Correio da Manhã* defende o diálogo entre todos os agentes políticos, mesmo ressaltando que não seria tarefa fácil com os dois políticos. A observação do jornal nos leva a crer que apesar de um ambiente permeado pela atmosfera radicalizada e polarizada, havia margens de negociação entre governo e as forças políticas de centro para se avançar nas discussões em torno da execução das reformas de base. Nem tudo estava perdido.

Desse modo, o tom de cobrança sobre todas as lideranças políticas, sobretudo do presidente, só aumentava no decorrer do final de 1963. O jornal noticiava da seguinte forma o que teria sido aquele e qual seria o caminho para encontrar a paz social e econômica:

“Dentro de nove semanas estará encerrado o ano. (...) O ano que seria o das reformas de base e o ano em que as indispensáveis modificações da estrutura econômica e social do país foram aproveitadas para servir de temas de demagogia da Esquerda e da Direita. Teria sido o ano em que os dirigentes do país corresponderiam aos desejos manifestados pelo povo no plebiscito de janeiro, no sentido de reorganizar a vida política e administrativa do país. Mas tem sido o ano da balbúrdia das providências governamentais não ficou atrás da vergonhosa polêmica entre as autoridades federais e estaduais. (...) Já não se pode perder nem sequer uma hora discutindo atentados fracassados ou fantasiosos, pretextos para justificar intervenções ou *impeachment* antiintervencionistas. O presidente da República, os ministros, os congressistas, os governadores, os dirigentes partidários, os líderes das classes produtoras e dos sindicatos, enfim, todos os grupos dirigentes da nação enfrentam um dilema: ou deixar de lado suas divergências, de qualquer natureza, para concertar medidas que contornem a ação corrosiva da hiperinflação, agravada pelo retrocesso econômico; ou então, deixarão de ser grupos dirigentes. Continuamos acreditando na capacidade de recuperação nacional. Ainda há trabalho, ainda

²⁷⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1963, p. 6.

reina a ordem, ainda há paz. É o mérito do povo. Basta o governo seguir esse exemplo.²⁷⁷

Percebe-se que o tom do artigo é quase um chamado para que houvesse uma união nacional para debelar a crise econômica vigente. Os articulistas do texto comportaram-se como orientadores dos caminhos que os dirigentes da nação deveriam seguir para contornar os males que afligiam o conjunto da população já desgastada pela elevação do custo de vida, alta dos preços, desabastecimento e racionamento de luz e água. Nesse sentido, o jornal carioca agiu como um agente social que buscou intervir no processo político para sinalizar qual diretriz tomar, evidenciando que defendia uma ação conjunta entre todos os segmentos da sociedade para enfrentar aquele momento delicado. No entanto, nenhum esboço de união fora realizado. Pelo contrário, a radicalização política eleva-se e fornecia terreno fértil para os conspiradores civis e militares, embora ainda não tivessem unidos, já delineavam uma intensa campanha para insuflar o temor anticomunista e desestabilizar o governo.

Enquanto a tensão política subia em ritmos preocupantes para a governabilidade de Goulart, as greves continuavam sua escalada desenfreada. Em contrapartida, o presidente enfrentava oposição dos grupos à direita do espectro político e também das esquerdas, que criticavam a “moderação” e a “conciliação” de Goulart frente aos políticos conservadores. O ano de 1963 fechava-se com o descontrole da inflação, com dissensões entre os vários grupos políticos, tanto das esquerdas quanto das direitas. O clima de instabilidade e de incertezas contribuía para que a imprensa internacional produzisse informações interpretando que o Brasil estava à beira da revolução comunista motivada por Jango. Na avaliação do jornal norte-americano *Wall Street Journal*, o país estava prestes a passar por uma revolução em que todos desejavam, desde o presidente da República até o último sargento das Forças Armadas.²⁷⁸ O periódico norte-americano destacou que o processo revolucionário só ainda não havia sido detonado em função das principais forças políticas atuantes desejarem medidas que estavam em desencontro com estado de coisas vigente. Ninguém pretendia a revolução, segundo o *Wall Street Journal*, cada um desejava levar o Brasil para um destino diferente daquele preconizado pelas forças revolucionárias. Uma clara alusão aos políticos da UDN e do PSD. Essa avaliação, por sinal, não ajudava em nada o governo

²⁷⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1963, p. 6.

²⁷⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1963, p. 1.

brasileiro angariar novos empréstimos e negociar sua dívida externa, principalmente com os Estados Unidos.

Entre vivos e mortos, o ano de 1963 chegava ao seu fim. O saldo para o governo Goulart não era positivo, apesar de algumas realizações importantes sob sua administração como a criação da Eletrobrás; o incentivo a Companhia do Vale do Rio Doce a construir o porto de Tubarão, para escoamento de minério e ferro; a inauguração de três grandes usinas (Usiminas, Cosipa e Ferro e Aços de Vitória); e autorização da Petrobras distribuir a granel os derivados de petróleo.²⁷⁹ Contudo, as greves continuavam e atingiam praticamente todos os setores da produção e as diversas categorias profissionais como reflexos do alto custo de vida, perdas salariais, alta dos preços e desabastecimento. Os conflitos no campo acentuavam-se de forma acelerada. Enfim, as sucessivas paralisações dos trabalhadores e as invasões de terras configuravam-se como desdobramentos da crise social.

No último dia de 1963, a avaliação do *Correio da Manhã* reproduzia em tons nada animadores as perspectivas para o ano novo que pedia passagem. Para agravar o cenário, a principal pasta ministerial do governo de combate à crise econômica ficara sem seu titular em função do pedido de demissão do ministro da Fazenda Carvalho Pinto, político notabilizado em São Paulo por recuperar a economia daquele estado quando Jânio Quadros era o governador.²⁸⁰ Carvalho Pinto era homem de grande prestígio entre o empresariado paulista. Com sua saída do governo, Goulart perdeu um importante interlocutor com os industriais de São Paulo. Recusando-se a adotar certas medidas exigidas pelas esquerdas, principalmente pela FMP, CGT, UNE, entre outros grupos, Carvalho Pinto renunciou ao cargo no dia 20 de dezembro. Repercutindo a conjuntura do final de 1963, o jornal *Correio da Manhã* divulgou o seguinte:

“1963, que hoje à meia-noite acaba, foi um ano de perdas. Sentiremos ainda por muito tempo a ausência de homens que nos guiaram e nos quais estavam personificadas nossas esperanças para o futuro. (...) A vida também continua no Brasil. Mas como! Com falta de luz, água, energia, carne, transportes e açúcar. Se 1963 foi para o mundo, um ano de perdas, para o Brasil foi um ano de perdas e danos. Dos responsáveis – ou irresponsáveis – pelo governo do país e do Estado, ninguém poderá escapar à censura. Na esfera federal, não se realizaram as reformas de base. A culpa é, igualmente, do presidente da República, que não soube agir como as condições exigiam; do Congresso, que não quer reconhecer os sinais do tempo; dos partidos políticos, que sempre puseram os seus interesses

²⁷⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit., pp. 239-240.

²⁸⁰ VICTOR, Mario. Op. cit., p. 464.

partidários acima dos interesses nacionais. A culpa é, sobretudo, do Executivo pela inflação que toma proporções assustadoras. (...) É triste o balanço, temos de elogiar os mortos e censurar os vivos. (...) Os governantes fracassaram. A nação continua trabalhando. Trabalhou em 1963, trabalhará em 1964, com, sem ou apesar da omissão dos responsáveis.”²⁸¹

O último editorial do diário carioca continuou explorando o tema da crise econômica e financeira que provocava perdas e danos ao conjunto da sociedade brasileira. Na interpretação do *Correio da Manhã*, a não realização das reformas de base, programa vital para debelar a desordem econômica e repelir qualquer crise de natureza política e social, tinha como responsável o presidente, porém não omitia o fato de que parlamentares e os partidos políticos também eram responsáveis pela conjuntura vigente. Notadamente, na avaliação do periódico, grupos, facções e frações no interior dos partidos contribuíam para a adoção de um comportamento inflexível que, em último caso, gerava impasses e divergências em torno de políticas públicas importantes à redução das desigualdades sociais e disparidades regionais, obstáculos ao desenvolvimento do país. Nesse sentido, é importante assinalar uma observação: o diagnóstico levantado pelo *Correio da Manhã* para explicar o caos econômico, social e político era praticamente o mesmo explorado por outros veículos de comunicação. Fatores como a inflação descontrolada, a sucessão de greves, agitações sociais, indisciplina nas Forças Armadas, entre outros, eram denunciados por grande parte da imprensa no final de 1963. No entanto, o que diferenciava as publicações do *Correio da Manhã* com os demais é que o matutino carioca não atribuía apenas a imagem de Goulart como único responsável pela crise econômica, embora ele fosse acusado de ter importância central nos problemas que o país atravessava.²⁸² Os demais agentes da arena política também possuíam suas parcelas de culpa pela conjuntura delicada em que o país atravessa até então. Isso não significa afirmar que o diário carioca estivesse ao lado do governo. Apesar de revelar duras críticas às forças políticas e, especialmente, ao governo, o *Correio da Manhã* ainda mostrava sinais de confiança e otimismo para que dias melhores pudessem aparecer no horizonte de 1964. A manutenção da democracia representativa dependia, essencialmente, da implantação das reformas de base.

²⁸¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1963, p. 6.

²⁸² O *Jornal do Brasil*, como avaliou Aloysio Castelo de Carvalho, em fins de outubro de 1963, publicava editoriais em que o responsável pelo caos somente a figura do presidente Goulart, como no editorial intitulado “Resistência”, em que a culpa de todos os males recaía sobre o chefe do Executivo. Ver: CARVALHO, Aloysio de Castelo. Op. cit., p. 97.

Por fim, outro dado merece atenção, embora sua exploração não caiba no final deste capítulo. Ao destacar no editorial “ausência de homens que nos guiaram e nos quais estavam personificadas nossas esperanças para o futuro”, o periódico referia-se ao Papa João XXIII, fonte de inspiração e pregação reformista na Igreja Católica, falecido em julho; e ao presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, assassinado em novembro. Entretanto, a outra personalidade ausente e sentida era a de Paulo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*. Paulo Bittencourt esteve à frente do jornal desde 1929, quando seu pai, Edmundo Bittencourt, o passou a direção e a propriedade.²⁸³ Paulo Bittencourt ficou conhecido como sofisticado cidadão do mundo devido às suas longas temporadas no exterior. No entanto, seu falecimento em agosto de 1963, em Estocolmo, na Suécia, abriu uma disputa pela posse e direção do jornal entre sua segunda esposa, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, e sua filha, Sybil Bittencourt, do primeiro casamento com Silvia de Arruda Botelho. A contestação da herança por parte de Sybil chegou ao Supremo Tribunal Federal que ratificou o direito sobre o jornal para Niomar.²⁸⁴ De acordo com depoimentos de jornalistas que trabalharam no periódico em meio ao conflito judicial, a gestão de Niomar Bittencourt fora marcada pela oposição cerrada ao presidente João Goulart.

Até que ponto a nova direção do jornal sob o comando de Niomar Moniz Bittencourt contribuiu para uma guinada de oposição severa contra o governo, sobretudo nos seus momentos finais? Quem foram os jornalistas que fizeram parte da linha editorial do *Correio da Manhã* em março de 1964? Quais motivos os levaram a publicar editoriais tão ofensivos ao presidente da República no final daquele mês? Estas e outras questões farão parte do último capítulo deste trabalho.

²⁸³ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Op. cit.

²⁸⁴ Idem, p. 70.

Capítulo 5 – *Correio da Manhã*: da legalidade ao golpe

Ano novo e velhos desafios: San Tiago Dantas e a Frente Progressista

O ano de 1963 terminou com perspectivas muito preocupantes para a governabilidade de João Goulart. A economia continuou em forte crise, com estagnação do nível de atividade, acelerada deterioração das contas públicas e descontrole da inflação. Pela primeira vez desde a década de 1940, houve queda significativa da renda per capita na ordem de 2,4%.²⁸⁵ Os reflexos do desempenho ruim no campo econômico eram sentidos no cenário político cada vez mais polarizado e radicalizado. Criticado pelas esquerdas, principalmente pelas alas mais radicalizadas, e alvo de pedidos de *impeachment* pelos políticos de oposição, com destaques para os governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, e Ademar de Barros, de São Paulo, o presidente iniciou seu governo em 1964 muito pressionado.

Para agravar a situação, o governo já não encontrava respaldo nas páginas dos principais jornais da imprensa brasileira, transformados naquele ambiente polarizado em adversários políticos dos caminhos projetados por Goulart para realizar as reformas de base. O ano novo evidenciava que a maior parte da imprensa brasileira, com raras exceções, como o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, se posicionava contra o governo. No que diz respeito ao *Correio da Manhã*, seu papel não fora diferente, embora não buscasse difundir em suas páginas palavras de ordem para intranquilizar a arena política. Entretanto, colunistas e articulistas do diário carioca através dos seus textos já demonstravam pouca paciência com o governo na medida em que soluções para contornar a grave crise econômica e a execução das reformas. Esse parece ter sido o caminho do jornalista Anderson Magalhães quando destacou:

“Do ponto de vista nacional, não há dúvidas que o ano findo foi dos mais terríveis; muito pior, porém, segundo todas as probabilidades, será o que se inicia, pois os problemas em equação só tendem a se agravar sem nenhuma solução à vista. (...) Observa-se, desse modo, que as perspectivas não são nada agradáveis. O discurso presidencial foi seco, não oferecendo esperanças de melhores dias. Vamos prosseguir, portanto, nessa mesma inquietude, vida cada vez mais cara, inflação aumentando, greves pipocando aqui, ali e acolá, a fome rondando as nossas portas e o emaranhado político sem saída. Antes de fazer a

²⁸⁵ ABREU, Marcelo. “O processo econômico”. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). Op. cit., p. 180.

reforma do Ministério, esperada após as festas dos Reis Magos, o Doutor Goulart, o “pivot” dos acontecimentos, estará às voltas com o caso, por ele mesmo criado, das desapropriações de terras às margens das rodovias, ferrovias e nas cercanias dos açudes públicos. (...) Temos aí a primeira crise a desbordar da área governamental. O presidente parece disposto a deixar de mão o Congresso, e providenciar as “reformas de base” por sua própria conta e risco. (...) Se o presidente da República arriscar-se a baixar o decreto conforme a proposta da SUPRA, não faltará quem considere esse ato ditatorial.”²⁸⁶

O tom pessimista do jornalista Anderson Magalhães em relação ao início de 1964 tornou-se mais revelador à proposta de desapropriação de João Pinheiro Neto, presidente da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), apresentado a Jango ainda em fins de 1963. De acordo com o decreto da SUPRA, como ficou conhecido, a desapropriação de terras dispensava a aprovação do Congresso Nacional de emenda constitucional. A iniciativa de Pinheiro Neto assustou tanto os setores mais conservadores do espectro político quanto os latifundiários e associações rurais, assim como o próprio jornal carioca. Embora o *Correio da Manhã* sempre tenha demonstrado ser favorável à reforma agrária, considerada como instrumento social importante para obstruir os entraves que impediam o desenvolvimento da economia nacional, além de combater as mazelas, como a exploração dos grandes proprietários sobre os trabalhadores rurais, o periódico não abria mão que as diretrizes dessa reforma não poderiam ferir a legalidade.

É importante assinalar que o decreto da SUPRA se constituiu como estratégia de Jango para se aproximar das esquerdas com um conjunto de medidas nacionalistas e reformistas. O estabelecimento do monopólio da importação de petróleo e seus derivados pela Petrobras também fazia parte do programa das esquerdas. Em janeiro de 1964, o presidente da República estreitou ainda mais os laços entre o chefe do Executivo com as esquerdas com a assinatura de outra medida defendida pelas entidades: a regulamentação final da Lei de Remessa de Lucros para o exterior, anteriormente aprovada pelo Congresso Nacional.²⁸⁷ Contudo, esse conjunto de eventos contribuiu, de certa maneira, para que os grupos de direita disseminassem discursos anticomunistas, bem como acentuou o distanciamento dos setores mais conservadores, principalmente aqueles ligados ao PSD e da própria imprensa brasileira, com o governo. Quanto ao *Correio da Manhã*, embora não tenha contribuído para disseminar a histeria

²⁸⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1964, p. 2.

²⁸⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 226.

anticomunista, tampouco intranquilizar o cenário político, não compartilhava do caminho escolhido por Jango rumo às reformas de base, apesar de defendê-las em suas páginas constantemente.

Em meio às iniciativas do governo para implementar as reformas, as posições só tenderam a se radicalizar. Acompanhando os fatos, o jornal *Correio da Manhã* denunciava o clima hostil à legalidade no estado da Guanabara onde seu governador, Carlos Lacerda, adotava medidas repressoras para punir aqueles considerados simpatizantes das ideias comunistas. No editorial intitulado “Terrorismo policial”, o diário carioca avaliou da seguinte forma os dias que precediam os dias festivos do carnaval:

“A grande ideia política do sr. Carlos Lacerda foi esta: dividir a Nação em dois campos. De um lado, os democratas. De outro lado, os comunistas. Com simplismo desconcertante afirmou: - são democratas todos os meus amigos e adeptos, e todos os outros são comunistas. Mas, como o sr. Lacerda bem sabe, as ideias tem sua vida própria. O Poder das Ideias é capaz de funcionar contra quem as inventou. Agruparam-se contra ele todos os democratas, e reúnem-se contra a democracia todos os que seguem o governador antidemocrata. É hoje o líder de todas as atividades antidemocráticas no Brasil. (...) Prender gente na rua é o começo. Depois, os terroristas invadirão os bares, os cafés, os escritores. Ninguém terá a certeza se pode chegar, de noite, em casa. Acabarão invadindo as casas e apartamentos residenciais. Chegou o momento da advertência. O povo não pode aceitar o terrorismo policial. O governo estadual é responsável por este terrorismo e por todas as suas consequências.”²⁸⁸

Percebe-se que o texto ilustra bem a atmosfera tomada por um ambiente polarizado na Guanabara no mês de fevereiro de 1964. Carlos Lacerda era notadamente o alvo de críticas feitas pelo jornal carioca, considerado um dos principais responsáveis pela inquietação política e também pelos seus atos antidemocráticos interpretados pelo periódico como “terrorismo policial”. A postura de Lacerda denunciada pelo *Correio da Manhã* denota que setores da direita, sobretudo aqueles influenciados pelo governador da Guanabara, rumavam, em uma última instância, para a ruptura institucional. O grau de conspiração elevou-se à medida que os dias se passavam, e percebendo o desenrolar dos fatos, o jornal carioca evidenciava um tom preocupante em seus editoriais quanto ao curso que o processo político tomava.

²⁸⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1964, p. 6.

Todavia, em um crescente contexto de hostilidade dos grupos de direita e das esquerdas radicalizadas contra o governo, surgiu a ideia de formar uma coalizão de centro-esquerda. Tratava-se da Frente Progressista, iniciativa defendida pelo deputado trabalhista San Tiago Dantas, cujo raciocínio era garantir a governabilidade de Goulart e criar condições de diálogo entre governo e o Congresso Nacional para aprovar as reformas de base.²⁸⁹ Preocupado com o crescimento do movimento conspiratório de direita contra o governo e da radicalização de setores da esquerda, chamados por San Tiago Dantas de “esquerdas negativas”, ele foi o principal articulador da Frente Progressista, instrumento político para reagrupar as forças políticas de centro e esquerda no sentido de tirar o presidente do seu isolamento e reverter a escalada da radicalização do processo político e garantir a manutenção da ordem democrática e aprovar as reformas de base.

Para isso, San Tiago Dantas propôs a formação da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base. Ela seria formada pelo PSD, o PTB janguista, partidos menores de centro, o PCB, o grupo político de Miguel Arraes e o movimento sindical dissidente do CGT. A frente de centro-esquerda daria maioria parlamentar a Goulart para aprovar as reformas de base e isolaria os radicais de direita e esquerda – principalmente Carlos Lacerda e Leonel Brizola. Ainda retiraria da extrema-direita os argumentos anticomunistas. Brizola percebeu o risco de isolamento político e reagiu propondo a formação da Frente Única de Esquerda.

Com efeito, desde o início, a Frente Progressista encontrou resistência entre as esquerdas, principalmente organizações e partidos reunidos em torno da Frente de Mobilização Popular (FMP) e de boa parte da imprensa, particularmente o *Correio da Manhã*. As motivações de oposição à Frente idealizada por San Tiago Dantas foram de natureza diversa, contribuindo, de certa forma, para deixar ainda mais dramático o quadro político meses antes do golpe.

A concretização do ideal de Dantas materializado na Frente Progressista encontrou resistência contundente entre os grupos da esquerda, sobretudo da FMP que nutria já algum tempo profundas desconfianças quanto às intenções de Goulart levar adiante uma política de esquerda. O presidente era constantemente criticado por defender a estratégia de coligação com o PSD como meio encaminhar de forma negociada as reformas no Congresso. Desse modo, a condição imposta pela FMP para

²⁸⁹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit., pp. 143-144.

colaborar com a Frente Progressista era realizar mudanças imediatas nas políticas econômica e externa, descartando a política “conciliatória” de Jango tecer alianças com os pessedistas e desprezar o Congresso Nacional. Por sinal, essa postura era sustentada pelo grupo liderado pelo deputado petebista Leonel Brizola, que continuava insistindo na estratégia do confronto, ou seja, pressionar o Congresso e o presidente para a realização imediata das reformas de base, sobretudo a agrária. A estratégia da FMP era a luta extraparlamentar com a adoção da ação direta através de comícios, manifestações, passeatas e greves, dirigindo seus esforços exclusivamente em direção à mobilização popular.²⁹⁰

A formação da Frente Progressista encontrou fortes resistências entre grupos e lideranças das esquerdas. Havia, ainda, outro complicador. Embora houvesse setores pessedistas que defendessem a coalizão de centro-esquerda em razão de influência política nas decisões governamentais e até mesmo de interesse no apoio do PTB à possível candidatura de Juscelino Kubitschek nas eleições de 1965, os setores mais conservadores do PSD eram contrários a determinadas medidas defendidas pelo programa da Frente Progressista como a modificação na estrutura agrária e a legalização do PCB.²⁹¹ É importante mencionar que muitos pessedistas possuíam desconfianças nas intenções de Goulart com relação à reforma constitucional para realizar a reforma agrária. Naquela altura, em meio a boatos e especulações, a opinião difundida entre os políticos do partido era que a emenda constitucional poderia ser utilizada como instrumento para promover outras reformas além da agrária.²⁹²

Diante às inúmeras dificuldades da Frente Progressista lograr sucesso, frustrando a estratégia de San Tiago Dantas de aglutinar correntes moderadas de esquerda, ou “esquerda positiva”, PSD, PTB e outros partidos, formando uma frente de unidade para executar um programa reformista dentro das regras democráticas,²⁹³ o jornal *Correio da Manhã* também foi um dos agentes políticos a engrossar a lista daqueles que faziam oposição. No entanto, seu descontentamento com a Frente não estava relacionado com questões ideológicas ou partidárias, mas pela imprecisão de algumas medidas contidas no programa consideradas pelo diário como “demagógicas”. Neste sentido, o periódico interpretava que:

²⁹⁰ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 233.

²⁹¹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit., p. 163.

²⁹² Idem, p. 164.

²⁹³ MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64: Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 182.

“O programa da Frente Única de Apoio às Reformas de Base, tal como está atualmente redigido, consiste numa série de reivindicações sem indicação dos meios para realizá-las e sem estudo das consequências. É, nesse sentido, um documento vago. Não pode deixar de ser, quando se pretende reunir numa frente única uma massa heterogênea de grupos, da ala reformista do PSD até a cúpula do PCB. Heterogêneas também são, portanto, as reivindicações. Há, no documento, certos itens cuja realização é urgente; outros, cuja realização poderia ser adiada; mais outras, apenas aceitáveis; e, enfim, itens de natureza demagógica que têm de ser rejeitados. Para começar com um ponto inteiramente positivo: no interesse da paz social e da ordem pública é preciso substituir o decreto ditatorial n° 9070 por uma lei regulamentando o artigo 158 da Constituição, referente ao direito de greve, mas não por uma lei inócua e vazia que não resolva o problema. (...) Há outros itens a que só podemos opor um *não* decidido: as medidas de desapropriação imediata de terras, pois já nos pronunciamos contra o decreto da SUPRA; ou então, a encampação das refinarias particulares, exigência de caráter demagógico. (...) Quanto à reforma agrária, na base de reforma constitucional só se poderia aceitar emendas constitucionais, muito menos recomendáveis. (...) O direito do voto dos analfabetos é outra medida – só realizável mediante emenda constitucional. (...) Ora, os analfabetos não são representados nas Assembleias, mas pagam os mais pesados impostos de todos, os indiretos. Mas o documento da Frente Única de Apoio às Reformas de Base parece querer excluir os analfabetos justamente das eleições proporcionais, reivindicando o voto deles só para as eleições majoritárias: presidente e vice-presidente da República e governadores: isto é, eleições em que a participação dos analfabetos se transformaria em aclamação. É uma forma disfarçada para estabelecer uma espécie de cesarismo plebiscitário. O documento parece uma colcha de retalhos, tornando inaceitável grande parte dele pelo seu aspecto demagógico. Também será outro documento que não passará de um documento.”²⁹⁴

A análise do matutino carioca acerca da Frente Progressista e do seu programa não fora de entusiasmo. Embora reconhecesse que determinadas demandas sociais eram importantes e urgentes, como a reforma agrária e a extensão do direito de voto aos analfabetos, o *Correio da Manhã* mostrou-se reticente à estratégia de San Tiago Dantas. O jornal carioca avaliou de forma positiva a revogação do decreto n° 9070, que regulamentava o direito de greve, reivindicação inclusive do PCB. É importante frisar que o periódico não só defendia as greves como instrumentos de luta como considerava um ato de maturidade dos trabalhadores, repudiando com vigor toda e qualquer ação de repressão policial contra o direito do trabalhador brasileiro de reivindicar melhores salários diante à escalada da inflação e o aumento do custo de vida. Não casualmente, nas ondas grevistas de setembro de 1963, o periódico noticiava esse processo como

²⁹⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1964, p. 6.

desdobramentos da crise econômico-financeira e não como avanço do comunismo nas entidades sindicais, tampouco com uma possível ameaça de implantação de uma República de viés sindicalista, argumento muito difundido entre os grupos anticomunistas.

Contudo, os itens que mereceram uma avaliação cautelosa de oposição do *Correio da Manhã* foram os que se referiram à reforma agrária e à extensão do direito de voto aos analfabetos. Com relação à reforma agrária, considerada a mais polêmica naquele contexto, o diário carioca já havia demonstrado profundo descontentamento quanto ao decreto da SUPRA por achá-lo um instrumento governamental que não exigia ação legislativa para executar aquela reforma, um verdadeiro atentado aos princípios legais tão defendidos pelo jornal. A questão central não era a mudança na estrutura fundiária, mas o modo como o governo propôs modificá-la. Não se pode perder de vista que o *Correio da Manhã* constantemente defendera em suas páginas a reforma agrária, inclusive com a alteração do artigo 141 da Constituição para permitir que as terras desapropriadas fossem indenizadas em títulos da dívida pública. Mesmo contrário a mudanças na Magna Carta, o jornal carioca considerava a alteração importante em função do alcance social. No entanto, só aceitava emendar a Constituição desde que não deixasse brechas para futuras ameaças à manutenção da democracia representativa.

Quanto à extensão do voto aos analfabetos, a principal crítica passava pela questão do direito de votar nas eleições proporcionais, ou seja, na escolha de parlamentares para representá-los nas Assembleias estaduais e no Congresso Nacional. Na concepção do jornal, a emenda à Constituição proposta pelo programa da Frente não estava muito clara quanto a essa cláusula, deixando margens para diferentes interpretações, o que poderia causar no futuro problemas e impasses políticos. Para o *Correio da Manhã*, a extensão do direito de voto aos analfabetos só privilegiava as chamadas eleições majoritárias.

Os esforços de San Tiago Dantas de preservar o regime democrático e realizar as reformas de base dentro da legalidade em um cenário bastante polarizado e com os ânimos de diversos grupos políticos à direita e à esquerda radicalizados, não logrou êxito. A oposição da FMP e a adesão de Miguel Arraes e do apoio oficial do PCB, por meio de nota de Luiz Carlos Prestes, à Frente Única de esquerda proposta por Leonel Brizola, inviabilizaram a formação da Frente Progressista como solução negociada para a crise política, econômica e social.

Quanto ao *Correio da Manhã*, embora defendesse alternativas legalistas para resolver a crise que ameaçava a manutenção da democracia representativa, não respaldou a Frente de San Tiago, principalmente por avaliar algumas medidas imprecisas e de caráter “demagógico”. Embora não tenha sido motivo fundamental para o jornal apoiar todo o conjunto de propostas da Frente Progressista, é importante mencionar que a figura de Dantas fora muito combatida anteriormente pelo *Correio da Manhã*, seja por não ter alcançado resultados concretos enquanto ministro das Relações Exteriores, com a política externa independente, seja por ser considerado como um dos principais responsáveis pelo fracasso do Plano Trienal quando ocupou a pasta ministerial da Fazenda. Entretanto, tudo indica que o programa da frente parlamentar defendido por San Tiago para conduzir as reformas de base não encontrou adeptos na redação do *Correio da Manhã*, como sugere a coluna do jornalista Anderson Magalhães, principalmente pela imprecisão e teor de algumas medidas. Desse modo, Anderson Magalhães avaliou:

“Agora, encarregado pelo Doutor Goulart, quer salvar a República. Nesse sentido apresentou plano, que diz ter sido aprovado por diversos partidos, estabelecendo frente única de apoio às reformas de base e de sustentação ao governo, o qual o governo o recebeu com agrado, evitando-o às agremiações políticas para execução. Sugere várias emendas à Constituição a saber: concedendo direito de voto aos analfabetos; elegibilidade para os praças de pré, sargentos, soldados e marinheiros; abolição da vitaliciedade de caráter e alterações nos artigos 141 e 147 para o efeito de desobrigar o pagamento em dia das desapropriações de terras. Não fala dos dispositivos sobre inelegibilidade, mas isso pode estar incluído na expressão “sem prejuízo de outras reivindicações específicas” que se lê no documento. A publicidade dessa matéria no período carnavalesco parece inadequado, maldade quem sabe do próprio San Tiago, mas não há dúvida que vai dar muito o que falar. Assinalará, pelo menos, a primeira crise do ano.”²⁹⁵

Contudo, em meio aos impasses políticos envolvendo a Frente Progressista antes e durante os dias de Carnaval, o jornal carioca, em tom de quarta-feira de cinzas, analisou da seguinte forma, em editorial intitulado “Omissão”, a gestão de Goulart até aquele momento:

“Saímos de uma pausa política. Mais uma, das muitas em que tem vivido o País. O governo do sr. João Goulart se tem caracterizado por um sentido de marasmo,

²⁹⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1964, p. 2.

de ausência sistemática, interrompido esporadicamente por atos menores ou, apenas, pela promessa de grandes medidas. Natal, Ano Bom, Carnaval tudo isso se justifica a abstenção ou, pelo menos, serve de pretexto para o imobilismo. Uma espécie de festival constante que mais se assemelha a fim de festa. (...) Há uma inflação em ritmo crescente que corrói o valor da moeda, impossibilita quaisquer cálculos de custo e anula os salários, levando o povo a um nível de vida insuportável. Defendeu com razão o governo que seria impossível estancar de súbito a inflação, sem comprometer no mesmo passo o desenvolvimento. Para controlá-la e diminuí-la aos poucos criou-se um plano trienal, que foi apresentado como verdadeira plataforma de recuperação nacional. Foi arquivado sem explicações. (...) No tocante às reformas de base, o governo só as invoca em termos de agitação. Em poucas semanas, a minuta da SUPRA levou ao desassossego a todo o meio rural. Jogou uns contra os outros, os que possuem terras e os que não as possuem. Não era o caminho indicado para quem quer de fato a reforma agrária. Mas uma forma demagógica de focalizar o problema com consequências imprevisíveis. (...) Para março já começa a ronda de boatos. Vem aí a Semana Santa, outro período de pausa, dos muitos que têm paralisado o País. Mas é tempo de começar o trabalho. Antes restam vinte e poucos meses para fazer alguma coisa.”²⁹⁶

O jornal estabeleceu oposição mais contundente contra o governo, particularmente por não encontrar saídas para debelar a principal crise na sua avaliação: a crise econômica. Esta, na concepção do *Correio da Manhã*, continuava sendo a matriz das crises social e política. No entanto, ao se referir a Goulart, o apontou como ausente nas decisões importantes para o país como a execução das reformas de base, invocadas pelo governo apenas em “termos de agitação”, uma referência clara ao decreto SUPRA, medida interpretada pelo periódico que não apenas causou insatisfação dos políticos conservadores e o aguçamento das lutas sociais entre trabalhadores rurais e fazendeiros, bem como alimentou o radicalismo e os discursos anticomunistas das direitas, sobretudo os setores mais radicais, contra o próprio governo.

No entanto, deve-se ressaltar que apesar da oposição ao governo, sobretudo por seus atos considerados perigosos para a estabilidade da democracia representativa e também pela não realização das reformas, o diário carioca manteve sua orientação legalista que o caracterizou ao longo de sua existência, sobretudo na conjuntura do início dos anos 1960, condenando grupos políticos que, à direita e à esquerda, buscavam resolver os impasses políticos para além do Congresso Nacional, contribuindo gradativamente para minar a ordem constitucional. Como demonstração da sua

²⁹⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1964, p. 6.

coerência, o *Correio da Manhã* avaliou do seguinte modo como esses grupos empregavam ou se reportavam ao termo *democracia* naquele contexto:

“Por outro lado, verificamos, com pesar que a palavra Democracia também serve de pretexto para uma série de manobras, muitas vezes contra a própria democracia. Justamente a chamada vigilância em torno das instituições já degenerou em ameaça permanente a elas brincado-se com veleidades golpistas e cultivando-se com ternura o golpismo da Esquerda para justificar o golpismo da Direita. Quem leva a sério a defesa da legalidade, tem de opor-se com decisão igual à mística pseudo-sindicalista e à mística pseudo-moralista, que são hoje dois grandes perigos à liberdade no Brasil. Esses ataques à legalidade ainda encontram adeptos, porque o governo federal não é capaz de assumir a liderança verdadeira e politicamente imparcial do movimento reformista. Do lado da Esquerda, pretende-se impor as reformas, se necessário pela força física, sem consideração da legalidade. Do lado da Direita, pretende-se impedir as reformas, se necessário pela quebra da legalidade. Uns e outros não parecem saber o que está em jogo; o que têm a perder se conseguirem realizar seus projetos extremistas. Como saída, não apregoaremos uma posição de centro, mais cômoda do que viável. A fórmula definitiva talvez seja esta: realizar as reformas necessárias para tomar desnecessárias a defesa da legalidade, que sairá das reformas fortalecidas.”²⁹⁷

A observação do matutino com a preservação da ordem democrática justificava-se em função de que no começo de 1964, já havia sinais de que a crise política em curso caminhava para ser resolvida pela via do confronto e não pela negociação. Os responsáveis pelo clima de instabilidade foram apontados pelo *Correio da Manhã*. Entre eles estavam a esquerda revolucionária e a direita ultraradical, ambos examinados pelo matutino como colaboradores, cada uma ao seu modo, para impor ou impedir seus “projetos extremistas”, sem dimensionar o que estava em jogo: a legalidade. O governo, por sua vez, não escapou do julgamento feito pelo jornal.

No que diz respeito ao campo da esquerda, a menção do diário carioca estava claramente relacionada ao comportamento das esquerdas radicalizadas, principalmente os setores liderados pelo deputado Leonel Brizola, que no início de 1964 já haviam adotado soluções e táticas políticas extra-parlamentar. A estratégia era a ação direta com comícios, greves e passeatas. A ala mais radical do PTB, parte dos sindicalistas, os camponeses reunidos nas ligas, o movimento estudantil e as organizações dos subalternos das Forças Armadas desprezavam a estratégia política de Goulart, considerada como “conciliatória”, de buscar alianças com os pessedistas para compor

²⁹⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1964, p. 6.

maioria no Congresso Nacional e aprovar as reformas de forma negociada, como também não acreditavam no Legislativo como *locus* para resolver impasses e divergências políticas. Acreditavam somente na “política do confronto” como caminho possível para obter resultados promissores tanto para os trabalhadores quanto à implementação das reformas de base.²⁹⁸ O slogan desses grupos para “impor as reformas, se necessário pela força física, sem consideração da legalidade” girava em torno das “reformas na lei ou na marra”.

Quanto à direita radical, o jornal carioca referiu-se, sobretudo, aos políticos da UDN, notadamente Carlos Lacerda, denunciado constantemente pelos seus atos antidemocráticos na Guanabara, e Bilac Pinto, então presidente do partido. Ele destacou-se na ocasião denunciando a “guerra revolucionária” promovida pelas esquerdas em vários pronunciamentos entre janeiro e fevereiro de 1964.²⁹⁹

Por último, porém, não menos importante, estava o governo avaliado pelo *Correio da Manhã* como o responsável direto pelo quadro de ataques à legalidade. O periódico não poupou Jango de críticas por não assumir liderança política de aproximação com o centro político, especialmente com o PSD, e se afastar definitivamente das esquerdas, sobretudo aqueles grupos cuja influência de Brizola era mais intensa.

Enfim, diante das facções radicais que dificultavam acordos políticos e contribuía para a instabilidade institucional, o *Correio da Manhã* continuava favorável à realização das reformas como instrumento necessário para fortalecer o que mais o periódico defendia: a manutenção da democracia liberal. Nesse sentido, a distinção entre o *Correio da Manhã* e os demais órgãos da imprensa liberal brasileira era sua inquietação em preservar a legalidade, destacando-se como um dos poucos jornais não contaminados pela atmosfera polarizada e radicalizada predominante nos primeiros meses de 1964.

Com efeito, até às vésperas do golpe, particularmente até o Comício da Central, a postura do *Correio da Manhã* em relação ao governo era de oposição e cobrança para executar as reformas de base e garantir as instituições democráticas, posicionamento, portanto, coerente com a sua diretriz liberal, ou seja, opondo-se a qualquer tipo de

²⁹⁸ FERREIRA, Jorge. “Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular”. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). Op. cit., p. 573.

²⁹⁹ BENEVIDES, Maria Victoria. Op. cit., p. 124.

ameaça às liberdades civis, políticas e de pensamento, entre outras.³⁰⁰ Entretanto, foi nos momentos finais do governo Goulart que o diário carioca evidenciou comportamento curioso quanto ao que mais defendeu: a legalidade. O que explicaria o “desvio” de rota do *Correio da Manhã* em relação à sua maior frente de batalha na conjuntura dos anos 1960?

A repercussão do comício da Central na redação do *Correio da Manhã*

O mês de março de 1964 revelou-se um período em que a radicalização política atingiu níveis preocupantes para a manutenção da ordem democrática. Enquanto o cenário econômico-financeiro se deteriorava com o aumento acelerado do custo de vida e o desabastecimento de mercadorias, reflexos do descontrole da inflação, o campo político era marcado pelo embate entre os grupos políticos antagônicos: direita e esquerda. No entanto, naquele mês a polarização não se restringia mais aos gabinetes civis, já havia se disseminado também nos recintos da caserna.

Com o agravamento da crise social e política, as denúncias de “guerra revolucionária” de Bilac Pinto reverberaram entre os conservadores. Um bom indício da intensa politização entre os militares, particularmente entre a alta oficialidade do Exército às vésperas do golpe, foi analisada pelo *Correio da Manhã*. Em texto intitulado “Clube”, alusão ao Clube Militar, o matutino carioca manifestou-se da seguinte forma à corrida eleitoral daquela instituição:

“Preparam-se as eleições para o Clube Militar. Como acontece sempre, os mais interessados nesse pleito não são os próprios militares, mas os políticos civis. Presta-se muita atenção à candidatura, para a Presidência do Clube, do comandante do IV Exército, que encabeçaria uma chapa de plataforma anticomunista. O Clube Militar é, por definição e pelos seus estatutos, uma associação apolítica, dedicada a fins profissionais, culturais e recreativos. Como é possível, então, que os pleitos para a eleição da diretoria dessa associação se inspirou em lemas de cunho fortemente político? Não pretendemos dar peso excessivo a essa dúvida. O País está muito politizado. Transgressões dos estatutos, nesse sentido, também se observam em todos os sindicatos, nas associações comerciais, nas federações de toda espécie, etc., para não falar das organizações dos trabalhadores (CGT, PUA) e da Federações Rurais que a toda hora intervém diretamente na política. Só se deseja maior clareza e maior sinceridade das definições. Pois ninguém ignora o que significa a emancipação econômica do País para muitos adeptos dela. E não se ignora o que está

³⁰⁰ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 89.

entrincheirado atrás do lema do anticomunismo. Mas esses segundos-pensamentos são, propriamente, inadmissíveis nas eleições do Clube Militar. (...) A história do Clube Militar é muito acidentada. Um plebiscito, dentro dele, pró ou contra o governo, acrescentaria mais um acidente, que só poderia prejudicar a própria associação.³⁰¹

A preocupação do jornal carioca com as eleições para a escolha do próximo presidente do Clube Militar, em meio às incertezas e dúvidas que cercavam o mês de março de 1964, estava relacionada à intensa disputa entre as correntes anticomunistas e nacionalistas, o que poderia se aproveitada pelos grupos políticos da direita e da esquerda para fomentar a radicalização já em curso. É importante destacar que entre 1962 e 1964, a presidência do clube foi ocupada pelo marechal Augusto da Cunha Magessi Pereira, personagem que compunha com os setores militares e civis na conspiração ativa contra o presidente João Goulart.³⁰² No entanto, como analisou João Roberto Martins Filho, o campo conservador militar também se encontrava dividido entre o setor mais militante e ativo da oficialidade e aquele identificado com a Escola Superior de Guerra e com o próprio golpe, unificados nos momentos mais críticos devido ao seu anticomunismo e antinacionalismo.³⁰³ Desse modo, compreende-se o tom de preocupação do jornal carioca com o grau de politização permeado em todos os setores da sociedade brasileira, especialmente no interior do Exército e entre os oficiais, visto que a movimentação dos militares anticomunistas poderia não só aguçar a própria instituição como os setores civis adeptos dessa ideologia. O equilíbrio tão difundido pelo *Correio da Manhã* estava prestes a se romper em face ao ambiente cada vez mais inflamado pelas retóricas radicalizadas pelos atores políticos, seja no meio civil ou militar. Para o jornal carioca, a tarefa primordial das Forças Armadas era não se envolver em assuntos políticos, mas defender a Constituição e as leis.

Com efeito, diante um quadro de impasses, divergências e indecisões no tocante à execução das reformas de base, como a divisão no interior das Forças Armadas, Goulart resolveu esboçar uma ofensiva, disposto a deslocar o peso das decisões para a praça pública. A decisão do presidente fez parte do processo de adesão de Jango à chamada Frente Única de Esquerda sugerida por Brizola, descartando de vez a Frente

³⁰¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de março de 1964, p. 6.

³⁰² Cf. LAMARÃO, Sérgio; MONTALVÃO, Sérgio. Clube Militar. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

³⁰³ FILHO, João Roberto Martins. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (orgs.). Op. cit., p. 121.

Progressista proposta por San Tiago Dantas. Depois de vários meses de impasses, o presidente partiu para a ofensiva em direção à implementação das mudanças estruturais para o país, disposto, inclusive, a liderar um conjunto de grandes comícios nas cidades de Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e São Paulo para aumentar a pressão pelas reformas.³⁰⁴ O primeiro desses eventos seria no Rio de Janeiro para demonstrar publicamente a aliança do presidente com as principais organizações das esquerdas, a FMP, o CGT, o PCB e o grupo político de Miguel Arraes, constituindo um novo governo, exclusivo das esquerdas.³⁰⁵

Todavia, o primeiro e único comício foi realizado apenas no Rio de Janeiro, no dia 13 de março, na Central do Brasil. O anúncio do evento, por sua vez, causou tensão entre os conservadores, expectativas para os grupos reformistas, nacionalistas e para o país como um todo. Naquele momento qualquer atitude ou gesto era suficiente para exaltar os ânimos no campo político. O ambiente já se encontrava tomado por suspeitas e acusações, além de boatos sobre golpes de direita ou de esquerda. No entanto, apesar das duras críticas que vinha fazendo contra Goulart, o comício era esperado pelo *Correio da Manhã* como o momento em que o governo definiria o seu caminho quanto à execução das reformas e à manutenção para assegurar a democracia. Pela manhã daquele dia, a edição do jornal que circulou manifestava o seguinte em seu editorial intitulado “O comício”:

“Uma expectativa tensa caracteriza hoje, nesta sexta-feira 13, o País. Há um comício, em que participará o presidente da República. E este comício foi, artificialmente, transformado em centro político de uma nação de 70 milhões de habitantes. Nesta altura dos acontecimentos, ele é um teste para sabermos se existirá clima para o trabalho tranquilo ou se, por duros caminhos, teremos que conquistar primeiro a tranquilidade, para poder executar o trabalho. Constitui verdadeiro absurdo que, em pleno regime democrático, um comício possa provocar o pânico. Criou-se, porém, no País a expectativa angustiada de uma explosão social. Não se sabe como será. E, desde que o comício é o primeiro acontecimento que surge, a imaginação popular concentrou-se em seu desfecho. (...) Fala-se em golpe, em revolução e em guerra civil. Nada disso acontecerá. Ainda estamos livres do trágico. (...) Quem pode destruir as instituições? Esses grupos de camponeses que invadem terras e logo são forçados a recuar? Os sindicatos rurais ainda em formação? As milícias de fazendeiros? Os líderes sindicais mais afoitos? Evidentemente que não. Só as Forças Armadas poderiam mudar o regime. Poderiam em tese, mas de fato, não podem. Na verdade, as Forças Armadas estão em condições de restabelecer a ordem em qualquer recanto do País. O levante frustrado dos sargentos de Brasília deixou isso bem

³⁰⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Op. cit., p. 311.

³⁰⁵ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 239.

claro. Ninguém tem dúvida de que os comandantes militares que se atreverem a dar qualquer ordem no sentido de ferir a legalidade deixarão imediatamente de ser obedecidos. As últimas tentativas não dão margens a quaisquer dúvidas a esse respeito. (...) Há ainda a considerar o problema das reformas de base. Não podem ser adiadas. Não podem continuar servindo de pretexto para intimidações e manobras extremistas.”³⁰⁶

O editorial terminava repudiando soluções à esquerda e à direita:

“Entre o anti-reformismo generalizado do sr. Lacerda e o reformismo indefinido do sr. Brizola e Arraes não há diferença. Há a mesma deturpação tendente a criar o clima de agitações e temores artificiais hoje implantado no País. É pura farsa. O sr. João Goulart e o Congresso terão uma ótima oportunidade de não serem incluídos nessa farsa. Chegou o momento inadiável de definições. Mas de definições reais e não de definições demagógicas.”³⁰⁷

O teor do editorial revelou o momento de tensão que o país atravessava naquela altura dos acontecimentos. Entretanto, nota-se que o *Correio da Manhã* emitiu opinião otimista quanto à manutenção da legalidade, embora predominasse um clima de agitação social e política no mundo rural entre camponeses e proprietários destacados pelo jornal. O diário acreditava firmemente nos setores legalistas das Forças Armadas para assegurar a Constituição principalmente a partir do episódio da Revolta dos Sargentos, comprovando que qualquer tentativa militar de rompimento institucional seria sufocada. O *Correio da Manhã* mantinha convicção tanto na legalidade quanto no repúdio ao extremismo dos grupos políticos à direita e à esquerda, representados por lideranças como Carlos Lacerda, Leonel Brizola e Miguel Arraes no que diz respeito aos seus antagonismos na arena política, considerados pelo matutino como principais agentes fomentadores da radicalização.

Apesar do clima conturbado provocado pelo comício, o jornal carioca deixou evidente seu posicionamento favorável mais uma vez às reformas de base, repelindo manobras que a utilizassem como “pretexto para intimidações e manobras extremistas”. No entanto, cobrou do governo e do Congresso Nacional definições concretas para o cumprimento das reformas e da ordem democrática para afastar ameaças e boatos de golpe, revolução ou de guerra civil.

³⁰⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de março de 1964, p. 6.

³⁰⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de março de 1964, p. 6.

Com efeito, naquela sexta-feira 13, entre a praça Cristiano Ottoni e o Campo de Santana, trabalhadores, comunistas e sindicalistas erguiam cartazes e faixas com palavras de ordem como: “Manda brasa, Brizola!”; “Exigimos legalidade para o Partido Comunista!”; “Salve o Glorioso CGT!”; entre outras.³⁰⁸ Desse modo, a realização do comício transformou-se no que o *Correio da Manhã* mais temia: o centro político da nação. Pior, foi uma grande manifestação em que Goulart decidiu caminhar ao lado das esquerdas, dividindo seu palanque com lideranças como Leonel Brizola, Miguel Arraes, dirigentes sindicais, entre outros, figuras repudiadas pelo diário carioca. O presidente não apenas selou aliança do governo com o movimento sindical urbano, representado pelo CGT, com o PCB e com a FMP, entendendo-se com Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola e Miguel Arraes. Na avaliação de vários estudiosos, aquele evento foi a senha para a efetivação do golpe contra o presidente. Para Argelina Figueiredo, o comício da Central desencadeou forças à direita e à esquerda, cujos desdobramentos o governo não teve mais como controlar.³⁰⁹ Ao optar por governar exclusivamente com as esquerdas, Goulart abandonou sua estratégia de negociação com diversas forças políticas de esquerda e de centro, característica marcante na sua trajetória como político, e radicalizou suas decisões na defesa das reformas de base. Não casualmente, o PSD somente rompeu com o presidente no dia 10 de março, três antes do comício.

A repercussão do comício, sobretudo pelas medidas tomadas pelo presidente, foi recebida de forma negativa pelo *Correio da Manhã*, iniciando uma postura cada vez mais oposicionista contra o governo em função do modo como Goulart escolheu encaminhar as reformas. Desse modo, o comício foi noticiado pelo jornal carioca da seguinte forma:

“O sensacional acontecimento do dia de ontem não foi o espetáculo propriamente do comício; foi a assinatura de dois decretos da mais alta repercussão para o País. Dois decretos de natureza demagógica: o da SUPRA – embora atenuado – e o da encampação das refinarias do petróleo. E esses decretos não foram assinados no comício – mas já antes, no Palácio. Quanto ao comício em si não passou de uma exibição sem outra finalidade a não ser a de abrir a perspectiva para uma nova atuação governamental que deixa o país de sobreaviso. (...) O governo desgastado pela sua inércia de dois anos, procura recuperar-se, mas esta tentativa de recuperação constitui também uma velada ameaça às instituições em vigor. O sr. João Goulart, da praça pública, se propõe a lutar pela reforma da Constituição. Este é um direito que assiste a todo cidadão. Mas não se pode jamais admitir que ele tenha um caráter de pressão

³⁰⁸ VICTOR, Mario. Op. cit., p. 473.

³⁰⁹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit., p. 198.

sobre o Congresso sobretudo quando parte de um chefe de Governo. O Congresso será soberano para julgar os problemas das reformas de base e a elegibilidade dos analfabetos e dos sargentos sem necessidade de comícios oficiosos armados exclusivamente de uma guerra psicológica. Um dos efeitos sensíveis do comício foi a provocadora exibição de eloquência do sr. Leonel Brizola. Não esperávamos, de sua parte, outra coisa senão as costumeiras frases pseudo-revolucionárias. (...) Quanto às reformas de base, não deixaremos passar o ensejo de lembrar que este jornal foi o primeiro a proclamar-lhes a inadiável necessidade. É uma atitude que não podemos abandonar, mas afirmar com decisão cada vez maior. Com respeito à outra afirmação do presidente – sobre sua sucessão – só lamentamos que tenha sido necessário pronunciá-la. A lealdade absoluta do supremo magistrado da Nação à Constituição e às leis deveria ser tão evidente que não seria preciso repeti-la. (...) E acrescentamos o desejo de que o comício de ontem fique sendo o último dessa espécie. Pois o país precisa de trabalho e de segurança e não de comícios que só fazem contribuir para a intranquilidade geral.”³¹⁰

As medidas anunciadas pelo presidente durante o comício e chamadas de demagógicas pelo *Correio da Manhã* eram aquelas denunciadas pelo periódico anteriormente. Os decretos assinados por Goulart e destacados no editorial se referiam à nacionalização das quatro refinarias particulares de petróleo que deveriam pertencer à Petrobras; e a desapropriação de propriedades que ultrapassassem 100 hectares, localizadas numa faixa de 10 km à margem de rodovias e ferrovias federais, além das terras com mais de 30 hectares situadas nas zonas que constituíam bacias de irrigação de açudes públicos federais. E como havia uma cláusula constitucional que proibia a desapropriação de bens sem indenização em dinheiro, o presidente no comício anunciou a pretensão de também reformar a Constituição. Neste sentido, Goulart atendeu às demandas e os meios preconizados pelos setores mais radicalizados das esquerdas, contrariando os políticos conservadores e o próprio *Correio da Manhã*. Embora o jornal não fosse contrário à modificação na Carta Magna para viabilizar a reforma agrária, o jornal carioca sempre enfatizou o cuidado que deveria se ter para não abrir margens para outras medidas ameaçadoras à ordem democrática. No entanto, em meio às atitudes do presidente, o *Correio da Manhã* avaliou ser uma decisão intranquilizadora, visto que a repercussão do evento contribuía para exaltar e corroborar boatos de um golpe em andamento pelo governo para instalar uma ditadura.

A realização do comício da Central e as medidas anunciadas por Goulart como tentativa de mobilizar trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, militares subalternos a

³¹⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 de março de 1964, p. 6.

favor das reformas para unidos pressionar o Congresso no intuito de aprovar as medidas do governo teve o valor simbólico de unir conspiradores civis e militares, que desde o início de 1964 já mantinham contatos com setores conservadores políticos. Desse modo, o *Correio da Manhã* não perdeu tempo e tratou de responsabilizar o presidente por não tranquilizar os espíritos quando enviou mensagem ao Congresso Nacional dois dias depois do comício com propostas de alteração constitucional, estimulando medo e incertezas quanto à continuidade da democracia representativa, sobretudo no pedido para que o Poder Executivo assumisse também as prerrogativas do Poder Legislativo concedendo plenos poderes ao presidente da República. Nesse sentido, o diário carioca avaliou que:

“A mensagem do presidente da República ao Congresso merece e exige crítica construtiva, mas necessariamente severa: pois intranquiliza o país em vez de pacificá-lo. Para aquele fim de uma crítica severa mas construtiva, dividiremos em três grupos as leis que pede o presidente da República: medidas simplesmente legislativas; emendas à Constituição consideradas necessárias para a execução de parte daquelas medidas; e emendas que excedem esses fins, atingindo o próprio regime. Poderemos apoiar o primeiro grupo; e apoiar condicionamento o segundo. Mas o terceiro grupo merece, em nome do combate contra a radicalização do país, o repúdio mais decidido e a mais firme resistência. (...) Como medidas legislativas dignas de apoio consideremos as reformas de base, como objetos de legislação pelo Congresso. Não nos cansamos de lembrar que fomos os primeiros a sistematizar, em congresso celebrado em São Paulo, aquelas reformas, que continuamos considerando necessárias e inadiáveis. Em primeira linha: a reforma agrária. Podemos reconhecer a necessidade de emendar o § 16 do art. 141 da Constituição, para tornar viável a reforma agrária. (...) Mas trata-se, nesse caso, de uma emenda técnica da Constituição.”³¹¹

Diferente era a posição do jornal em relação à delegação de poderes:

“O que não acontece no caso do terceiro pedido do presidente da República. Pede o sr. João Goulart que se retire da Constituição o art. 36, § 2º, que veda a qualquer dos Poderes delegar atribuições a outro Poder. (...) A delegação de poderes é mesmo típica do regime parlamentarista: é dada ao Gabinete, saído do próprio Parlamento, mas não ao presidente da República. Mas delegar poderes ao chefe de um governo presidencialista, significaria abolir a independência dos poderes que, por sua vez, é típica do regime presidencialista. Como pode o sr. João Goulart pedir tanto? Assumiu o poder no regime parlamentarista, com atribuições diminuídas e com a delegação de poderes. Readquiriu, pelo plebiscito, o pleno uso das atribuições presidenciais, naturalmente sem a

³¹¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 de março de 1964, p. 6.

delegação de poderes. Mas delegação de poderes é mais que emenda da Constituição. É modificação do regime. Significaria a radicalização do país oficializada. Seria nada mais nada menos que, atrás de uma fachada constitucional, a ditadura.”³¹²

Como se vê, o jornal carioca continuou favorável às reformas, mas não aceitava em hipótese alguma que o presidente possuísse poderes excepcionais, assumindo as prerrogativas do Congresso Nacional. A mensagem presidencial enviada pelo governo aos congressistas solicitando alteração da Constituição nos pontos considerados indispensáveis à realização das reformas, como a supressão do artigo que impedia a desapropriação sem indenização prévia em dinheiro, além da revogação do dispositivo constitucional que impedia a delegação de atribuições entre os poderes da República, criando dúvidas quanto as intenções do presidente, o que implicava temor no interior da redação do *Correio da Manhã*. A conjugação dos fatos relacionados às pressões sobre o Congresso Nacional, associada à revisão constitucional e o apelo popular, via comícios, produziu sensação, entre liberais e conservadores, incluindo o jornal carioca, de que Goulart caminhava rumo ao regime autoritário. Na concepção liberal do *Correio da Manhã*, a decisão do presidente constituiu-se como um verdadeiro atentado à democracia representativa.

Contudo, é importante mencionar que mesmo no campo da oposição ao governo, o periódico não estimulou a histeria anticomunista, tampouco cogitou um pedido de *impeachment* do presidente como fazia personagens políticos, por exemplo, Carlos Lacerda ao conclamar a união de todos os governadores de estado para pedir o afastamento de Goulart.

A reação ao comício da Central também se difundiu entre os grupos femininos que não tardaram de se manifestar em praça pública sua insatisfação ao governo e o desejo de afastar do país as aspirações comunizantes das medidas anunciadas por Goulart no evento realizado na cidade do Rio de Janeiro. Como resposta às atitudes do presidente, organizações femininas conservadoras de São Paulo organizaram no dia 19 de março a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo aproximadamente 500 mil pessoas nas ruas da capital paulista. Era o aval de setores conservadores da sociedade para a intervenção dos militares na política.³¹³ No entanto, demonstrando

³¹² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 de março de 1964, p. 6.

³¹³ PRESSOT, Aline. “Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). Op. cit., p. 77.

preocupação com o curso e as implicações que os eventos realizados tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo poderiam desencadear, particularmente no sentido de estimular a polarização e a radicalização política, o *Correio da Manhã* avaliou da seguinte forma o cenário nacional:

“A hora é do gigantismo. O comício do dia 13, na Praça da República, foi gigantesca. A concentração na Praça da Sé, em São Paulo, foi gigantesca. Amanhã ou depois haverá reuniões gigantescas em Porto Alegre, em Recife, em Belo Horizonte ou em qualquer outra capital do Estado. Não duvidamos dos números. E julgamos estas concentrações uma demonstração importante de vitalidade do sistema democrático. Mas temos nossas dúvidas quanto às percentagens do eleitorado que participa deles. Há experiências decepcionantes de comícios pré-eleitorais nas diversas eleições do país. As urnas deverão decidir o nosso destino. E só elas. (...) O povo brasileiro sabe muito bem o que não deseja: nem golpe da direita, nem golpe da esquerda, nem guerra civil, nem ditadura, o que significa a perda das liberdades democráticas. O povo brasileiro deseja paz, trabalho em paz, reformas de base, a manutenção das instituições democráticas, que, de certo, defenderá com todas as forças. O povo brasileiro sabe que a tentativa da ditadura poderá degenerar em guerra civil. Quer a paz. Mas não a paz a qualquer preço. O preço que uma candidatura vitoriosa tem de pagar pela sua vitória são as reformas de base mais do que nunca indispensáveis ao país.”³¹⁴

A posição do jornal quanto aos eventos realizados na cidade do Rio de Janeiro e em São Paulo foram interpretados como amadurecimento da democracia brasileira, mas também como indícios, diante daquela conjuntura radicalizada e polarizada, de campanha plebiscitária a favor ou contra o governo. Na concepção do diário carioca, comícios e marchas não poderiam definir os rumos do país, tampouco ocupar o lugar das eleições. Por outro lado, o matutino sinalizou dado importante para compreendermos o posicionamento não só do *Correio da Manhã*, como de grande parte da sociedade brasileira quanto às ideologias predominantes no período e, principalmente, com relação ao governo e às reformas de base, especialmente a agrária. Neste sentido, as análises de Antonio Lavareda indicam que em pesquisas realizadas em março, portanto, compreendidas entre os eventos mencionados, que o eleitor brasileiro demonstrava preferência majoritária pela candidatura de Juscelino Kubistchek, do PSD, para as eleições de 1965.³¹⁵ Mesmo Carlos Lacerda, um dos principais políticos engajados na militância sistemática contra o governo, e melhor nome da UDN para

³¹⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de março de 196, p. 6.

³¹⁵ LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2012, p. 174.

disputar as eleições presidenciais, possuía chances diminutas em comparação ao candidato pessedista.³¹⁶ Por outro lado, boa parte do eleitorado do PTB, mesmo em meio à crise e à radicalização das principais elites políticas, e na impossibilidade das candidaturas de Brizola e Goulart, estava disposta a eleger Juscelino, reiterando a aliança partidária que deu estabilidade política ao país a partir de 1955.³¹⁷ O significado desse processo evidenciava que os entrevistados estavam situados no centro do espectro político e ideológico. Segundo Lavareda, a ordem decrescente que se distribuía entre a sociedade brasileira nos grandes centros urbanos era centro, direita e esquerda.³¹⁸

Quanto às reformas preconizadas, sobretudo, pelos grupos nacionalistas havia respaldo e apoio entre 72% dos eleitores nas principais capitais.³¹⁹ O apoio público também se estendeu à reforma agrária, inclusive quanto às declarações do presidente no comício do dia 13 de março em relação ao decreto da SUPRA. Os dados indicavam apoio em linhas gerais das reformas anunciadas pelo governo Goulart que, por sua vez, possuía simpatia e razoável credibilidade. Desse modo, percebemos que a sociedade brasileira, pelo menos sua grande parte, movia-se para o centro do espectro político, mas com inclinações reformistas. A constatação foi enfatizada pelo *Correio da Manhã*, o que implicava na manutenção da ordem democrática e da aprovação das reformas.

Com efeito, a partir do comício da Central, a frente de oposição ao governo galvanizou-se, e a tese sustentada pelos grupos políticos de direita que o país estava à beira da comunização, senão da implantação de uma República sindicalista, consolidou a mobilização anticomunista e anti-Goulart. O cerco fechava-se e qualquer gesto do governo em diante seria interpretado pela oposição e pelos conspiradores de plantão como provocação ao regime democrático. Goulart, embora sem jamais romper a legalidade, decidiu acelerar rumo às mudanças, o que de fato repercutiu de forma negativa entre setores liberais e conservadores, sobretudo no campo da imprensa e, especialmente, na redação do *Correio da Manhã*. No entanto, O *Correio da Manhã*, um dos jornais de posturas mais equilibradas naquela conjuntura, continuava repelindo em suas páginas os extremismos e acreditava que:

“As reformas são indispensáveis: mas o Congresso e os partidos políticos, sobretudo os partidos, têm de demonstrar a possibilidade de realizar de maneira

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Idem, p. 175.

³¹⁹ Idem.

constitucional e legal as reformas. E é justamente isso que o povo quer, quando os demagogos lhe concedem uma pausa para respirar. O povo é contra os golpes, sejam da direita ou da esquerda. É contra a mais remota possibilidade de guerra civil. O golpe e a guerra fratricida só interessam àqueles demagogos. (...) Contra suas promessas sedutoras e ilusórias, a necessidade de garantir ao povo o trabalho em paz e a segurança da vida. Uma imensa maioria do povo está com esses postulados. A legalidade vencerá.”³²⁰

Embora estivesse situado no campo da imprensa que fazia oposição ao governo, o diário carioca manteve-se fiel à sua diretriz legalista e, de certa forma, refletia e disseminava o espírito reformista de grande parte da sociedade brasileira revelado nas pesquisas de opinião realizadas em março de 1964. O jornal não poupou apenas o governo de suas baterias de críticas, cobrou igualmente do Congresso Nacional e, sobretudo, dos partidos políticos, estes mergulhados em impasses e divergências, esforços para “realizar de maneira constitucional e legal as reformas”. Entretanto, não houve pausa para o governo respirar e descansar dos impactos e repercussões do comício da Central. Durante a Semana Santa, um rastro de pólvora detonou mais uma nova crise de natureza militar, cujos desdobramentos fariam estremecer ainda mais a relação do *Correio da Manhã* com o governo, especialmente com a figura de João Goulart.

A indisciplina militar, a gota que faltava

Passados alguns dias do comício que sacudiu os ânimos dos conservadores e aguçou a radicalização dos grupos anticomunistas, um incidente de graves proporções potencializou as conspirações golpistas em curso contra o governo. Em virtude dos últimos fatos, as condições estavam postas e os principais atores do golpe esperavam apenas um pretexto para empurrar aqueles que ainda não tinham definido sua posição em direção ao rompimento institucional. A ocasião se apresentou durante a Semana Santa com a rebelião dos marinheiros, episódio considerado fundamental para que os militares legalistas cederam aos argumentos dos colegas conspiradores.

O fato ocorreu quando a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), organização afinada com as esquerdas, sobretudo a FMP, realizou na sede do Sindicato dos Metalúrgicos comemoração do seu segundo aniversário da

³²⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de março de 1964, p. 6.

Associação. Criada em 1962, a Associação de Marinheiros e Fuzileiros reivindicava melhorias para seus membros como o direito dos marinheiros se casarem, de se vestirem à paisana (trajes civis) fora do serviço, melhoria de salários, reconhecimento da entidade pela Marinha, entre outros.³²¹ A reação contra o evento não demorou e partiu do ministro da Marinha, Sílvio Mota, que ficara indignado com a participação de doze dirigentes da associação em reuniões políticas na sede do Sindicato dos Bancários dias antes.³²² Desse modo, o ministro da Marinha interveio com a proibição da comemoração, o que deixou os marujos com ânimos exaltados. No entanto, não só a reunião foi mantida para o dia 25 de março no Sindicato dos Metalúrgicos, como tomou contornos de rebelião, com constantes discursos inflamados, principalmente do presidente da Associação de Marinheiros e Fuzileiros, cabo Anselmo. Contagiados pelos calorosos discursos e até mesmo pela presença do lendário João Cândido, um dos líderes da Revolta da Chibata de 1910, os marinheiros e fuzileiros navais decidiram não acatar as ordens do ministro.³²³

Diante dos acontecimentos e da iminência de uma nova crise militar, a cobertura do jornal *Correio da Manhã* evidenciava o grau de radicalização dos marinheiros, cuja implicação se deslocava do campo político para o da indisciplina. Na edição que circulou pela manhã do dia 26 de março, o jornal carioca noticiava da seguinte forma a reunião dos marinheiros e fuzileiros navais na segunda página da seção do primeiro caderno:

“Foi agitada a sessão comemorativa do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, realizou ontem, à noite, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado da Guanabara. O marinheiro José Anselmo, presidente da Associação, fez violento discurso de crítica às instituições e defesa das reformas de base. Durante este discurso, o ministro da Marinha foi alvo de violentas manifestações hostis pela maioria dos presentes, enquanto uma pequena parte pedia silêncio.”³²⁴

³²¹ JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13: os últimos dias do governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964, pp. 77-78. A versão do texto que disponho foi obtida pelo site da Fundação Perseu Abramo, cujo endereço eletrônico acessado foi <http://200.169.97.238:81/uploadds/sextafeira13.pdf>.

³²² FIGUEIREDO, Wilson. “A margem esquerda”. In: DINES, Alberto et al. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964, p. 225.

³²³ PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Op. cit., p.226.

³²⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 de março de 1964, p. 2.

Apesar dos desdobramentos do evento, o jornal carioca não estampou manchetes na sua capa, tampouco propagou a notícia como um ato temerário tanto para o governo quanto à legalidade. Entretanto, a atitude do ministro Sílvio Mota quanto à realização da comemoração não foi de complacência, mas de reação contundente ao ordenar a invasão do sindicato para sufocar o motim, retirando os amotinados vivos ou mortos.³²⁵ O ministro só não contava com adesão de parte dos fuzileiros enviados para reprimir os colegas de farda. Um contingente de 30 fuzileiros atravessou o portão da sede do Sindicato dos Metalúrgicos e fez com que a expedição punitiva logo ficasse moralmente enfraquecida. Diante dos discursos de apoio ao governo e às reformas de base, a adesão de parte dos fuzileiros navais à revolta chegou a ser associada à versão brasileira do encouraçado *Potemkim*,³²⁶ enquanto outros compararam à Revolta da Chibata, já citada. Instalava-se mais uma grave crise em uma das áreas mais delicadas do governo: a militar. O impasse carecia de muita negociação por parte do presidente da República, que na ocasião voltou às pressas de São Borja, onde descansava com a família, para o estado da Guanabara. Goulart fora aconselhado pelos seus assessores sobre a questão da hierarquia e da disciplina, princípios que constituíam a espinha dorsal das Forças Armadas.

O governo mediou o conflito em meio à radicalização das partes envolvidas, o que deixou a alta oficialidade da Marinha indignada, principalmente quando o ministro Sílvio Mota, renunciou ao cargo. Para aumentar a carga de insatisfação e ira do oficialato, Goulart nomeou o almirante Paulo Márcio Rodrigues, militar conhecido por posicionamentos de esquerda, como o novo ministro da Marinha. Por ordem de Goulart, foram deslocados homens do 1º Batalhão de Guardas do Exército e, após negociações, os amotinados se entregaram a eles, evitando retaliações dos oficiais da Marinha. No entanto, o que gerou mais controvérsia e descontentamento entre a alta oficialidade da Armada na crise militar foi a anistia e a libertação dos envolvidos no levante, assim como a suspensão da ordem de prisão do vice-almirante Cândido da Costa Aragão, militar de esquerda e que havia sido afastado por Sílvio Mota do comando do corpo de fuzileiros.³²⁷ As ordens não partiram de Goulart, mas seu governo foi responsabilizado

³²⁵ NETTO, Araújo. “A paisagem”. In: DINES, Alberto et al. Op. cit., p. 52.

³²⁶ A revolta do encouraçado *Potemkim*, cuja tripulação insurgiu-se, a bordo, nas proximidades do porto russo de Odessa, contra maus tratos e má alimentação, fez parte do episódio da Revolução Russa de 1905.

³²⁷ CARLONI, Karla Guilherme. “A esquerda militar no Brasil (1955-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). Op. cit., p. 300.

pelo ato do ministro Paulo Márcio Rodrigues. Ou seja, pelo incentivo do governo pela quebra da hierarquia e da indisciplina.

O desfecho do episódio foi carregado de euforia pelos marinheiros rebelados que comemoraram sua vitória política nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro, carregando nos ombros o vice-almirante Cândido Aragão, oficial simpático à causa, conduzido novamente ao posto de comando do corpo de fuzileiros. Por sua vez, os oficiais da Marinha consideraram as atitudes daqueles militares como provocação e indisciplina, e não tardaram em responsabilizar o presidente João Goulart pela anistia dos revoltosos, pela substituição do ministro e pela não punição dos marinheiros e do vice-almirante Aragão.

Os desdobramentos da crise militar fizeram com que a imprensa do Rio de Janeiro acirrasse críticas severas contra o governo. No entanto, apesar de dar destaque da crise em primeira página, com a manchete “Crise militar reúne ministério”, o *Correio da Manhã* avaliou que o incidente deveria ser localizado e sufocado, pois eram inadmissíveis movimentos rebeldes e indisciplina no interior das Forças Armadas, tampouco medidas como estado de sítio ou contragolpes preventivos para solucionar o incidente. De acordo com o diário carioca:

“Registrou-se ontem um grave caso de indisciplina, senão de sublevação, na Marinha. A reação só pode e só deve ser esta: 1) A disciplina tem de ser restabelecida, com toda a energia; não se tolera absolutamente o menor movimento de sublevação nas Forças Armadas; 2) Esse restabelecimento da disciplina não pode ser difícil. Tratando-se da sublevação de um punhado de gente numa ação de 70 milhões de habitantes, isto limita a gravidade do caso. Não justifica o estado de sítio, que tão facilmente degeneraria em golpe contra as instituições, nem contragolpe preventivo dos que pretendem explorar o incidente. É preciso localizar esse incidente e limitá-lo às suas dimensões verdadeiras. Trata-se de um caso de hierarquia e de disciplina, que não deve generalizar-se. Em Brasília houve, um movimento sedicioso que foi sufocado sem que isso atingisse a vida constitucional do país. (...) O que importa ao povo é a inflação e o custo de vida: medidas imediatas, e as grandes reformas estruturais para garantir o futuro. O povo deseja melhores condições de vida num clima de liberdades, sem medidas opressoras que seriam as consequências inevitáveis de uma tentativa de estabelecer uma ditadura: o povo é contra o golpe. (...) Os homens públicos brasileiros sobre aqueles desejos do povo e sobre a impossibilidade de contrariá-los, atentando contra as instituições. Dos governadores dos Estados deseja-se que façam menos política eleitoral, dedicando-se mais à solução dos problemas administrativos. Do presidente da República deseja-se que cumpra com o seu dever, tranquilizando o país em vez de perturbá-lo, a fim de que termine o seu mandato dentro do regime legal. Enfim, o Congresso, alvo de acusações muitas vezes injustas ou excessivas, tem

ótima oportunidade para desmenti-las, assumindo a liderança que lhe compete em favor das reformas e da renovação que a Nação exige presentemente.”³²⁸

O diário carioca avaliava que o desfecho da crise militar deveria ser enérgico, em função da indisciplina dos revoltosos, porém, sem medidas arbitrárias que ameaçassem às instituições. Afinal, o diário remontava a revolta dos sargentos em Brasília como exemplo de sucesso do governo e das Forças Armadas para resolver aquela crise. No entanto, cobrava igualmente empenho dos homens públicos, governadores e congressistas para se dedicarem, cada um com suas atribuições, na condução de administrar e implementar as reformas, respectivamente. Recado implícito aos governadores Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Miguel Arraes. No que diz respeito ao presidente, a cobrança é para tranquilizar o cenário político para evitar o risco de não terminar seu mandato dentro do regime legal, pois tudo indica que o *Correio da Manhã* considerava que ultimamente Goulart estaria levando ao limite o equilíbrio das forças políticas no país com sua estratégia de aproximação com a esquerda, principalmente com os setores mais radicalizados.

Todavia, a atitude de Goulart de ceder aos revoltosos acabou convencendo muitos sobre o seu envolvimento com uma trama subversiva, o que provocou no interior das Forças Armadas um efeito devastador, principalmente após a demissão do ministro Sílvio Mota que pretendia punir a indisciplina. A repercussão da medida agravou a crise militar, pois os princípios do respeito à hierarquia e à disciplina, considerados elementos básicos da corporação para os militares, estavam se esfacelando. Nessa altura, mesmo os militares simpáticos às reformas de base e à legalidade começaram a aceitar os argumentos de uma intervenção contra o governo, visto que as instituições militares corriam um sério risco. A iniciativa governamental foi interpretada por parte dos oficiais como solidariedade de Goulart com os subalternos rebelados, subvertendo hierarquia e a indisciplina, bases da instituição militar.

Enquanto o cenário caminhava para a radicalização, o jornal *Correio da Manhã* buscava apaziguar os ânimos em seus editoriais, repudiando os extremismos daqueles que se aproveitavam para explorar a crise militar, cujos desdobramentos poderiam trazer danos sérios e imprevisíveis para o país. O diário carioca continuava defendendo a disciplina militar, mas recusando soluções de força e arbitrárias de punição aos militares revoltosos. No entanto, igualmente não aceitava atitudes de indisciplina no meio militar,

³²⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 de março de 1964, p. 6.

nem por parte dos subalternos, tampouco dos oficiais superiores. Desse modo, o *Correio da Manhã* encaminhava sua avaliação da seguinte maneira em meio às implicações da crise na Marinha:

“A crise – o que continua – só não degenerou em conflito de dimensões nacionais porque a indisciplina inicial está limitada a um pequeno grupo de rebeldes. Insistimos nesse fato da localização do conflito para opor-nos à exploração sensacionalista dos acontecimentos. Essa exploração seria capaz de prejudicar imensamente o país, paralisando o trabalho, destruindo o crédito e o prestígio do Brasil, enfim, produzindo as mais sérias consequências. (...) A indisciplina na Marinha de Guerra foi provocada, insistimos, por um pequeno grupo. Mas o incêndio é capaz, pelo jogo de ação e reação, de propagar-se, até um ponto em que já não adiantam notas oficiais tão inócuas como a que foi divulgada pelo Governo Federal. Se o Governo se revelar incapaz de restabelecer a disciplina – seja por fraqueza involuntária, seja por conveniência com os rebeldes, estaria largamente aberto o caminho para um conflito militar de consequências imprevisíveis. Acontece que o problema do Brasil atual não é ou não é só o de manter a ordem. A situação econômica, financeira e social do país não é tão normal que bastaria policiá-la. A inflação e a subida do custo de vida exigem medidas imediatas, técnicas, de política econômica e financeira. Por outro lado, a crise social exige a reforma agrária; e insistimos que só o Congresso pode dá-la. Uma ditadura, de quem quer que seja, não resolveria nenhum desses problemas. (...) Essa indisciplina oferece vários aspectos. Inicialmente temos de lamentar que houve duas indisciplinas militares: primeiro, a dos rebeldes, e segundo, a indisciplina daqueles que se revoltaram contra o novo ministro e lançaram, no Clube Naval, o manifesto em que acusam o governo de ter encoberto a indisciplina. (...) A falta de disciplina não se reprime por outra falta de disciplina. O único responsável pelo seu restabelecimento é o Governo. (...) O presidente da República, tem a obrigação de desmentir aquelas versões, declarar com inteira clareza o que pensa, o que deseja, o que pretende fazer: se defenderá a democracia, se ficará fiel à Constituição, como é de seu dever, se está a favor ou contra o povo. O sr. João Goulart também deve ter interesse em manter a disciplina no círculo dos seus auxiliares, para que as ondas da indisciplina não o devorem e para que não devorem o país.”³²⁹

Ficou nítida a preocupação do matutino carioca com o desenrolar da crise militar. No entanto, podemos avaliar que o jornal não poupou o governo da responsabilidade de solucionar não apenas a crise na Marinha, mas também a crise social e econômico-financeira que desgastava a sociedade brasileira com o descontrole da inflação e o aumento acelerado do custo de vida. Insistia nas reformas, sobretudo a agrária, porém, desde que fossem consentidas pelo Congresso Nacional. O *Correio da*

³²⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29 de março de 1964, p. 6.

Manhã, embora não compatibilizasse com a indisciplina militar, mais uma vez demonstrava que não concordava com medidas de força para reprimir rebeliões, muito menos manifestos, como fizera o almirantado da Marinha, exigindo do governo a prisão dos marujos revoltosos. Por outro lado, devido aos últimos acontecimentos, cobrava definições claras e objetivas de Goulart quanto à sua responsabilidade como chefe de Estado, pois seus gestos contribuía para o encadeamento de seguidas crises.

O *Correio da Manhã*, como a maior parte dos jornais da época, não apenas noticiava, registrava e demonstrava opinião dos fatos, mas intervinha e atuava politicamente naquela conjuntura. Entretanto, o diário carioca ainda não havia sido contaminado pela radicalização, embora mantivesse um posicionamento crítico quanto à gestão de Goulart e suas atitudes. É preciso destacar que mesmo no campo de oposição ao governo, não disseminava críticas pautadas em argumentos e retóricas anticomunistas, tampouco associava a imagem de Goulart a do líder revolucionário. O periódico rechaçava constantemente uma ideia muito defendida nos círculos políticos adversários de que o presidente se preparava para instaurar uma república sindicalista. Acima de tudo, até o episódio da rebelião dos marinheiros e fuzileiros navais, o jornal não cogitava a deposição de Goulart. Cobrava, por sua vez, definições do governo, o que poderia ser traduzido como um pedido para se afastar das esquerdas, assim como esclarecimentos mais contundentes quanto aos seus reais motivos para alterar a Constituição e delegar poderes sem o aval do Congresso Nacional.

O *Correio da Manhã* apesar de noticiar, registrar e influenciar via matérias em colunas ou editoriais, demonstração de sua atuação como agente político, sinalizava que ainda não tinha sido contaminado pela radicalização que tomara conta do país. Entretanto, exigia prudência das atitudes do presidente para não fomentar o desencadeamento de crises como a ocorrida na Marinha.

Epílogo: o desfecho da crise – “Basta” e “Fora”

Diante dos últimos acontecimentos, sobretudo após o rescaldo na Marinha, cuja repercussão ocupava as páginas dos principais jornais do país, outro acontecimento acirrou ainda mais os ânimos e contribuiu para intensificar a crise que se arrastara desde a Semana Santa. O evento de solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar da Guanabara a ser realizado no dia 30 de

março, no auditório do Automóvel Clube, incendiou de vez os espíritos conservadores e atijou a marcha do movimento conspiratório.

A cerimônia, embora já estivesse marcada com antecedência e sem nenhuma conexão com os fatos ocorridos dias antes na Marinha, naquele momento não deixou de ser dissociada da crise que já estava em curso. Na ocasião, a solenidade contou com a presença dos sargentos das três Forças Armadas, assim como políticos e membros do governo, como ministros. Mas estavam também muitos marinheiros que participaram da rebelião dos dias anteriores, inclusive o cabo Anselmo. No entanto, o convidado especial era o presidente João Goulart. Em meio à agitação que permeara o cenário político, já que os conspiradores não se encontravam numa posição tão isolada como antes, Goulart foi aconselhado por assessores e políticos próximos a não comparecer ao evento. O deputado Tancredo Neves alertou o presidente, acrescentando que seria provocação, principalmente depois dos acontecimentos da Marinha, sustentando que a atitude de Goulart criaria situações polêmicas.³³⁰ Os conselhos de Tancredo Neves foram aceitos por todos os assessores, pois a presença de Goulart à reunião do Automóvel Clube, ainda sob as cinzas do motim dos marinheiros e fuzileiros navais, seria um ato de provocação, senão uma atitude política no mínimo imprudente, um erro que poderia ser capitaneado pelos inimigos como pretexto para aguçar ainda mais a campanha contra o governo. Apesar dos pedidos, o presidente decidiu comparecer à cerimônia e assumir as consequências que sua participação causaria para a estabilidade do governo. Goulart não imaginaria que ali fosse realizado seu último ato público.

A presença de personagens envolvidos na crise militar da Semana Santa, direta ou indiretamente, como o cabo Anselmo, o almirante Aragão, além de marinheiros e fuzileiros, deixou muitos assessores e militares constrangidos, como foi o caso general Bomtempo, chefe do gabinete do ministro Jair Dantas Ribeiro, e do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Anísio Botelho.³³¹ Entretanto, o presidente não só compareceu como proferiu discurso carregado de emoção e improvisado para uma plateia de aproximadamente dois mil sargentos. Goulart cobrou dos sargentos respeito à disciplina e à hierarquia das instituições militares, mas alertou sobre aqueles que procuravam intrigar o presidente da República em nome da disciplina.³³²

³³⁰ JUREMA, Abelardo. Op. cit., p. 85.

³³¹ Idem, p. 88.

³³² Trecho do discurso do presidente João Goulart no Automóvel Clube encontra-se em FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 330-331.

Todavia, a presença e o pronunciamento de Goulart não chocaram apenas a oficialidade das Forças Armadas, mas igualmente o jornal *Correio da Manhã*. O discurso do presidente, proferido no Automóvel Clube, não atingira o seu objetivo: reunir em torno do governo o apoio das instituições militares.³³³ Para os oficiais das três Forças Armadas, Goulart apenas incentivara a indisciplina. Na manhã do dia 31 de março, portanto, o diário carioca, reagindo à atitude do presidente, estampava em primeira página um editorial forte, refletindo praticamente a posição de toda a imprensa brasileira, que naquele momento encontrava-se, em grande parte, contra o governo. Intitulado como “Basta!”, o editorial teve enorme repercussão no país e soou como um ultimato, uma advertência, a gota d’água para o presidente parar de intranquilizar a arena política. Segundo o editorial, a posição do *Correio da Manhã* era a seguinte depois da reunião dos sargentos no Automóvel Clube:

“Até que ponto o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-lei, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presentemente, na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as Forças Armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável? Não é possível continuar neste caos em todos os sentidos e em todos os setores. Tanto no lado administrativo como no lado econômico e financeiro. Basta de farsa. Basta da guerra psicológica que o próprio Governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o País e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia, para que, realmente, se possam fazer as reformas de base. Quase todas as medidas tomadas pelo Sr. João Goulart, nestes últimos tempos, com grande estardalhaço, mas inexecutáveis, não têm outra finalidade senão a de enganar a boa-fé do povo, que, aliás, não se enganará. Não é tolerável esta situação calamitosa provocada artificialmente pelo Governo, que estabeleceu a desordem generalizada, desordem esta que cresce em ritmo acelerado e ameaça sufocar todas as forças vivas do país. Não contente de intranquilizar o campo, com o decreto da Supra, agitando igualmente os proprietários e os camponeses, de desvirtuar a finalidade dos sindicatos, cuja missão é a das reivindicações de classe, agora estende a sua ação deformadora às Forças Armadas, destruindo de cima a baixo a hierarquia e a disciplina, o que põe em perigo o regime e a segurança nacional. A opinião pública recusa uma política de natureza equívoca que se volta contra as instituições, cuja guarda deveria caber ao próprio Governo Federal. Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base votadas pelo Congresso. Queremos a intocabilidade das liberdades democráticas. Queremos a realização das eleições em 1965. Se o Sr. João Goulart não tem a capacidade para exercer a presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional, não lhe resta outra saída senão

³³³ VICTOR, Mario. Op. cit., 509.

entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. É admissível que o Sr. João Goulart termine o seu mandato de acordo com a Constituição. Este grande sacrifício de tolerá-lo até 1966 seria compensador para a democracia. Mas, para isto, o Sr. João Goulart terá de desistir de sua política atual, que está perturbando uma Nação em desenvolvimento e ameaçando de levá-la à guerra civil. A Nação não admite nem golpe nem contragolpe. Quer consolidar o processo democrático para a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica. Mas não admite que seja o próprio Executivo, por interesses inconfessáveis, quem desencadeie a luta contra o Congresso, censure o rádio, ameace a imprensa e, com ela, todos os meios de manifestações do pensamento, abrindo o caminho à ditadura. Os Poderes Legislativo e Judiciário, as classes armadas, as forças democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentarem contra o regime. O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!”³³⁴

É revelador o papel que o jornal carioca assumiu diante à participação de Goulart na assembleia dos sargentos da Polícia Militar da Guanabara. O *Correio da Manhã* exaltou sua defesa pelas reformas de base, porém, dentro da lei, assim como acreditava na realização das eleições presidenciais para 1965. Contudo, em tom ameaçador, impunha ao presidente que resolvesse os problemas do país “dentro da legalidade” ou se não fosse capaz, entregasse o cargo para seu sucessor legítimo. Percebe-se, portanto, que naquele momento o matutino carioca, como outros veículos da imprensa escrita, defendia a renúncia de João Goulart. Na avaliação do *Correio da Manhã*, a condição que o presidente possuía para terminar seu mandato era a de se afastar das esquerdas, principalmente dos setores mais radicalizados, e aproximar-se do centro, notadamente dos políticos do PSD e até mesmo da ala mais moderada da UDN, e viabilizar as reformas de base pelo Congresso Nacional e não por campanha plebiscitária.

Com efeito, na mesma edição, o tom severo do *Correio da Manhã* contra o presidente não se restringiu ao editorial de capa, mas continuou em outro avaliando o evento, considerado pelo diário como “deprimente”. Na concepção do jornal:

“A reunião de ontem à noite nos salões do Automóvel Clube foi um espetáculo deprimente: era o conluio sem reboços, do presidente da República com os agentes da insubordinação, com os destruidores da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. Mais de mil sargentos, recrutados pelos agentes do Governo nos mais diversos pontos do país, foram trazidos a esta capital para o festim da vitória sobre o princípio da ordem e da autoridade no Brasil. Perante a Nação estarrecida e humilhada, perante os chefes militares atônitos e indignados, várias

³³⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964, p. 1.

praças de pré convertidas em tribunos fizeram uma pregação abertamente subversiva, sob os aplausos calorosos do sr. João Goulart. O comício de ontem foi o prolongamento do comício do dia 13 de março, em frente ao Ministério da Guerra. Ali, naquela data, iniciava o sr. Goulart a etapa final de sua caminhada para a destruição do regime, para a alteração das regras do jogo democrático, que ele vem fazendo carta marcada com seus tradicionais parceiros do extremismo e da corrupção. (...) Pouco a pouco se foram revelando seus baixos truques de politiqueiro. Pouco a pouco, foi se vendo que ele se desviava da estrada real da legalidade para buscar os atalhos da conspiração, montando um dispositivo sindical-militar com organiza marchas sobre Brasília, com que ameaça as instituições. A subversiva manifestação de ontem foi um dos pontos altos dessa arrancada pelos descaminhos da ilegalidade. (...) Agora é impossível tolerar mais. Há quase dois anos que este país vem sendo coagido, conturbado, desorganizado e intranquilizado pela ação nefasta de um homem que não trabalha nem deixa a Nação trabalhar em paz. O espetáculo de ontem foi o cúmulo do desafio. A Nação saberá responder.”³³⁵

O jornal carioca não economizou adjetivos para responsabilizar Goulart pela crise política e militar predominante no país, acusando-o de promover o desencadeamento de uma guerra através da “destruição do regime” com “alteração das regras do jogo democrático” juntamente com setores das esquerdas, notadamente os grupos mais radicalizados, dos quais Leonel Brizola fazia parte. Nota-se que diferentemente de outros editoriais, o termo corrupção surge como mais um elemento para desqualificar o presidente e o seu governo. O conjunto dos editoriais do dia 31 de março sinalizava um alerta que foi aproveitado como pretexto tão esperado pelos conspiradores civis e militares: a suposta quebra da legalidade dada por Goulart. Após os últimos episódios envolvendo atentados à disciplina e à hierarquia, a oficialidade nacionalista e legalista das Forças Armadas, mesmo aquela leal ao presidente, cedeu aos argumentos dos golpistas de que Goulart, por omissão ou conveniência, permitia a infiltração do comunismo no governo e no interior das instituições militares.

Todavia, a artilharia do jornal contra Goulart não cessou no dia 31 de março. Em meio às notícias que vinham de Minas Gerais, com a sublevação do governador Magalhães Pinto e do general Mourão Filho, incluindo o deslocamento de tropas golpistas de Juiz de Fora para a fronteira do Estado do Rio de Janeiro, na manhã do dia 1º de abril, com o intuito de depor o presidente, *Correio da Manhã* publicou mais um editorial de primeira página que radicalizou de vez o seu posicionamento contra o governo. Intitulado como “Fora!”, os articulistas do editorial concretizavam, sem saber,

³³⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964, p. 6.

o desejo que os conspiradores tanto esperavam: a deposição do presidente João Goulart. Na avaliação do editorial:

“Art. 83. Parágrafo único. O Presidente da República prestará, no ato da posse, este compromisso: "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência". Este foi o juramento prestado pelo Sr. João Goulart no dia 7 de setembro de 1961, perante o Congresso Nacional. Jurou e não cumpriu. Não é mais Presidente da República. Fora! A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: saia. Durante dois anos o Brasil aguentou um Governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro. Quando o Sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranquilidade e de insegurança, que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas. Isto significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender. O Sr. João Goulart iniciou a sedição no País. Não é possível continuar no poder. Jogou os civis contra os militares e os militares contra os próprios militares. É o maior responsável pela guerra fratricida que se esboça no território nacional. Por ambição pessoal, pois sabemos que o Sr. João Goulart é incapaz de assimilar qualquer ideologia, ele quer permanecer no Governo a qualquer preço. Todos nós sabemos o que representa de funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda, porque o povo, depois de uma larga experiência, reage e reagirá com todas as suas forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas. O Sr. João Goulart não pode permanecer na presidência da República, não só porque se mostrou incapaz de exercê-la, como também porque conspirou contra ela, como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e seus últimos atos. Foi o Sr. João Goulart quem iniciou de caso pensado uma crise política, social e militar, depois de ter provocado a crise financeira, com a inflação desordenada e o aumento do custo de vida em proporções gigantescas. Qualquer ditadura, no Brasil, representa o esmagamento de todas as liberdades, como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa. O Brasil não é mais uma nação de escravos. Contra a desordem, contra a mazorca, contra a perspectiva de ditadura, criada pelo próprio Governo atual, opomos a bandeira da legalidade. Queremos que o Sr. João Goulart devolva ao Congresso, devolva ao povo o mandato que ele não soube honrar. Nós do Correio da Manhã defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do Sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O Sr. João Goulart deve entregar o Governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o País. A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las.”³³⁶

³³⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964, p. 6.

O editorial teve o efeito simbólico de mobilizar os golpistas que ainda se encontravam dispersos e de estimular a adesão de setores da sociedade civil e militar, ainda indecisos, ao movimento para depor o presidente João Goulart. Ao entoar a bandeira da legalidade contra a “desordem” e a “perspectiva de ditadura”, o jornal carioca engrossou o coro da retórica dos conservadores radicais e dos anticomunistas. No entanto, é importante assinalar que o *Correio da Manhã* não se agarrava simplesmente aos argumentos tão difundidos pela direita radical, especialmente dos anticomunistas extremados, que associavam o governo ao comunismo. Diferentemente desses grupos, o diário carioca não admitia que o comportamento e as decisões presidenciais fossem influenciadas pelas esquerdas, particularmente dos segmentos mais radicalizados. De fato, o periódico não considerava Goulart um comunista, tampouco um revolucionário bolchevique, mas, depois dos episódios do comício da Central, da revolta dos marinheiros e, principalmente, da reunião dos sargentos, surgiu o temor em relação às estratégias que o presidente estaria disposto para alcançar seus objetivos. A conjugação dos acontecimentos do mês de março, combinados à insistência de boatos sobre os planos de Goulart continuar no poder, produziram no interior da redação do *Correio da Manhã* a sensação e a convicção de que havia um risco iminente de um plano golpista a ser perpetrado pelo presidente e seus auxiliares.

Todavia, assim como no dia anterior, o jornal publicou mais um editorial de teor igualmente forte, senão contundente à deposição de Jango. O texto intitulado “Não pode continuar”,³³⁷ título sugestivo que refletia a turbulência do cenário político daqueles dias, os editorialistas afirmavam e confirmavam que o principal responsável pelo caos instaurado no país era Goulart, e diante daquela conjuntura não poderia continuar, deveria ser deposto. Na avaliação do jornal:

“Não pode continuar exercendo a Presidência da República o sr. João Goulart. O ex-vice-presidente da República que deve a suprema magistratura exclusivamente a um movimento do país contra a ilegalidade, caiu ele próprio da ilegalidade. Incompatibilizou-se com seus deveres, com seu juramento. Incompatibilizou-se com o Congresso. Incompatibilizou-se com as Forças Armadas. Incompatibilizou-se com todos os que produzem e trabalham para

³³⁷ É comum pensar apenas nos editoriais “Basta” e “Fora” como aqueles que foram contundentes na defesa da deposição de Goulart da presidência da República. Nos depoimentos de jornalistas do periódico e até mesmo na historiografia que trata do golpe de 1964 o editorial “Não pode continuar” é pouco enfatizado. No entanto, o seu teor é bastante ofensivo contra a permanência de Goulart como presidente.

ganhar sua vida e melhorar as condições de nossa existência. Levou este país para a subversão, não somente das hierarquias militares, mas da própria hierarquia social. Levou-os à beira da guerra civil e até mesmo à guerra civil. (...) **Não pode continuar** presidente da República. (...) Temos o direito moral de constar esse fato duro e dar ao sr. João Goulart o conselho de tirar as consequências. Pois em numerosos editoriais, nesta página, já o temos advertido e lhe temos predito o fim inevitável de suas suspeitas atividades políticas. (...) Pelo menos desde o plebiscito de 6 de janeiro o sr. João Goulart teve todos os poderes dos seus predecessores no mesmo regime presidencialista. Cada um deles fez isto ou aquilo pelo país, conforme suas condições e possibilidades. Mas que fez o sr. João Goulart, presidente com os mesmos amplos poderes? Não fez nada. Não realizou nada. Não governou. Só fez tudo para agitar, intranquilizar, subverter o país, enfim, para convulsioná-lo. **Não pode continuar** presidente da República. **Não pode continuar.** Tem de ceder ao seu substituto legal, que assumirá a Presidência da República para pacificar o país e restabelecer o respeito à Constituição e ao regime democrático.”³³⁸

O editorial é forte e revela a tomada de posição radical do *Correio da Manhã* contra o governo, particularmente contra o presidente. Nota-se que os articulistas do texto, no intuito de enfatizar a deposição de Goulart, destacaram as palavras “Não pode continuar” em negrito, ressaltando a opinião do jornal e o desejo de renúncia do presidente. Diante dos editoriais do dia 1º de abril, combinados com os dois do dia anterior, e vindos de um jornal respeitado, de grande importância política no país, notabilizado por uma postura moderada até então e com uma opinião muito aceita nos vários segmentos da classe média, ficou insustentável conter a ação dos golpistas para derrubar Goulart da presidência da República e partir para a ruptura institucional. A posição de Jango tornou-se vulnerável não só entre os militares que conspiravam ativamente contra o governo já algum tempo, mas também entre os oficiais legalistas, convencidos de que o caos e a desordem constituíram-se como motivos primordiais para arremessar os militares num movimento para derrubar o presidente.³³⁹ Cogitava-se sobre um dispositivo militar para conter o movimento golpista, mas não fora acionado. Se havia algum dispositivo, quem o acionou foi o *Correio da Manhã*, não para defender o governo, mas impedir sua continuidade.

A junção dos editoriais publicados pelo diário carioca, notadamente o “Basta!” e o “Fora!”, acabou funcionando como um dispositivo capitaneado pela direita radical para aglutinar no movimento golpista os conservadores moderados e amplos setores da classe média na perspectiva de depor Goulart da presidência da República, afastando os

³³⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964, p. 6.

³³⁹ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 348.

de desordem atribuída a ele. Com efeito, é importante salientar alguns pontos que serão norteadores para o encaminhamento final deste trabalho. Como assinala Rodrigo Motta, o comportamento de alguns segmentos conservadores em relação ao governo Goulart não se revelou ser o tempo todo de oposição sistemática. Na primeira fase do governo, sobretudo durante o início do período presidencialista, João Goulart contou com a simpatia e apoio de parcelas importantes do campo conservador.³⁴⁰ Este dado pode se estender ao *Correio da Manhã* que defendeu o Plano Trienal e o projeto de reforma agrária governamental, além de reiterar apoio constante acerca das reformas de base. Por outro lado, segundo Motta, antes da opção pelo golpe houve inúmeras tentativas de afastar o presidente dos aliados à esquerda, evidência clara de que a solução golpista não era o principal horizonte, visto que o cenário ideal para as elites políticas e empresariais era a manutenção da normalidade institucional.³⁴¹ Desse modo, o diário carioca apoiou a deposição de Goulart, mas não poderia saber que as consequências de sua iniciativa seriam imprevisíveis.

Contudo, o que provocou então a guinada do *Correio da Manhã* para uma postura radical, de defender a deposição de Goulart e engrossar o movimento golpista? Os episódios envolvendo a revolta dos marinheiros e fuzileiros navais, e seus respectivos desdobramentos, assim como a participação e o discurso do presidente na reunião de sargentos no Automóvel Clube foram interpretados naquela conjuntura pelos jornalistas do matutino carioca como indícios de que Goulart incentivava a destruição do princípio da autoridade e da disciplina nas Forças Armadas. Neste sentido, depois do comício da Central, desenvolveu-se um raciocínio na redação do *Correio da Manhã* de que Goulart caminhava para a quebra das regras do jogo democrático. As atitudes e gestos do presidente a partir de então foram avaliados pelo jornal como formas de fomentar a “subversão” e intranquilizar o campo social e político, com graves implicações para a ordem democrática.

A responsabilidade pela autoria dos famosos editoriais “Basta!” e “Fora!”, textos contundentes que exigiam a renúncia do presidente João Goulart foram redigidos coletivamente, tendo à frente os jornalistas Otto Maria Carpeaux, Edmundo Moniz e Carlos Heitor Cony.³⁴² Carpeaux era reconhecidamente um dos mais experientes da redação do *Correio da Manhã* não só pelo ofício, mas também por ser considerado um

³⁴⁰ MOTTA, Rodrigo. Op. cit., p. 273.

³⁴¹ Idem.

³⁴² ABREU, Alzira Alves de. Op. cit., p. 126.

dos mais expressivos críticos literários do país. Nascido em Viana, Áustria, ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e estudou história, direito romano, abandonando-o para se formar em física. No entanto, inclinou-se pelo estudo da filosofia e de letras, formando-se pela Universidade de Viena, em 1925.³⁴³ Como jornalista empenhou-se na luta contra o nazismo, o que o obrigou a buscar exílio no Brasil em 1939. Trabalhou na biblioteca da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 1942 a 1944, a convite do então diretor San Tiago Dantas. De 1944 até 1949 dirigiu a biblioteca da Fundação Getúlio Vargas e, em 1950, tornou-se redator-editorialista do *Correio da Manhã*, onde permaneceu até o fim dos anos 1960. Otto Maria Carpeaux foi responsável pela publicação de vários estudos críticos e livros de ensaios, sendo referência para a intelectualidade brasileira na área do humanismo.

Enquanto isso, Edmundo Moniz, na ocasião da deposição de Goulart, era redator-chefe do jornal carioca e com um passado de militância de esquerda, com ligações com a IV Internacional Socialista e discípulo de Mário Pedrosa, crítico de arte, jornalista e ativista de esquerda, de vertente trotskista. Edmundo Moniz era baiano e primo da então proprietária do *Correio da Manhã*, Niomar Moniz Sodré Bittencourt. Com a morte de Paulo Bittencourt, em agosto de 1963, Niomar Moniz convidou Edmundo Moniz para fazer parte da equipe editorial do matutino carioca.

Já Carlos Heitor Cony, nascido no Rio de Janeiro em 1926, ingressou no Seminário de São Jorge, em 1938, na sua cidade natal. No entanto, desiludido, renunciou à vida religiosa em 1945, quando ingressou na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, abandonando em 1947.³⁴⁴ Iniciou sua vida de jornalista no *Jornal do Brasil* e, a partir de 1960, passou a colaborar com o *Correio da Manhã*, primeiro escrevendo reportagens políticas e, posteriormente, mais precisamente em 1962, a redigir crônicas políticas. Cony fora responsável por denunciar Goulart por utilizar métodos demagógicos, ou seja, a estratégia do presidente de se aproximar com as esquerdas, sobretudo após o comício da Central do Brasil. Tornou-se um dos mais

³⁴³ Cf. CÔRTEZ, Norma. Otto Maria Carpeaux (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em 8 de novembro de 2014.

³⁴⁴ KUSHNIR, Beatriz. “Depor as armas – a travessia de Cony e a censura no partidão”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. v. 8, n. 13, 2000, p. 90.

destacados jornalistas após o golpe a denunciar a violência e o autoritarismo do regime militar, o que lhe custou a prisão várias vezes.

Márcio Moreira Alves também caracterizou-se como um atuante jornalista do *Correio da Manhã* contra os desdobramentos depois do golpe. Nascido em 1936, iniciou suas atividades profissionais no jornal carioca com 17 anos como repórter. Em 1958 ingressou na Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e participou em 1960 da comitiva do ex-governador paulista Jânio Quadros em visita a Cuba. Nesse mesmo ano, apoiou a candidatura de Magalhães Pinto, que se elegeu governador de Minas Gerais. Márcio Moreira Alves foi ainda assessor do ministro San Tiago Dantas durante as gestões deste nos ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda. Em 1963, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais.³⁴⁵ Ele foi adversário do governo Goulart e apoiou sua destituição, porém voltou-se contra o movimento político-militar de 31 de março de 1964.

Percebe-se que o *Correio da Manhã* era um importante polo de atividade intelectual e política no contexto dos anos 1960. Os jornalistas destacados, entre outros, que compunham a redação do jornal carioca na conjuntura do governo Goulart eram motivados pelo ideário desenvolvimentista e reformista, mobilizados em torno das propostas de conquistas sociais, econômicas e políticas, subordinados à construção de uma democracia liberal. O jornal reuniu profissionais com tendências políticas e ideológicas distintas, mas que se mostravam em seus textos, artigos e colunas firmes na defesa da liberdade democrática e do respeito à Constituição. Neste sentido, agarrando-se à valiosa contribuição de Jean-François Sirinelli, a redação do *Correio da Manhã* pode ser considerada como lugar de fermentação intelectual e importante espaço de sociabilidade, onde eram tomadas decisões que podiam ou não conseguir a adesão de grupos sociais a partir da difusão de ideias e projetos.³⁴⁶

A equipe editorial do *Correio da Manhã* não se contentou em apenas registrar os ecos da atualidade, buscou intervir e atuar na política no sentido de influenciar os rumos de um determinado acontecimento. O matutino carioca, embora celeiro de grandes jornalistas identificados com as propostas reformistas e de orientação liberal assumiu, ao longo dos anos 1961-1964, uma postura crítica em relação ao discurso e aos gestos

³⁴⁵ Verbete sobre a biografia de Márcio Moreira Alves disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em 8 de novembro de 2014.

³⁴⁶ SIRINELLI, Jean-François. Op. cit.

de aproximação do presidente João Goulart com as organizações de esquerda ao poder. Com a crise político-institucional, particularmente no decorrer do mês de março de 1964, a redação do diário carioca manifestou-se com veemência contra o presidente da República e exigiu o afastamento de Goulart e a transferência do poder ao seu sucessor legal em três editoriais contundentes e fortes: “Basta!”, “Fora!” e “Não pode continuar”. O desejo dos articulistas do matutino carioca era remover Goulart e seus aliados defensores de um reformismo radical.

No entanto, após os primeiros atos de ilegalidade cometidos pelos golpistas após a derrubada de Goulart, o jornal dirigido por Niomar Moniz Sodré Bittencourt e composto pelos jornalistas de maior expressão do país voltou-se gradativamente contra os caminhos ditatoriais do movimento político-militar golpista, autointitulado de “revolução de 1964”. A questão imediata para o *Correio da Manhã*, assim como outros setores da sociedade brasileira que apoiaram o golpe, era depor Goulart, mas não mudar o regime. Os jornalistas do matutino carioca não perceberam que em abril de 1964 ocorreria um novo tipo de golpe.

A redação do *Correio da Manhã* e os imprevisíveis idos de abril

O desfecho da crise com a queda do presidente João Goulart pela imposição de um golpe civil-militar logo se transformou em uma “revolução”, sendo reverenciada, no dia 2 de abril, pela chamada Marcha da Vitória. A Marcha contou com a participação de grupos femininos de outros estados, com as esposas dos governadores Carlos Lacerda e Ademar de Barros, assim como a do ex-presidente Juscelino.³⁴⁷ Engrossou o contingente um expressivo número de religiosos, embora a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil não tenha oficializado apoio à Marcha.³⁴⁸ A manifestação que reuniu cerca de um milhão de pessoas, demonstra que o apoio social aos militares que derrubaram Goulart não deveria ser subestimado.³⁴⁹

O *Correio da Manhã* também demonstrou entusiasmo com o golpe de Estado, mas fez ressalvas acerca dos desdobramentos causados com a deposição de Goulart. Na avaliação do diário carioca:

³⁴⁷ PRESSOT, Aline. “Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). Op. cit., p. 82-83.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Idem.

“Está terminando o episódio mais inglório da história republicana do Brasil. Basta. Mas não só basta disso. Também basta de aproveitamento reacionário do episódio: basta e fora! Um homem que parecia ou julgava ter em suas mãos tudo – as Forças Armadas, os sindicatos, o povo – caiu dentro de poucas horas. É um fim merecido. Mas o episódio não pode ter o fim que seus aproveitadores desejam. A eles também: fora! (...) Repetimos: João Goulart cai pelos erros e crimes políticos de João Goulart. Mas nem sempre os erros e os crimes bastam para causar logo a queda do culpado. Não há motivo para não elogiar, devidamente, o mérito dos que resistiram. Elogiamos francamente a resistência das Forças Armadas. Elogiamos francamente a resistência do povo, que não se deixou seduzir pelos fantasmagorias de promessas utópicas. Elogiamos devidamente o estadista que, como primeiro, levantou a bandeira da resistência, mostrando-se à altura do papel que a história lhe destinara nesse episódio: o governador Magalhães Pinto agiu, e agiu na hora. (...) Não toleramos, agora, o terrorismo nem o fanatismo da reação. Não combatemos a ilegalidade para tolerar a contrai legalidade: depõe governadores, prende ministros e deputados, incendeia prédios, persegue sob o pretexto tolo de anticomunismo a tudo e a todos. Não admitiremos. A estes fanáticos e reacionários opomos a mesma atitude firme de ontem. A eles também diremos: basta! e fora!”³⁵⁰

Paralelamente à euforia da deposição de Goulart, nota-se que o *Correio da Manhã*, além de exaltar as forças de “resistência”, incluindo as Forças Armadas e o governador mineiro Magalhães Pinto, deixou evidente que não toleraria arbitrariedades para garantir a legalidade. Com o desenrolar dos acontecimentos, os articulistas não poderiam prever a perseguição sistemática aos operários e líderes sindicais, aos estudantes, comunistas e trabalhistas, entre outros. Prisões, torturas, invasões e depredação do prédio da UNE, localizado na Praia do Flamengo, entre outras organizações sindicais e populares atingidas pela ação dos golpistas, frustrou o matutino carioca que havia depositado apoio e confiança nos golpistas civis e militares. Os articulistas do *Correio da Manhã* perceberam logo que a causa defendida – manutenção da ordem democrática e das liberdades individuais – começara a se diluir com a vitória do movimento golpista.

A reação dos golpistas não tardou e implicou no impedimento de mandatos de políticos, sobretudo do PTB, partido mais atingido com o golpe de Estado, figurando em primeiro lugar nas listas de cassações de parlamentares.³⁵¹ O *Correio da Manhã*, embora tenha endossado apoio à renúncia de Jango, avaliando-o como o principal responsável da desordem econômica, social e política, não compartilhava dos métodos

³⁵⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964, p. 6.

³⁵¹ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Op. cit., p. 163.

utilizados pelos golpistas civis e militares para restabelecer a ordem. Na avaliação da equipe editorial do jornal carioca:

“A nação saiu vitoriosa com o afastamento do sr. João Goulart da Presidência da República. Não era possível mais suportá-lo em consequências de sua nefasta administração que estabelecia, em todos os setores, o tumulto e a desordem. O país foi vítima de uma terrível provocação que abalou a sua própria estrutura democrática. Em qualquer lugar onde o sr. João Goulart se encontre, e diga o que disser, já não é mais o Presidente da República. Não adianta resistência nenhuma a seu favor. As forças emanentes da Nação já o repudiaram e já o afastaram do seu convívio político. A causa do sr. João Goulart está definitivamente perdida. (...) A queda do sr. João Goulart se explica pela ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política, com a instauração de uma ditadura. Ditadura nunca! Seja de direita, esquerda ou de centro. Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base que são mais do que nunca imprevisíveis à revolução industrial que levará o Brasil à área dos países desenvolvidos e economicamente independente. (...) Nada de violência nem repressão contra os inimigos políticos deste ou daquele que detenha uma parcela de poder. O CORREIO DA MANHÃ desfraldou a bandeira da legalidade, da defesa das instituições. E saiu vitorioso. Esta vitória é da democracia e da nação brasileira.”³⁵²

Nota-se que os argumentos do texto estão relacionados com a ideia de que o apoio ao golpe foi empreendido sob a bandeira defensiva de salvar a democracia, a lei, o direito, enfim, os fundamentos de alicerce da democracia liberal. Por outro lado, o jornal demonstrou indícios de descontentamento com os rumos que a “resistência democrática” tomava. O *Correio da Manhã* em meio ao entusiasmo que cercara a sua redação passou também a denunciar as arbitrariedades cometidas, principalmente pelo governador Carlos Lacerda, na Guanabara. O editorial intitulado “Terrorismo, não!” pode ser considerado como o momento de inflexão em relação ao golpe que o próprio jornal contribuiu para legitimar. Na primeira página do periódico, os articulistas expressavam que:

“A vitória da Nação, em virtude do afastamento do sr. João Goulart, não pode ser maculada com a onda de arbitrariedade e de violência que a Polícia da Guanabara – a SA que nós já havíamos denunciado quando foi organizada – vem cometendo de ontem para hoje em desrespeito ostensivo a todas as garantias constitucionais. Não estamos em Estado de sítio e o sr. João Goulart entregou o poder, por vontade ou não, sem opor nenhuma resistência militar. Não é crível que se queira manchar de sangue, como já se manchou, um movimento de

³⁵² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964, p. 1.

amplitude nacional que derrubou o presidente da República. O que existe, na realidade, é um desabafo patológico do sr. Carlos Lacerda que procura, na violência, a supercompensação para os dias em que permaneceu em silêncio, amedrontado diante dos inimigos quando julgava dominadores da situação. Agora ele reage por meio de sua Polícia Política, prendendo e espancando como se estivéssemos em plena ditadura. (...) O movimento que se fez foi para restaurar a disciplina, a ordem, o regime. Não se pode em nome deste movimento estabelecer a indisciplina, a desordem e a ilegalidade. (...) O afastamento do sr. João Goulart foi precisamente para garantir as instituições em vigor e não para atentar contra elas.”³⁵³

O editorial do *Correio da Manhã* evidencia um importante elemento de reflexão para compreendermos o golpe civil e militar de 1964 e seus desdobramentos. Não restam dúvidas que o jornal carioca apoiou a derrubada de um presidente legitimamente constituído pela Constituição de 1946. O diário, no entanto, não fazia nenhuma referência à formação de um governo militar, muito menos à instauração de uma ditadura, regime tão combatido em seus editoriais. Os jornalistas que faziam parte da equipe editorial defenderam a renúncia de Goulart preocupados com o que consideravam rumos esquerdizantes do governo e com os problemas econômico-financeiros, porém desejavam uma solução constitucional, cujo papel prioritário caberia ao Congresso Nacional como fiador da resolução da crise político-institucional. Desse modo, a publicação do editorial descrito acima indica que uma solução de cunho autoritário não era o caminho desejado pelo *Correio da Manhã*.

As observações destacadas pelo diário carioca no conjunto dos editoriais quanto ao processo de arbitrariedade podem ser relacionadas às medidas adotadas pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda, logo após a concretização do golpe. Neste sentido, de acordo com a avaliação do *Correio da Manhã*, a vitória da “resistência democrática” não poderia ser maculada pelo autoritarismo, pois a deposição de Goulart não deveria ser utilizada como mero pretexto para instaurar uma ditadura. Como prova de mais insatisfação contra os atos de ilegalidade cometidos pelo governador Carlos Lacerda na Guanabara pode ser acompanhada no editorial de autoria de Otto Maria Carpeaux. O texto intitulado como “Basta: fora a ditadura!”, evidenciava o repúdio da redação do jornal em relação às medidas tomadas por Lacerda. De acordo com editorial:

“A Divisão de Ordem Política e Social da Guanabara informa ter descoberto um plano dos subversivos para ocupar e empastelar jornais, inclusive este jornal.

³⁵³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1964, p. 1.

Essa informação não nos assusta. Esses Planos Cohen, pré-fabricados, já não assustam ninguém. Apenas enfeitam o colorido histórico as outras informações, admissões e confissões desse DOPS, que representa a Ordem política e social do sr. Carlos Lacerda. (...) Só uma ilegalidade a DOPS não confessa nem menciona: a invasão e destruição do vespertino “Última Hora”. Pode discordar – como discordamos – da orientação desse jornal. Mas é um jornal. O ataque a esse como a qualquer jornal é crime contra liberdade de imprensa. Advertimos todos os jornais da Guanabara e do país: se o crime contra aquele vespertino ficou impune, a liberdade de imprensa no Brasil acabou. (...) Sob alegação de combater os seus inimigos políticos a Polícia Política do governador viola as leis e subverte a ordem que as Forças Armadas do Brasil juraram restabelecer. (...) É a ditadura que o sr. Carlos Lacerda está impondo ou quer impor ao Estado da Guanabara. Mas não saímos de uma ameaça de ditadura para cair nos braços de outra ainda pior. (...) Reagindo contra essas violências, o novo Governo Federal terá de mostrar que é, realmente, democrático. Quanto a nós outros: a Guanabara não se submete à ditadura lacerdista. Basta, e fora!”³⁵⁴

A avaliação da equipe editorial do matutino carioca quanto à violação da legalidade empreendida por Lacerda na Guanabara tornou-se realidade também em outros estados e cidades brasileiras, como depredação do *Última Hora*, jornal identificado e defensor do governo Goulart. De acordo com o pensamento de alguns golpistas, a destituição de Goulart da presidência da República constituía-se apenas como um dos objetivos. Para os chefes militares e setores mais conservadores do meio político, o restabelecimento da ordem constitucional passava necessariamente pelo “expurgo” das hostes comunistas da administração pública, dos sindicatos, dos meios militares, enfim, da vida brasileira.³⁵⁵ A cassação dos direitos políticos de deputados trabalhistas e perseguição aos sindicalistas afinados com a doutrina comunista fariam parte de um processo para eliminar qualquer vestígio que remetesse ao projeto reformista do governo Goulart. Entretanto, essa não era a ideia do *Correio da Manhã*, assim como vários segmentos da sociedade que apoiaram o golpe de 1964. Na concepção dos jornalistas do matutino carioca, a intervenção militar deveria ser rápida e com a ordem restabelecida, o poder teria que ser entregue aos civis.

Os editorialistas do *Correio da Manhã*, embora fizessem franca oposição ao presidente da República, apoiando inclusive a sua renúncia, não referendavam um governo militar, tampouco a restrição dos direitos civis e políticos, princípios fundamentais da democracia representativa tão defendida pelo jornal. Com a consolidação da ditadura e o estabelecimento da repressão e da tortura como políticas de

³⁵⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1964, p. 6.

³⁵⁵ VICTOR, Mario. Op. cit., pp. 542-543.

Estado, a postura do *Correio da Manhã* foi se alterando gradativamente. Jornalistas da chancela intelectual como Otto Maria Carpeaux, Edmundo Moniz, Newton Rodrigues, Antonio Callado, Márcio Moreira Alves, Hermano Alves e Carlos Heitor Cony, após o golpe, teceram duras e ácidas críticas à ditadura.³⁵⁶

Ainda que a equipe editorial do *Correio da Manhã* tenha incitado a queda de Goulart da presidência da República, não apoiou a ditadura que se instalou com o desenrolar do golpe, repelindo o processo de arbitrariedades e violências e sendo perseguida por denunciar as facetas do governo de abril. Naquele momento, dificilmente se poderia acreditar que a autointitulada “revolução” de 1964 resultaria em um ciclo autoritário que duraria tanto tempo. Nem mesmo os conspiradores históricos como Ademar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto escaparam do imponderável. Ambos acalentavam o sonho de disputar as eleições presidenciais de 1965, sustentando, portanto, o plano de uma intervenção militar para colocar “ordem na casa” para logo em seguida os militares devolverem o poder aos civis. Os referidos governadores de São Paulo, Guanabara e Minas Gerais, respectivamente, não contavam que a deposição de Goulart resultaria em uma ditadura de duas décadas.

Na avaliação dos articulistas do *Correio da Manhã*, a renúncia de Goulart seria o caminho viável para conter aquele período de agitação política que tomava conta do país. Perceberam, no entanto, logo após as primeiras denúncias de prisões arbitrárias, ordens de cassar mandatos parlamentares, expurgo de militares defensores das reformas sociais e violências cometidas contra os presos políticos que a “resistência democrática” transmutou-se em golpe contra a democracia. Como outros atores sociais, *Correio da Manhã* apoiou a deposição de João Goulart acreditando que sua ação teria resultados controláveis e previsíveis.³⁵⁷ No entanto, não foram nem controláveis, tampouco previsíveis. Era o fim da experiência democrática brasileira e o ingresso do país na ditadura de 21 anos.

³⁵⁶ Na coletânea organizada por Thereza Cesario Alvim, encontra-se parte de artigos produzidos por Antonio Callado, Carlos Heitor Cony, Edmundo Moniz, Hermano Alves, Márcio Moreira Alves, Newton Rodrigues e Otto Maria Carpeaux de repúdio à instalação do governo militar. Em sua obra, a autora sustenta a ideia de que a imprensa disse não ao golpe, mas os textos em questão são posteriores ao golpe. Cf. ALVIM, Thereza Cesario. *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

³⁵⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. cit.

Considerações finais

Ao longo da pesquisa foi analisada a trajetória do jornal *Correio da Manhã* em relação aos eventos que fizeram parte do governo de João Goulart. Desde a crise da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, até o golpe civil-militar que destituiu Goulart da presidência da República, em abril de 1964, acompanhamos a avaliação e o posicionamento político do periódico diante as divergências, embates e impasses em torno do projeto reformista governamental. O *Correio da Manhã* nesse período mostrou-se defensor das reformas de base desde que respeitando os canais institucionais.

Na conjuntura do governo Goulart, o jornal carioca defendeu a combinação de reformas com democracia, entendendo democracia como democracia representativa. Combateu em suas páginas a retórica e ações radicalizadas dos grupos políticos da direita e da esquerda. Repudiou com veemência as ações antidemocráticas de Carlos Lacerda nos desdobramentos da crise de agosto de 1961 e o seu antirreformismo, assim como repeliu o reformismo radical defendido pelas esquerdas representadas por Leonel Brizola. Ambos os políticos eram constantemente criticados pelos editorialistas do *Correio da Manhã*, considerados como os principais responsáveis por fomentar o radicalismo no cenário político e ameaçar a manutenção da legalidade democrática. No entanto, nesse contexto, a figura de Goulart não foi poupada muito em função de não executar seu programa reformista. A partir do fracasso do Plano Trienal e do projeto de reforma agrária, os quais o diário apoiou, o presidente foi alvo de constantes críticas principalmente por não solucionar o grau de deteriorização do campo econômico, com elevado custo de vida, desabastecimento de alimentos e acentuados índices de inflação.

Todavia, o *Correio da Manhã*, mesmo com severas críticas ao governo, não explorou em suas colunas, editoriais ou reportagens com elementos que associassem a imagem de Goulart com a de um líder revolucionário de matriz ideológica comunista. O diário carioca seguiu uma orientação política de viés liberal-democrática, e esteve longe de ser um órgão da imprensa brasileira difusora de discursos e retóricas anticomunistas. O seu descontentamento quanto ao comunismo pairava em maior medida no tocante às liberdades individuais, civis e políticas. Entretanto, embora crítico à doutrina comunista quanto aos aspectos destacados, o *Correio da Manhã* não se orientou em qualquer cruzada contra essa ideologia ou àqueles que a seguisse. Pelo contrário, produziu análises de repúdio aos grupos que buscavam explorar o anticomunismo como elemento

responsável pela crise econômica, social e política que o país atravessava, sobretudo a partir do segundo semestre de 1963, período conturbado por causa da onda grevista de setembro e pela crise no meio militar com a revolta dos sargentos.

A partir de episódios envolvendo o pedido do estado de sítio em resposta à entrevista de Carlos Lacerda concedida ao *Los Angeles Times*, eventos ocorridos no mês de outubro de 1963, e da realização do comício da central, no dia 13 de março de 1964, o jornal passou a tecer duras críticas ao governo, sobretudo ao presidente Goulart. Entretanto, o *Correio da Manhã* continuou a se despontar como um dos principais jornais do país a defender a manutenção da legalidade, as reformas de base e repelir as ações radicalizadas, posicionando-se como porta-voz do centro político em um momento permeado por posições radicalizadas. Nesse período, parte da imprensa começou a unificar seus discursos para desestabilizar o governo e criar ambiente propício para acirrar a polarização política, com destaque para a Rede da Democracia, grupos controladores de alguns maiores veículos de comunicação do país (jornais, rádio e TV), composta pelos jornais *O Globo*, *Diários Associados* e *Jornal do Brasil*.

Com efeito, enquanto o *Correio da Manhã* caminhava contra o governo, não deixou de difundir entre seus leitores elementos de uma cultura política liberal no sentido de preservação das instituições da democracia representativa aliadas à implementação de reformas estruturais para o país. O jornal destacava-se como um dos veículos da imprensa com postura mais equilibrada à época. Apesar de Goulart se aproximar das esquerdas com o Comício da Central, provocando a consolidação das mobilizações contra o presidente e contra o governo sob a bandeira anticomunista, mesmo entre setores sociais simpáticos às reformas de base, o jornal carioca manteve-se fiel à manutenção da democracia e da continuidade do mandato do presidente da República.

Com os desdobramentos da crise política em curso, principalmente com o motim dos marinheiros e a participação de Goulart ao evento comemorativo no Automóvel Clube, ambos ocorridos em fins de março de 1964, os editorialistas do *Correio da Manhã* avaliaram que o governo estimulava a indisciplina e a quebra da hierarquia nas Forças Armadas, contribuindo decisivamente para a desagregação das instituições políticas do país. Mesmo sendo um dos baluartes da democracia representativa, o diário carioca passou a exigir o afastamento do presidente e a transferência do poder ao seu sucessor legal através dos editoriais “Basta!” e “Fora!”, além de outro pouco mencionado na historiografia denominado “Não pode continuar”. Publicados

respectivamente nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964, esses textos jornalísticos repercutiram como sinais para o golpe e para a adesão de significativas parcelas da sociedade e do meio militar que ainda encontravam-se indecisos para derrubar o governo.

O *Correio da Manhã*, diante de um quadro de incertezas e temendo um suposto golpe arquitetado pelo presidente, apoiou a deposição de João Goulart, sem imaginar que os desdobramentos daquele movimento civil e militar acarretariam em um regime ditatorial. Seus editoriais acreditavam que suas ações teriam resultados previsíveis. Mas o curso da história é imprevisível. A publicação dos editoriais destacados anteriormente era a indicação de que o jornal estava não só contra o governo, como contra a continuidade de Goulart como presidente da República. Na avaliação dos articulistas que fizeram parte da construção daqueles textos, a renúncia do presidente era o único caminho viável para cessar a agitação que tomava conta do país e restabelecer a ordem. A repercussão dos editoriais foi grande, pois não só a opinião do jornal era muito considerada, sobretudo entre os setores da classe média, como produziu um elemento simbólico de aval ao golpe entre os grupos conservadores e entre os militares.

Diante, no entanto, de um processo de perseguição aos estudantes, às lideranças sindicais, políticas e intelectuais próximas ao governo, acompanhado da depredação das oficinas do jornal *Última Hora*, um dos únicos a apoiar Goulart nos últimos dias de seu governo, fez com que a equipe da redação do *Correio da Manhã* denunciasse as arbitrariedades cometidas com os desdobramentos do golpe. Sinais de insatisfação com os novos rumos que o país tomava, sobretudo aqueles que interferiam nas liberdades individuais, de imprensa e políticas foram veiculadas em editoriais intitulados como “Terrorismo, não!” e “Basta: fora a ditadura!”, publicados respectivamente nos dias 2 e 3 de abril de 1964. Jornalistas do porte de Otto Maria Carpeaux, Carlos Heitor Cony e Márcio Moreira Alves foram os que mais se destacaram na redação do *Correio da Manhã* contra os atos imprevisíveis dos idos de abril. Os mesmos que apoiaram a deposição de Goulart passaram a criticar a ditadura. Eles queriam e desejavam a deposição de Goulart. No entanto, não queriam, tampouco desejavam, uma ditadura.

Analisar a trajetória do *Correio da Manhã*, um dos mais prestigiados jornais no início dos anos 1960, diante os eventos que marcaram o governo Goulart, e compreender os motivos pelos quais o diário carioca voltou-se contra uma das suas maiores bandeiras, a legalidade, constituíram-se como eixos norteadores deste trabalho. Reconheço não ser possível esgotar o tema, tampouco captar a complexidade que

envolve a imprensa naquele contexto. No entanto, ao destacar o papel político do *Correio da Manhã*, espero ter contribuído para enfatizar na historiografia o lugar privilegiado e decisivo que o jornal carioca ocupou antes, durante e depois do golpe de 1964.

Fontes

Correio da Manhã (ago/1961 – abr/1964)

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de e LATTMAN-WELTMAN, F. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 1950*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: _____. *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

_____. O processo econômico. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Olhando para dentro, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, Fundación Mapfre, 2013.

AGUIAR, Cláudio. *Francisco Julião: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ALVIM, Thereza Cesario. *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ANDRADE, Jéferson de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

AREAS, Daiana Maciel. *O governo JK nas páginas do Correio da Manhã (1956-1961)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi – Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. História da imprensa brasileira. 4ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

_____. *Imprensa e poder no Brasil pós-1930. Em questão*, Porto Alegre, v. 12, nº 2, jun./dez. 2006.

BENEVIDES, Maria Vitoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

_____. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CALLADO, Antônio. Jango ou o suicídio sem sangue. In: DINES, Alberto et. al. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro, Editor, 1964.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981. (tomo 3: Brasil republicano).

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

_____. História política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 17, 1/1996.

CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e Reformismo radical: (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Niterói: Editora da UFF, Editora Nit Press, 2010.

CESTARI, Larissa Raele. *A conquista do povo: Notícias Populares e a oposição ao governo João Goulart*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais. FGV, 2013.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CÔRTEZ, Norma. Otto Maria Carpeaux (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

CRUZ, Heloisa de F.; PEIXOTO, Maria do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n. 35, dez. 2007.

- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. São Paulo: Ediouro, 2004.
- _____. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- _____. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DINES, Alberto et al. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- EDUARDO, Carlos. *Correio da Manhã*. In: ABREU, Alzira A. et. al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. 2ª ed. RJ: Editora FGV, 2002.
- ELMIR, Claudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, nº 13, 1995.
- ESPIG, Maria Janete. *O uso da fonte jornalista no trabalho historiográfico: o caso do Contestado*. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXIV, nº 2, dezembro/1998.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.
- _____. *A vida política*. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Olhando para dentro, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, Fundación Mapfre, 2013.
- FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*. *Revista Brasileira de História*, Dossier: Brasil, do ensaio ao golpe, 1954-194, n. 47, São Paulo: Associação Nacional de História, ANPUH, 2004.
- _____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e Reformismo radical: (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta Moraes (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*. Petrópolis, v. 94, nº 3, mai-jun, 2000.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. Estruturas e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável? In: *1964-2004: 40 anos do Golpe*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.

FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Jorge (orgs.). *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 17, 1/1996. pp. 59-84.

_____. Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores. In: FERREIRA, Marieta Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

- GRYNSZPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e Reformismo radical: (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira 13. Os últimos dias do governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- KUSHNIR, Beatriz. Depor as armas – a travessia de Cony e a censura no partidão. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. v. 8, n. 13, 2000.
- LABAKI, Almir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAMARÃO, Sérgio; MONTALVÃO, Sérgio. Clube Militar. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2012.
- LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Orgs.). *Dicionário histórico biográfico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: editora contexto, 2006.
- MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011.
- MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64: Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MOTTA, Marly Silva. Guanabara, o estado-capital. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2002.
- NETTO, Araújo. A paisagem. In: DINES, Alberto et al. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.
- NEVES, Lucilia de A. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz. *Imagens subversivas: regime militar e o fotojornalismo do Correio da Manhã (1964-1969)*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.
- PARUCKER, Paulo. *Praças em pé de guerra. O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã – compromisso com a verdade*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001. (Caderno de Comunicação: Série Memória).
- PRESSOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (vol. II).
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- _____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

_____. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 31, 1/2003.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

SAES, Décio A. M. Classe média e política no Brasil 1930-1964. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização*. São Paulo: Difel, 1981. (t. 3: Brasil republicano).

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOARES, Gláucio A. Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. Associação Nacional de História, São Paulo, ANPUH, vol. 24, n. 47, jan-jun, 2004.

VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática*. V.3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo, nº 4, junho/1985.